

**PLANO
ESTRATÉGICO
PARA O SECTOR
DA
ARQUITECTURA
NO NORTE
DE PORTUGAL:
2018-2038**

**PLANO
ESTRATÉGICO
PARA O SECTOR
DA
ARQUITECTURA
NO NORTE
DE PORTUGAL:
2018-2038**

FRANCISCO CARBALLO-CRUZ
JOÃO CEREJEIRA
UNIVERSIDADE DO MINHO

TÍTULO

Plano Estratégico para o Sector
da Arquitectura no Norte de Portugal:
2018-2038

COORDENAÇÃO DO PROJECTO

Alexandre Ferreira
(Vice-Presidente do Conselho Directivo
Regional Norte da Ordem dos Arquitectos)
Marta Fernandes
(Secretária do Conselho Directivo Regional
Norte da Ordem dos Arquitectos)

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA, INVESTIGAÇÃO E AUTORIA DO PROJECTO

Francisco Carballo-Cruz (Escola de Economia
e Gestão da Universidade do Minho)
João Carlos Cerejeira (Escola de Economia
e Gestão da Universidade do Minho)

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROJECTO

Albino Pedro Pereira Baganha
João Pedro Ferreira Marques de Jesus
Jorge de Brito
Jorge Manuel Rodrigues da Costa
José Castro Silva
José Eduardo Vilaça e Moura do Vale
Machado
Manuel Luís Vilhena Roque Figueiredo
Mário Júlio Teixeira Krüger

DESIGN

GSA Design

EDIÇÃO

Ordem dos Arquitectos – Secção
Regional Norte (OASRN)
Centro de Estudos Norte 41º - Centro
de Arquitectura, Criatividade e
Sustentabilidade

LOCAL

Porto

ISBN

978-989-54638-3-1
Suporte: Impresso
978-989-54638-4-8
Suporte: Electrónico

DEPÓSITO LEGAL

470648/20

IMPRESSÃO

Rainho & Neves
Artes Gráficas

TIRAGEM

200 exemplares

NOTAS

Os textos apresentados são da inteira
responsabilidade dos seus autores.
Foi respeitada a vontade de cada autor
quanto ao acordo ortográfico utilizado.

CONSELHO DIRECTIVO REGIONAL NORTE DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

Presidente

Cláudia Sofia da Costa Santos
Vice-Presidente

Alexandre Jorge Rodrigues Ferreira
Vogal

António Manuel Caldas Laúndes
Cláudia Susana Marques Antunes
Eduardo Paulo Queiroga da Silva
Eva Dias de Oliveira

José Pedro Antunes da Rocha Vinagreiro
Marta Andreia Carvalho da Silva Fernandes
Tiago Jorge Coelho Soares

ASSESSORIA AO CEN41º / PESA

Sofia Vechina

ASSESSORIA DE APOIO AO PESA

Adriana Castro
Alexandra Lourenço
Ana Caridade
Fátima Alves
Filipa Paiva
Helena Almeida
Leonor Figueiredo
Nuno César Machado
Sara Azevedo
Sofia Jacob
Susana Machado

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO
REGIONAL NORTE DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

11

COORDENADORES DO PROJECTO

15

CENTRO DE ESTUDOS NORTE 41º
CENTRO DE ARQUITECTURA,
CRIATIVIDADE E SUSTENTABILIDADE

19

Linha cronológica PESA

22

Intervenientes PESA

24

CAPÍTULO I CONTEXTUALIZAÇÃO

27

INTRODUÇÃO

29

METODOLOGIA

31

CAPÍTULO II DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO SECTOR DA ARQUITETURA EM PORTUGAL

37

INTRODUÇÃO

39

INDICADORES DE RENTABILIDADE NO SECTOR DA ARQUITETURA

41

A INTENSIDADE DA RIVALIDADE

49

Causas
da rivalidade

49

Tipologias de firmas

50

Configuração do sector:
Arquitetos e firmas
em atividade

52

FACILIDADE DE ENTRADA NO SECTOR

62

Entrada no mercado: vagas, inscritos
e diplomados em Arquitetura

62

Barreiras no acesso
à profissão

67

O PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES

70

Os fundamentos
da procura – Evolução
e dimensão do mercado
da Arquitetura
70

Clientes
dos arquitetos
76

Clientes internacionais:
Exportações
de serviços de Arquitetura
86

O PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES 90

Fabricantes e distribuidores
de software e de equipamento
90

Fornecedores
de serviços
91

Fornecedores
de mão-de-obra
trabalhadores
91

Fornecedores
de crédito
entidades financeiras
98

Entidades
profissionais
– A Ordem dos Arquitetos
99

A AMEAÇA
DOS SUBSTITUTOS
100

Outros profissionais
100

Limitação da intensidade
do uso dos serviços
de Arquitetura
100

Alternativas
aos serviços prestados
101

O PAPEL
DO ESTADO
102

AS FONTES DO EXCESSO
DE RIVALIDADE NO SECTOR DA ARQUITETURA
104

CAPÍTULO III
PLANEAMENTO ESTRATÉGICO
E OPERACIONALIZAÇÃO
107

ORGANIZAÇÃO
E ARQUITETURA TEMÁTICA
109

RACIONALIDADE
E ARQUITETURA ESTRATÉGICA
113

OPERACIONALIZAÇÃO
DA ESTRATÉGIA: MATRIZ
ESTRATÉGICA DE INTERVENÇÃO
117

OPERACIONALIZAÇÃO
DA ESTRATÉGIA:
GRELHA OPERACIONAL
DE INTERVENÇÃO
123

CAPÍTULO IV
ANÁLISE DE CUSTOS
E RENTABILIDADE
187

ANÁLISE DE CUSTOS E RENTABILIDADE
– CALIBRAÇÃO DE VALORES INDICATIVOS
PARA AS EMPRESAS DE ARQUITETURA
189

CAPÍTULO V
CONCLUSÕES
E RECOMENDAÇÕES GERAIS
199

CONCLUSÕES
E RECOMENDAÇÕES GERAIS
201

ANEXOS

207

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Acta nº 1
209

Acta nº 2
219

CICLO DE DEBATES E APRESENTAÇÕES PÚBLICAS

Acta nº 1
Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (Coimbra)
235

Acta nº 2
Casa do Professor (Braga)
251

Acta nº 3
Teatro Viriato (Viseu)
265

Acta nº 4
Biblioteca Municipal de Vila Real
279

Acta nº 5
Assembleia Municipal de Aveiro
291

APRESENTAÇÃO PÚBLICA

Acta nº 1
305

INFORMAÇÃO
COMPLEMENTAR
311

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO REGIONAL NORTE DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

Cláudia Costa Santos

A MUDANÇA QUE FAZ A DIFERENÇA

*Uma longa viagem de mil quilómetros
inicia-se com um movimento de um pé.*

Lao Tsé

A necessidade de luta pela afirmação e valorização da profissão de arquitecto na sociedade portuguesa é ainda hoje, mais de duas décadas após a criação da Ordem dos Arquitectos, uma realidade. Esta tensão é o reflexo da conjugação de vários factores, entre os quais, uma concorrência desleal crescente, a precariedade laboral, a desumanização do trabalho (enquanto reacção a uma acção de economia de mercado desregulada, reduzindo a condição humana e social às relações de transacção e a actividade de arquitectura enquanto forma de produção de um bem consumível totalmente divorciado da sua função social), a arrogância da burocracia e da tecnocracia no poder, o elitismo cultural, que persistem desde há vinte anos até aos nossos dias.

No ano 2014, a actual direcção assumiu um compromisso de grande responsabilidade, dirigir a Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, com base na concepção de que a Ordem dos Arquitectos deveria representar todos os arquitectos e não apenas alguns.

Este início de viagem obrigou-nos a reflectir sobre a seguinte questão: como mudar a política de actuação da Ordem, não cedendo no essencial e apenas a

partir do Norte? Mais ainda: o que era o essencial, na Ordem e para os arquitectos? A resposta foi-nos dada no âmbito do desenvolvimento do nosso trabalho, do nosso esforço, das nossas ânsias levadas a cabo sobre a apropriação de um conjunto de princípios sobre o serviço público, para o bem colectivo de todos os arquitectos.

Nesse sentido, por uma questão de moral, de rigor, de querer colocar a Ordem ao serviço dos arquitectos, com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade profissional, para a resolução dos problemas e das necessidades mais relevantes dos arquitectos, para a promoção da qualidade, da ética, do sentido colectivo, da solidariedade, da justiça, da liberdade, para o bem do interesse público, detectámos alguns temas que julgamos serem os mais preocupantes. E por isso, mereceram a nossa melhor reflexão: a participação dos arquitectos na vida democrática da Ordem, a concorrência desleal, a questão do valor da arquitectura (sobrevalorizando socialmente o “quanto custa”, mesmo sendo impossível comparar o “quanto vale”), a fragilidade da condição de estagiário, o empobrecimento daqueles que ainda têm um emprego e a progressiva precarização das condições de trabalho.

A consciência de que a sociedade está a mudar, dever-nos-ia obrigar a mudar também e, principalmente a compreender que tipo

de mudança é essa. A nossa estrutura tem de ser mais capaz, para responder rapidamente aos muitos desafios que temos pela frente.

Nessa óptica a Secção Regional Norte encomendou um estudo à Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, com objectivo de conhecer o estado actual da profissão com base em dados concretos, que fundamentassem e assegurassem uma estratégia de futuro, identificada e calendarizada no tempo por via de medidas de cariz pragmático e prático, com vista à sustentabilidade e viabilização futura da profissão de arquitecto.

No momento em que escrevo este texto, estamos todos a passar um período de confinamento social, por via da pandemia da covid-19. Todos tivemos que nos adaptar, de forma repentina, a novas condições de trabalho e de privação social. Acresce a circunstância do desassossego e preocupação de um futuro próximo, por ainda sentirmos os efeitos da recente crise económica, financeira e social que atingiu a Europa e o país, e das políticas europeias e governamentais de resposta a essa crise.

Hoje, mais do que nunca, é preciso fazer diferente para alcançar um resultado diferente, no futuro. E, essa diferença começa no resultado do diagnóstico: o estado da profissão de arquitecto em Portugal, não se deve só à natureza conjuntural, mas sistémica. Entre as dificuldades de adaptação da profissão a uma rivalidade competitiva feroz, decorrente da liberalização económica europeia e de uma actividade promovida sobretudo pela sua componente artística. De fora têm ficado as questões de defesa dos profissionais, da arquitectura enquanto actividade económica e da sua necessidade social.

As páginas seguintes, porventura, deixarão a claro a relação deste brevíssimo

apontamento sobre as dificuldades actuais desta profissão com tripla dimensão: ética, estética e técnica.

O Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura, no espaço temporal de 2018-2038, estende-se por áreas distintas, embora profundamente interrelacionadas. Materialmente, apresenta-se como um projecto de estratégia económica, reclamando esta filiação para defender a sua coerência interna e o seu lugar num espaço político, social e económico.

De uma perspectiva temática, deriva de um estudo sobre a evolução da classe profissional de arquitecto em Portugal, gerador de um conjunto de teses sobre a formação e o ensino, sobre a respectiva relação com outros sectores económicos, sobre a contextualização no mercado europeu, sobre as sociedades profissionais, o emprego e respectiva dimensão remuneratória. Cada um destes aspectos, apoiado na constante referência a exercícios estatísticos, inquéritos e entrevistas, reforçam a devida coerência e consistência deste projecto estratégico que deve ser, a missão da Ordem dos Arquitectos.

Por opção filosófica, acreditamos que as respostas para os problemas graves devem ser encontradas pelas comunidades que por eles são atingidos. Por isso, a elaboração deste Plano Estratégico contou com a participação de diversas personalidades de diferentes áreas disciplinares e de um número elevado de arquitectos (de várias gerações, diferentes áreas temáticas e geográficas, diferentes dimensões profissionais e perfis laborais).

Lançado o processo participativo de análise e reflexão prospectiva e debate sobre capacidades, oportunidades, dificuldades e opções a curto, médio e longo prazo, a orientação geral é a de que para enfrentar e superar os próximos tempos não basta

um programa de ajustamento à actual forma de estar e de actuar. É necessário, por um lado, batermo-nos junto dos organismos do Estado pela eliminação dos efeitos assimétricos entre o sector da arquitectura e os mercados relacionados. Por outro lado, a nível interno, devemos enfrentar bloqueios estruturais da Ordem dos Arquitectos, executando um programa que vá à verdadeira raiz dos problemas de competitividade da nossa classe profissional.

Importa assim que a natureza deste plano seja uma intervenção estrutural, que exige um horizonte de execução de médio e longo prazo, construído com uma visão estratégica partilhada e o envolvimento do conjunto de outras organizações de concertação social, política e educacional (nas dimensões social, académica, empresarial e sindical), para se alcançar a transversalidade dos objectivos, e conferir realidade colectiva ao somatório dos projectos individuais de cada organização, por um período que deve percorrer vários mandatos. Estes objectivos organizam-se em quatro grandes desígnios estratégicos neste Plano, três dos quais são classificados como principais que, por sua vez declinam em eixos estratégicos e vectores operacionais:

- Aumentar a Sustentabilidade e Competitividade da profissão de arquitecto;
- Melhorar o exercício Profissional;
- Aperfeiçoar as relações com a Administração Pública.

Estes propósitos assentam numa opção de base central: que a valorização e sustentabilidade da arquitectura enquanto actividade económica não se consegue com uma estratégia de empobrecimento, assente em baixos honorários, baixos salários, falsos

recibos verdes e na redução de direitos laborais. A valorização e sustentabilidade conquista-se, antes, por via da valorização dos profissionais qualificados e da promoção de um sistema empresarial de escala, de forma a alcançar uma economia competitiva e qualificada, por via do trabalho digno e prosperidade partilhada colectivamente.

Esta aposta no Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura, para 2018-2038, é, por isso, diferente. É um indicador de um rumo claro, para ser desenvolvido com os arquitectos e os parceiros referidos. É um plano de acção para a auto-regeneração da profissão de arquitecto, porque: propõe uma visão a prazo, coordenada, com desígnios claros e alcançáveis; propõe uma competitividade qualificada focada nos arquitectos, na valorização do seu trabalho e na simplificação administrativa; assume a responsabilização da Ordem perante os arquitectos e impulsiona a responsabilidade destes diante do futuro; propõe a cooperação e concertação com outras organizações; e propõe um sector sustentável, com ambição de um futuro economicamente competitivo, qualificado, socialmente justo e culturalmente desenvolvido. Propõe-se uma nova cultura organizacional, composta por uma visão diferente, com um pensamento que leva a uma nova atitude para atingir os objectivos, para que assim possamos ultrapassar os obstáculos presentes e vindouros.

Encaramos este Plano Estratégico como um documento orientador das escolhas prioritárias, da acção, do caminho que devemos percorrer enquanto profissionais, mas também enquanto instituição reguladora da profissão. Ele é também uma reacção construtiva e uma maneira de dizermos que não estamos disponíveis para nos conformarmos com as adversidades do presente.

Estaremos todos conscientes das nossas fraquezas, das nossas forças, daquilo que nos ameaça e das oportunidades que se nos oferecem? Estaremos todos disponíveis para protegermos e desenvolvermos o que já fazemos bem, corrigirmos o que fazemos mal e abandonarmos o que não tem solução? Estaremos todos preparados para lutar diariamente pela sustentabilidade da profissão?

Entrámos na segunda década de Ordem dos Arquitectos, o desafio que propomos para as próximas duas décadas é podermos em 2038, celebrar os 40 anos da Ordem dos Arquitectos com uma renovada confiança na profissão.

Arq.ª Cláudia Costa Santos

(Presidente do Conselho Directivo Regional
Norte da Ordem dos Arquitectos)

COORDENADORES DO PROJECTO

Alexandre Ferreira e Marta Fernandes

PROFISSÃO EM MUTAÇÃO*

No ano de 2015, com a Sede de Álvares Cabral em construção e o impacto da crise económica ainda a sentir-se na actividade dos arquitectos, tornou-se evidente para a actual direcção da SRN que a dimensão da transformação da profissão e dos desafios a enfrentar ultrapassava as circunstâncias económicas do momento.

A necessidade de compreender a fundo a origem de fenómenos dos quais só conhecíamos sintomas, como a degradação dos honorários, para lá da informação parcial disponível ou do mero palpite e a urgência de ter uma visão integrada com acções concretas a médio e longo prazo, que não ficasse refém dos ciclos políticos trienais, tornou imperativa a necessidade de elaboração de um Plano Estratégico para a nossa profissão, com a viabilidade e sustentabilidade económica como foco.

Os condicionalismos e a incerteza económica decorrente do processo de empreitada de Álvares Cabral e a dimensão de ambas as tarefas – Construção da Nova Sede e Plano Estratégico – obrigou à suspensão dos contactos preliminares para a elaboração do documento, aguardando que uma avaliação positiva nas eleições de 2016 nos desse a oportunidade de avançar com a elaboração do Plano.

O voto dos Arquitectos permitiu-nos nova oportunidade. As sucessivas protelações deste desiderato no interno da instituição clarificaram que teríamos de avançar incondicionalmente, impedindo que o peso das questões quotidianas, a inércia das instituições e a navegação à vista tão recorrente em Portugal, adiassem indefinidamente a elaboração de uma estratégia global, fundamental para a definição do futuro da nossa profissão.

Da fase prévia ao início deste processo, três condições foram consideradas imprescindíveis para o sucesso e pertinência desta empreitada:

1. Qualquer estratégia ou acção deveriam estar sustentadas num diagnóstico profundo, que fornecesse dados mensuráveis, passíveis de serem monitorizados no futuro;
2. A elaboração do documento ser efectuada por alguém externo à Arquitectura, desprovido de ideias pré-concebidas sobre o sector, a profissão, e com uma perspectiva técnica e teórica na área da economia e gestão que permitisse uma abordagem analítica das causas e propusesse soluções que tivessem a sustentabilidade económica como desiderato único,

* Título baseado na moção apresentada, em 2018, pelo CDRN-OA no 15º Congresso dos Arquitectos.

salvaguardando o papel social e cultural da Arquitectura, sem cedências à visão romântica da profissão como acto de sacrifício pessoal e económico;

3. Que o processo de elaboração fosse profundamente participado pelos Arquitectos e que as várias formas de exercício da profissão, as múltiplas visões do que é a profissão de arquitecto e as diferentes realidades territoriais estivessem reflectidas e integradas no processo de reflexão, de forma que o Plano seja o mais representativo possível da realidade, necessidades e expectativas dos Arquitectos.

Essas directrizes substanciaram-se na encomenda adjudicada à UMinho Exec, Escola de Economia e Gestão, e aos Professores Francisco Carballo-Cruz e João Cerejeira, com o acompanhamento intenso da estrutura da OASRN na organização, operacionalização e monitorização das várias etapas do processo.

A participação dos arquitectos, a representatividade territorial e dos vários modos de exercício da profissão, foi alcançada com recurso a várias estruturas e iniciativas. A criação de uma Comissão de Acompanhamento composta por arquitectos – por conta própria, no ensino universitário, em gabinetes de média e grande dimensão e na Administração Pública – permitiu estabelecer o debate de ideias, ultrapassando lugares comuns e elevando as expectativas para este estudo. Os grupos de foco, com uma composição similar na variedade de experiências, permitiram validar e aprofundar muitas das temáticas abordadas ao longo do estudo. O inquérito *online* que contou com a participação de mais de 700 arquitectos deu robustez ao processo. O ciclo de debates participativos, com transmissão *streaming*, realizados em Coimbra, Braga, Viseu, Vila Real, Porto e Aveiro, com temas

que foram desde a evolução dos honorários ao impacto das novas tecnologias na Arquitectura e na construção, deram a multipolaridade territorial e temática que se exige a uma reflexão do género e sobretudo tempo e espaço para que os Arquitectos pudessem expor sem filtros as inquietações, críticas e ideias que têm da profissão e para a profissão.

A profundidade do diagnóstico, a abrangência da análise apresentada – acesso à profissão; ensino; caracterização do sector da Arquitectura em Portugal, comparativamente à realidade europeia; trabalho e rendimentos do arquitecto – permitem afirmar inequivocamente que o Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura (PESA), que se condensa neste extenso documento, é o maior diagnóstico, reflexão e estruturação de acções alguma vez feito para a Arquitectura como actividade económica em Portugal.

A extensão, detalhe e ambição deste plano não significa que o mesmo tenha a pretensão de se assumir como a panaceia para todos os males ou sequer as propostas sejam todas subscritas por quem encomendou o documento. A grande virtude deste Plano é estabelecer um rumo para o futuro, adaptável mesmo perante imponderáveis e factores exógenos, um caminho com objectivos definidos e mensuráveis, que fomentem a discussão e acolham a discordância fundamentada.

Este documento, que tem como finalidade nivelar e tornar equitativo o acesso à informação e aos objectivos operacionais e estratégicos para a profissão, ao estabelecer padrões de cooperação a adoptar e ao esclarecer de forma clara os limites de viabilidade e sustentabilidade com que devemos orientar a nossa actividade profissional, dá um sinal a todos os Arquitectos da transformação que se impõe.

A primeira evidência que emana deste estudo é que nada poderá ficar como dantes. A escala dos desafios e a aceleração das causas e dos efeitos que enfrentamos não se compadecem com uma abordagem passiva, que se centre apenas nos problemas quotidianos e vivências pessoais, sob pena, na ausência de uma resposta colectiva concertada, de como classe nos assemelharmos à banda do Titanic, imperturbável a tocar enquanto o navio se afunda. Sobretudo porque, sem nunca perder de vista o enorme impacto social, cultural e económico da Arquitectura na sociedade, que se estende muito para lá das suas aparentes fronteiras, no fim é da Arquitectura que muitos de nós sustentam casas e alimentam famílias e esse desiderato tem de ser alcançado garantindo a dignidade e sustentabilidade da nossa actividade como arquitectos.

A segunda é que o modo de organizarmos as nossas estruturas económicas não poderá exclusivamente replicar os modelos do passado, de quando éramos poucos milhares e o mercado da construção estava em expansão. O desfasamento entre a qualidade e o reconhecimento da Arquitectura portuguesa e os baixos rendimentos que dela obtêm maior parte dos Arquitectos, inclusive em comparação com outros portugueses com formação superior, demonstra que o generalizado défice de conhecimentos de gestão, com reflexo no desempenho económico, tem de ser vencido. Um excelente arquitecto não é nem tem de ser por força um bom gestor ou comercial. Devemos sim reflectir e adoptar modelos de cooperação e partilha que permitam ganhar escala e desta forma potenciar as qualidades de cada interveniente no processo, estancar o sub-rendimento económico e impedir o desperdício das qualidades intelectuais e profissionais de uma das classes mais qualificadas que este país soube gerar.

A terceira ilação, que se obtém do diagnóstico e plano, é a importância do aprofundamento da relação entre pares e a necessidade de nos auto-regularmos economicamente. Tal pressupõe padronizar relações contratuais, laborais e económicas, para que todos os intervenientes na classe – estagiários, colaboradores, por conta de outrem ou conta própria – tenham a sua dignidade e viabilidade económica profissional asseguradas. Esta formalização e previsibilidade dos actos, vínculos e procedimentos é a primeira linha de defesa para, como classe, estarmos menos sujeitos a pressões externas e movimentos de degradação económica, tais como o *dumping*.

No capítulo IV as cartas são postas na mesa de forma clara. Todos somos conscientes que certos custos e a capacidade económica dos clientes variam conforme o território, que a percepção destes do valor do trabalho do Arquitecto não é o mesmo se for de um premiado ou de um recém-licenciado, que a evolução e desempenho económico do país e do mundo tem impacto nos honorários, que o mercado é liberalizado e que como classe respeitamos sempre o actual enquadramento jurídico nacional e internacional em que nos movemos. No entanto, as evidências que se extraem deste capítulo, para além de um guião, com uma estrutura padrão para a composição de preços compatível com as leis da livre concorrência, sublinham, com a crueza dos números, que existem limiares que cada arquitecto em consciência e sem prejuízo do seu livre arbítrio não deve ceder, pelos outros, por si.

O papel fundamental da Ordem dos Arquitectos como entidade reguladora do acesso à profissão, zeladora dos princípios éticos e deontológicos, promotora de iniciativas de valorização e defesa da profissão e interlocutora com os poderes públicos é evidenciado neste documento, sem deixar de apontar a necessidade

de melhorar mecanismos internos e procedimentos na defesa da profissão. No entanto, quando a realidade ultrapassa mais de 23000 arquitectos, com mais de 700 novos arquitectos a acederem à profissão anualmente, o nosso ecossistema terá inevitavelmente de acompanhar esse crescimento e complexidade, o que torna premente o aparecimento de entidades complementares que incidam as suas competências sobre as questões laborais, de promoção empresarial e inclusive numa base mutualista de carácter suplementar. O surgimento desses novos actores terá de partir da iniciativa e participação associativa dos arquitectos, o que reforça uma evidência que perpassa todo o Plano – os principais agentes da transformação e da modelação do nosso futuro colectivo temos de ser nós.

O impacto na nossa actividade das decisões e acções de outros interlocutores, como o Estado, exigem da Ordem, tal como exposto no PESA, uma postura política e social mais activa e propositiva, que garanta a salvaguarda dos interesses profissionais da classe. Os Arquitectos deverão afirmar-se na agenda social e política relacionada com a Cidade, a Habitação e o Território, e esse objectivo é apenas alcançável com conteúdos e propostas sólidas que possam influenciar atempadamente políticas públicas, legislação e boas práticas. Foi com esse alcance que a Secção Regional Norte criou em 2018 o Centro de Estudos Norte 41, do qual o Plano Estratégico é a primeira iniciativa. Enquadrado no CEN41, está também a criação do Observatório N41 que terá entre outros objectivos, a monitorização do PESA e a medição dos indicadores presentes no Diagnóstico, para permitir ao longo da operacionalização do Plano, avaliar o impacto de medidas e afinar estratégias.

A conclusão do extenso processo de elaboração do Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura coincide no seu término com acontecimentos excepcionais, que o tornam ainda mais pertinente e urgente como instrumento de orientação e acção, que dê um rumo à profissão num contexto de incerteza. É por isso ainda mais devido o agradecimento a todos os intervenientes no processo, a começar pelos autores do estudo pelo trabalho realizado e pela disponibilidade em acompanhar as expectativas depositadas neste Plano. Aos colegas de direcção do Conselho Directivo Regional Norte, que ao lado ou no apoio foram inexcedíveis no empenho e na confiança depositada, condições indispensáveis para a execução deste projecto comum. Às pessoas que formam a equipa da SRN que, seja no acompanhamento mais estreito do processo à participação nas várias etapas deste caminho, demonstraram uma vez mais o nível de compromisso e excelência que as caracteriza e cuja discrição fazem a SRN alcançar mais do que a sua dimensão e meios fariam supor.

Por fim, é imperioso assinalar a generosidade, saber e abertura de espírito com que todos os arquitectos e arquitectas que, das comissões aos grupos de foco, do inquérito aos debates, participaram e se envolveram nos vários momentos do Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura, prova que os Arquitectos portugueses têm individual e colectivamente as qualidades indispensáveis, para com um Plano, encetarmos a mudança necessária e podermos afirmar, com uma pequena dose de ousadia, que o futuro nos pertence.

Alexandre Ferreira

(Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos; coordenador do PESA)

CENTRO DE ESTUDOS NORTE 41º _ CENTRO DE ARQUITECTURA, CRIATIVIDADE E SUSTENTABILIDADE

O Centro de Estudos Norte 41º (CEN41º) foi criado, no dia 13 de Dezembro de 2018, a partir do projecto Norte 41º e tem como principais premissas a Arquitectura, o Território, a Criatividade e a Sustentabilidade, constituindo-se como um centro de apoio à prática profissional no campo da Arquitectura, disponibilizando novas ferramentas e soluções para os problemas actuais do sector.

CEN41 quer afirmar-se como um espaço de produção de conhecimento, de confluência entre a produção académica e a Profissão, de interligação da Profissão e da Ordem com a Sociedade, que congregue e produza informação que sirva de auxílio à actividade profissional e permita que os Arquitectos liderem a vanguarda, influam a discussão e estabeleçam a agenda em questões legislativas, sociais e estratégicas ligadas ao Território, Urbanismo, Construção e Profissão.

Pretende-se um centro de investigação, que considerando as normativas nacionais, europeias e universais mais actualizadas, procure empreender no campo da Arquitectura um projecto que contribua para a aquisição de ferramentas de conhecimento que promovam a sustentabilidade e a eficiência no uso dos recursos existentes, no âmbito de uma transição cada vez mais concertada para uma economia circular.

Em termos práticos o CEN41º promove uma abordagem inédita, de articulação com diversos domínios científicos (Arquitectura, Urbanismo, Reabilitação, Geografia, Território, História da Arte, Criatividade, Sustentabilidade, Energias Renováveis), num trabalho em directo contacto com a comunidade e os organismos de decisão política, promovendo práticas eficazes de construção, reabilitação, planeamento urbano, boas práticas de Arquitectura, respeito pela integridade patrimonial, capacidade de intervir no território, criatividade, inovação e sustentabilidade – impacto ambiental, avaliação do ciclo de vida dos materiais, sistemas construtivos, eficiência energética.

Neste âmbito, de forma a garantir melhores condições para um trabalho que parte da multidisciplinaridade com intenção de atingir a transdisciplinaridade, a OASRN agregou ao projecto duas comissões de apoio à Direcção do CEN41º e várias parcerias de cooperação institucional.

A Comissão de Aconselhamento do CEN41º é constituída por reputados arquitectos, professores universitários e investigadores de áreas relacionadas com a Arquitectura, a Engenharia, a Economia, a Conservação e Restauro, a Geografia, a História da Arte e a Sociologia, reunindo periodicamente para reflectir e discutir linhas temáticas de actuação do projecto.

A Comissão de Honra do CEN41º é composta por pessoas singulares e colectivas de reconhecido mérito, idoneidade e prestígio, que contribuam para os objectivos e actividades do CEN41º, entre os quais, representantes do Ministério da Cultura, da Comissão Nacional da UNESCO-Portugal, da Direcção Geral de Património Cultural, da Agência da Competitividade e Inovação, de diversas universidades públicas e privadas, bem como de câmaras e Comunidades Intermunicipais da área geográfica afectada à OASRN.

Das parcerias de cooperação institucional que o projecto pretende estabelecer com centros de investigação e desenvolvimento tecnológico, redes de investigação, fundações, organizações nacionais e internacionais, instituições de Ensino Superior, estruturas da Administração Pública, associações, empresas, instituições e estruturas culturais, com projectos relevantes para a prossecução dos objectivos do CEN41º, após o

primeiro ano de trabalho, foi possível assegurar protocolo de cooperação com entidades com reconhecido trabalho nas áreas da Arquitectura, Urbanismo, Energias Renováveis, Engenharia, Geografia e outras Ciências Sociais, com vínculo às Universidades do Porto, Coimbra, Minho, Aveiro e Trás-os-Montes e Alto Douro.

O CEN41º é um projecto rigoroso, que se baseia no princípio da auto-sustentação das suas actividades, que pretende trabalhar em rede e complementaridade com a Academia, fazendo a ligação e reforço do apoio à prática profissional do arquitecto, desenvolvendo e promovendo estudos que contribuam para o desempenho superior e a valorização da actividade. A primeira iniciativa do CEN41º é o presente estudo que agora se apresenta, na área da gestão e economia, adjudicado à Universidade do Minho, que estabelece uma visão para a profissão e define o “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”.

COMISSÃO DE HONRA CEN41º

Ministra da Cultura
Doutora Graça Fonseca

Presidente da Câmara Municipal do Porto

Dr. Rui de Carvalho de Araújo Moreira

Presidente da Comissão Nacional da UNESCO – Portugal
Embaixador José Filipe Mendes
Moraes Cabral

Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real)
Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e coordenador do consórcio das Universidades do Norte de Portugal
Professor Doutor António Augusto
Fontainhas Fernandes

Reitor da Universidade de Coimbra
Professor Doutor Amílcar Falcão

Reitor da Universidade do Minho
Professor Doutor Rui
Vieira de Castro

Reitor da Universidade de Aveiro
Professor Doutor Paulo Jorge
dos Santos Gonçalves Ferreira

Presidente da Área Metropolitana do Porto
Professor Doutor Eduardo Vítor
de Almeida Rodrigues

Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho
Eng.º José Maria da Cunha Costa

Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro
Dr. Carlos Silva Santiago

Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa
Dr. Armando da Silva Mourisco

Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes
Professor Doutor Artur
Manuel Rodrigues Nunes

Presidente da Câmara Municipal de Viseu
Dr. António Joaquim Almeida Henriques

Directora-Geral e Direcção Geral de Património Cultural (DGPC)
Arquiteta Paula Araújo da Silva
(actual director-geral _ Dr. Bernardo Alabaça)

Presidente do IAPMEI – Agência da Competitividade e Inovação
Professor Doutor Nuno André Oliveira Mangas Pereira

Reitor das Universidades Lusíada – Porto e Lisboa
Professor Doutor Afonso Filipe Pereira d'Oliveira Martins

Reitor da Universidade Fernando Pessoa
Professor Doutor Salvato Trigo

COMISSÃO DE ACONSELHAMENTO CEN41º

ARQUITECTURA
Professor Doutor João Pedro Sampaio Xavier
Professor Catedrático da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
Director da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

ARQUITECTURA / ENGENHARIA
Professor Doutor Rui Humberto Costa de Fernandes Póvoas
Professor Catedrático da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

ARQUITECTURA / ENGENHARIA
Professor Doutor António Jorge de Moura Leitão Cerejeira Fontes
Professor Assistente Convidado da Universidade do Minho.
Sócio da empresa Cerejeira Fontes Architects.

ECONOMIA
Professor Doutor José da Silva Costa
Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

ENGENHARIA / CONSERVAÇÃO E RESTAURO
Engenheiro Filipe Ferreira
Administrador da empresa AOF – Augusto de Oliveira Ferreira & Cª
Vogal do GECORPA – Grémio do Património.

GEOGRAFIA
Professor Doutor José Alberto Vieira Rio Fernandes
Professor Catedrático do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Presidente da Associação Portuguesa de Geógrafos.

GEOGRAFIA
Professor Doutor Lúcio José Sobral da Cunha
Professor Catedrático do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade Coimbra.

GEOGRAFIA
Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo
Professora Catedrática de Geografia Humana na Universidade do Minho.
Directora do Lab2pt – Laboratório de Paisagens, Património e Território.

HISTÓRIA DA ARTE
Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha
Professor com Agregação, em História da Arte, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Director do Departamento de Ciências e Técnicas do Património.

SOCIOLOGIA
Professor Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
Professor Catedrático de Sociologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia.

PROTOSCOLOS DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL CEN41º CELEBRADOS E CONFIRMADOS

CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITECTURA E URBANISMO — CEAU Instituição Base

Faculdade de Arquitectura
da Universidade do Porto
Principal Área de Actuação
Arquitectura e Urbanismo

CENTRO DE ESTUDOS ARNALDO ARAÚJO — CEEA Instituição Base

Escola Superior Artística do Porto
Principal Área de Actuação
Arquitectura, Artes Dramáticas e Cinema

LABORATÓRIO DE PAISAGENS, PATRIMÓNIO E TERRITÓRIO — LABZPT Instituição Base

Universidade do Minho
– Escola de Arquitectura
Principal Área de Actuação
Arquitectura e Urbanismo

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM ENERGIAS RENOVÁVEIS — CIENER Instituição Base

Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia
Mecânica e Gestão Industrial (INEGI)

Tem ainda como instituição participante e como colaborações

Universidade de Trás-os-Montes
e Alto Douro (UTAD) – Vila Real
Instituto Politécnico de Bragança (IPB)
Instituto Politécnico do Portalegre (IPP)
Principal Área de Actuação
Energias Renováveis

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DE RISCOS E SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO — RISCO — Instituição Base

Universidade de Aveiro
Principal Área de Actuação
Engenharia Civil

CENTRO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO — CEGOT Instituição Base

Universidade de Coimbra
Universidade do Porto
Universidade do Minho
Principal Área de Actuação
Ambiente, Território e População

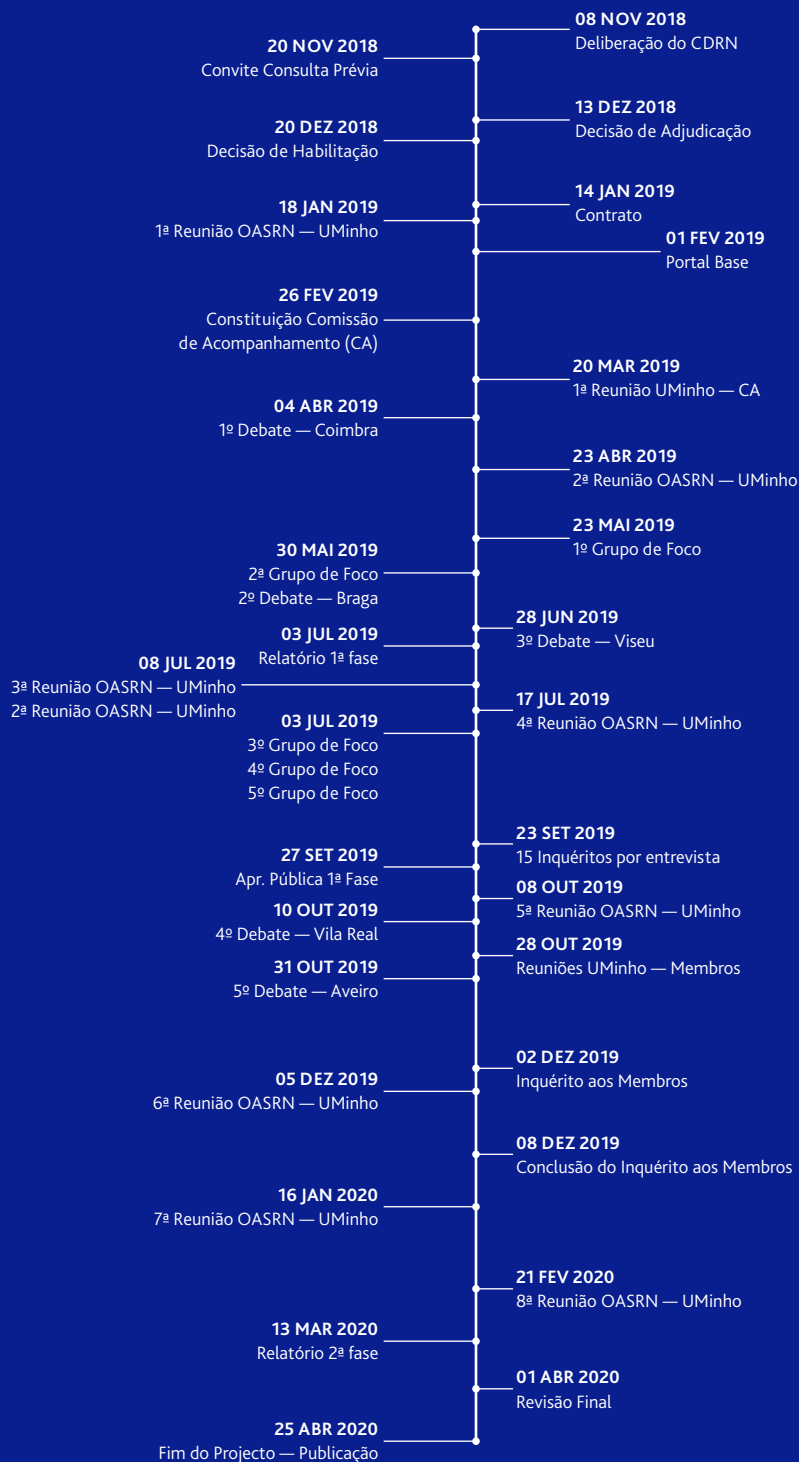
FUNDAÇÃO INSTITUTO MARQUES DA SILVA — FIMS Instituição Base

Universidade do Porto
Principal Área de Actuação
Arquitectura

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR «CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA» — CITCEM Instituição Base

Faculdade de Letras
da Universidade do Porto
Principal Área de Actuação
História, Geografia, Arqueologia, Antropologia
Social e Cultural, Demografia, Literatura,
História da Arte, Museologia, Sociologia,
Cinema, Cultura Digital

LINHA CRONOLÓGICA PESA



INTERVENIENTES

ESCOLA DE ECONOMIA E GESTÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Francisco Carballo-Cruz
João Cerejeira

ORDEM DOS ARQUITECTOS – SECÇÃO REGIONAL DO NORTE MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Daniel Couto
Lara Mendes
Pedro Silva
Silvano Festa

CONSELHO DIRECTIVO REGIONAL DO NORTE

Cláudia Costa Santos
Alexandre Ferreira
Marta Fernandes
António Laúndes
Eduardo Queiroga
Eva Oliveira
Cláudia Antunes
Pedro Vinagreiro
Tiago Soares
Nuno Sousa
Pedro Cunha
Cristiano Costa

CONSELHO REGIONAL DE DISCIPLINA DO NORTE

Pedro Parreira
Renato Costa
Andreia Oliveira
Rogério Gomes
Mara Canhola
Susana Ramos
Henrique Marques

NÚCLEO DE ARQUITECTOS DA REGIÃO DE AVEIRO

Carolina Freitas
Nuno Silva
Manuel Lêdo da Fonseca

NÚCLEO DE ARQUITECTOS DA REGIÃO DE BRAGA

Filomena Ferreira
João Macedo

NÚCLEO DE ARQUITECTOS DA REGIÃO DE VISEU

Pedro Almeida e Silva
João Loureiro
João Simões

ASSESSORIA

Adriana Castro
Alexandra Lourenço
Ana Caridade
Ana Teixeira
Cláudia Almeida
Fátima Alves
Filipa Paiva
Helena Almeida
Leonor Figueiredo
Lídia Meireles
Lígia Sampaio
Nuno César Machado
Sara Azevedo
Sofia Jacob
Sofia Vechina
Susana Machado
Susana Nogueira
Susana Silva

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

João Jesus
Jorge da Costa
Jorge de Brito
José Castro Silva
José Eduardo do Vale Machado
Manuel Vilhena Roque
Mário Krüger
Pedro Baganha

ORADORES CONVIDADOS PARA OS DEBATES PARTICIPATIVOS

COIMBRA — 4 de Abril
Mosteiro de Santa Clara-a-Velha
A Evolução dos Honorários
Prof. Catedrático Arq.º Vítor Murtinho

BRAGA — 30 de Maio

Casa do Professor
Evolução do exercício da arquitectura.
Como salvaguardar e impulsionar
a prática profissional

Prof. Doutor Miguel Bandeira — Vereador
do Urbanismo, em representação do Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Braga

Prof. Doutor Arq.º António Jorge
Cerejeira Fontes

Arq.º José Eduardo do Vale Machado
Arq.º Joel Moniz _ em representação do
Arq.º João Borges Araújo

UIVISEU — 28 de Junho

Teatro Viriato
O Arquitecto e a Administração Pública
Arq.º Carlos Chaves
Arq.ª Olga Marina Santos

PORTO — 27 de Setembro

Sede OASRN
Apresentação Pública da 1ª Fase
Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz
Prof. Doutor João Cerejeira

VILA REAL — 10 de Outubro

Biblioteca Municipal
Mercados para o Futuro
Eng.º Adriano Sousa — Vereador do
Urbanismo, em representação do Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Vila Real
Arq.º António Belém Lima
Arq.º Nuno Sousa
Arq.º Pedro Mascarenhas

AVEIRO — 31 de Outubro

Assembleia Municipal
Arquitectura e Construção.
Novo paradigma tecnológico
Eng.º José Ribau Esteves _ Presidente da
Câmara Municipal de Aveiro
Prof. Doutor Arq.º Nuno Lacerda Lopes
Prof. Doutor Arq.º Ricardo Vieira de Melo

**PARTICIPAÇÃO
EM DEBATES / GRUPOS
DE FOCO / INQUÉRITOS**

POR ENTREVISTA

Alberto Montoya
Albino Teixeira
Alfredo Marques
Álvaro Fonseca
Álvaro Siza Vieira
Ana Gil de Oliveira
Ana Maria Gamito
Ana Rita Reis
Anabela Rodrigues
António Trindade
Bruno Leitão
Bruno Tiago Carreira
Cândido Mota
Carlos Alberto Pereira Saldanha
Carlos Calais Freire
Carlos Carneiro Coimbra
Catarina Fidélis Nogueira
Célia Salvador Francisco
César Jesus Gonçalves
Cesário Correia de Matos
Cláudia Escalera
Cláudia Silva Antunes
Conceição Melo
Cristina Guedes
David Ramos Bilo
Dinis Jorge
Diogo Almeida
Eva Paiva
Filipe Fontes
Filipe Tojeiro
Francisca Magalhães
Francisco António Ferreira
Francisco Keil Amaral
Francisco Sousa Rio
Gilberto Pereira

Gonçalo Louro
Hugo Amaro de Sousa
Hugo Tocha de Carvalho
Ilda Seixas Fonseca
Ilídio Ramos
Isabel Caldeira
Ivo Oliveira
Joana Leandro Vasconcelos
Joana Pereira da Silva
João Monteiro Loureiro
Joaquim Tavares dos Santos
Jorge Frias de Magalhães
Jorge Garcia Pereira
Jorge Paulo Correia
José António Bandeirinha
José Augusto Rodrigues Martins
José Barreira
José Cardoso Pereira
José Gomes Abreu
José Moreira Ribeiro
José Simões
José Vilas Boas
Juliana Santos
Lucinda Bem-Haja
Lucindo Paulo Barros
Luísa Bebiano Mendes Ribeiro
Manuel José Vieira Ferreira
Manuel Moreira de Oliveira
Manuel Simões
Márcio Lameirão
Marcos de Miranda Teixeira
Maria João Fradinho
Maria João Sousa Pinto
Maria Luísa Keil Amaral
Maria Manuela Silva
Maria Pinto de Abreu
Mariana Martins
Mário Ferreira de Abreu
Martim Martins da Costa

Matilde Mata
Milena Barbosa
Nelson Castro
Nuno Durão
Octávio Bastos
Paula Tinoco
Paulo Esteves Lopes
Paulo Lousinha
Paulo Paiva Fonseca
Paulo Pinheiro Borges
Paulo Quelhas Vilarinho
Paulo Valente Martins
Pedro Barbosa
Pedro Ferreira Silva
Pedro Karst Guimarães
Pedro Sá e Costa
Pedro Veloso
Pompílio Souto
Ricardo Baptista Faria
Ricardo Coutinho
Ricardo Matos Pereira
Ricardo Vilaça
Rita Gomes
Sandro Vieira Ferreira
Sara Breda Vieira
Sérgio Borges
Sofia Grilo
Sofia Zarcos Palma
Solénio Fontes Laranjeira
Sónia Freitas
Susana Pimenta
Teotónio Santos
Tiago Pinho dos Santos
Vanessa Monteiro
Vasco Monge
Vincenzo Riso
Vitor Bruno Ferreira

CAPÍTULO I



CONTEXTUALIZAÇÃO

FONTES DE DADOS

AMADEUS Bureau Van Dijk; CAE Conselho dos Arquitetos da Europa; COMTRADE International Trade Statistics Database; DGEEC Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência; INE Instituto Nacional de Estatística; Portal Base Contratos Públicos Online; QP Quadros de Pessoal; SCIE Sistema de Contas Integradas das Empresas



PAÍSES

ALE Alemanha; AUT Áustria; BE Bélgica; BUL Bulgária; CPR Chipre; CRO Croácia; DIN Dinamarca; ESP Espanha; EST Estónia; FIN Finlândia; FR França; GR Grécia; HOL Holanda; HUN Hungria; IRL Irlanda; ITA Itália; LET Letónia; LIT Lituânia; LUX Luxemburgo; MAL Malta; NOR Noruega; POL Polónia; POR Portugal; RCH República Checa; ROM Roménia; RU Reino Unido; SER Sérvia; SLO Eslováquia; SLV Eslovénia; SUE Suécia; SUI Suíça

INTRODUÇÃO

Em Portugal, o sector da Arquitetura enfrenta, há quase vinte anos, os desafios de uma procura minguante e de uma concorrência crescente. Nos últimos anos, a recuperação do sector da construção, nomeadamente na sua vertente de reabilitação, e o crescimento das exportações de serviços de Arquitetura têm melhorado a situação dos profissionais do sector. O contexto atual convida a uma reflexão sobre o sector e a atividade, que incorpore uma componente estratégica e contribua para garantir a sustentabilidade do sector e a viabilização da atividade e dos negócios de Arquitetura. Atenta às necessidades da classe que representa, a Ordem dos Arquitetos – Secção Regional do Norte,¹ promoveu um estudo destinado a analisar a atual situação do sector e a delinear estratégias de reestruturação e viabilização da profissão.

O exercício de planeamento de carácter estratégico que corporiza essa reflexão resulta no Plano vertido neste documento. O Plano Estratégico para o Sector da Arquitetura em Portugal (PESA) pretende ser um instrumento de orientação, priorização e intervenção para o sector em geral e para os arquitetos em particular, num horizonte de médio prazo. Partindo de um diagnóstico exaustivo, que identifique as principais problemáticas e desafios atuais e futuros, o Plano tem como finalidade fundamental estabelecer os caminhos a seguir pelo sector em Portugal, identificando

preferências e sugerindo propostas de operacionalização, através de medidas, que deverão ser objeto de desenvolvimento aquando da sua implementação.

As principais motivações para a elaboração do PESA são refletir sobre a atividade da Arquitetura e o papel do arquiteto como profissional gerador de valor acrescentado, bem como projetar essa reflexão de forma estratégica, de modo a garantir a preservação da Arquitetura como atividade económica e social e a viabilidade dos negócios de Arquitetura. Os objetivos estabelecidos neste exercício de planeamento são realizar um diagnóstico do sector da Arquitetura e dos sectores relacionados, delinear estratégias de reestruturação e viabilização da atividade e fundamentar a intervenção do sector e dos arquitetos, quer individualmente, quer como coletivo.

Em termos operacionais, os objetivos são:

- Conhecer e analisar a evolução do sector da Arquitetura e dos sectores relacionados em Portugal, nomeadamente os sectores do imobiliário e da construção civil;
- Contextualizar a situação do sector em Portugal, comparando-a com a de outros países europeus;
- Analisar a evolução da atividade dos serviços de Arquitetura, quer em

¹ A Ordem dos Arquitetos, criada em 1998, através do Decreto-Lei 176/98, de 3 de julho, é a associação pública profissional representativa de todos os arquitetos em exercício em Portugal, regulando a respetiva prática, e difundindo e protegendo a Arquitetura dentro e fora de Portugal.

termos de oferta, quer em termos de procura, tanto na dimensão interna como na externa;

- Identificar as principais tendências em matéria de formação de arquitetos e de outros profissionais com funções complementares e substitutas;
- Realizar um diagnóstico estratégico ao sector da Arquitetura em Portugal;
- Elaborar uma análise estratégica ao sector da Arquitetura em Portugal, que identifique prioridades de intervenção e medidas genéricas de operacionalização das mesmas; e,
- Formular propostas de intervenção para o sector, que operacionalizem as prioridades elencadas.

O Plano organiza-se em torno de duas grandes componentes: uma de diagnóstico, que permita fundamentar análises e opções, e outra de estratégia, que identifique linhas de intervenção e formas de operacionalização.

O resultado final do Plano deverá combinar diversas perspetivas:

- A perspetiva dos arquitetos, como profissionais, de forma individual;
- A perspetiva dos arquitetos, através da Ordem, de forma corporativa;
- A perspetiva de outros *stakeholders* relevantes, externos ao sector da Arquitetura;
- A perspetiva dos planeadores, como elementos de ponderação e organização de ideias e prioridades.

Além destas perspetivas, os elementos propositivos da componente estratégica incorporam medidas e boas práticas que contribuíram para melhorar o posicionamento dos arquitetos ou das atividades de Arquitetura noutros países afetados por conjunturas ou aspetos estruturais similares aos que impactam sobre o sector em Portugal.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica inclui várias fontes de informação, integra diversas componentes e baseia-se num processo interativo *bottom-up*.

AS FONTES

A informação secundária procede fundamentalmente de bases de dados públicas e de acesso restrito. A informação quantitativa que dá corpo à componente de diagnóstico foi retirada de plataformas ou documentos do Instituto Nacional de Estatística (INE) – Estatísticas Gerais e Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC), Quadros de Pessoal (QP), Portal BASE, COMTRADE,² AMADEUS³ e do Conselho dos Arquitetos da Europa (CAE). Os dados retirados dessas fontes são dados registados, exceto os da última que procedem de inquéritos anuais. O último ano utilizado nas várias análises é sempre o último período para o que existem dados. Foram também consultados diversos Relatórios de Atividades, Planos de Atividades e Inquéritos à Profissão (2006 e 2012), bem como diversa legislação e normativos de regulação da profissão e do sector.

A informação primária foi recolhida através de vários instrumentos. Foram organizados cinco grupos de foco, em diversos momentos do processo de planeamento, para responder a necessidades

informativas diferentes (auscultação prévia, diagnóstico e planeamento). A informação primária procede também de um conjunto de entrevistas semiestruturadas realizadas, com objetivos de balizamento do diagnóstico e de validação preliminar de opções estratégicas e grandes áreas de intervenção. Foi recolhida também informação primária de grande interesse através de um inquérito por questionário, realizado na fase final do processo de planeamento, essencialmente para fins de legitimação e ajustamento do diagnóstico e de desenvolvimento e validação final da estruturação estratégica e das propostas genéricas de intervenção.

Os trabalhos desenvolvidos foram seguidos por uma Comissão de Acompanhamento com funções de orientação e monitorização dos resultados, embora muitos dos comentários e reflexões aventados nos momentos de *follow-up*, tenham dado origem a *inputs* com interesse em matéria de diagnóstico e planeamento.

O PROCESSO

A sistematização e organização da informação sobre a evolução, situação e perspetivas do sector da Arquitetura e dos sectores relacionados, quer em termos de oferta, quer em termos de procura, foi o ponto de partida para a elaboração do diagnóstico. A primeira reunião com a Comissão de Acompanhamento e os grupos de foco de auscultação

² Repositório de estatísticas oficiais de comércio internacional e tabelas analíticas relevantes.

³ Base de dados com informação detalhada sobre empresas. O universo da base de dados é constituído por um vasto número de empresas europeias cotadas e não cotadas.

prévia permitiram aflorar as principais preocupações e desafios do sector, tanto na atualidade como para os próximos anos.

Para identificar e/ou validar as principais problemáticas nos domínios principais do plano e fundamentar as grandes opções estratégicas e operacionais, foi seguida uma abordagem *bottom-up*, assente na auscultação de arquitetos e de outros *stakeholders* relevantes com responsabilidades em matéria de regulação e exercício profissional. Nesta aproximação, o papel da Ordem dos Arquitetos – Secção Regional do Norte foi absolutamente fundamental, por ter assegurado a organização e a logística dos processos de debate e consulta, que informaram as fases de diagnóstico e planeamento. Adicionalmente e em paralelo, a Ordem organizou durante o ano de 2019 um conjunto de debates participativos, em várias cidades da sua área geográfica de atuação (Coimbra, Braga, Viseu, Porto, Vila Real e Aveiro), onde foram discutidos aspetos de interesse para a elaboração do Plano. O conteúdo dos debates permitiu enriquecer o diagnóstico, validar temáticas relevantes e completar e confirmar as opções estratégicas e as medidas de operacionalização que foram delineadas a partir dos instrumentos metodológicos utilizados.

A partir da delimitação das temáticas relevantes e da densificação do diagnóstico preambular foram organizados grupos de foco⁴, aos quais se associou um breve inquérito para a identificação de relevâncias. Nestes grupos de foco foi obtida informação qualitativa sobre leituras, perspetivas e tendências no âmbito do objeto de estudo, neste caso o sector da Arquitetura.

Numa fase posterior foram organizados grupos de foco de validação do diagnóstico, nos quais foram igualmente discutidas opções estratégicas e prioridades de intervenção, construídas a partir daquele, que permitiram delinear os elementos basilares da estratégia e sistematizar intervenções, pelo menos de forma preliminar. O diagnóstico consolidado e os fundamentos da estratégia foram a seguir objeto de uma validação restrita mediante um inquérito por entrevista⁵ endereçado a um número limitado de arquitetos. Os resultados do inquérito ratificaram o diagnóstico e confirmaram a oportunidade de muitas das orientações e propostas estratégicas avançadas.

Houve uma grande preocupação por construir grupos de foco de composição heterogénea, em função das características pessoais e profissionais dos arquitetos, com a finalidade de que o debate refletisse a diversidade de opiniões, posicionamentos, perspetivas e propostas da população do sector. Relativamente às entrevistas, os arquitetos entrevistados são todos profissionais experientes com um profundo conhecimento do sector e dos sectores relacionados.

⁴ Ver Tabela 1 para conhecer os detalhes deste instrumento de recolha de informação.

⁵ Ver Tabela 1 para conhecer os detalhes deste instrumento de recolha de informação.

Tabela 1.1 – Instrumentos de recolha de informação primária

Instrumento	Caracterização	
Grupos de Foco	Número	5
	Local	Porto, Ordem dos Arquitetos – Secção Regional do Norte (4) e Braga, Universidade do Minho (1)
	Período	Entre maio e julho de 2019
	Condução	Coordenadores do Plano Estratégico
	Participantes	Arquitetos, 4 a 5 por grupo para facilitar a interação
	Perfis	Em geral, pelo menos, um arquiteto empregado por conta de outrem, um arquiteto empregado por conta própria, um arquiteto proprietário ou sócio de um gabinete de Arquitetura e um arquiteto em funções públicas, normalmente numa Câmara Municipal. Procurou-se que houvesse diversidade quanto às Escolas de formação dos participantes
	Objetivos	Balizamento, diagnóstico e estruturação do planeamento
	Finalidades	Proposição e validação e validação preliminar
	Procedimento	Introdução e desenvolvimento das temáticas, com base num guião preestabelecido
	Registo	Notas dos tópicos objeto de debate
	Associação	Inquérito por questionário distribuído ao grupo de foco, para fins de identificação de relevâncias e priorização, entregue no momento ou preenchido <i>a posteriori</i>
Inquéritos por entrevista	Número	15
	Veículo	Envio por correio eletrónico de um documento e devolução preenchida, seguindo as indicações correspondentes. Interação efetuada pela Ordem dos Arquitetos – Secção Regional do Norte
	Período	Agosto e setembro de 2019
	Preparação	Coordenadores do Plano Estratégico
	Perfis	Arquitetos com grande experiência profissional e conhecimento do sector e da profissão
	Objetivos	Diagnóstico, planeamento e intervenção
	Finalidades	Validação e validação preliminar, e complementação de propostas
	Procedimento	Eletrónico
	Registo	Sistematização de resultados em documentos eletrónicos

Inquéritos por questionário	Número de respostas (Amostra)	730				
Veículo	Correio eletrónico explicativo com um link para a plataforma <i>Google Docs</i> , onde estava alojado o inquérito anónimo. Interação efetuada pela Ordem dos Arquitetos – Secção Regional do Norte					
Período	Outubro e dezembro de 2019					
Preparação	Coordenadores do Plano Estratégico					
População	Arquitetos (membros ativos) pertencentes à Ordem dos Arquitetos – Secção Regional do Norte, sem qualquer segmentação					
Taxa de resposta	~10%					
Objetivos	Diagnóstico, planeamento e intervenção					
Finalidades	Validação e validação preliminar, e complementação de propostas					
Procedimento	Eletrónico					
Registo	Sistematização de resultados em documentos eletrónicos					
Perfil dos respondentes						
Sexo	Masculino		Feminino			
	66,50%		33,50%			
Idade	<30 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60 ou + anos	
	8,10%	36,60%	33,70%	14,80%	6,80%	
Experiência	0-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	25 ou + anos	
	32,60%	19,90%	17,00%	15,70%	14,80%	
Regime laboral	Tempo Completo		Tempo Parcial		Não Responde	
	81,60%		14,50%		3,90%	
Tipo de Sector	Sector Público		Sector Privado		Não Responde	
	14,00%		83,20%		2,80%	
Tipo de Relação Laboral	Conta de Outrem		Conta Própria		Empregador	Outra
	39,70%		38,50%		17,30%	4,50%

Fonte: Elaboração Própria

A partir do diagnóstico e da estruturação estratégica e das propostas genéricas de intervenção avançadas foi construído um inquérito por questionário⁶ endereçado à população de arquitetos inscritos na Ordem dos Arquitetos – Secção Regional do Norte. A finalidade última do inquérito foi sancionar novamente o diagnóstico e validar o *draft* da matriz estratégica. No entanto, este instrumento de auscultação da comunidade também serviu para recolher propostas em termos de orientação estratégica, mas sobretudo medidas de operacionalização da estratégia.

O RESULTADO

A abordagem *bottom-up*, que dominou o processo de planeamento, foi complementada por iniciativas pontuais *top-to-the-bottom*, a fim de melhorar a consistência da matriz estratégica e das propostas a incluir na grelha de intervenção. As propostas efetuadas no âmbito dessa abordagem descendente foram submetidas à mesma rotina proposição-validação que norteou o processo no seu todo.

Durante o processo de identificação, desenvolvimento, validação, correção e complementação das propostas de intervenção foram efetuadas consultas para fins de esclarecimento, das quais resultaram comentários e sugestões de melhoria, bem como novas propostas de intervenção. A totalidade dos contributos recebidos no âmbito dos processos de participação e consulta foram alvo de análise. A sua incorporação no documento baseou-se na sua pertinência e coerência com a matriz estratégica de intervenção.

Deste processo interativo resultou uma matriz estratégica e uma grelha operacional de intervenção, com propostas e medidas específicas a implementar no horizonte temporal de vigência do plano, que visam tornar o sector mais competitivo e rentável e a prática profissional mais sustentável e inclusiva. As propostas de intervenção deverão ser vistas como um cardápio de medidas que pretendem acomodar as diferentes perspetivas e sensibilidades sobre o posicionamento do arquiteto no mercado, bem como sobre o futuro do sector e da prática profissional. A inclusão de propostas aparentemente contraditórias entre si procuram que o documento seja apropriado pela totalidade da comunidade da Arquitetura, apesar das divergências que em termos de leitura da realidade nela convivem.

ESTRUTURA

O resto do documento organiza-se da seguinte forma. No Capítulo II realiza-se um diagnóstico estratégico do sector utilizando o suporte conceitual do Modelo das Cinco Forças de Porter. Esse diagnóstico baseia-se em informação estatística de carácter quantitativo e nos resultados, de carácter qualitativo, dos grupos de foco, do inquérito por entrevista e do inquérito por questionário. O Capítulo III apresenta e explica a organização e a arquitetura temática, bem como a racionalidade e a arquitetura estratégica do Plano. O capítulo completa-se com o desenvolvimento da matriz estratégica e a apresentação da grelha operacional de intervenção. O Cap. IV procede à análise de custos e rentabilidade. O Cap. V conclui.

⁶ Ver Tabela 1 para conhecer os detalhes deste instrumento de recolha de informação.

CAPÍTULO II



DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO SECTOR DA ARQUITETURA EM PORTUGAL



INTRODUÇÃO

O sucesso dos processos de planeamento depende, em grande medida, da qualidade do diagnóstico do objeto, neste caso um sector de atividade específico.

Em processos de caráter estratégico convém que o diagnóstico extravase as fronteiras do objeto, neste caso do setor, e seja projetado para o futuro, a fim de dar suporte às opções estratégicas a assumir durante a fase de planeamento.

O ponto de partida deste diagnóstico é a constatação do fraco desempenho económico do sector da Arquitetura nos últimos anos, mediante a explicitação da rentabilidade geral do sector, medida através de indicadores indiretos. Para explicar os níveis de rentabilidade ou, de forma mais abrangente, a competitividade geral do setor, recorre-se ao quadro de análise do modelo das Cinco Forças desenvolvido por Michael Porter.¹

A rentabilidade de um sector é função da configuração das Cinco Forças e da interação entre elas. Estas forças condicionam o comportamento dos atores e determinam o valor global gerado no sector e a sua forma de distribuição. O modelo de Porter constitui um referencial robusto para entender o desempenho de um sector e orientar escolhas estratégicas. Expande a análise do sector para além dos seus intervenientes diretos, incorporando o papel dos fornecedores, dos clientes, dos potenciais entrantes e dos substitutos. Desta forma, as Cinco Forças que organizam as análises sectoriais são: i) A intensidade da rivalidade entre concorrentes existentes; ii) A ameaça de novos entrantes; iii) O poder negocial dos clientes; iv) O poder negocial dos fornecedores, e; v) A ameaça dos substitutos.

Esta abordagem é extremamente relevante na análise do sector da Arquitetura, **cujo valor acrescentado acaba por ser apropriado pelos clientes e por alguns fornecedores, deixando uma proporção cada vez menor para os próprios arquitetos.** O modelo das Cinco Forças e a sua aplicação genérica ao sector da Arquitetura é apresentado de forma sintética no Quadro 2.1.

O diagnóstico estratégico utiliza informação secundária procedente de diversas fontes, quer nacionais, quer internacionais, para fundamentar a evolução e a situação atual do setor. Emprega também informação primária obtida nos grupos de foco, em entrevistas semiestruturadas e no inquérito por questionário. Os grupos de foco foram fundamentais para estruturar o diagnóstico, dado que permitiram identificar os aspetos caracterizadores da atual situação do sector e as tendências que condicionam o seu futuro. Quando foi possível, estes elementos de diagnose foram contrastados através de dados secundários. Quando não o foi, foram validados mediante o questionário ou através de grupos de foco especificamente orientados para a validação de resultados. Quer os grupos de foco, quer o questionário, nomeadamente através do campo de comentários, permitiram enriquecer o diagnóstico e apontar tendências futuras. O texto do diagnóstico estratégico está maioritariamente suportado em informação estatística, mas naqueles aspetos onde não existem dados pelas dificuldades de quantificação dos fenómenos em questão apoia-se nas convergências dos grupos de foco e/ou nas relevâncias do questionário.

¹ Porter, M. (2008), The Five Competitive Forces That Shape Strategy, *Harvard Business Review*, 48: 1-18

Quadro 2.1 – Determinantes da rentabilidade no sector da Arquitetura



Fonte: Elaboração Própria, baseado em Porter (2008).

O capítulo organiza-se em várias secções. Na seguinte são analisados os indicadores de rentabilidade do sector da Arquitetura, antecipando alguns dos fatores explicativos da deficiente *performance* sectorial. As secções três, quatro, cinco, seis e sete são dedicadas a discutir, seguindo o racional do Modelo de Porter, as Cinco Forças no

sector da Arquitetura e a explicar os seus fundamentos e principais impulsionadores. A secção oito debruça-se sobre o papel do Estado e as formas de intervenção atual e potencial no sector e a secção nove elenca, em modo de conclusão, as fontes da intensa rivalidade existente no mesmo.

INDICADORES DE RENTABILIDADE NO SECTOR DA ARQUITETURA

O fraco desempenho económico do sector da Arquitetura, no seu conjunto, é em grande medida explicado pela fragmentação/pulverização sectorial e pela competição quase exclusivamente baseada em preços. Isto tende ainda a ser exacerbado pela frágil regulação económica² do sector em alguns âmbitos e em áreas relacionadas, nomeadamente na área da formação de arquitetos. A extrema fragmentação/pulverização sectorial é resultado da combinação das reduzidas barreiras à entrada e do crescente aumento das barreiras à saída, nomeadamente para empresas com estruturas de custos sobredimensionadas e para profissionais pouco versáteis ou com dificuldades de inserção profissional. A concorrência agressiva baseada em preços é, em parte, resultado da fragilidade da procura, mas sobretudo da sua grande volatilidade. 56,9% dos arquitetos considera o défice de procura por serviços de Arquitetura como um problema muito ou extremamente

importante no âmbito do sector.³ Ainda sobre esta matéria, 55,4% julga que as assimetrias territoriais nas dinâmicas da procura por este tipo de serviços são um problema com a mesma relevância no país.⁴

As principais expressões deste dececionante desempenho sectorial e da difícil situação do coletivo de arquitetos são a reduzida dimensão do mercado dos serviços de Arquitetura e, sobretudo, a sua reduzida dimensão em relação ao número de profissionais no ativo⁵, ou seja, em termos *per capita*. A dimensão do mercado por arquiteto ativo em Portugal é a terceira menor da Europa (15 mil euros), muito inferior à da Noruega, da Suécia e da Finlândia (Figura 2.1).⁶ O tamanho do mercado por arquiteto em Portugal só é superior aos de Itália e de Espanha.

A reduzida dimensão do mercado português de serviços de Arquitetura

² Neste documento o termo regulação quando é utilizado isoladamente refere-se à regulação económica ou sectorial. Nesta aceção da regulação relaciona-se com o funcionamento dos mercados, quer do lado da oferta, quer do lado da procura. Este tipo de regulação não deve ser confundido com a regulação profissional, que está relacionada com o exercício da profissão e que, em Portugal, é realizada pela Ordem dos Arquitetos. Esta entidade regula o exercício da atividade profissional, nomeadamente através do Estatuto da Ordem dos Arquitetos (Decreto Lei n.º 176/98, de 3 de julho, com redação dada pela Lei n.º 133/2015, de 28 de agosto) e do Regulamento de Deontologia e Procedimento Disciplinar (Diário da República, 2ª Série, n.º 62, de 30 de março de 2016). Desta forma, convém esclarecer que a profissão de arquiteto é uma profissão regulada, mas o mercado de prestação de serviços de Arquitetura é um mercado cada vez mais liberalizado e, portanto, cada vez menos regulado.

³ Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA. 30,7% considera que o problema tem certa importância.

⁴ Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA. 28,2% considera que o problema tem certa importância.

⁵ Como veremos na secção seguinte, Portugal é o segundo país da Europa com maior número de arquitetos por 1 000 habitantes.

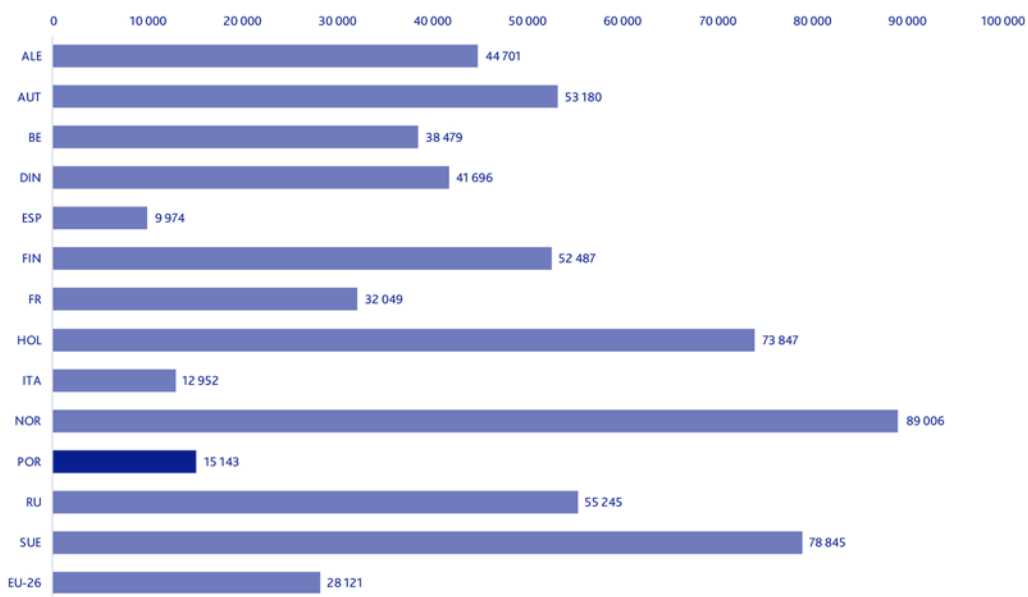
⁶ As comparações internacionais realizadas ao longo do documento referem-se, na maioria dos casos, a um conjunto restrito de países, por questões de oportunidade e relevância. Em geral, os Estados incluídos nas amostras são países Europeus com uma dimensão similar a Portugal (Áustria e Bélgica), países Europeus onde a prática profissional é reconhecida e sustentável (Holanda e países Nórdicos – Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia) e países Europeus de grande dimensão (Alemanha, Espanha, França, Itália e Reino Unido). Pela qualidade e reconhecimento da sua Arquitetura, em ocasiões seria pertinente incorporar dados relativos à Suíça, mas nem sempre existe informação estatística disponível.

resulta em baixos ganhos médios por arquiteto,⁷ cerca de 12 mil euros em 2018, correspondendo a 35% do valor médio dos países europeus para os quais existem dados disponíveis, em termos nominais, e a 43%, em paridades de poder de compra (Figura 2.2).⁸ Esta diferença é ainda mais acentuada na comparação dos ganhos no sector privado entre Portugal e a Europa, no

meadamente para aqueles que exercem a sua atividade em gabinetes individuais, à volta de 13,25 mil euros, correspondendo apenas a 39% da média dos países da Europa (Tabela 2.1). As diferenças no âmbito do sector público são bastante mais reduzidas, embora os ganhos médios dos arquitetos portugueses representem metade dos seus congéneres europeus.

Figura 2.1 – Dimensões relativas dos mercados nacionais de Arquitetura 2018

Amostra de países europeus – *Output*^(a) por arquiteto, euros, preços correntes



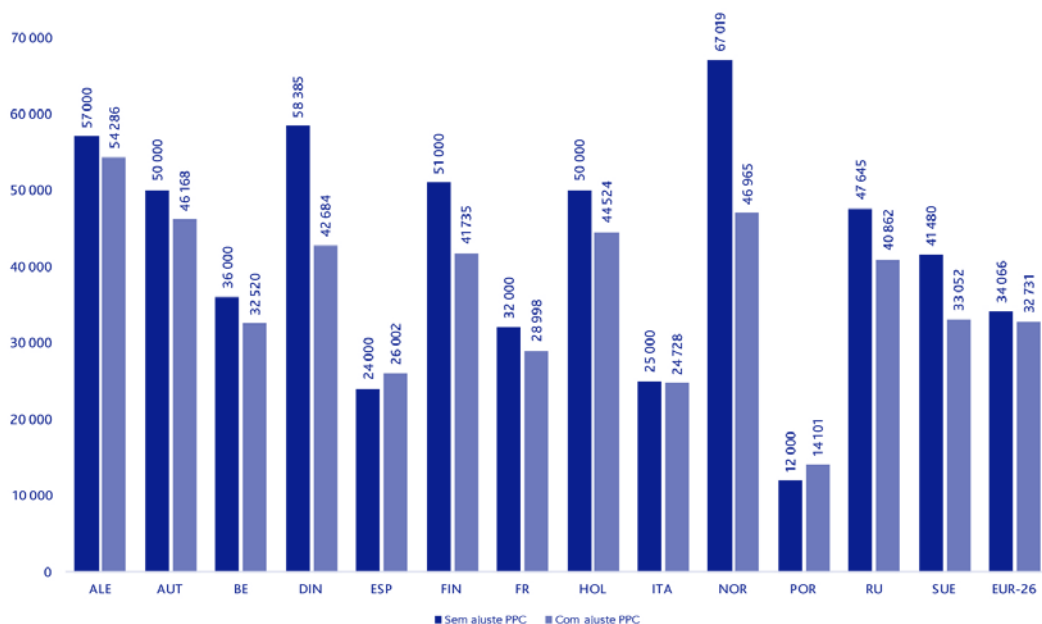
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

Nota: (a) Valor dos produtos e serviços gerados numa dada economia.

⁷ O ganho mensal é o montante que o trabalhador recebe de facto todos os meses.” Por “Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago mensalmente pelo empregador.

⁸ Paridades de Poder de Compra ou «PPC» são deflacionadores espaciais e conversores monetários que permitem comparações entre agregados económicos ajustados em função das diferenças de preços relativos.

Figura 2.2 – Remuneração dos arquitetos a tempo completo 2018 — Amostra de países europeus – Ganhos médios por arquiteto, euros



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

Tabela 2.1 – Remuneração dos arquitetos a tempo completo, por tipo de emprego, 2018 – Portugal e Europa – Ganhos médios por arquiteto, euros ajustados às PPC

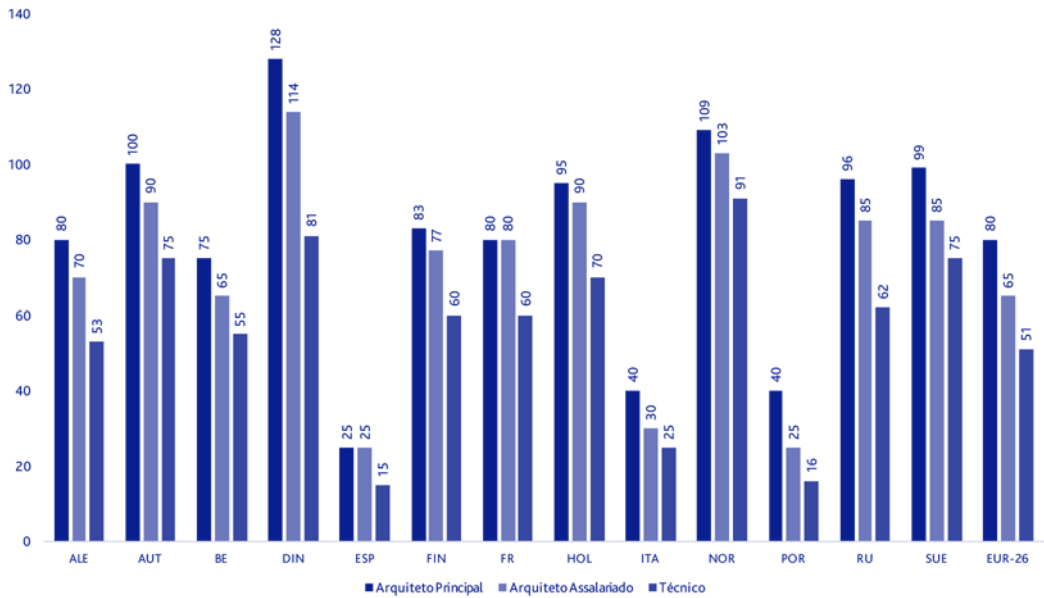
	Sector Privado					Média Sector Privado	Sector Público
	Gabinete Individual	Sócio diretor	Freelance	Outro Privado	Por conta de outrem		
Portugal	13 231	17 603	15 511	11 986	11 751	13 161	18 801
Europa	34 322	38 960	21 668	29 674	28 492	31 122	37 773
%	39%	45%	72%	40%	41%	42%	50%

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

A escassa dimensão do mercado também se manifesta nos honorários dos profissionais de Arquitetura. Os honorários dos arquitetos em Portugal são substancialmente mais baixos que nos restantes países da amostra, com exceção dos arquitetos espanhóis e italianos (Figura 2.3). Os honorários/hora de um arquiteto principal são metade dos praticados, em média, na Europa. Os de um

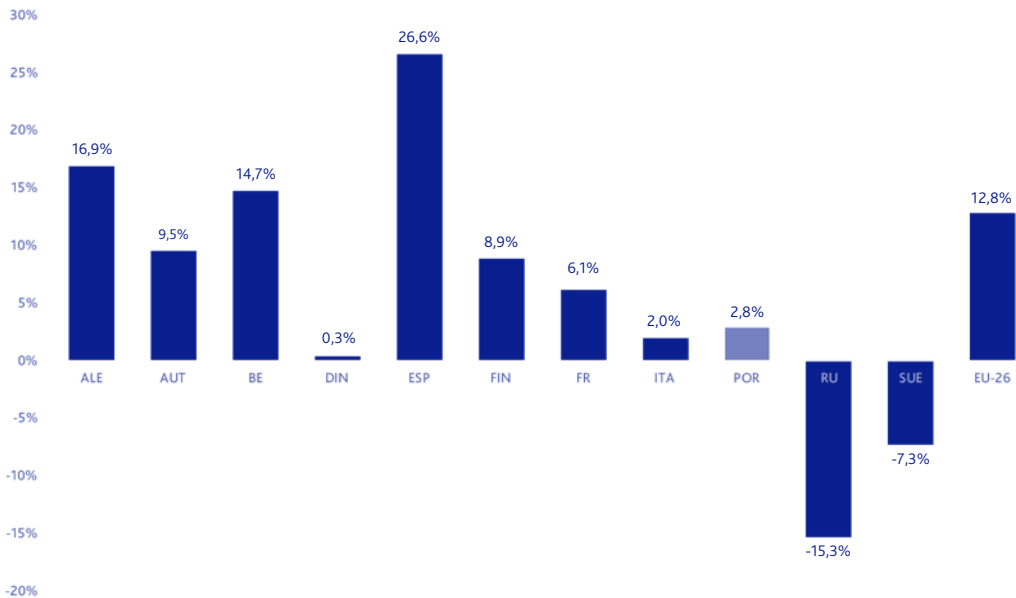
arquiteto que trabalhe por conta de outrem não alcançam 40% da média. Os diferenciais de honorários, tal como os dos ganhos médios, são muito significativos em relação aos países Nórdicos e à Áustria, à Holanda e ao Reino Unido. A dificuldade para praticar honorários mais elevados em Itália e em Espanha está, tal como em Portugal, muito influenciada pelo elevado número de profissionais em exercício.

Figura 2.3 – Remuneração dos arquitetos 2018 – Amostra de países europeus – Honorários medianos, euros/hora, sem ajustamento das PPC



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

Figura 2.4 – Evolução do rendimento bruto mediano dos arquitetos a tempo completo 2012-2018 Amostra de países europeus – Variação acumulada com base em valores ajustados às PPC



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

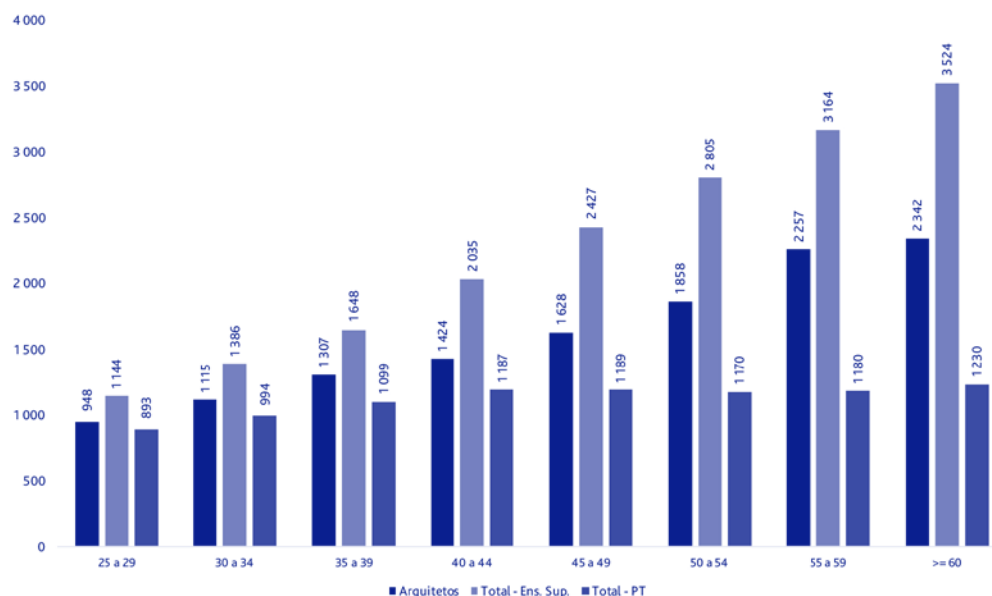
Nos últimos anos, a evolução da rentabilidade das atividades de Arquitetura em Portugal tem sido dececionante, pelo menos em termos relativos. Portugal é o quinto país da amostra onde menos aumentou o rendimento bruto dos Arquitetos, apenas 2,8% em termos acumulados entre 2012 e 2018, unicamente atrás da Itália (2,0%), da Dinamarca (0,3%), do Reino Unido (-15,3%) e da Suécia (-7,3%). Nestes dois últimos países houve um retrocesso do rendimento bruto (Figura 2.4). Nesse período, o crescimento médio do rendimento bruto na Europa aproximou-se dos 13%.

Os baixos rendimentos da atividade, quando comparados com os de outros países europeus, não resultam apenas do facto do rendimento médio *per capita* em Portugal ser inferior ao da média Europeia, mas também de serem inferiores aos de outros profissionais com níveis de habilitações semelhantes no próprio país. Quando comparamos os ganhos salariais

dos arquitetos que exercem a sua atividade como trabalhadores dependentes no sector privado, ou seja, nas empresas, estes ganhos são inferiores a mil euros na faixa etária mais jovem (até aos 30 anos) e o diferencial face à média do país para os diplomados no Ensino Superior noutras áreas aumenta com a idade. Esse diferencial é de cerca de 20% nas faixas etárias até aos 40 anos e aumenta progressivamente até os 34% para os profissionais mais velhos (Figura 2.5).

Os ganhos salariais diminuíram significativamente entre 2010 e 2017, acompanhando a tendência para a generalidade dos diplomados, com uma redução acumulada de 11,5% para os arquitetos com idade inferior a 40 anos e uma redução de 16,0% para os de idade igual ou superior a 40 anos (Figura 2.6). Para o conjunto dos trabalhadores nas empresas com Ensino Superior, estas perdas foram de 11,0% e 17,3%, respetivamente.

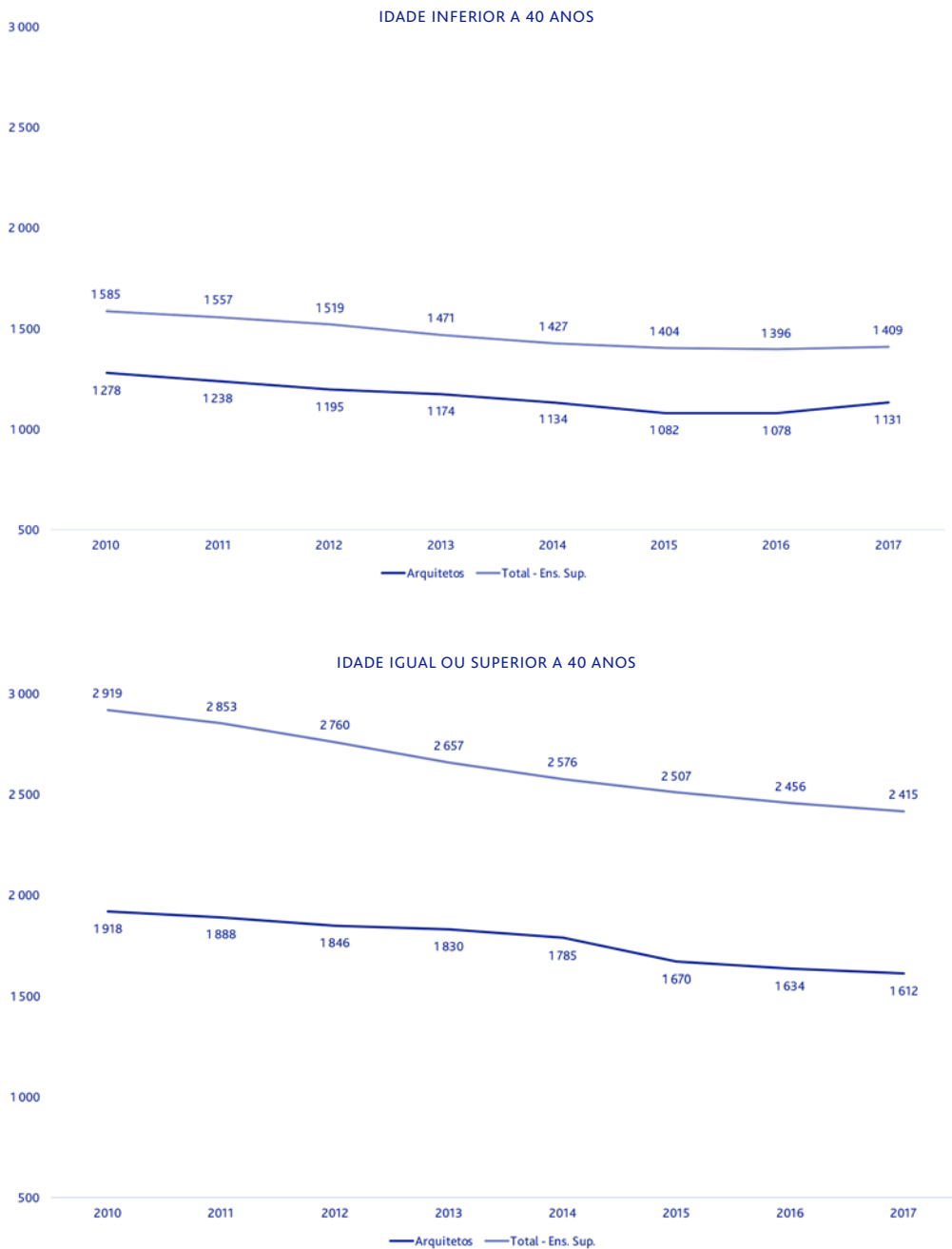
Figura 2.5 – Remuneração dos arquitetos e de outros diplomados no Ensino Superior nas Empresas 2017, por grupos etários – Portugal – Ganhos salariais, euros



Fonte: Cálculos dos autores com base nos Quadros de Pessoal.

Nota: Foram considerados os trabalhadores por conta de outrem com pelo menos 100 horas de trabalho mensal e ganho superior a 200 euros. Os dados referem-se ao mês de outubro de 2017.

Figura 2.6 – Evolução da remuneração dos arquitetos nas Empresas 2010-2017, por grandes grupos etários – Portugal – Ganhos salariais, euros



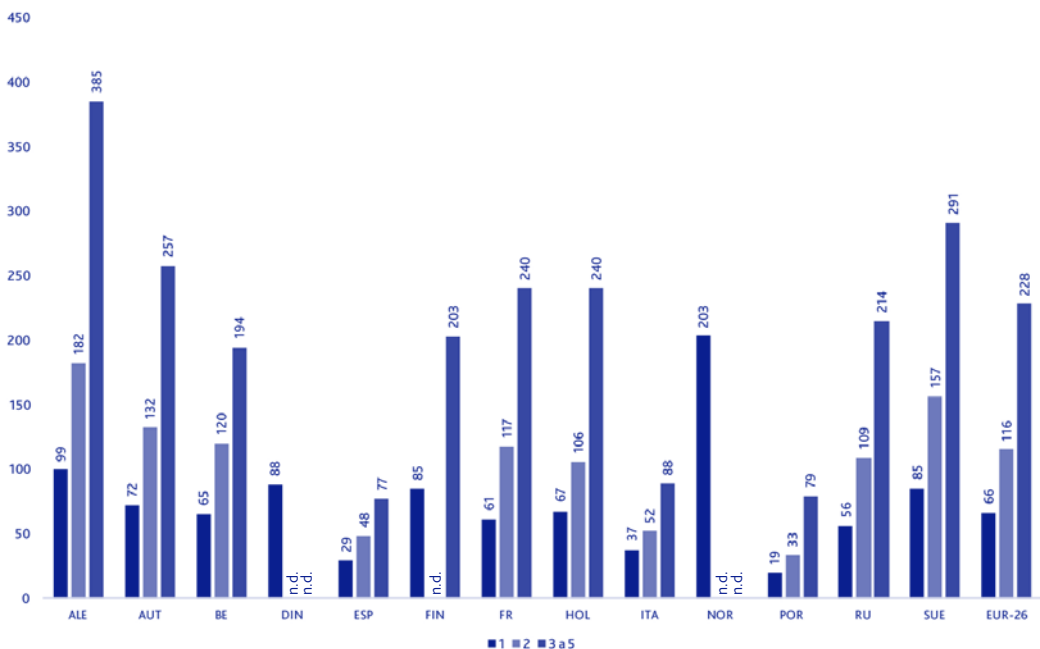
Fonte: Cálculos dos autores com base nos Quadros de Pessoal.

Nota: Foram considerados os trabalhadores por conta de outrem com pelo menos 100 horas de trabalho mensal e ganho superior a 200 euros. Os dados referem-se ao mês de outubro de cada ano.

A baixa remuneração dos arquitetos resulta, em grande medida, dos exíguos volumes de negócios das empresas do sector. **As microempresas portuguesas são as que apresentam os menores volumes de negócios dos países da amostra** (Figura 2.7). A faturação das microempresas de 1 e de 2 trabalhadores é de 19 e 33 mil euros, respetivamente, **muito abaixo da média comunitária**, de 66 e 116 mil euros, respetivamente. Nas microempresas de 3 a 5 trabalhadores, a diferença face à média comunitária e às suas congéneres europeias é muito significativa, exceto no caso das espanholas e das italianas.

No caso das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) do sector, as diferenças, em termos de volume de negócios, face à média comunitária e às dos restantes países da amostra é bastante mais reduzida (Figura 2.8). As empresas portuguesas de 6 a 10 trabalhadores faturam 184 mil euros, face aos 554 mil da média comunitária, e as de 11 a 30 trabalhadores 743 mil euros face a 1 milhão 364 mil euros.⁹per capita e, conseqüentemente, o potencial para elevar os ganhos salariais dos trabalhadores, especialmente se existirem sinergias do lado dos custos em resultado do crescimento empresarial.

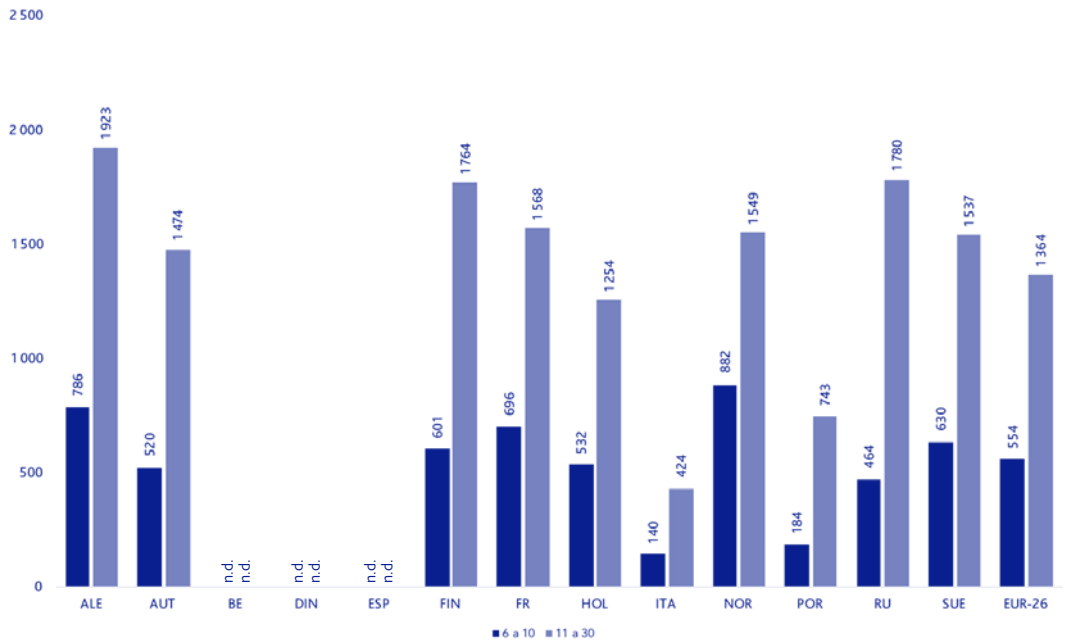
Figura 2.7 – Volume de negócios das microempresas de Arquitetura 2018
Amostra de países europeus – Distribuição por número de arquitetos, milhares de euros



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

⁹ Estes valores não permitem uma comparação tão assertiva, dado que os intervalos de dimensão, medidos em número de trabalhadores, são muito mais amplos.

Figura 2.8 – Volume de negócios das PME de Arquitetura 2018
 Amostra de países europeus – Distribuição por número de arquitetos, milhares de euros



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

A INTENSIDADE DA RIVALIDADE

CAUSAS DA RIVALIDADE

A rivalidade no sector da Arquitetura em Portugal é extremamente intensa. Antes do ano 2000,¹⁰ o sector caracterizava-se pelos reduzidos níveis de concorrência, em resultado: i) da existência de um número de profissionais relativamente reduzido face à dimensão do mercado; ii) do elevado dinamismo do mercado da construção – nomeadamente durante a fase de facilitação do acesso ao crédito à habitação, via redução das taxas de juro, especialmente na segunda metade da década de noventa; iii) da absorção de uma parte considerável dos profissionais por parte da Administração Pública, nomeadamente da Administração Local; e, iv) em fases anteriores, da existência de referenciais de honorários,¹¹ que reduziam consideravelmente a concorrência-preço. O aumento da oferta de profissionais, em resultado da expansão do número de alunos nas escolas públicas e privadas de Arquitetura, a quebra do mercado da construção, as dificuldades de contratação na Administração Pública e a revogação da Tabela de Honorários como referencial de preços para o sector afetaram a formação dos mesmos e limitaram a obtenção de retornos atrativos. A inexistência de referenciais de horários é

considerada por 83,8% dos arquitetos como um problema muito ou extremamente importante no âmbito do sector da Arquitetura.¹²

Em Portugal, no sector da Arquitetura convivem três modelos de fixação de preços.¹³ O primeiro, praticado por um número muito restrito de profissionais, consiste em fixar preços muito acima do custo de prestação do serviço. O prémio correspondente deriva da perceção do mercado sobre o trabalho do arquiteto em termos de qualidade, originalidade ou até exclusividade. No âmbito do segundo, o preço praticado permite obter um retorno razoável, em linha com as taxas de rentabilidade de outros sectores de serviços. A capacidade para fixar uma margem desta entidade advém da competência do prestador de serviços para diferenciar-se face à concorrência com base na sua especialização, portfólio de serviços relacionados e capacidade de resposta, entre outros, ou para consolidar relações de longo prazo com clientes que estariam sujeitos a elevados custos de mudança,¹⁴ se trocassem de fornecedor de serviços. No âmbito do terceiro modelo o preço serve apenas para garantir a cobertura de custos. Esta modalidade de fixação de preços tem vindo a impor-se em âmbitos cada vez mais alargados do sector. Neste caso, as

¹⁰ A viragem do século foi utilizada como referência por ser um momento de mudança no ciclo económico e no ciclo da construção e de alteração das tendências dominantes noutras áreas.

¹¹ A Tabela de Honorários para os serviços prestados no sector público, para além de estabelecer os preços nesse âmbito, servia como referência para a prestação de serviços ao sector privado.

¹² Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA.

¹³ Conclusões sobre estados e tendências obtidas nos Grupos de Foco.

¹⁴ *Switching costs*.

receitas geradas pelos preços são inicialmente destinadas a cobrir custos de estrutura e fornecimentos externos e o remanescente a remunerar o trabalho do arquiteto.

A desregulação económica do sector e o forte desequilíbrio entre oferta e procura provocaram um intenso crescimento da concorrência, que se manifesta numa grande variabilidade dos preços pagos pelos clientes pelo mesmo serviço, dependendo, entre outros, da localização do prestador, da sua natureza e dimensão, das condições do serviço e da existência ou não de serviços relacionados.¹⁵ A agressividade da concorrência reduz a capacidade dos arquitetos para capturar parte do excedente do consumidor/cliente, através de mecanismos de diferenciação e enriquecimento do serviço.

TIPOLOGIAS DE FIRMAS

Relativamente às tipologias das empresas de Arquitetura, atendendo às suas características, em Portugal podem ser classificadas em três grandes categorias: profissionais independentes, gabinetes de Arquitetura, e gabinetes técnicos e gabinetes especializados.¹⁶

Profissionais independentes

São a maioria dos arquitetos em exercício em Portugal. Uma parte muito significativa estão orientados para o cliente particular, embora o mais frequente é a combinação dos particulares com os empresariais. O âmbito local é onde se desenvolve a operação da grande maioria dos profissionais

independentes. Apenas uma proporção relativamente marginal, nomeadamente aqueles que conseguem que o mercado reconheça elementos claros de diferenciação no seu trabalho, desenvolvem a sua atividade em âmbitos territoriais mais latos.

Neste segmento do sector da Arquitetura é onde se conservam abordagens de Arquitetura exercida de forma autónoma,¹⁷ pouco compatíveis com as atuais exigências do mercado. Para estas aproximações ao exercício profissional existem nichos no mercado português e em alguns mercados internacionais, não obstante não pode ser assumida pela generalidade dos arquitetos por ser uma expressão marginalmente procurada pelo conjunto do mercado.

Os profissionais independentes constituem o segmento mais frágil do sector da Arquitetura em Portugal. Uma proporção muito significativa tem dificuldades para cobrir custos de estrutura e obter uma remuneração acorde com as suas expectativas. A isto acresce a elevada volatilidade das receitas, que deriva das próprias características do serviço prestado. Em muitos casos, a impossibilidade de contratar pessoal para desempenhar tarefas auxiliares, obriga os arquitetos a dedicar uma parte significativa do seu tempo a atividades de escasso valor acrescentado, o que afeta a rentabilidade da sua operação.

Gabinetes de Arquitetura

Em Portugal trata-se de estruturas de dimensão reduzida quando comparados com os seus homólogos europeus. Na generalidade dos

¹⁵ Conclusões sobre estados e tendências obtidas nos Grupos de Foco.

¹⁶ Conclusões sobre estados e tendências obtidas nos Grupos de Foco

¹⁷ Gabinetes de Arquitetura exercida de forma Autónoma – o arquiteto encarrega-se de todas as tarefas auxiliares e não subcontrata nem externaliza qualquer serviço – por contraponto aos Gabinetes de Arquitetura exercida de forma Corporativa.

casos possuem menos de vinte trabalhadores, maioritariamente arquitetos. Existem alguns com mais de vinte trabalhadores, mas nestes casos, regra geral, possuem também departamentos de Engenharia.

Na maioria dos casos, estes gabinetes prestam serviços, quer a clientes empresariais, quer a clientes particulares, embora um número significativo deles tem vindo a consolidar uma clara orientação *Business-to-Business*. Os gabinetes de Arquitetura portugueses desenvolvem a sua atividade no seu âmbito regional mais imediato, no entanto assumem pontualmente encomendas noutras locais do país. Alguns gabinetes têm operações no exterior. A estratégia de internacionalização dominante é a exportação, quase sempre indireta, através de um parceiro local em cada um dos mercados de operação.

Nos gabinetes de maior dimensão observa-se a adoção de princípios de gestão modernos e de instrumentos de controlo de gestão para medir, monitorizar e avaliar o desempenho do negócio.¹⁸ Nestas empresas existe uma crescente especialização dos profissionais por área e por função, com a finalidade de responder melhor às necessidades dos clientes e de aumentar a produtividade e a rentabilidade do seu negócio.

Gabinetes técnicos e gabinetes especializados

Estes gabinetes são empresas com uma clara orientação para o mercado e muito focadas nos clientes empresariais. Esta

tipologia de abordagem ao mercado ainda é relativamente minoritária em Portugal. Os gabinetes técnicos, para além da oferta de serviços de Arquitetura, incorporam valências de domínios relacionados,¹⁹ a fim de disponibilizar pacotes integrados, que são os que algumas empresas do sector industrial e comercial atualmente procuram. Os gabinetes especializados focam os seus serviços num número limitado de produtos e sectores de atividade. Essa especialização permite-lhes ter um profundo conhecimento de determinadas tipologias de edifícios e equipamentos e uma maior capacidade de conceção, elaboração e acompanhamento de projetos nesses âmbitos ou em nichos de mercado bem-definidos. Permite-lhes também reduzir os tempos de resposta e elevar a eficiência da mesma. Para este tipo de gabinetes é mais fácil fidelizar clientes e praticar preços acima da média do mercado.

A competitividade de uma parte significativa destes Gabinetes assenta na sua estratégia de diversificação, dentro e fora da atividade da Arquitetura. Em certa medida, este tipo de oferta vai ao encontro de uma das problemáticas identificadas nos grupos de foco de diagnóstico e validação: a falta de diversificação da oferta no sector. Esta constatação é validada pelo conjunto da classe, dado que 43,1% dos arquitetos considera que a escassa recetividade para aumentar/conjugar a oferta de serviços relacionados nas firmas de Arquitetura é um problema muito ou extremamente importante no sector.²⁰

¹⁸ No inquérito por questionário, três em cada quatro (76,4%) arquitetos respondentes consideram que a inexistência de contabilidade analítica e a falta de conhecimento do custo real dos projetos é um problema muito ou extremamente importante no sector. Daí, provavelmente, a importância que estes gabinetes atribuem às competências de gestão do negócio, tanto na sua dimensão interna como na externa.

¹⁹ Engenharia, design de interiores, paisagismo, gestão de projetos e gestão económico-financeira, entre outros.

²⁰ Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA. 50,5% considera que o problema tem certa importância.

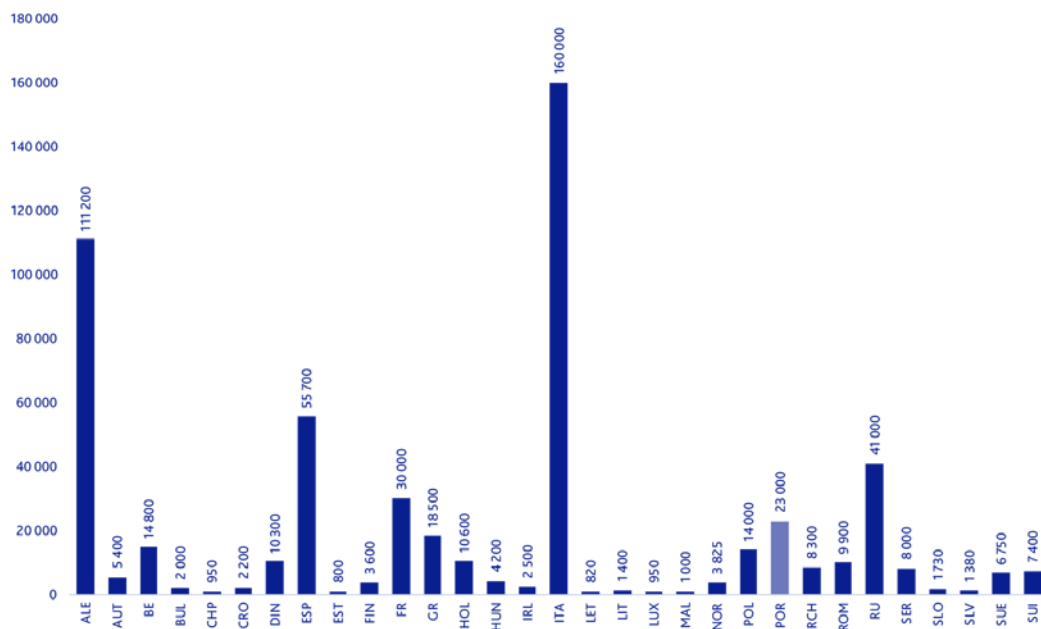
O referido desequilíbrio entre oferta e procura deriva em grande medida do forte crescimento do número de arquitetos em exercício. Em 2018, os arquitetos com atividade em Portugal eram 23 000, aproximadamente (Figura 2.9). Em termos absolutos esse número é superior ao de países com uma dimensão populacional similar, tais como a Áustria (5 400 arquitetos), a Suécia (6 750 arquitetos), a Suíça (7 400 arquitetos) ou, em menor medida, ao da Grécia (18 500 arquitetos). O número de arquitetos portugueses é apenas 25% inferior ao de arquitetos franceses, quando a população portuguesa é um sexto da francesa. A existência de um excesso de profissionais, atendendo à procura atual e futura de serviços de Arquitetura, é um problema muito ou extremamente importante para 56,6% dos arquitetos.²¹

CONFIGURAÇÃO DO SECTOR: ARQUITETOS E FIRMAS EM ATIVIDADE

Arquitetos em atividade

Um dado demográfico com interesse para caracterizar a população de arquitetos é a sua distribuição por sexo. 46% dos arquitetos em Portugal são mulheres e 54% homens. Em termos proporcionais, o número de mulheres na profissão é superior à média europeia (39%). Atendendo ao crescente número de mulheres nas faculdades de Arquitetura é provável que, a breve prazo, representem mais de 50% dos profissionais da Arquitetura, tal como acontece na Noruega, na Suécia, na Finlândia, na Croácia e na Grécia.

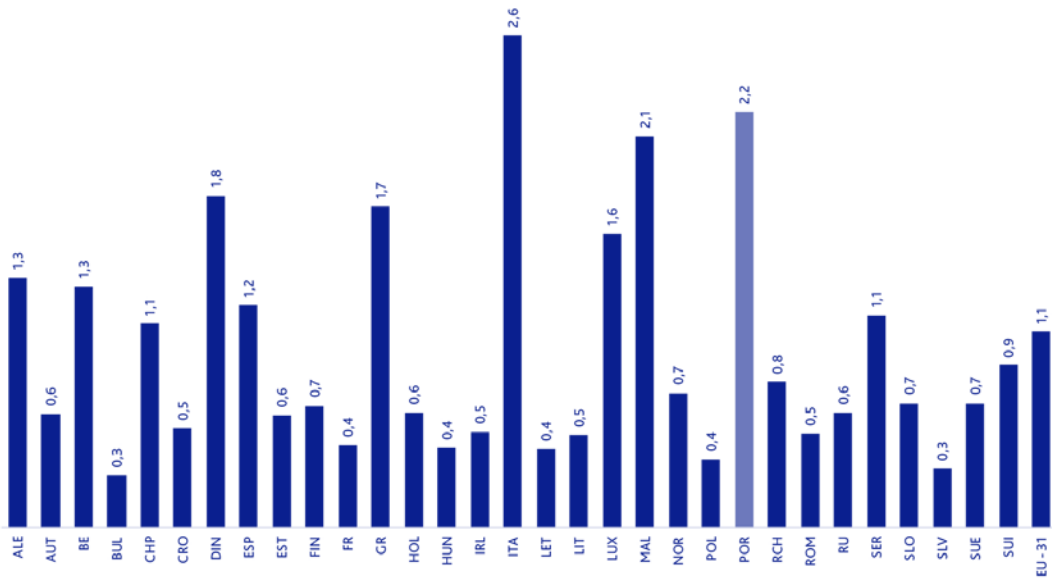
Figura 2.9 – Número total de arquitetos 2018 – Amostra de países europeus



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

²¹ Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA. 34,2% considera que o problema tem certa importância.

Figura 2.10 – Número de arquitetos por 1 000 habitantes 2018 – Amostra de países europeus



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

Quando os números absolutos são relativizados pelas dimensões populacionais dos países, a situação portuguesa é ainda mais preocupante. Em Portugal existem 2,2 arquitetos por cada 1 000 habitantes (Figura 2.10). Esse rácio, que apenas é ultrapassado pela Itália (2,6), duplica à média Europeia (1,1). O rácio de Portugal contrasta fortemente com o da maioria dos países Nórdicos e do Norte e Centro da Europa, onde os rácios, com algumas exceções (Alemanha, Bélgica e Dinamarca) são inferiores a 1.

Firmas de Arquitetura em atividade

Portugal tem um número significativo de firmas de Arquitetura, neste momento acima das 9 000.²² O número de firmas é muito dependente do ciclo económico e, sobretudo, do ciclo da construção. Na Figura 2.11 observa-

se que a partir de 2009 há uma quebra sustentada do número de firmas no sector, que atinge o seu mínimo em 2013. A partir desse ano, a recuperação económica e especialmente a recuperação do sector imobiliário, numa primeira fase da reabilitação, impulsionou a criação de empresas e o aumento sustentado do seu número.

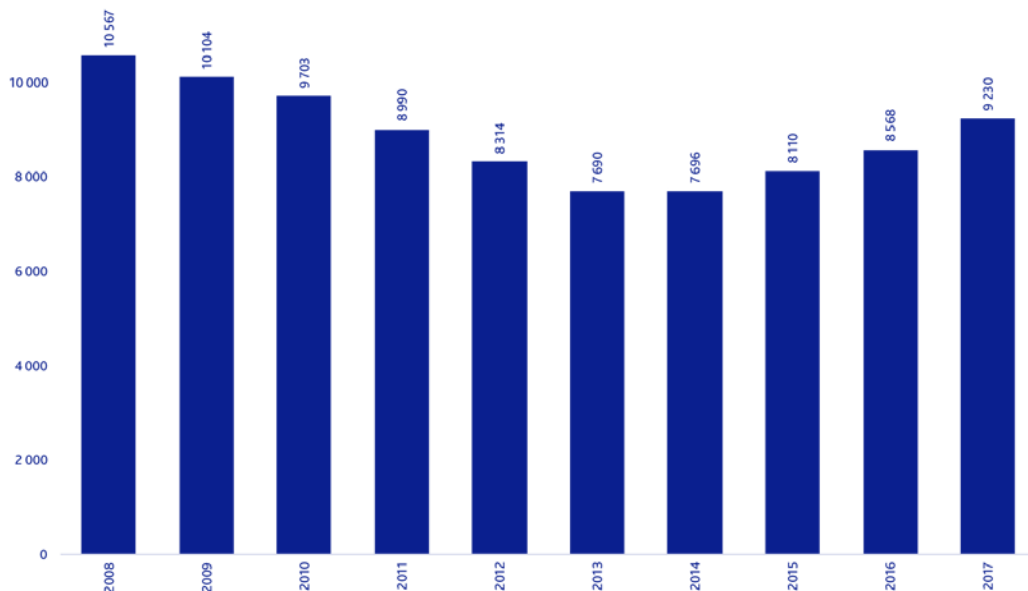
Atendendo ao número de arquitetos do país, trata-se maioritariamente de firmas de reduzida dimensão (micro e pequenas empresas). 7 em cada 10 firmas do sector correspondem a empresários em nome individual e as restantes 3 em cada 10 são sociedades de diversa dimensão, quer em termos de volume de negócio quer em termos de número de empregados (Figura 2.12). Esta distribuição permanece praticamente inalterada na última década, embora tenha

²² Neste documento o termo *firma* engloba empresários em nome individual e sociedades comerciais.

havido um aumento de 3 pontos percentuais na quota das sociedades no total das empresas. Esta sobre representação dos empresários em nome individual no sector

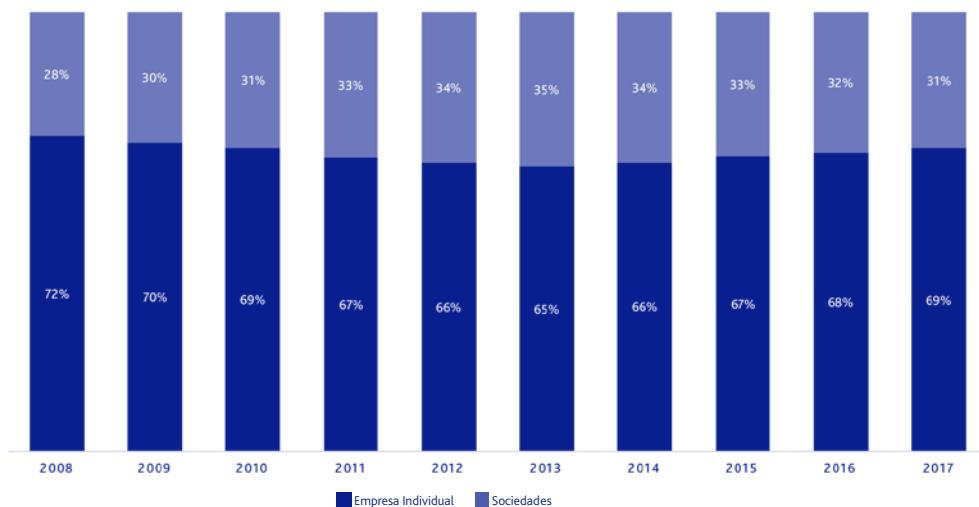
não é vista como problemática pelos arquitetos, dado que apenas 36,9% considera que esta situação é um problema muito ou extremamente importante para o sector.²³

Figura 2.11 – Número de firmas de Arquitetura – Portugal



Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

Figura 2.12 – Tipologia das firmas de Arquitetura – Portugal, %



Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

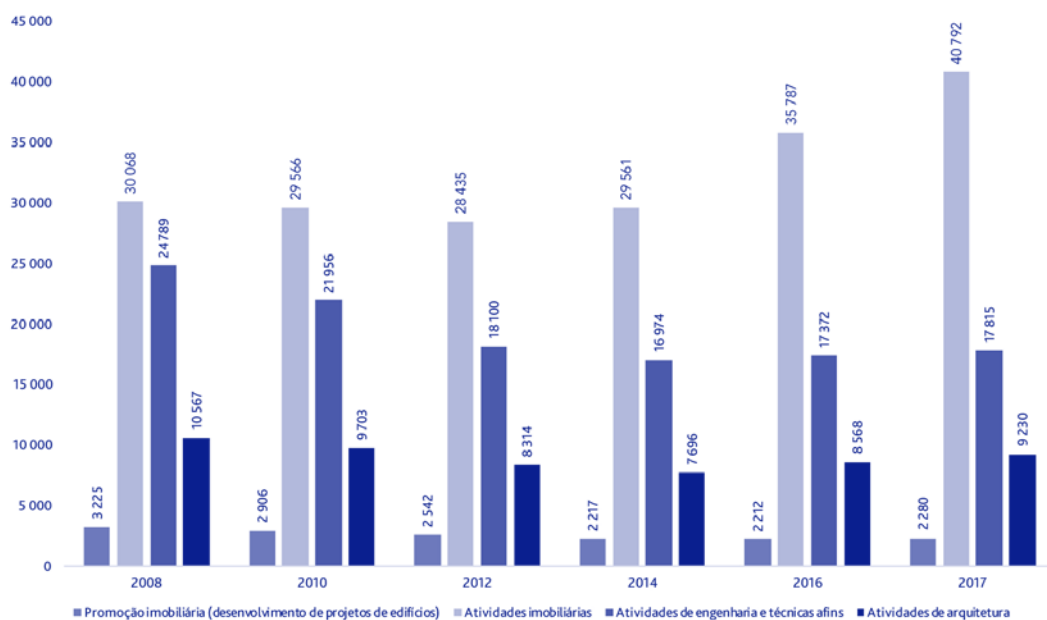
²³ Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA. 30,0% considera que o problema tem certa importância.

Embora o défice de dimensão empresarial seja problemático para alcançar economias de escala e alcance, melhorar as condições de trabalho, promover o investimento e aumentar as possibilidades das empresas serem bem-sucedidas nos mercados externos, esta circunstância não parece ser vista como uma limitação competitiva por uma proporção significativa de arquitetos. De facto, apenas 39,8% considera que o défice de dimensão das firmas de Arquitetura é um problema muito ou extremamente importante no âmbito do sector.²⁴ No entanto, quando o problema é colocado noutros termos, a resposta é ligeiramente diferente. 42,9% dos arquitetos considera que a pulverização/fragmentação

da oferta é um problema muito ou extremamente importante no sector.²⁵

Para compreender melhor o impacto da crise no sector da Arquitetura e a redução do tamanho do mercado nos últimos anos, é realizada uma análise de várias atividades relacionadas, nomeadamente a promoção imobiliária, as atividades imobiliárias e as atividades de Engenharia e técnicas afins. De todas elas, provavelmente a da promoção imobiliária, pela demanda que induz sobre as atividades de Arquitetura e sobre outras atividades de carácter técnico, é a mais relevante para explicar a evolução do sector.

Figura 2.13 – Evolução do número de firmas de atividades de Arquitetura e atividades relacionadas 2008-2017 – Portugal



Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

²⁴ Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA. 32,1% considera que o problema tem certa importância.

²⁵ Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA. 30,1% considera que o problema tem certa importância.

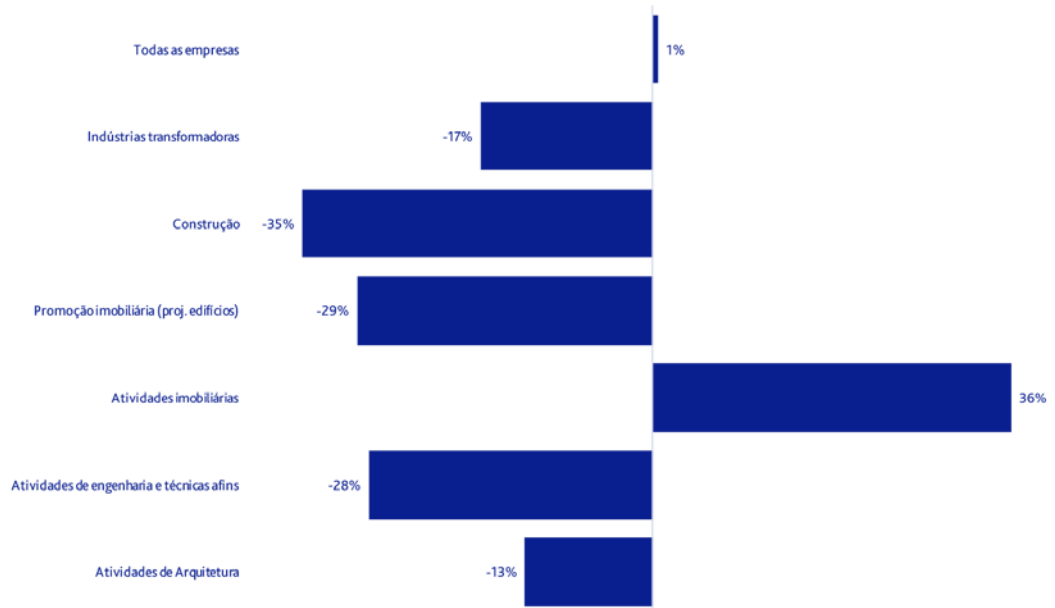
A Figura 2.13 apresenta a evolução do número de firmas de atividades de Arquitetura e das atividades relacionadas. O padrão de evolução é muito similar ao anteriormente descrito para as atividades de Arquitetura: diminuição a partir de 2009, mínimo em 2013 e recuperação posterior sustentada. Existem diferenças em termos de intensidade na recuperação no número de firmas, dado que o número de firmas de promoção imobiliária cresceu muito lentamente desde o mínimo e, contrariamente, o número de firmas de atividades imobiliárias, cuja quebra até 2013 foi muito mais moderada, dispara a partir desse ano, com crescimentos anuais em torno das 5 000 firmas.

Entre 2008 e 2017, o número de firmas de atividades de Arquitetura registou uma queda acumulada de 12,7% (Figura 2.14) – o número de empresas da totalidade dos sectores aumentou 0,5%. A quebra

no número de empresas foi mais intensa nas atividades de Engenharia e técnicas afins (-28,1%). O único dos sectores em análise que experimentou um forte crescimento no número de empresas nesse período foi o de atividades imobiliárias (35,7%), em virtude da expansão do negócio da mediação mobiliária..

A diminuição no número de firmas de atividades de Arquitetura foi menor do que seria expectável atendendo ao decréscimo no número de firmas de promoção imobiliária (-29,3%) e de construção (-34,7%), bem como da indústria transformadora em geral (-17,0%). Uma explicação para esta disparidade nas dinâmicas poderá estar associada às diferenças nas estruturas de custos das firmas que operam nas várias atividades objeto de zoom.

Figura 2.14 – Firmas de atividades de Arquitetura e atividades relacionadas 2008-2017 – Portugal – Variação acumulada, %



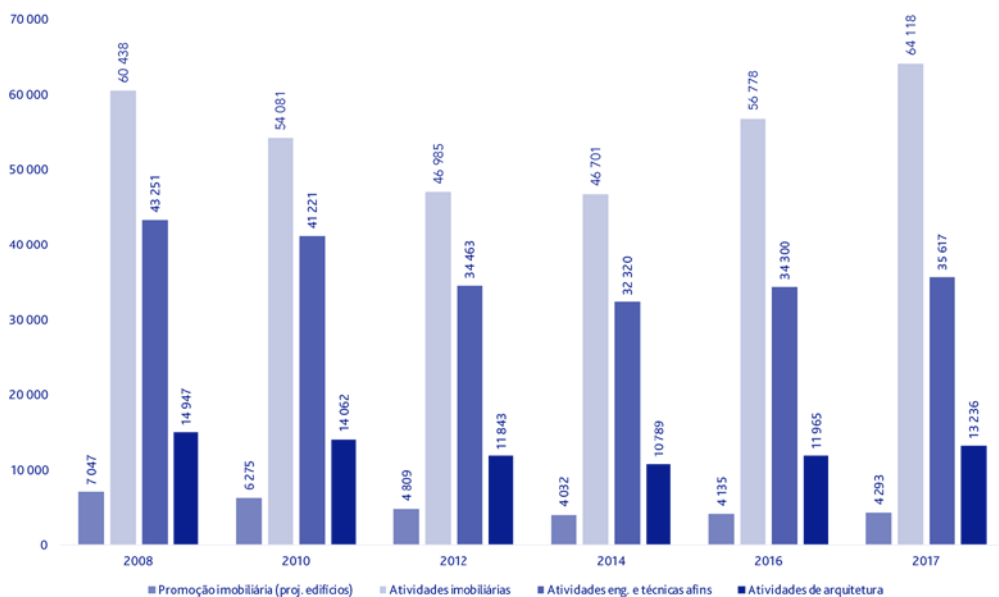
Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

A evolução do número de trabalhadores ao serviço das firmas de atividades de Arquitetura e das atividades relacionadas consta na Figura 2.15. Em todas as atividades, a evolução do número de trabalhadores é muito similar à do número de firmas.

No período 2008-2017, o número de trabalhadores ao serviço de firmas de atividades de Arquitetura experimentou um decréscimo acumulado de 11,4%, passando de 14 062 para 13 236 trabalhadores (Figura 2.16), num contexto praticamente neutro (-1,8%). Em 2017, o pessoal ao serviço nas firmas de atividades de Arquitetura era ainda inferior

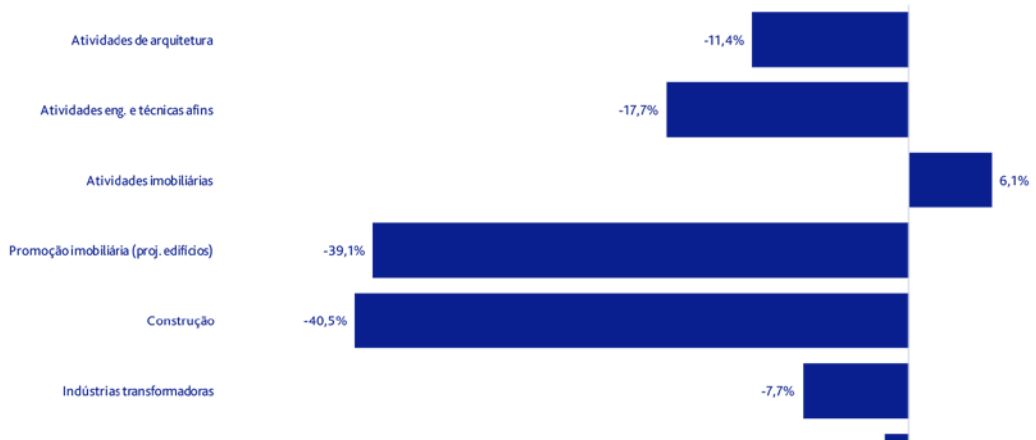
ao existente em 2008, apesar do crescimento acentuado após 2014 (+23%). Relativamente aos sectores relacionados, a diminuição no pessoal ao serviço foi mais intensa nas atividades de promoção imobiliária (-39,1%) e nas de engenharia e técnicas afins (-17,7%). O número de trabalhadores ao serviço em atividades de promoção imobiliária experimentou um ligeiro crescimento (6,1%). Outros sectores que também contratam serviços de Arquitetura, nomeadamente o da construção e, em muito menor medida, o da indústria transformadora, também viram diminuir significativamente os trabalhadores ao serviço (-40,5% e -7,7%, respetivamente).

Figura 2.15 – Pessoal ao serviço nas firmas de atividades de Arquitetura e atividades relacionadas 2008-2017 – Portugal – Número de trabalhadores



Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

Figura 2.16 – Pessoal ao serviço nas firmas de atividades de Arquitetura e atividades relacionadas 2008-2017 – Portugal – Variação acumulada do número de trabalhadores, %

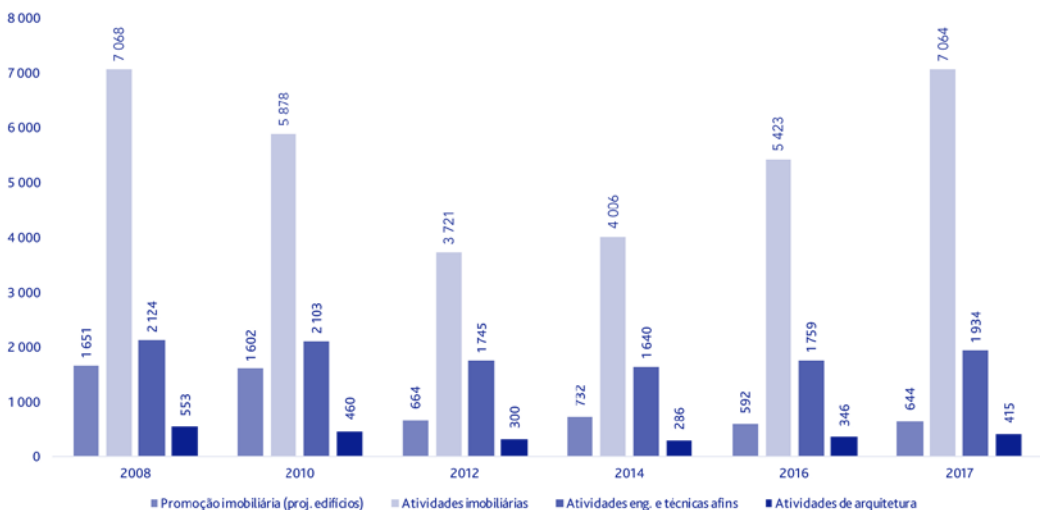


Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

Relativamente ao volume de negócios das firmas de atividades de Arquitetura e atividades relacionadas, a evolução é bastante semelhante à das variáveis previamente analisadas (Figura 2.17). O volume de negócios das firmas de Arquitetura passou de 553 milhões de euros

em 2008 para 415 milhões de euros em 2017, o que corresponde a uma variação negativa de 25%, aproximadamente. Contudo, nos últimos anos, nomeadamente de 2014 até 2017, verificou-se um crescimento do volume de negócios de 38%, ao que corresponde uma variação positiva de 125 milhões de euros.

Figura 2.17 – Volume de negócios das firmas de atividades de Arquitetura e atividades relacionadas 2008-2017 – Portugal, milhões de euros

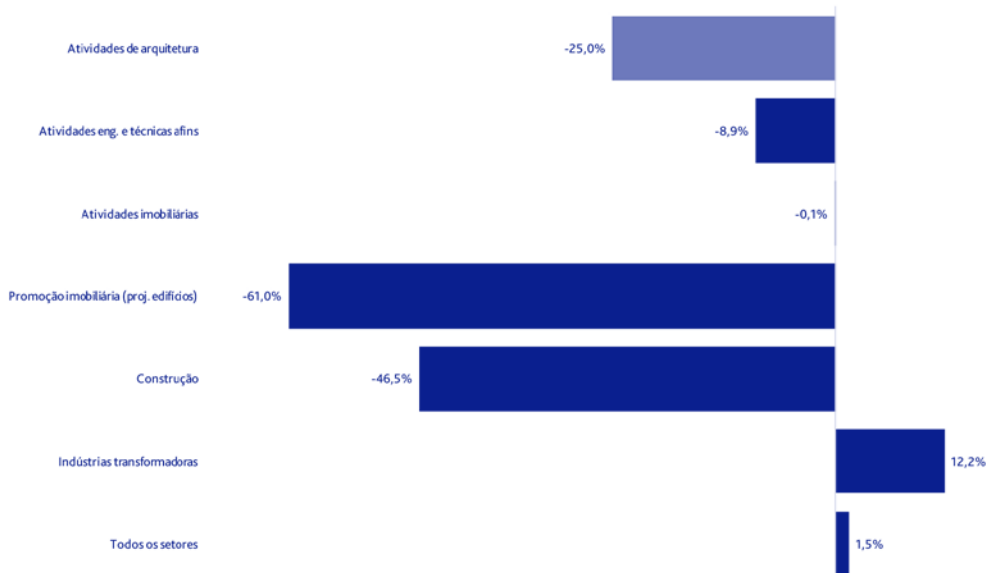


Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

As firmas de construção e de promoção imobiliária foram mais uma vez as mais afetadas, registando elevadas diminuições no seu volume de negócios (46,5% e 61%, respetivamente) (Figura 2.18). A quebra do negócio nas atividades de Engenharia e técnicas afins foi muito menor (8,9%), enquanto o das atividades imobiliárias permaneceu praticamente inalterado, apesar do aumento do número de firmas e do pessoal ao serviço.

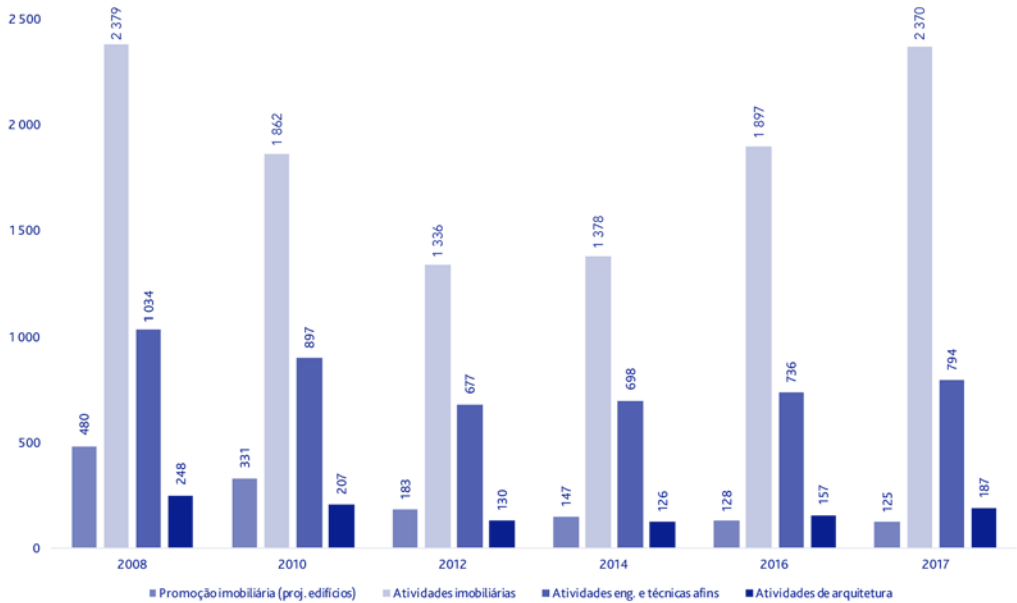
Em comparação com as variáveis previamente analisadas, o volume de negócios apresenta um grau de volatilidade bastante mais acentuado, reduzindo-se de forma mais significativa durante os períodos de desaceleração e recessão económica e crescendo de forma mais intensa em épocas de recuperação e expansão económica.

Figura 2.18 – Volume de negócios das firmas de atividades de Arquitetura e atividades relacionadas 2008-2017 – Portugal – Variação acumulada do volume de negócios, %



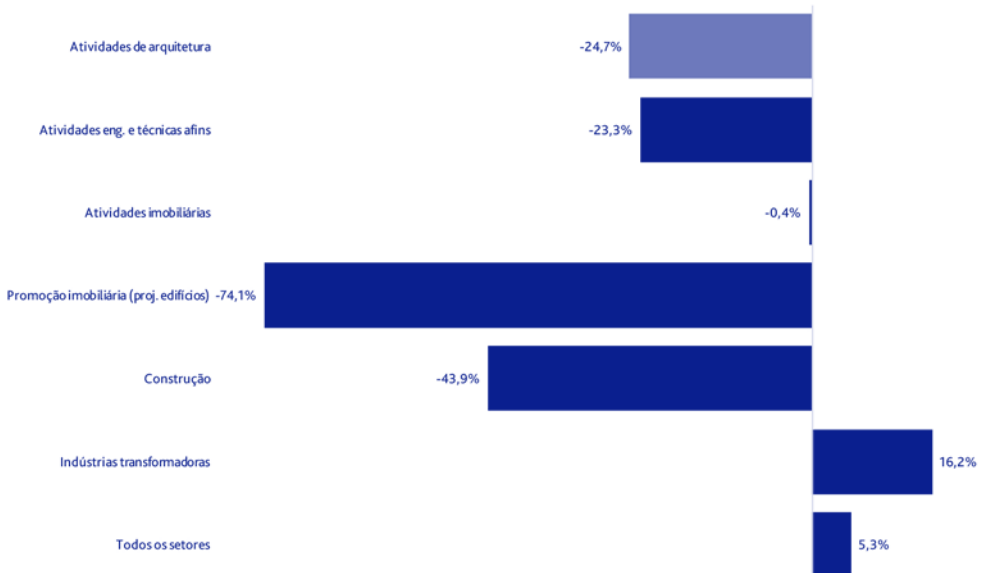
Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

Figura 2.19 – Valor acrescentado das firmas de atividades de Arquitetura e atividades relacionadas 2008-2017 – Portugal, milhões de euros



Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

Figura 2.20 – Valor acrescentado das firmas de Arquitetura e atividades relacionadas 2008-2017 – Portugal – Variação acumulada do valor acrescentado, %



Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

Tal como nas variáveis anteriormente analisadas, a evolução do valor acrescentado (custos do trabalho mais resultados operacionais) das firmas das atividades de Arquitetura e atividades relacionadas seguiu, em geral, uma tendência decrescente, em termos acumulados (Figuras 2.19 e 2.20). No caso das firmas de Arquitetura, a quebra no valor acrescentado, entre 2008 e 2017, foi de cerca de 25% – graças à recuperação posterior a 2014, dado que na primeira parte do período em análise a diminuição foi de cerca de 50%. Em termos absolutos, a diminuição do valor acrescentado nas atividades de Arquitetura, entre 2008 e 2017, foi de 61 milhões de euros, passando de 248 para 187 milhões de euros.

Relativamente aos sectores relacionados, nenhum deles atingiu em 2017 os níveis de valor acrescentado que tinham em 2008. As atividades de promoção imobiliária perderam quase três quartos do seu valor acrescentado (-74,1%), as de construção cerca de metade (43,9%) e as de Engenharia e técnicas afins quase um quarto (-23,3%). O valor acrescentado nas atividades imobiliárias permaneceu praticamente inalterado. A evolução de todos estes sectores contrasta com a da totalidade da economia portuguesa (todos os sectores), dado que, entre 2008 e 2017, o valor acrescentado agregado aumentou 5,3%.

FACILIDADE DE ENTRADA NO SECTOR

O número de arquitetos recém-formados que acedem ao mercado em Portugal é significativo, atendendo à dimensão do mercado e ao número de arquitetos em exercício. Se o número atual se mantiver nos próximos anos, o desequilíbrio entre oferta e procura continuará a alargar-se, nomeadamente porque a grande maioria dos arquitetos portugueses em exercício é menor de 40 anos.

Não é previsível que nos próximos anos aceda ao mercado português um número significativo de arquitetos procedentes de outros países, nomeadamente da UE. O fluxo de entrada num país de profissionais estrangeiros está estreitamente relacionado com as dinâmicas dos mercados clientes (especialmente os da construção e do imobiliário), a atratividade das condições do mercado de trabalho (sobretudo em termos remuneratórios) e a simplicidade das condições de acesso à profissão. Este último fator é especialmente importante no sector da Arquitetura.²⁶

Em geral, a entrada de novos atores no mercado de prestação de serviços profissionais de Arquitetura é relativamente fácil, devido fundamentalmente:

i) à elevada oferta de programas de Arquitetura e de vagas disponíveis; e, ii) às reduzidas barreiras à entrada para o exercício efetivo da profissão.

ENTRADA NO MERCADO: VAGAS, INSCRITOS E DIPLOMADOS EM ARQUITETURA

Apesar da disponibilidade de vagas em cursos de Arquitetura ter vindo a diminuir, o número atualmente disponível, atendendo à situação do mercado, continua a ser relativamente elevado. O número de vagas nas licenciaturas e mestrados integrados de Arquitetura (após a implementação do processo de Bolonha) passou de quase dois mil em 2010 para pouco mais mil nos anos mais recentes, devido essencialmente à redução da oferta de vagas nas instituições privadas de ensino. Apesar de se verificar, desde 2013, uma redução significativa do número de diplomados, para pouco mais de 750 por ano (dois terços de diplomados em instituições públicas e um terço em instituições privadas), em 2016 e 2017 **Portugal foi o segundo país da UE com maior proporção de diplomados nas áreas de Arquitetura e Planeamento Urbano, no universo total de diplomados com Mestrado no país (4,1%).**

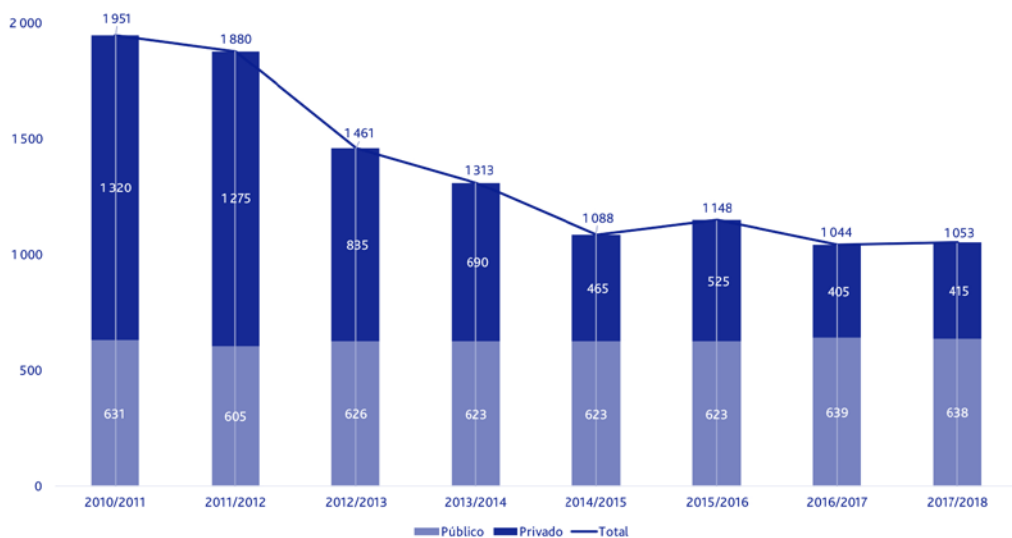
²⁶ De acordo com a Lei n.º 9/2009, alterada pelas Leis n.º 41/2012 e n.º 25/2014, atualmente o exercício da profissão de arquiteto por profissionais legalmente estabelecidos num Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e que aí desenvolvam atividades comparáveis à atividade profissional de arquiteto poderão exercê-la em território nacional, de forma ocasional e esporádica, em regime de livre prestação de serviços. Esses profissionais podem fazer uso do título profissional de arquiteto sempre que as suas qualificações sejam consideradas de reconhecimento automático, de acordo com a legislação em vigor.

Vagas e inscritos em cursos de Arquitetura

De acordo com os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, entre os anos letivos de 2010/2011 e 2017/2018,

o número total de vagas no Mestrado Integrado de Arquitetura diminuiu cerca de 46%. Esta quebra deveu-se essencialmente à redução da oferta de vagas nas instituições privadas de ensino (Figura 2.21).

Figura 2.21 – Evolução do número de vagas no Mestrado Integrado de Arquitetura, 2010/2011 a 2017/2018 – Portugal



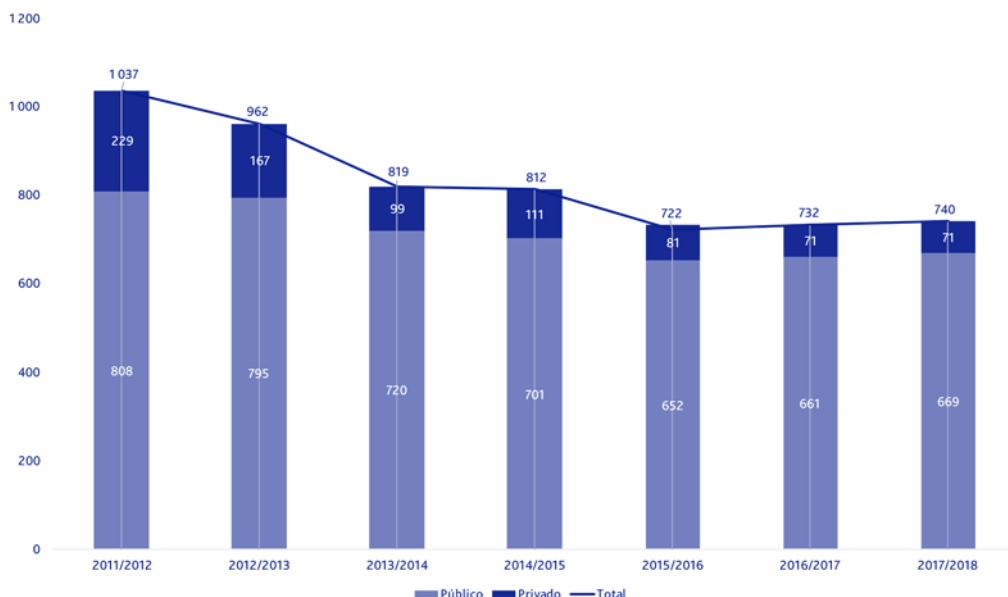
Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da DGEEC.

Enquanto o número de vagas do ensino público permaneceu praticamente inalterada ao longo dos últimos dez anos, o número de vagas do ensino privado registou uma redução de 69%, aproximadamente, passando de 1 320 vagas no ano letivo de 2010/2011 para 415 no de 2017/2018. Esta diminuição progressiva alterou o padrão da oferta, dado que enquanto em 2010/2011 a proporção de vagas no privado corresponde a 68% da oferta total, em 2017/2018 essa mesma proporção é de apenas 39%, ou seja, uma redução de quase 30 pontos percentuais.

A redução do número de inscritos parece acompanhar a diminuição do número de

vagas, tal como ilustrado na Figura 2.22. Entre o ano letivo de 2011/2012 e o de 2017/2018, o número de inscritos no 1º ano, 1ª vez, no Mestrado Integrado de Arquitetura, diminuiu, em termos acumulados, cerca de 29%, passando de 1 037 para 740 alunos. Esta redução foi muito mais significativa nas instituições privadas de ensino. No mesmo horizonte temporal, o número de inscritos nas instituições privadas diminuiu cerca de 69%. Esta forte redução contrasta com o ligeiro ajustamento verificado nas instituições públicas, onde o número de inscritos experimentou uma queda de apenas 17% entre os anos letivos de 2011/2012 e de 2017/2018.

Figura 2.22 – Evolução do número de inscritos no 1º ano, 1ª vez, no Mestrado Integrado de Arquitetura, 2011/2012 a 2017/2018 – Portugal



Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da DGEEC.

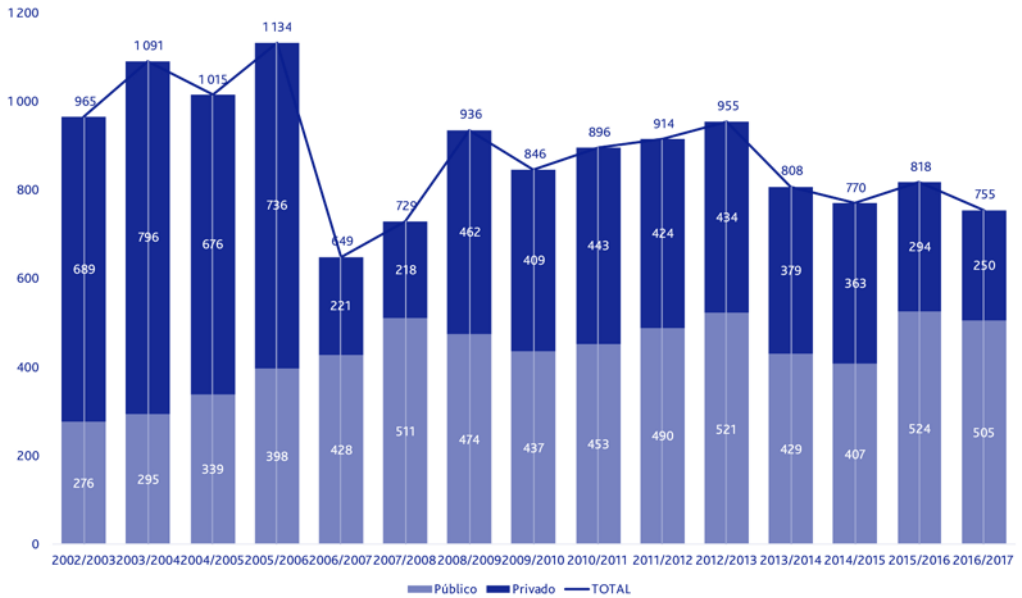
Embora fosse necessário efetuar uma análise mais aprofundada para poder tirar conclusões mais robustas, estes resultados parecem evidenciar: i) uma menor preferência dos estudantes do secundário por cursos de Arquitetura, devido às piores expectativas destes programas em termos de saídas profissionais, quando comparados com outras alternativas; e, ii) uma maior preferência pelas instituições públicas de ensino, devido à sua maior reputação no mercado e aos menores custos da matrícula.

Diplomados em cursos de Arquitetura

No que concerne à evolução do número de diplomados em Arquitetura (Licenciatura e Mestrado Integrado), os dados disponíveis evidenciam três fases distintas (Figura 2.23). Uma primeira fase, que coincide com

o período pré-Bolonha, até ao ano letivo de 2005/2006, onde o número de diplomados anual se situava, em média, em valores acima dos mil e em que os diplomados das instituições privadas correspondiam a cerca de 70% do total. Uma segunda fase, com início após o período de transição associado ao processo de Bolonha, entre o ano letivo de 2006/2007 e o de 2012/2013, em que a média anual de diplomados se situou em valores próximos dos 900 e em que a proporção de diplomados em instituições públicas é ligeiramente superior à de diplomados em instituições privadas. Por último, uma terceira fase, a partir do ano letivo de 2013/2014, em que o número total de diplomados reduziu mais de 20%, para valores um pouco acima dos 750 (2016/2017). Nesta fase verifica-se uma redução sustentada do número de diplomados em instituições privadas, passando a representar apenas um terço do total dos diplomados (2016/2017).

Figura 2.23 – Evolução do número de diplomados em Arquitetura (Licenciatura e Mestrado Integrado), 2002/2003 a 2016/2017 – Portugal

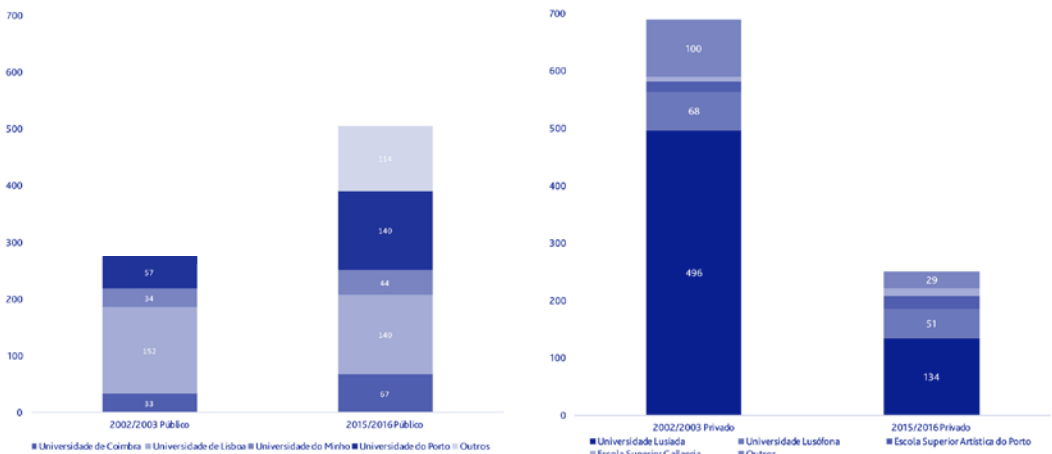


Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da DGEEC.

Genericamente a redução do número de diplomados nos últimos anos deve-se, quase exclusivamente, à diminuição verificada nas instituições privadas de ensino, nomeadamente na Universidade

Lusíada. O número de diplomados nesta instituição passou de 496 no ano letivo de 2002/2003 (mais que todas as instituições públicas de ensino nesse ano), para 134 no ano letivo de 2015/2016 (ver Figura 2.24).

Figura 2.24 – Evolução do número de diplomados (Licenciatura e Mestrado Integrado) em Arquitetura, por instituição de ensino, 2002/2003 e 2015/2016 – Portugal



Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da DGEEC.

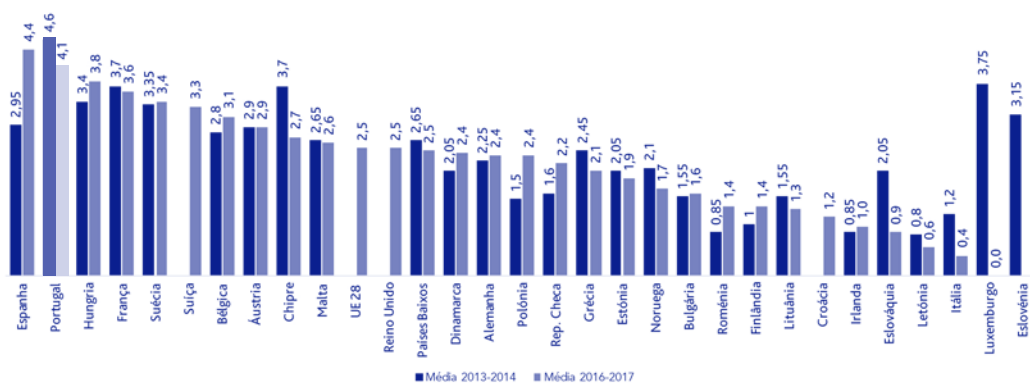
No período 2002-2016, o número de diplomados nas instituições públicas de ensino aumentou 83%, passando de 275, aproximadamente, para mais de 500 (Figura 2.24). Exceto a Universidade de Lisboa, cujo número de diplomados se manteve praticamente inalterado, as restantes instituições de ensino público aumentaram o número de diplomados nesse horizonte temporal. A Universidade do Porto quase triplicou o número de diplomados. A essa expansão do número de diplomados nas instituições já existentes, acresce a criação de novos cursos, que no ano letivo 2015/2016 contribuíram com mais de 100 diplomados adicionais.

Contrariamente, entre 2002 e 2016 o número de diplomados em instituições privadas de ensino passou de perto de 700 para 250, ou seja, diminuiu perto de 64%. Embora em todas as instituições o número de alunos experimentou um considerável retrocesso,²⁷ o maior de todos foi, como já apontado, o da Universidade Lusíada, cujo número de diplomados no ano letivo 2015/2016 foi de pouco mais de um quarto do número do ano letivo 2002/2003.

A intensa redução do número de diplomados nas instituições privadas de ensino, no período analisado, pode ser explicada por: i) a referida preferência pelas instituições públicas de ensino, num contexto de queda da procura por formação superior em Arquitetura, motivada pela deterioração das condições de trabalho dos jovens diplomados; e, ii) o aumento das exigências da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), em termos de avaliação e acreditação de instituições de Ensino Superior e dos seus ciclos de estudos.

Apesar da significativa diminuição do número de diplomados, no contexto da União Europeia Portugal continua a ter um elevado número de diplomados em termos relativos. Por exemplo, em 2016/2017, Portugal foi o segundo país da União Europeia, a seguir a Espanha, com a maior proporção de diplomados nas áreas de Arquitetura e Planeamento Urbano no total de diplomados com Mestrado, em concreto **4,1%** (Figura 2.25). **O peso médio dos diplomados nestas áreas, no total dos diplomados na União Europeia (UE-28), é de apenas 2,5%.**

Figura 2.25 – Diplomados (Mestrado) nas áreas de Arquitetura e Planeamento Urbano [ISCEDF13] – Amostra de países europeus – Peso no total de diplomados, %



Fonte: Cálculos dos autores com base na tabela "Distribution of graduates at education level and program orientation by sex and field of education [educ_uoe_grad03]" do EUROSTAT.

²⁷ A Escola Superior Gallaecia é a única exceção. O número de diplomados é maior em 2015/2016 (29) que em 2002/2003 (8).

Embora os números de diplomados nos últimos anos sejam muito inferiores aos da segunda metade da década de dois mil, continuam a ser superiores aos das saídas de atividade por reforma ou aposentação de profissionais no ativo. Tal como indicado na secção 2.2, **Portugal é, a seguir a Itália,²⁸ o país da Europa com maior número de Arquitetos por 1 000 habitantes (2,2), o dobro da média europeia, constituindo uma forte evidência de saturação do mercado, atendendo à procura atual e potencial dos serviços de Arquitetura.**

As preocupações com a formação dos arquitetos e o seu impacto sobre o sector, quer em termos de quantidade, quer em termos de qualidade, ficou evidenciada nos grupos de foco de diagnóstico e validação. Por esse motivo, no inquérito efetuado foram incluídas um conjunto de afirmações sobre problemáticas que afetam este domínio, a fim de determinar a importância que os arquitetos lhes atribuem. De acordo com os resultados do inquérito, a maioria dos arquitetos consideram que os seguintes problemas são muito ou extremamente importantes:

- Excessivo número de vagas nos cursos de Arquitetura (54,8% dos arquitetos questionados [AQ]; 25,4% dos AQ atribui ao problema certa importância);
- Excesso de diplomados por ano, apesar da redução verificada nos últimos anos (55,8% dos AQ; 25,4% dos AQ atribui ao problema certa importância);
- Escassez de prática profissional orientada durante os últimos anos do curso de Arquitetura (74,7% dos AQ);

- Fragilidade das competências técnicas em alguns domínios complementares (74,3% dos AQ);
- Falta de oferta de matérias relacionadas com a gestão dos negócios e a comercialização de produtos (71,2% dos AQ);
- Défices ao nível da orientação profissional (70,6% dos AQ).

BARREIRAS NO ACESSO À PROFISSÃO

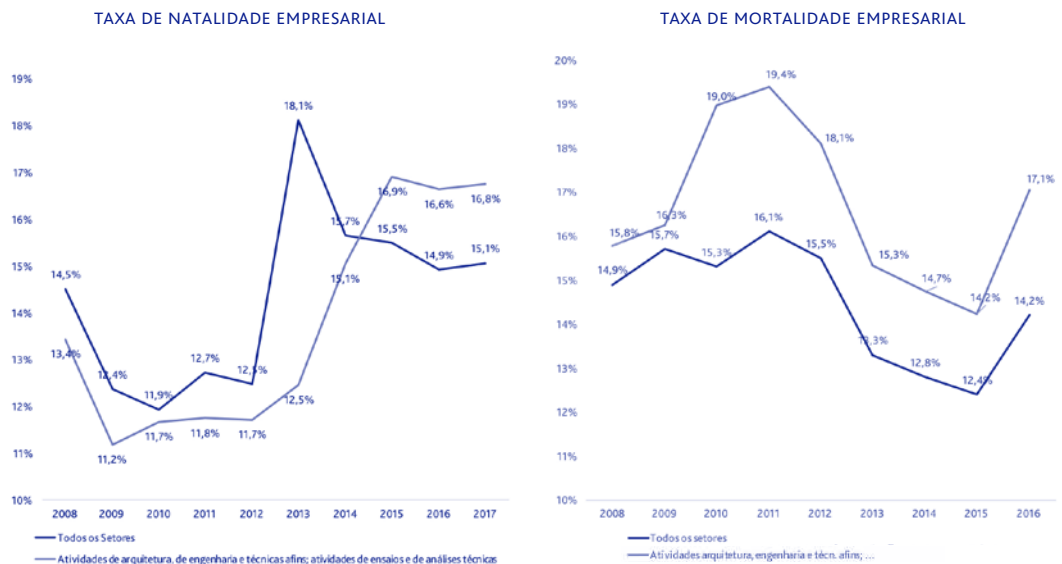
As barreiras de acesso ao exercício da profissão no sector são relativamente baixas, devido aos seguintes fatores:

- Exceto em algumas faixas de mercado, as economias de escala são pouco expressivas. Nos segmentos com procura mais sofisticada ou mais complexa do ponto de vista técnico, a geração de procura permite alargar a oferta de valências e funções técnicas e especializadas. Nos restantes segmentos, a redução dos custos médios com o aumento da dimensão do negócio não é muito significativa;
- A informação sobre profissionais e serviços no mercado é abundante e, portanto, fácil de obter. Atualmente os novos entrantes têm a possibilidade de utilizar novos canais, especialmente os digitais, para dar-se a conhecer junto dos seus potenciais clientes. As páginas de internet, as redes sociais e os agregadores de oferta, entre outros, permitem mostrar o portefólio de projetos e alargar o potencial de mercado;

²⁸ Em termos absolutos, Itália e Alemanha são os países da Europa com maior número de Arquitetos.

- Não existem barreiras significativas no acesso à profissão (por exemplo, exames de acesso), excetuando o estágio profissional,²⁹ o qual, embora inclua ações de formação obrigatórias, não contempla a avaliação das mesmas. Em muitas tipologias de concursos de Arquitetura ou de Concursos Públicos as limitações de acesso não são muito restritivas;
- As exigências de capital para o acesso ao exercício profissional são muito mais baixas que noutros sectores de atividade, comerciais ou de serviços. O equipamento informático e os programas de Arquitetura constituem a principal fatia do investimento inicial;
- Exceto em algumas faixas de mercado, os custos de mudança para os clientes são relativamente baixos. Nos segmentos com procura mais sofisticada ou complexa, quando existe repetição sistemática de encomendas, os clientes estão mais fidelizados e é, portanto, nestes casos, onde os custos de mudança para o cliente são mais significativos. No caso dos clientes particulares, atendendo a que se trata de transações únicas (ou quase únicas), o esforço de fidelização é inexistente ou, se existir, tem um objetivo comercial – pela importância que o “boca-a-boca” tem como instrumento de promoção neste segmento de clientes;

Figura 2.26 – Evolução da natalidade e da mortalidade empresarial nas atividades de Arquitetura, Engenharia e técnicas afins, 2008-2017 – Portugal – Taxas, %



Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

²⁹ Anexo I do Estatuto da Ordem dos Arquitetos – Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de julho, com a redação dada pela Lei n.º 133/2015, de 28 de agosto.

- As políticas governamentais, tanto em Portugal como no âmbito da UE, promovem a liberalização sectorial (quer neste, quer noutros sectores). Os arquitetos em exercício possuem, na sua qualidade de incumbentes e salvo em alguns âmbitos, vantagens pouco significativas em relação aos novos entrantes.

Os dados sobre natalidade empresarial confirmam a facilidade de acesso ao sector e ao exercício da profissão.³⁰ Com seria de

esperar, os dados da mortalidade estão alinhados com os da natalidade, confirmando que, para além de ser fácil entrar, também é fácil sair, e que a permanência no sector não é fácil.³¹ As taxas de natalidade e de mortalidade empresarial no sector da Arquitetura e da Engenharia são superiores às da média da economia (ver Figura 2.26). Isto não quer dizer que os arquitetos que exercem a sua atividade numa empresa deixem, como consequência da saída da empresa do sector, de exercer a profissão noutros moldes.

³⁰ O acesso à profissão deve ser interpretado neste caso como acesso à atividade. Está, portanto, relacionado com o estabelecimento da atividade profissional de arquiteto como trabalhador independente ou mediante a abertura de um gabinete de Arquitetura.

³¹ Tecnicamente é fácil, nomeadamente para os profissionais independentes ou para os gabinetes de Arquitetura com um reduzido número de assalariados. Um assunto diferente é a resistência à saída por questões culturais ou de outra índole.

O PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES

O poder negocial dos clientes é elevado e crescente. Muitos dos clientes empresariais dos arquitetos têm crescido significativamente nos últimos anos, pelo que o mercado está mais concentrado e o seu poder de mercado tende a reforçar-se progressivamente. As regras de contratação pública atualmente em vigor minimizam as possibilidades de negociação entre arquitetos e a Administração Pública, a qual faz as suas escolhas quase exclusivamente em função da variável preço. Os clientes particulares têm vindo a reforçar o seu poder negocial em resultado da informação e o conhecimento retirado da internet, da facilidade com que acedem aos profissionais da Arquitetura e do seu reduzido custo de mudança.

Uma parte significativa dos clientes empresariais e a maioria dos clientes particulares são muito sensíveis ao preço. Entre estes últimos, os que contratam serviços de Arquitetura para reabilitar imóveis para fins turísticos, que são os que têm dinamizado o mercado nos últimos anos, o preço é a principal variável informadora da tomada de decisão em matéria de adjudicação. Salvo nos segmentos de procura sofisticada e complexa do ponto de vista técnico, percebe-se uma reduzida disposição a pagar por serviços adicionais,³² especialmente se não forem legalmente exigidos. Mesmo numa faixa considerável dos clientes empresariais, onde existe repetição de encomendas, a lealdade ao gabinete/arquiteto é relativamente reduzida.³³

Em geral, o poder negocial dos clientes aumenta à medida que aumenta a disponibilidade de oferta (neste caso de prestadores de serviços de Arquitetura) e à medida que diminuem as quantidades procuradas (neste caso de serviços de Arquitetura). O poder negocial aumenta também quando o serviço é padronizado ou suscetível de ser estandardizado e quando a informação no mercado tende a ser simétrica e completa e os custos de mudança são relativamente reduzidos ou nulos.

OS FUNDAMENTOS DA PROCURA – EVOLUÇÃO E DIMENSÃO DO MERCADO DA ARQUITETURA

Para conhecer a procura por serviços de Arquitetura devem analisar-se os sectores, e sobretudo os respetivos mercados, que tradicionalmente compram esta tipologia de serviços. Desta forma, é fundamental conhecer a evolução e dimensão do mercado da construção para poder inferir as tendências em termos de procura para os serviços prestados pelos arquitetos.

Apesar da recuperação dos últimos anos, na última década o mercado da construção em Portugal registou, em termos acumulados, uma queda superior a 40%, isto é, o seu tamanho viu-se praticamente reduzido para

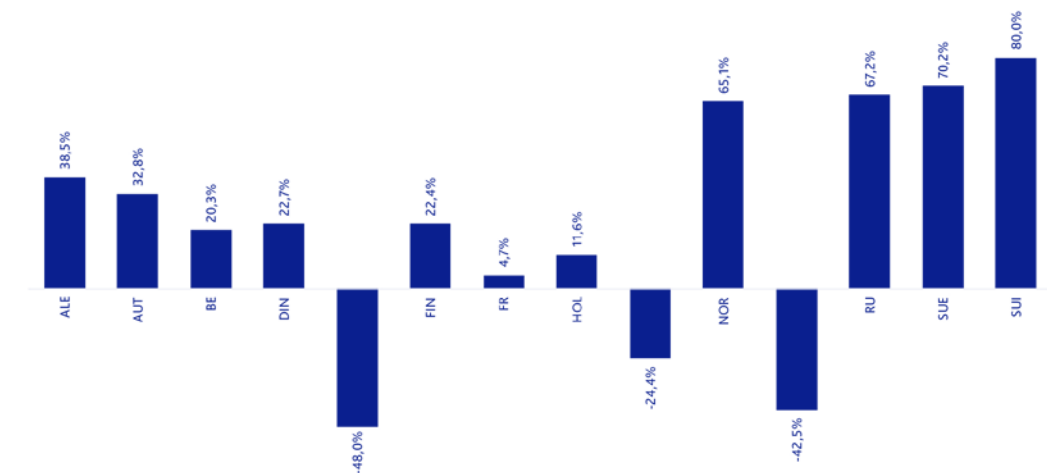
³² Por exemplo, Direção e Gestão de Obra.

³³ Conclusões sobre tendências obtidas nos Grupos de Foco.

metade (Figura 2.27). A contração do mercado português foi superior à de Itália (quase 25%) e ligeiramente inferior à de Espanha (quase 50%). Nos restantes países da amostra os mercados da construção cresceram, embora a ritmos significativamente diferentes.

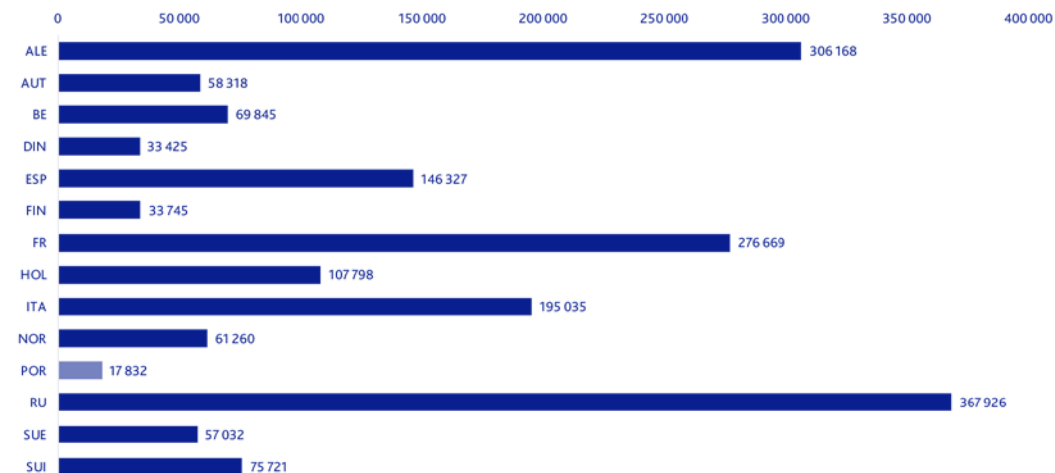
Os mercados da França e da Holanda cresceram marginalmente. Contrariamente, os da Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça registaram crescimentos acumulados superiores a 60%.

Figura 2.27 – Evolução dos mercados nacionais de construção 2009-2018 – Amostra de países europeus – Variação acumulada, %



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do EUROSTAT.

Figura 2.28 – Dimensões dos mercados nacionais de construção 2018 – Amostra de países europeus – *Output* sectorial, milhões de euros, preços correntes

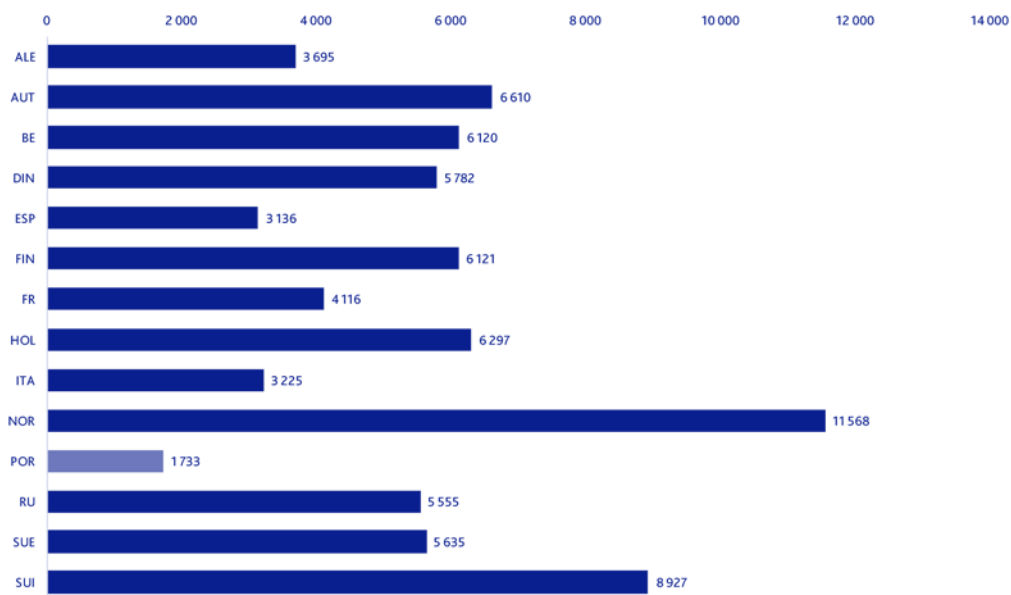


Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do EUROSTAT.

O mercado da construção em Portugal está entre os de menor dimensão a nível europeu, não só em termos absolutos (Figura 2.28) – menos de 18 mil milhões de euros em 2018, mas também em termos *per capita* (Figura 2.29) – pouco mais de 1 700 euros. Os mercados de construção do Reino Unido, da Alemanha, da França e da Itália são de longe os de maior dimensão. Juntamente com o mercado português da construção, os da Dinamarca e da Finlândia são os menores da amostra,

no entanto o tamanho dos mercados destes dois últimos países praticamente duplica o do mercado nacional. **Apenas para efeitos de contextualização, note-se que o mercado português é três vezes menor que o da Áustria, que tem a mesma população e uma economia apenas duas vezes maior que a portuguesa;** e ainda que o *output* da construção *per capita* em Espanha é quase o dobro do de Portugal, apesar de que o PIB *per capita* é apenas 20% superior no país vizinho.

Figura 2.29 – Dimensões relativas dos mercados nacionais de construção 2018 – Amostra de países europeus – *Output* do sector *per capita*, em euros, preços correntes



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do EUROSTAT.

Outra forma de relativizar o tamanho do mercado consiste em calibrar a sua dimensão em função do número de arquitetos. **O *output* da construção por arquiteto em Portugal**

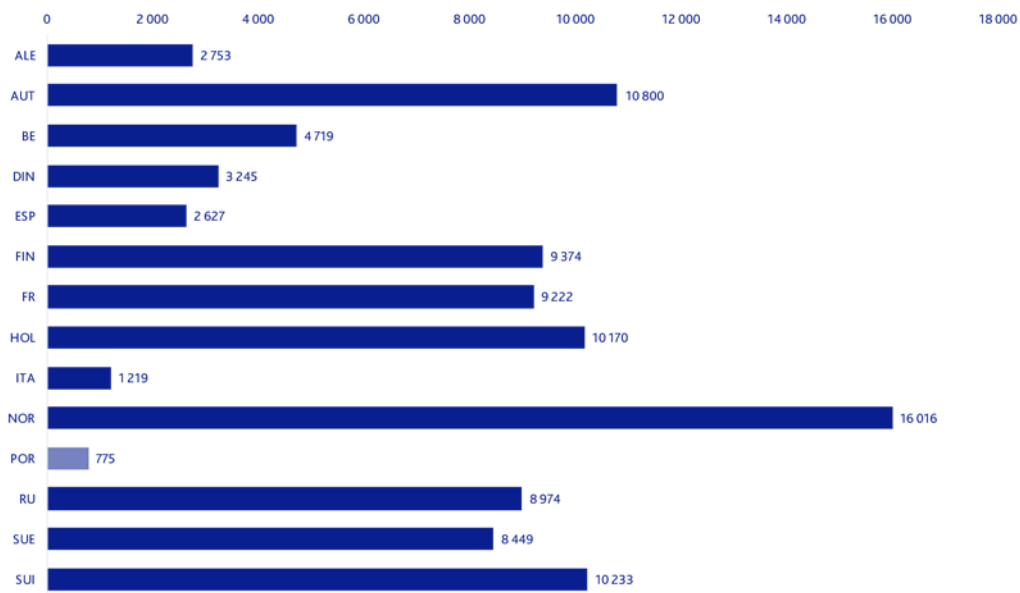
é de 775 000 euros, o valor mais baixo da amostra de países analisados (Figura 2.30). Os seguintes em termos de dimensão situam-se a bastante distância. Este rácio em

Itália é de mais de 1,2 milhões de euros e em Espanha de mais de 2,6 milhões de euros. Os países com os rácios mais favoráveis são a Noruega, com mais de 16 milhões de euros por arquiteto e a Áustria, a Holanda e a Suíça, com mais de 10 milhões de euros cada. Os rácios relativamente baixos que apresentam alguns dos países da amostra devem-se quer à reduzida dimensão do seu mercado interno (por exemplo, no caso da Bélgica), quer ao elevado número de arquitetos (por exemplo, no caso da Alemanha).

Embora, em alguns casos, a dimensão dos mercados da construção possa ser um

bom indicador da procura de serviços de Arquitetura, pode existir um desajustamento no tamanho e na evolução de ambos os mercados. Nos anos mais recentes, este desajustamento verifica-se em Portugal com alguma intensidade. **O mercado dos serviços de Arquitetura tem em Portugal um valor próximo dos 350 milhões de euros** (Figura 2.31). No âmbito da amostra de países selecionados, é maior que o da Finlândia (perto de 190 milhões de euros), o da Áustria (perto de 290 milhões de euros) e o da Noruega (340 milhões de euros). O mercado português representa mais de metade do mercado espanhol e mais de um terço do mercado francês.

Figura 2.30 – Dimensões relativas dos mercados nacionais de construção 2018 – Amostra de países europeus – *Output* do sector por arquiteto, milhares de euros, preços correntes



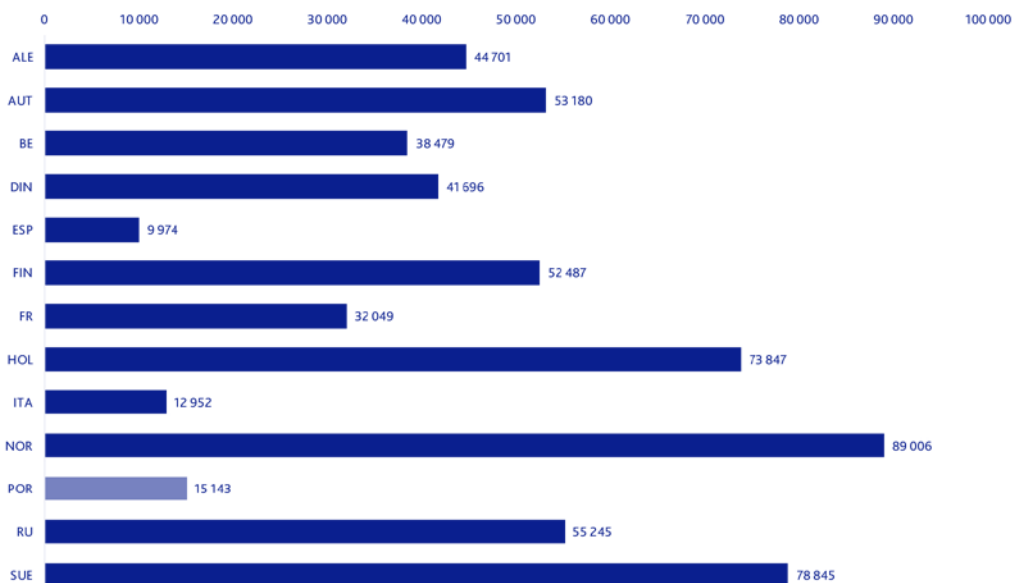
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do EUROSTAT.

Figura 2.31 – Dimensões dos mercados nacionais de Arquitetura 2018 – Amostra de países europeus – *Output* sectorial, milhares de euros, preços correntes



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do EUROSTAT.

Figura 2.32 – Dimensões dos mercados nacionais de Arquitetura 2018 – Amostra de países europeus – *Output* do sector por Arquitecto, em euros, preços correntes

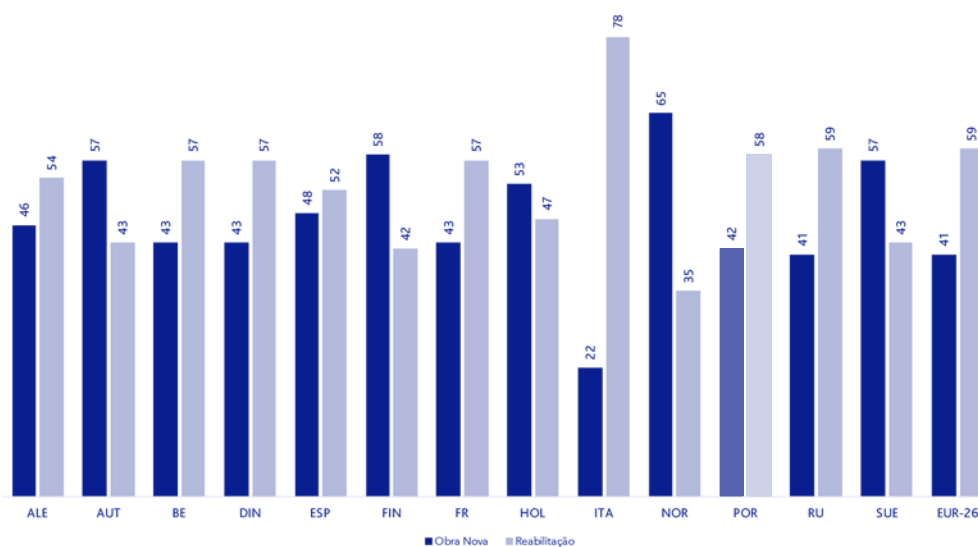


Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do EUROSTAT.

Tendo em consideração os valores absolutos pode concluir-se que a situação é relativamente favorável, no entanto quando se introduzem elementos de relativização a situação piora notavelmente. **Em Portugal, o valor do mercado de serviços de Arquitetura por profissional é de pouco mais de quinze mil euros por arquiteto** (Figura 2.31). Apenas os arquitetos espanhóis e italianos se encontram em pior situação, com rácios de perto de 10 000 e de 13 000 euros *per capita*, respetivamente. As situações mais favoráveis são as dos arquitetos noruegueses, suecos e holandeses, todos com valores *per capita* superiores a 70 000 euros.

Em termos sectoriais, a reabilitação é, atualmente, o sector mais dinâmico para a Arquitetura portuguesa, representando 58% do total do mercado (Figura 2.33). A repartição do mercado em Portugal (58-42) está muito alinhado com a média da União Europeia (59-41), não obstante está ainda muito longe da de países como Itália (78-22). A Holanda e os três países da Escandinávia são os únicos da amostra onde os serviços de Arquitetura associados à construção nova têm um peso superior aos ligados à reabilitação do edificado.

Figura 2.33 – Mercados nacionais de Arquitetura 2018 – Amostra de países europeus – Distribuição por grandes componentes, %



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

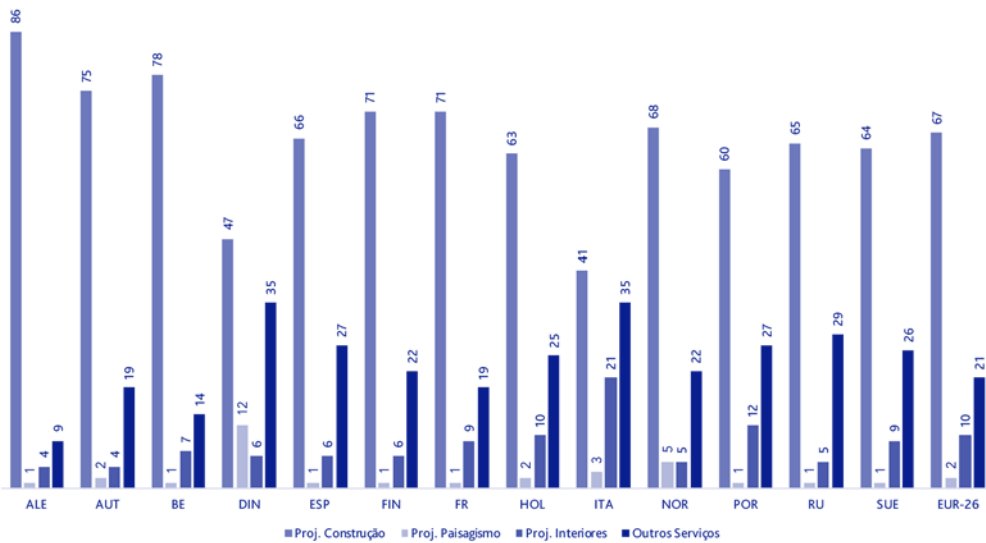
Relativamente aos serviços prestados pelos arquitetos, em Portugal 60% dos serviços são projetos de construção e quase 30% (27%) são outro tipo de serviços. Os projetos de interiores representam 12% dos serviços e os de paisagismo apenas 1% dos mesmos. Na União

Europeia, o peso dos projetos de construção no total dos serviços prestados pelos arquitetos é de 67%. Apenas em dois dos países da amostra os projetos de construção têm um peso inferior ao de Portugal: Dinamarca (47%) e Itália (41%). Neste último, o tamanho do

mercado, o elevado número de arquitetos e a distribuição dos serviços por grandes sectores criam incentivos para diversificar os serviços prestados intra-atividade, daí o elevado peso dos outros serviços (35%, o mais elevado da amostra, juntamente com a Dinamarca), dos projetos de interiores (21%, o mais elevado da amostra) e, inclusivamente, dos projetos de

paisagismo (3%, o mais elevado da amostra, apenas ultrapassado pela Noruega). Ainda em relação a esta matéria, em Portugal, 39,3% dos arquitetos considera que a baixa diversificação da oferta de serviços dentro da mesma atividade é um problema muito ou extremamente importante no sector.³⁴

Figura 2.34 – Serviços prestados pelos Arquitetos – Amostra de países europeus – Distribuição por grandes tipologias, %



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

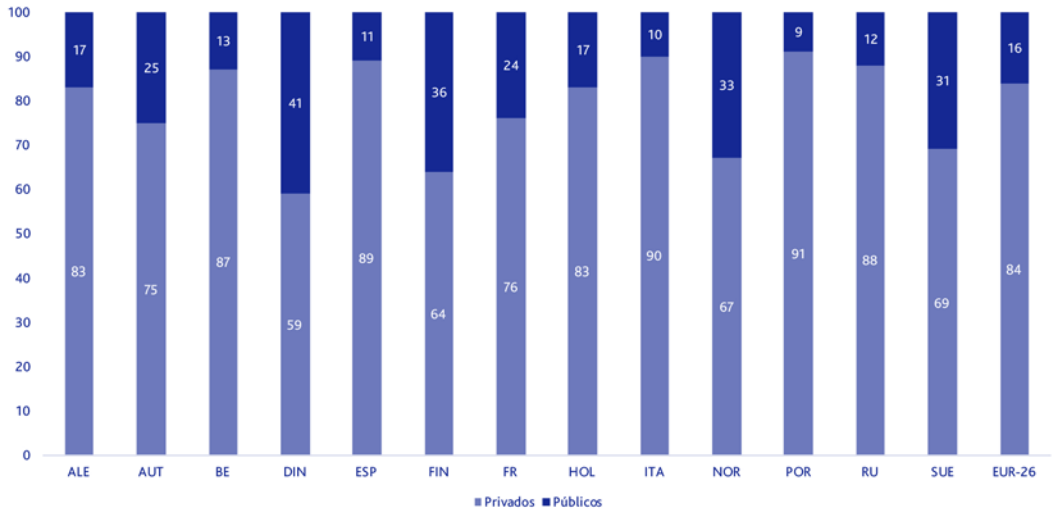
CLIENTES DOS ARQUITETOS

Em Portugal a grande maioria dos clientes dos arquitetos são privados (Figura 2.35). **Os clientes públicos representam apenas 9% do total, muito abaixo da média Comunitária**

(17%). As Administrações Públicas são clientes muito relevantes nos países Nórdicos (3 a 4 em cada 10), enquanto nos países do Sul e no Reino Unido são relativamente marginais (aproximadamente 1 em cada 10). Na Áustria e em França também têm uma expressão considerável (à volta de 1 em cada 4).

³⁴ Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA. 35,0% considera que o problema tem certa importância.

Figura 2.35 – Clientes dos arquitetos – Amostra de países europeus
– Distribuição por natureza, pública ou privada, %



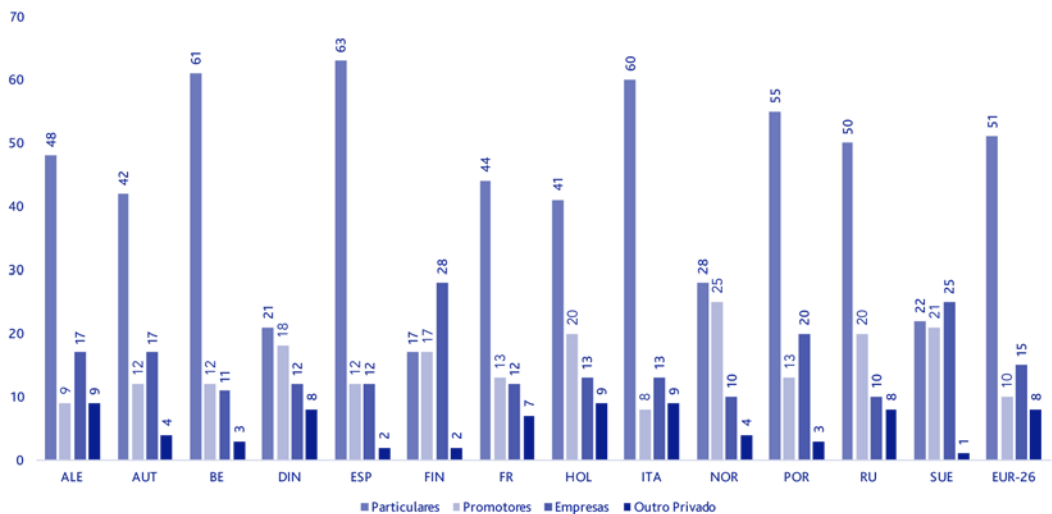
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

Clientes privados

Em Portugal 55% dos clientes dos arquitetos são particulares, 20% são empresas de diversos sectores e 13% são promotores imobiliários

(Figura 2.36). Os particulares representam 6 em cada 10 clientes privados, em linha com o que acontece na média europeia. O peso dos clientes particulares no total de clientes, apenas é maior em Espanha, Itália e Bélgica.

Figura 2.36 – Clientes privados dos arquitetos – Amostra de países europeus
– Distribuição face ao total dos clientes, %



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

Nota: Os valores da categoria *Outro Privado* não são incluídos para facilitar a leitura dos dados.

Atendendo às suas especificidades e ao seu grau de relevância atual e potencial, os clientes privados dos arquitetos podem ser classificados em três grandes tipologias: i) particulares; ii) promotores imobiliários e empresas de construção; e, iii) empresas dos sectores industrial e de serviços. As características, necessidades e poder negocial destes clientes são bastante diferentes.

Clientes particulares

Estes clientes contratam serviços de Arquitetura para a construção ou reforma da sua habitação habitual ou para outras habitações que constituem segundas residências ou ativos a rentabilizar no mercado de arrendamento. Em geral, estes clientes são muito sensíveis ao preço e relativamente flexíveis em termos de prazos. Dentro desta categoria, os que se enquadram no segmento *premium* dão maior ponderação nas suas escolhas aos elementos diferenciadores do serviço e são menos sensíveis ao preço e mais exigentes em termos de qualidade do serviço e de cumprimento de prazos. Na categoria dos clientes particulares, a comunicação informal é o principal instrumento de promoção, embora, cada vez mais, estabeleçam contacto com os profissionais depois de consultar portefólios via internet. O poder negocial destes clientes deriva de:

- Exceto em segmentos *premium* ou em faixas do mercado que valorizam a criatividade, a escolha de profissionais do sector é realizada quase-exclusivamente com base no preço do serviço. **A falta de transparência sobre a estrutura de preços que se verifica em amplas faixas da oferta cria incentivos para que os clientes realizem uma pesquisa, às vezes exaustiva, à**

procura do melhor preço, que reforça os incentivos dos profissionais para praticar preços mais baixos;

- Exceto em determinados segmentos do mercado, os clientes percebem os serviços de Arquitetura como bastante similares, sobretudo quando existe margem para influenciar expressivamente o trabalho do arquiteto;
- A existência de alternativas no mercado para contratar serviços adicionais (não projeto), em muitos casos a preços baixos, não contribui para elevar a disposição a pagar por estes serviços e a predisposição a contratá-los junto de um profissional de Arquitetura – existe também uma falta de percepção no mercado sobre as vantagens de o fazer;
- Os serviços de Arquitetura estão associados ao consumo de bens de investimento (ativos imobiliários) ou de consumo duradouro (serviços de reabilitação), que implicam a mobilização de importantes recursos financeiros. A importância destas aplicações transfere uma parte significativa da sensibilidade ao preço para os serviços considerados auxiliares ou acessórios, entre os quais os de Arquitetura, embora alguns destes estejam associados a uma obrigação de carácter legal. A isto acresce que, em muitos casos, uma parte desses bens ou consumos são financiados com recursos alheios, nomeadamente com crédito bancário, o que reduz a sensibilidade ao preço na componente principal e reforça a sensibilidade nos serviços não cobertos pelo financiamento – entre os quais os de Arquitetura;
- Por tratar-se de serviços contratados um número muito limitado de vezes (às

- vezes nunca ou apenas uma vez na vida), em essência não existem custos de mudança. Mesmo existindo consumos repetidos, por exemplo no caso de investidores em imobiliário, os custos de mudança são marginais ou nulos;
- **A escassez de protocolos no sector, nomeadamente entre os profissionais independentes, sobre consultas, contratação, pagamentos e outros aspetos do relacionamento entre o arquiteto e os clientes.** Os baixos níveis de autorregulação económica em algumas matérias outorgam um grande poder ao cliente, que acaba por manifestar-se, por exemplo, na forma de trabalho não pago ou no abandono da relação sem compensação para o arquiteto.
 - No caso das promotoras imobiliárias e das empresas de construção, exceto em determinados nichos de mercado ou em projetos *premium*, a contratação de serviços de Arquitetura assenta em grande medida em critérios de preço. Os aspetos qualitativos dos serviços, quer da esfera técnica quer da esfera funcional, são assumidos como um dado e a dimensão artística e as questões estéticas são alvo de negociação entre o contratante e o arquiteto;
 - Salvo em determinados segmentos e contextos, as promotoras e as construtoras percebem, exceto na dimensão estética, grande similaridade na prestação de serviços de Arquitetura, daí que os custos de mudança sejam relativamente baixos. Apenas naquelas situações em que existem preferências muito fortes e relações duradouras o poder dos clientes tende a diluir-se.

Promotoras imobiliárias e empresas de construção

As promotoras contratam serviços de Arquitetura para conceber os produtos que tencionam colocar no mercado, sejam de nova construção ou resultantes de processos de reabilitação. Algumas contratam serviços relacionados com o acompanhamento e a fiscalização da obra. As empresas construtoras recorrem aos arquitetos para os mesmos fins, embora em menor medida. A procura de serviços de Arquitetura neste caso concentra-se em áreas específicas, que requerem um elevado grau de especialização. A competitividade dos serviços assenta maioritariamente no preço, ou melhor, na relação qualidade-preço. Não obstante, os arquitetos cujo trabalho apresente elementos distintivos claros, por questões estéticas ou técnicas, ou que consigam garantir um elevado grau de fidelização poderão fixar preços com um prémio em relação à média do mercado.

O poder das promotoras e das empresas de construção assenta nos seguintes fatores:

Empresas do sector industrial e comercial

Estes clientes procuram serviços de Arquitetura especializados. Obrigam ao cumprimento de prazos curtos e exigem capacidade técnica e um profundo conhecimento das tipologias de edifícios e equipamentos objeto de intervenção. Os que trabalham com grandes volumes e projetos similares procuram preços ajustados e uma elevada capacidade de resposta. Os que desenvolvem operações à medida e intervenções em edifícios tecnicamente sofisticados procuram habilidades conceptuais, criatividade e inovação, bem como competência técnica, tendo uma disposição a pagar muito superior à média.

Existe um crescente número de empresas de sectores que tradicionalmente não contratavam arquitetos, que estão a recrutar sobretudo profissionais independentes para desempenhar tarefas para as quais são necessárias as

habilidades e competências adquiridas pelos arquitetos durante a sua formação e no exercício da sua prática profissional.³⁵

No caso das empresas do sector industrial e comercial, o seu poder negocial advém de:

- A grande similaridade nos projetos encomendados (e.g. supermercados independentes, bombas de gasolina, pavilhões industriais, etc.). Nestes casos, a contratação repetida de encomendas da mesma tipologia e com características volumétricas e técnicas semelhantes outorga um grande poder negocial ao cliente, que se manifesta na compressão das margens do negócio do arquiteto. Contrariamente, quando as empresas destes sectores requerem serviços especializados com uma componente técnica significativa, os arquitetos têm uma maior capacidade de fixação de preços e, nesses casos, poderão estabelecer um prémio, que redunde em margens superiores e retornos mais atrativos;
- O diferencial de tamanho entre os clientes empresariais (alguns grandes ou muito grandes) e as empresas de Arquitetura (pequenas ou com um único profissional) e, sobretudo, a concentração das encomendas destas últimas num número muito limitado de clientes empresariais. A escassa diversificação do portefólio de clientes das empresas de Arquitetura tende a enfraquecer a sua capacidade negocial;
- O interesse crescente dos clientes empresariais por lidar com interlocutores únicos para tratar das questões técnicas dos projetos. Esta tendência reforça o posicionamento dos gabinetes técnicos e dos gabinetes especializados, ao tempo

que limita a capacidade de negociação dos gabinetes vocacionados apenas para prestar serviços de Arquitetura e sobretudo a dos profissionais independentes.

Clientes públicos

A contratação de serviços de Arquitetura pela Administração Pública é atualmente realizada, quase em exclusivo, através de Concursos Públicos. Apesar do aumento do número de contratos de serviços de Arquitetura registado nos últimos anos, o valor médio dos contratos tem vindo a diminuir, devido principalmente à queda sustentada dos volumes de investimento público e ao recurso, cada vez mais frequente, a arquitetos pertencentes aos próprios serviços das várias administrações públicas.

Embora o Código dos Contratos Públicos preveja, no âmbito da adjudicação baseada na proposta economicamente mais vantajosa, a possibilidade de utilizar como critério de escolha a melhor relação qualidade-preço, existe uma tendência generalizada para ponderar em excesso a variável preço em detrimento de outros fatores associados à qualidade da proposta. No âmbito de outras modalidades de adjudicação, a utilização do preço como variável informativa da escolha das propostas é ainda mais recorrente. O excessivo peso da variável preço nos critérios de adjudicação nos Concursos Públicos é considerado por 82,4% dos arquitetos um problema muito ou extremamente importante no âmbito do sector da Arquitetura.³⁶

Entre os clientes públicos dos arquitetos, em Portugal, destacam-se a Administração Local e o outro sector público, que são entidades geridas com certa autonomia ainda que incluídas no perímetro orçamental

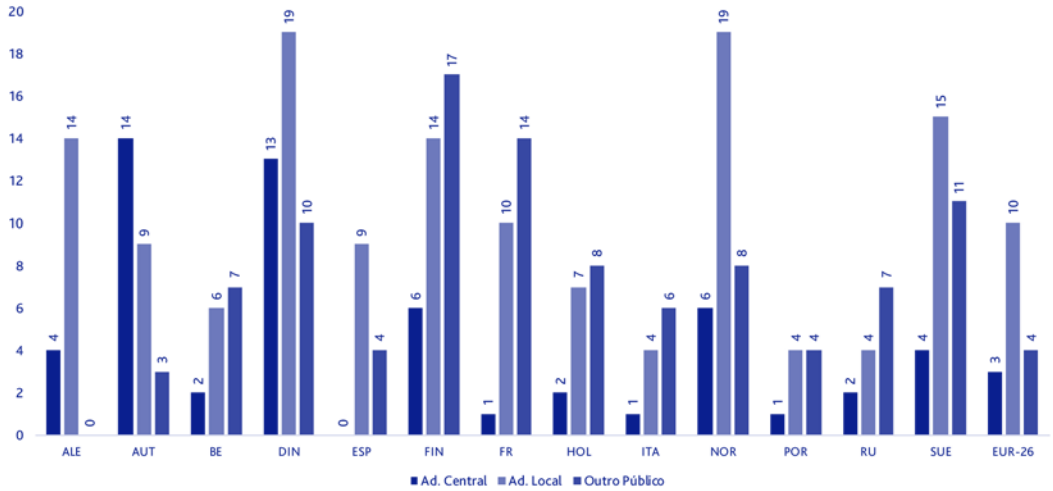
³⁵ Empresas auxiliares do sector da construção, empresas industriais e empresas de serviços.

³⁶ Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA.

(Figura 2.37). A Administração Central tem um peso muito reduzido. No conjunto da União Europeia, os municípios são sem dúvida os principais clientes públicos dos arquitetos, sendo especialmente relevantes nos países

Nórdicos e na Alemanha. A Administração Central é um cliente público muito importante na Áustria e na Dinamarca. Na Finlândia a outra Administração Pública é o cliente público de maior relevância para os arquitetos.

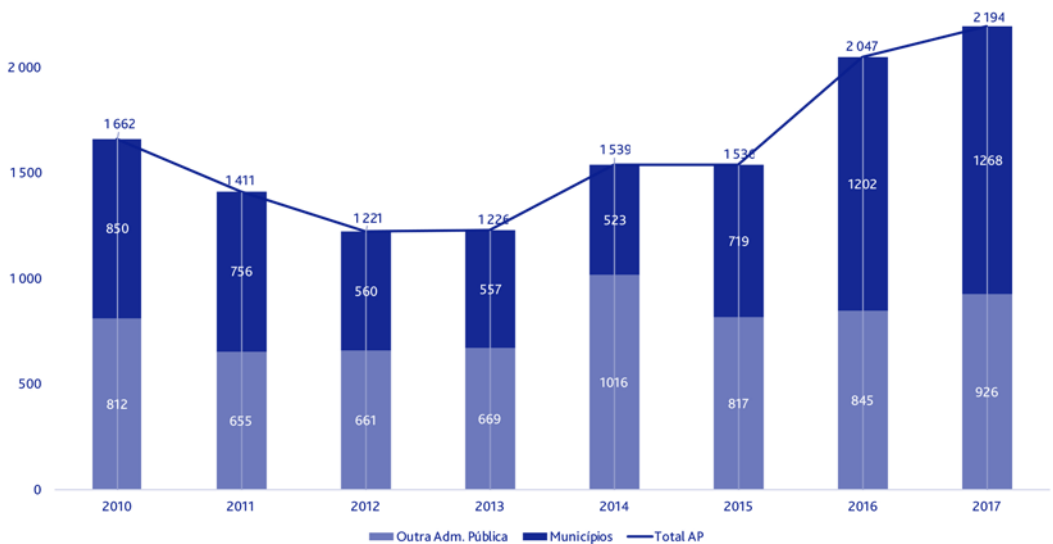
Figura 2.37 – Clientes públicos dos arquitetos – Amostra de países europeus – Distribuição face ao total dos clientes, %



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

Nota: Os valores da categoria *Outro Público* não são incluídos para facilitar a leitura dos dados.

Figura 2.38 – Evolução dos contratos de Arquitetura 2010-2017 – Portugal – Distribuição por tipo de entidade pública, número de contratos

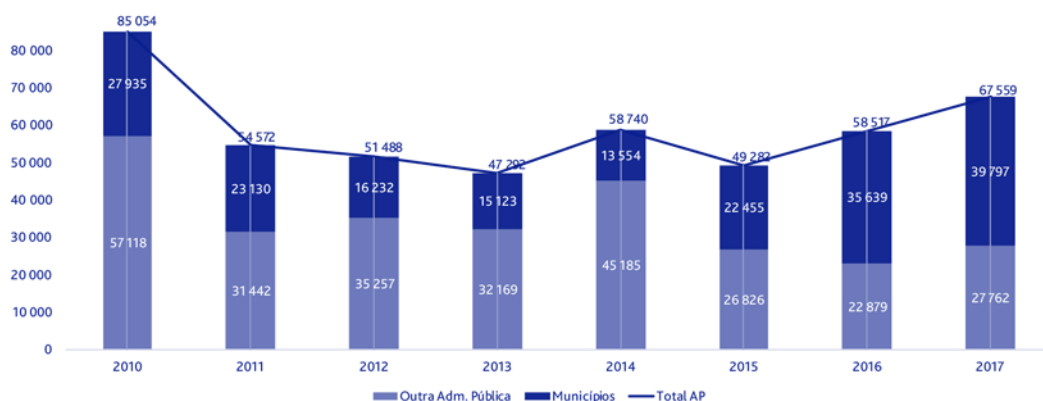


Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Portal Base.

Embora o seu peso em termos de volume de negócios para o sector da Arquitetura seja relativamente reduzido, nos últimos anos o sector público tem vindo a aumentar as compras de serviços de Arquitetura. Em 2017, o número total de contratos aproximou-se dos 2 200, com um valor global de cerca de 68 milhões de euros (Figura 2.38 e 2.39). Destes,

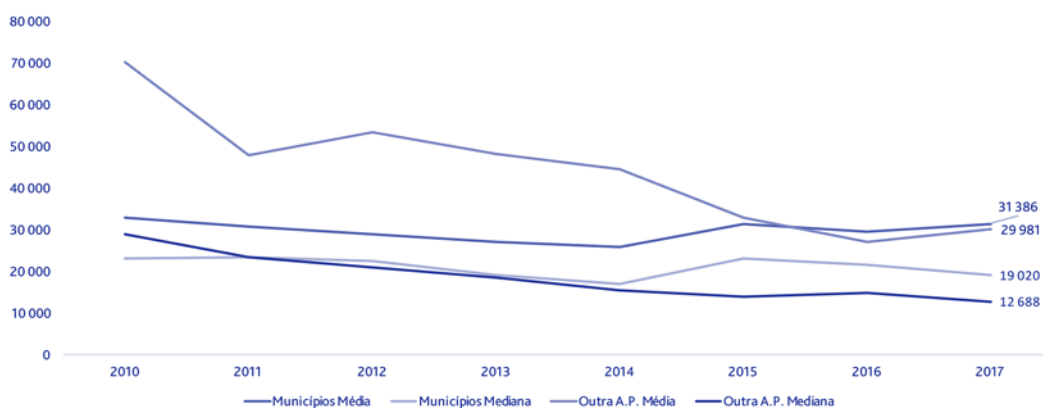
59% estão associados a contratos com a Administração Local, estando o restante vinculado a contratos com a Administração Central.³⁷ Desde 2010, o ano em que o valor dos contratos públicos atingiu o seu mínimo foi o de 2013, com 47,2 milhões e de euros. Esse ano juntamente com o de 2012 são os que registaram um menor número de contratos da série, com pouco mais de 12 000.

Figura 2.39 – Evolução dos contratos de Arquitetura 2010-2017 – Portugal – Distribuição por tipo de entidade pública, milhares de euros



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Portal Base.

Figura 2.40 – Evolução dos contratos de Arquitetura 2010-2017 – Portugal – Distribuição por tipo de entidade pública, média e mediana, em euros



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Portal Base.

³⁷ Essas percentagens correspondem às que constam nas Figuras 2.38 e 2.39. Nessas Figuras a Administração Central está incluída na categoria Outra Administração Pública. Esta categoria inclui também a Administração Regional, que em termos agregados tem um peso escassamente significativo.

Não obstante o aumento recente do número e do valor dos contratos promovidos por entidades públicas, observa-se uma diminuição dos montantes de adjudicação. De facto, os valores médio e mediano dos contratos formalizados com entidades públicas têm vindo a descer (Figura 2.40). **Em 2017, a mediana e a média dos contratos formalizados pela Administração Local foram de 19 000 e de 31 400 euros, respetivamente. No caso da Administração Central os valores foram de 12 700 e de 30 000, respetivamente. Estes valores contrastam com os do ano de 2010 em que as médias dos projetos da Administração Local e da Administração Central eram, respetivamente, de 32 900 e de 70 300 euros (as medianas de 23 000 e 29 000 euros, respetivamente).**

Nos últimos anos o poder negocial dos clientes públicos dos arquitetos tem vindo a aumentar por diferentes motivos:

- Nos processos de contratação pública, o Concurso Público é o procedimento dominante. No âmbito destes concursos, em geral o preço é a principal dimensão que informa a escolha das propostas, deixando uma margem muito limitada para a utilização de outros critérios

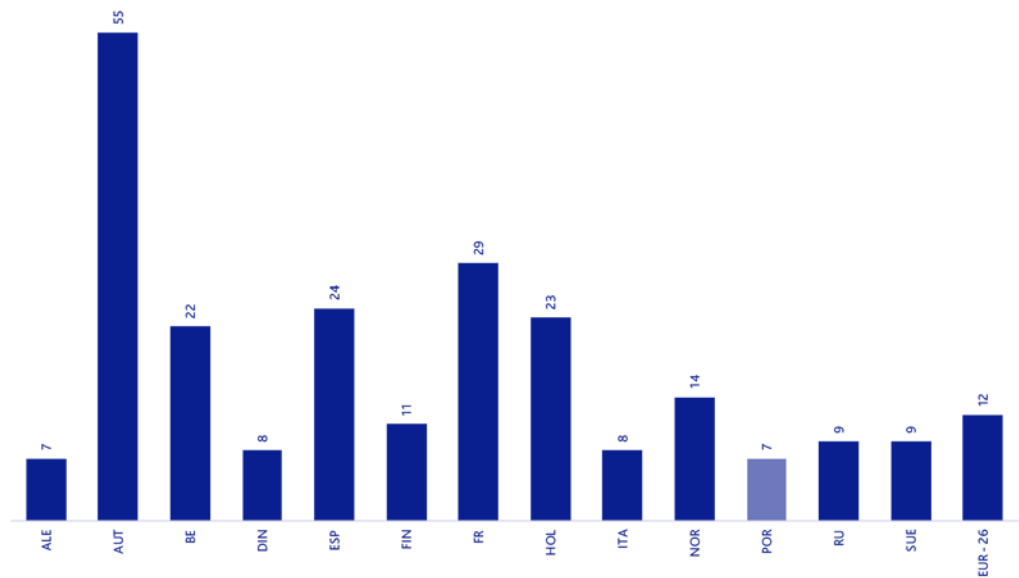
(normalmente não utilizados pelos riscos que podem implicar para os decisores em caso de reclamação). Mesmo quando utilizada a modalidade da melhor relação qualidade-preço, no âmbito do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa,³⁸ o preço tende a ser sobreponderado entre os fatores que integram a fórmula de seriação das propostas. O recurso ao preço como quase-única variável de escolha tem afastado dos concursos muitos profissionais de Arquitetura, gerando problemas de seleção adversa;³⁹

- A tendência a desenvolver projetos e a executar serviços adicionais (não projeto) internamente nos serviços de Arquitetura das Câmaras Municipais;
- Dado o interesse de algumas faixas de arquitetos, nomeadamente dos mais jovens, em contratar com entidades públicas por questões de curriculum, as Administrações Públicas e os organismos do Estado não enfrentam problemas de oferta. A disposição a contratar desses profissionais, unida ao carácter estanque dos projetos, garante à Administração Pública reduzidos custos de mudança.

³⁸ Nos procedimentos de Concurso Público, estes são o critério e a modalidade mais propícios para a adjudicação com base noutros fatores para além do preço, a fim de evitar que esta variável seja absolutamente decisiva no âmbito dos mesmos.

³⁹ Conclusões sobre tendências obtidas nos Grupos de Foco.

Figura 2.41 – Participação em concursos de projetos de Arquitetura 2018 – Amostra de países europeus – Firmas de arquitetos participantes face ao total, %



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

Figura 2.42 – Participação em concursos de projetos de Arquitetura 2018 – Amostra de países europeus – Volume de negócios médio por firma participante, euros

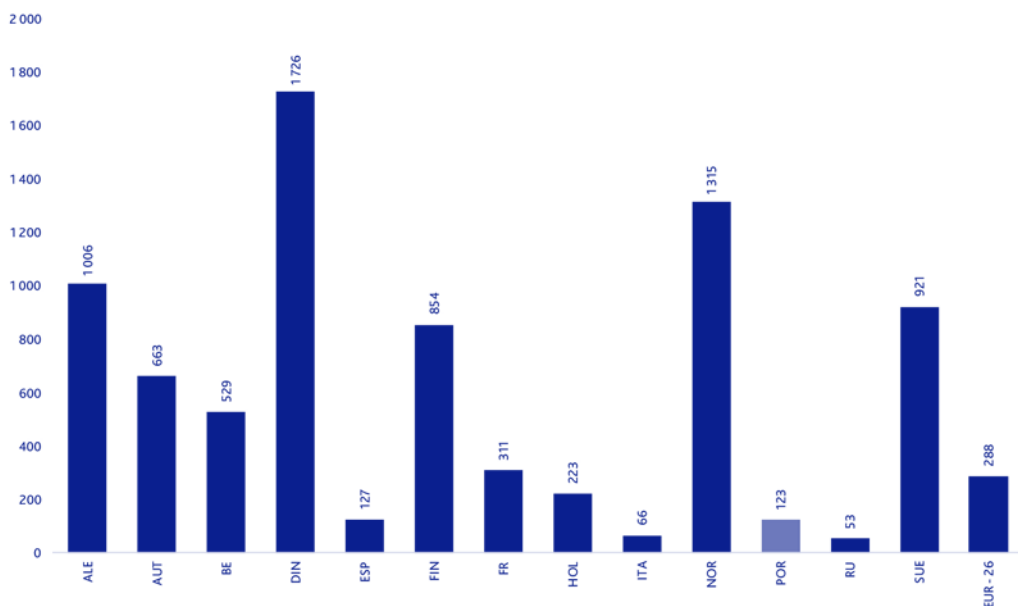


Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

Os Arquitetos portugueses mostram menos interesse que os seus colegas europeus por participar em Concursos Públicos (Figura 2.41). Apenas 7% das firmas portuguesas de Arquitetura participaram em Concursos Públicos da área no ano 2018. Esta percentagem, que é similar à alemã, dinamarquesa, italiana, britânica e sueca, é inferior à média comunitária (12%). A situação em Portugal contrasta fortemente com a da Áustria, França e Espanha, onde uma proporção muito mais elevada de firmas de Arquitetura participam em concursos públicos.

A baixa participação nos concursos poderá estar justificada pelo reduzido retorno em termos de volume de negócios (Figura 2.42). O volume de negócios médio resultante da adjudicação de um contrato via Concurso Público neste domínio, em Portugal, é de cerca de 55 000 euros, muito abaixo da média comunitária de 217 000 euros, aproximadamente. A média portuguesa é apenas superior à italiana e à espanhola. Os valores médios nos países Nórdicos, bem como na Alemanha e Áustria são várias vezes superiores à média comunitária.

Figura 2.43 – Participação em concursos de projetos de Arquitetura 2018 – Amostra de países europeus – Horas dedicadas à participação em concursos

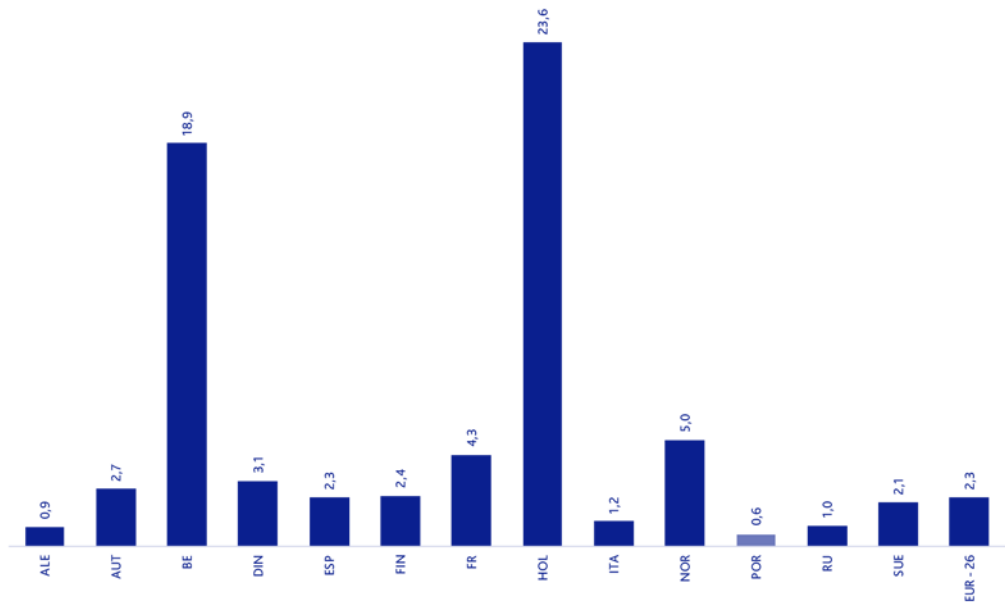


Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

A baixa participação em Concursos Públicos das firmas portuguesas de Arquitetura pode ser explicada por todos os motivos supracitados, mas também poderá estar justificada pela grande pulverização empresarial existente

no sector. Isto traduz-se num volume muito inferior de recursos (medido em horas de trabalho) dedicado à preparação de Concursos Públicos, quando comparado com outros países europeus (Figura 2.43).

Figura 2.44 – Participação em concursos de projetos de Arquitetura 2018 – Amostra de países europeus
 – Número médio de propostas submetidas a concursos publicados no OJEU



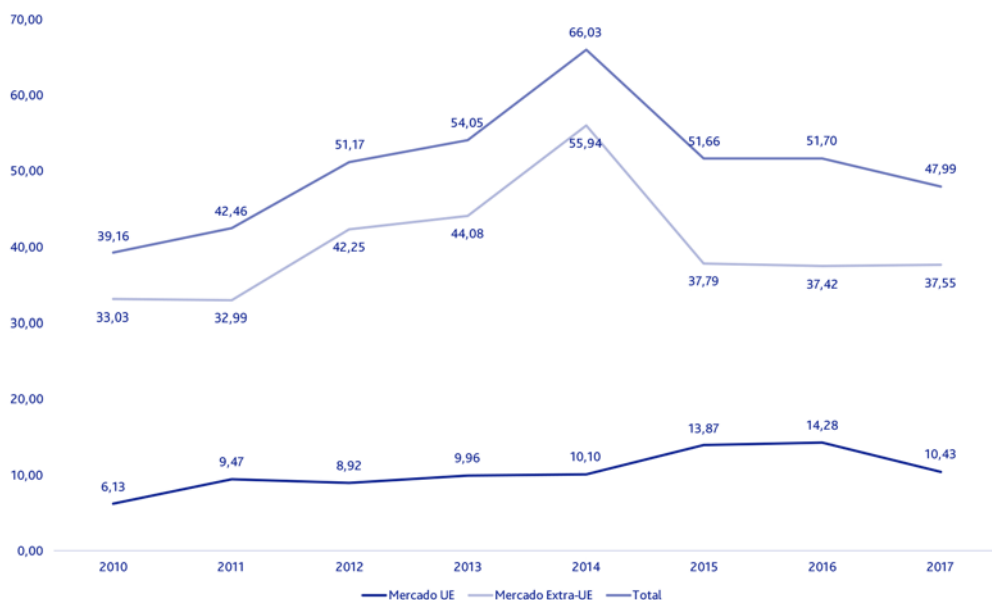
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

Estas limitações, em termos de capacidade, condicionam o acesso das empresas portuguesas de Arquitetura aos concursos europeus nesta área. **De facto, as empresas portuguesas são as que apresentam menos propostas nos concursos de projetos de Arquitetura publicados no Diário Oficial da UE.** Em concreto, aproximadamente a quarta parte da média Europeia, a pouca distância de grandes países como a Alemanha, o Reino Unido ou a Itália, mas muito longe de países como a Holanda e a Bélgica (Figura 2.44).

CLIENTES INTERNACIONAIS: EXPORTAÇÕES DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA

As exportações portuguesas de serviços de Arquitetura atingiram em 2017 os 48 milhões de euros, dos quais 37,5 milhões corresponderam a vendas aos mercados de fora da União Europeia e 10,5 milhões a vendas a mercados da União Europeia (Figura 2.45). Entre 2010 e 2014 a evolução das vendas ao exterior foi extremamente positiva. Nesse período, as exportações de serviços de Arquitetura aumentaram cerca de 70%, passando de 39,2 milhões de euros para 66 milhões de euros, em grande medida devido ao forte impulso das exportações para países de fora da União Europeia, que também cresceram à volta de 70%.

Figura 2.45 – Evolução das exportações de serviços de Arquitetura 2010-2017 – Portugal, milhões de euros



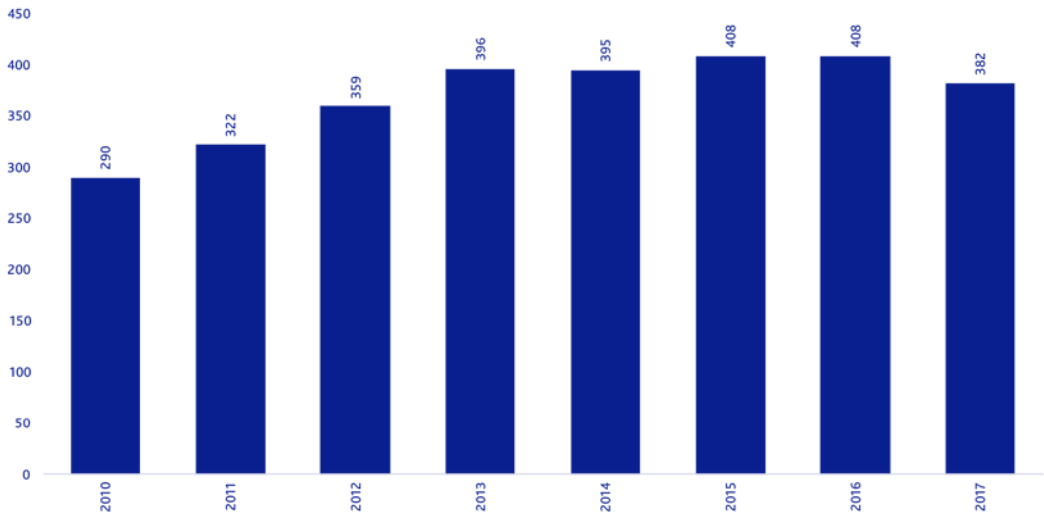
Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

Em 2015 produz-se uma forte redução das exportações para os mercados extra-União Europeia. As vendas para esses mercados caíram mais de 32 milhões de euros, o que corresponde a uma quebra superior aos 32%. Em grande medida, esta diminuição das vendas é explicada pela crise no mercado Angolano, que tinha procurado um volume significativo de serviços nos anos precedentes.

A partir de 2015 as exportações de serviços de Arquitetura permaneceram relativamente estáveis, em torno dos 50 milhões de euros. As exportações para os mercados de fora da Europa contribuíram no triénio 2015-2017 com 37,5 milhões de euros em cada um dos exercícios.

No período 2010-2017 o número de empresas exportadoras no sector da Arquitetura passou de 290 para perto de 400, no entanto o aumento aconteceu essencialmente no período 2010-2013 (Figura 2.46). A partir de 2013 verifica-se uma estagnação no número de empresas exportadoras, que até 2017 se manteve no entorno das 400. Essa estagnação, tal como no caso do volume de exportações, pode ser explicada, quer pela quebra de procura em alguns mercados exteriores, anteriormente muito dinâmicos (como por exemplo, o Angolano), quer pela recuperação do mercado interno, que, em certa medida, paliou a necessidade de ir ao encontro de novos mercados fora do país.

Figura 2.46 – Evolução das exportações de serviços de Arquitetura 2010-2017 – Portugal, Número de empresas exportadoras

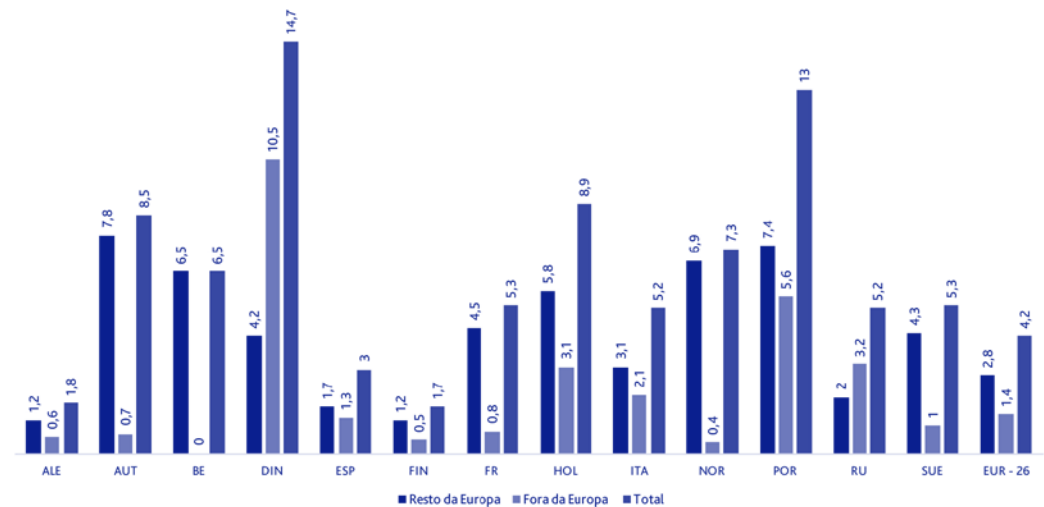


Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE – SCIE.

Em Portugal as exportações têm, em termos médios, um peso no volume de negócios das empresas de Arquitetura de 13%, aproximadamente (Figura 2.47).

Esta proporção é muito superior à média comunitária, que se situa em 4,2%, e supera também a de todos os países da amostra, com exceção da Dinamarca (14,7%). Outros

Figura 2.47 – Volume de negócios médio das firmas de Arquitetura procedente do exterior 2018 – Amostra de países europeus – Peso no volume de negócios total, %



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

países onde o peso das exportações é também significativo são a Holanda (8,9%), a Áustria (8,5%) e a Noruega (7,3%).

Apesar dos dados serem relativamente favoráveis, os arquitetos portugueses, provavelmente pelas limitações do mercado

interno, consideram que as firmas de Arquitetura em Portugal têm uma escassa orientação para a exportação de serviços. Concretamente 43,1% dos arquitetos julga que este é um problema muito ou extremamente importante no sector da Arquitetura.⁴⁰

⁴⁰ Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA. 34,2% considera que o problema tem certa importância.

O PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES

O poder negocial dos fornecedores de alguns *inputs* críticos para o exercício da atividade é bastante significativo, no entanto este grupo tem um poder muito menos relevante que em outros sectores de serviços. Genericamente observam-se duas tendências em termos do peso dos custos na estrutura de uma empresa de Arquitetura, o aumento do peso dos encargos com *software* e a redução da ponderação dos encargos com pessoal, devido ao ajustamento salarial resultante do desequilíbrio entre oferta e procura no mercado.

FABRICANTES E DISTRIBUIDORES DE SOFTWARE E DE EQUIPAMENTO

O mercado de programas de Arquitetura é um oligopólio, em que o poder de mercado manifesta-se em aumentos progressivos de preços e na redução da variedade. A aquisição de programas ou de licenças para trabalho em rede constitui um custo significativo e crescente nas estruturas de custo das empresas de Arquitetura.

A maioria do equipamento para prestar serviços de Arquitetura é eletrónico ou informático. O elevado número de fabricantes e de distribuidores garantem a disponibilidade de equipamentos cada vez mais sofisticados, completos e versáteis a

preços progressivamente mais acessíveis. Contudo, o mercado está profundamente segmentado, e a par desses equipamentos a preços reduzidos é possível encontrar equipamentos com altas prestações e elevado desempenho a preços muito acima das referências intermédias.

Relativamente ao poder negocial destes fornecedores, convém salientar que:

- A produção de programas de Arquitetura está muito concentrada à escala global. Estes fornecedores possuem um elevado poder negocial. Apesar de atualmente existirem soluções flexíveis assentes em diversas modalidades de licenciamento, que permitem transformar estes custos em variáveis, os preços das licenças têm vindo a aumentar. A medio prazo novos fabricantes oriundos de países emergentes, como por exemplo a Índia, e soluções baseadas em *software* livre poderão contribuir para reduzir o seu atual poder de mercado;
- Os custos de mudança de fornecedor de programas são relativamente altos, dados os elevados custos afundados⁴¹ inerentes à aprendizagem e à acumulação de experiência prática e aos problemas de compatibilidade;
- Os equipamentos necessários para a prestação de serviços de Arquitetura são fornecidos em mercados muito concorrenciais. A dimensão e

⁴¹ *Sunk costs.*

abrangência desses mercados permite desenvolver estratégias de segmentação baseadas em diversas dimensões. A elevada segmentação desses mercados garante que os consumidores encontrem equipamentos adaptados às suas preferências em termos de preço, características e desempenho. Apesar da atividade dos fabricantes e distribuidores de equipamentos eletrónicos e informáticos ser (moderadamente) lucrativa, em geral têm um reduzido poder de mercado, que se traduz numa muito limitada capacidade de fixação de preços. Os segmentos correspondentes a equipamentos de elevadas prestações são os únicos onde os fabricantes possuem poder de mercado e, portanto, margem para fixar preços com alguma liberdade;

- Os custos de mudança de fornecedor são praticamente nulos em todo tipo de equipamentos, dada a adoção generalizada pelos fabricantes de um número muito limitado de sistemas operativos e de protocolos de interação homem-máquina relativamente *standard* e extremamente intuitivos.

FORNECEDORES DE SERVIÇOS

Os fornecimentos básicos externos são em geral fornecidos por *utilities*,⁴² que operam em mercados não concorrenciais e praticam preços bastante acima do custo marginal. Embora existam ainda gabinetes de Arquitetura exercida de forma autónoma, em que todas as tarefas são executadas internamente, cada vez mais gabinetes externalizam funções, quer a montante dos serviços de Arquitetura, quer a jusante

dos mesmos. Estes serviços externos são prestados por empresas que, em geral, operam em mercados concorrenciais.

Relativamente ao poder negocial destes fornecedores de serviços:

- Uma parte deles tem um poder negocial limitado, por operarem em mercados em concorrência. Outros nomeadamente, os de água, eletricidade e telecomunicações operam em mercados concentrados. No entanto, em algumas componentes dos serviços fornecidos por estes operadores, o grau de concorrência é extremamente elevado, o que leva a reduções progressivas de preços. Noutras componentes observam-se práticas colusivas que mantêm os níveis de preço muito acima do custo de fornecimento, gerando rendas para esses fornecedores;
- Os custos de mudança são reduzidos no caso dos serviços fornecidos em mercados competitivos e aparentemente baixos nos fornecidos em mercados oligopolísticos, no entanto nestes casos as práticas de fidelização costumam criar barreiras à mudança, restringindo a concorrência efetiva entre operadores. No caso dos monopólios locais, não existe possibilidade de mudança.

FORNECEDORES DE MÃO-DE-OBRA – TRABALHADORES

Aparentemente existe um importante desequilíbrio entre oferta e procura de trabalho no sector da Arquitetura em Portugal. Não obstante, os empregadores declaram que têm dificuldades para

⁴² Eletricidade, água e telecomunicações, entre outras.

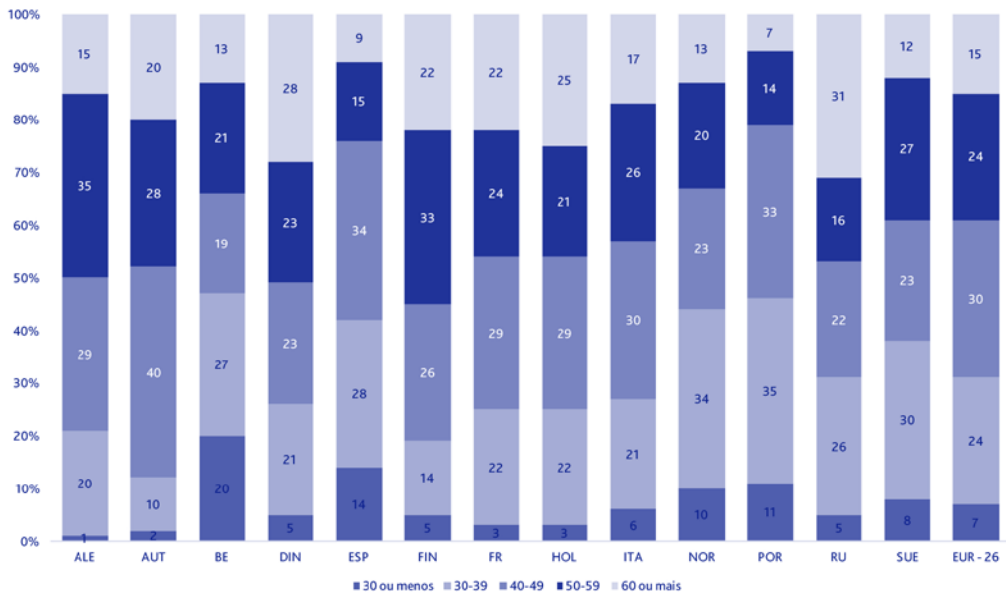
contratar arquitetos com perfis técnicos ou especializados.⁴³

Para além do elevado número de arquitetos existente em Portugal, outro aspeto relevante em termos de caracterização da oferta é a idade destes profissionais. Em Portugal, 46% dos arquitetos têm menos de 40 anos e quase 80% menos de 50 anos (Figura 2.47). Trata-se do país da amostra com mais arquitetos nas faixas etárias mais jovens. Na Europa, em média, 31% dos arquitetos têm menos de 40 anos e 61% menos de 50. É certo que em dois países, Bélgica e Espanha, a faixa inferior a 30 anos representa 20% e 14% do total de arquitetos, quando em Portugal representa apenas 11%. **A distribuição etária em Portugal intensifica**

os problemas do lado da oferta, dado que uma parte muito significativa dos arquitetos atualmente no ativo irão continuar no mercado durante muitos anos.

Numa profissão onde a experiência é um aspeto fundamental, constata-se que uma parte muito significativa dos Arquitetos portugueses têm níveis de experiência profissional reduzidos face à média Europeia (Figura 2.49). Um terço tem menos de 10 anos de experiência, face a um quarto na Europa. Apenas 17% têm mais de 25 anos de experiência face a 27% na Europa. Em alguns países europeus, os arquitetos mais experientes representam mais de um terço do total.

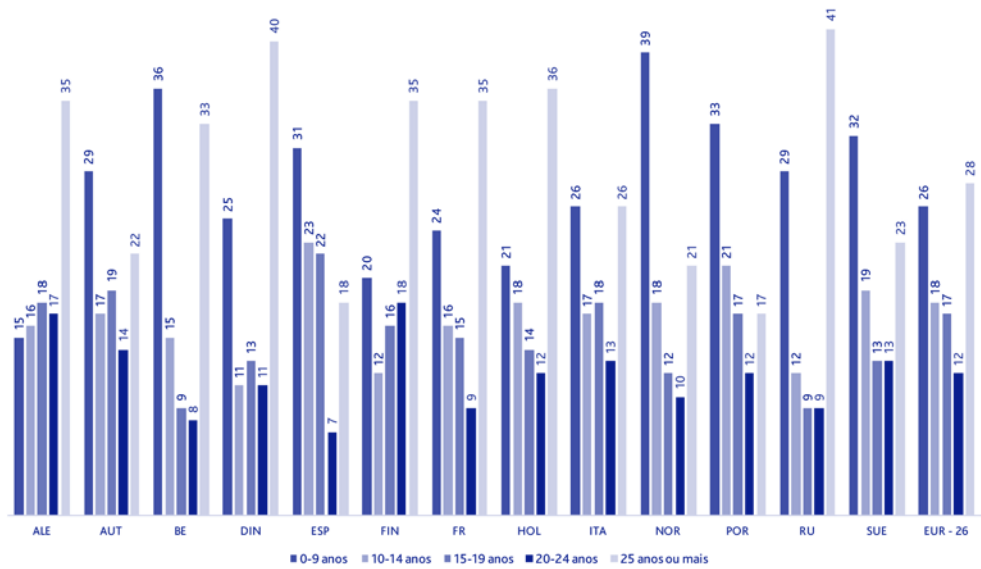
Figura 2.48 – Idade dos arquitetos – Amostra de países europeus – Distribuição etária, %



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

⁴³ Conclusões sobre estados e tendências obtidas nos Grupos de Foco.

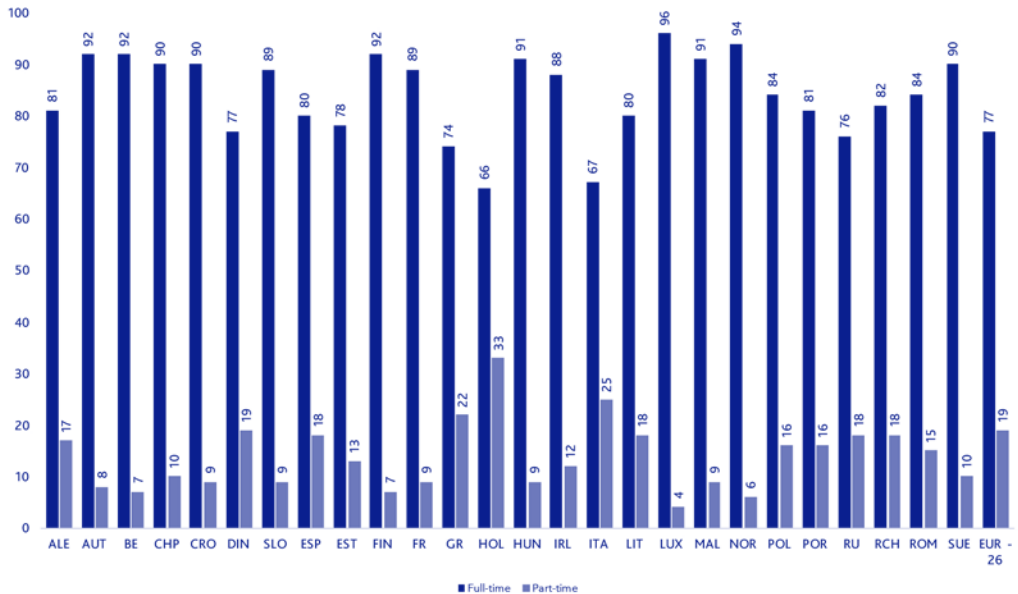
Figura 2.49 – Experiência dos arquitetos – Amostra de países europeus – Distribuição em função dos anos de exercício qualificado da profissão, %



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

Nota: Os valores das categorias intermédias não são incluídos para facilitar a leitura dos dados.

Figura 2.50 – Trabalho dos arquitetos – Amostra de países europeus – Distribuição por tipologia de contrato, tempo completo vs tempo parcial, %

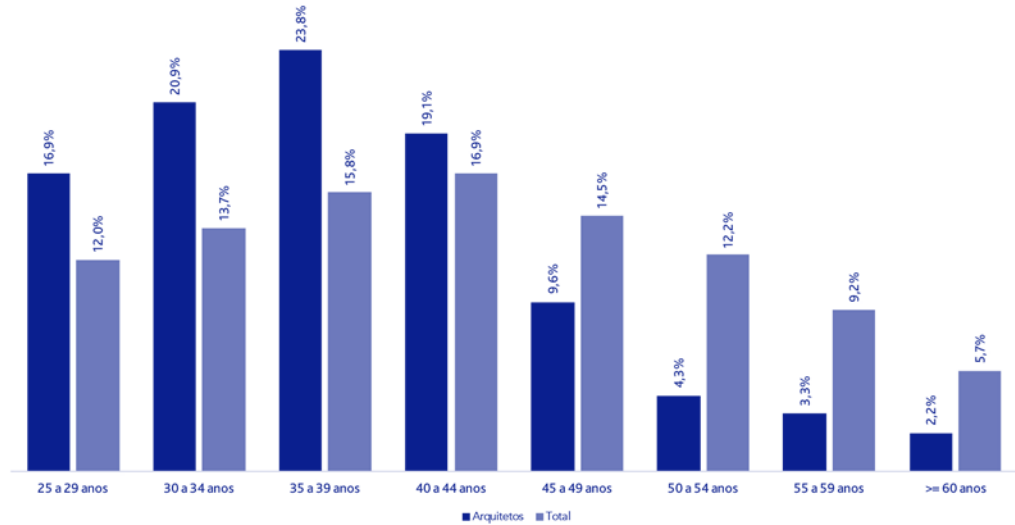


Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

Um em cada cinco arquitetos portugueses têm contratos a tempo completo, uma proporção mais elevada que a média europeia, onde apenas três em cada quatro têm contratos deste tipo (Figura 2.50). Os países com maior

proporção de contratos a tempo parcial são a Holanda, a Itália, a Grécia e o Reino Unido. **Existem vários países europeus onde os contratos a tempo completo representam mais de 90% dos contratos dos arquitetos.**

Figura 2.51 – Idade dos arquitetos nas Empresas 2017 – Portugal – Distribuição etária, %



Fonte: Cálculos dos autores com base nos Quadros de Pessoal.

Como seria de esperar, atendendo à distribuição etária dos arquitetos portugueses, os arquitetos que trabalham nas empresas são mais jovens que a média dos trabalhadores do país (Figura 2.51). Cerca de 81% têm menos de 45 anos, enquanto para a generalidade dos trabalhadores portugueses em empresas, esta percentagem é inferior a 59%.

Mais de metade dos arquitetos nas empresas está empregada no sector das atividades de consultoria, científicas,

técnicas e similares (56%) (Figura 2.52). Este sector emprega mais de 60% dos arquitetos com 40 ou menos anos e quase 50% dos de mais de 40 anos. Um quarto está empregado em empresas no sector da construção (26%), onde a maioria dos arquitetos têm mais de 40 anos. Concretamente, os arquitetos de mais de 40 anos empregados neste sector representam quase um terço do total de arquitetos empregados com essa idade, e os de 40 ou menos anos apenas 21,5% do total com essa idade.

Figura 2.52 – Arquitetos nas Empresas 2017 – Portugal – Distribuição por sector de atividade e grandes grupos etários, %



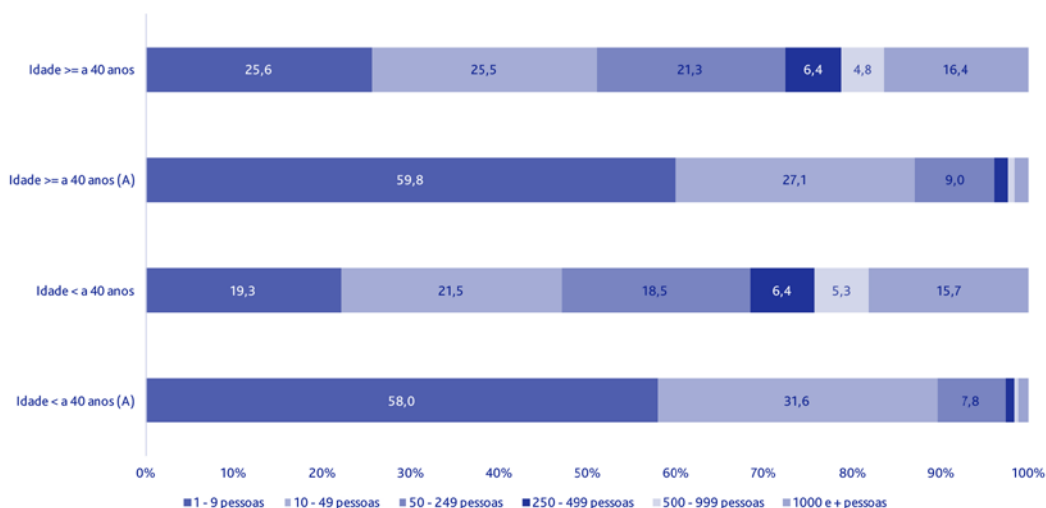
Fonte: Cálculos dos autores com base nos Quadros de Pessoal.

Quase 60% dos arquitetos que trabalham nas empresas integram organizações com um número de trabalhadores inferior a 10 e 90% com um número inferior a 50 (Figura 2.53). A nível nacional, o peso do emprego por conta de outrem nas empresas em organizações com dimensão inferior a 50 trabalhadores apenas ultrapassa os 50%, para os trabalhadores

com 40 anos ou mais e os 40%, para os trabalhadores menores de 40 anos.

Em 2017, dos arquitetos que trabalham nas empresas, 87% fazem-no por conta de outrem (Tabela 2.2). 11,5% são empregadores. O universo de arquitetos que trabalham nas empresas aproxima-se dos 5 000.

Figura 2.53 – Arquitetos nas Empresas 2017 – Portugal – Distribuição por dimensão empresarial e grandes grupos etários, %



Fonte: Cálculos dos autores com base nos Quadros de Pessoal.

Tabela 2.2 – Situação dos arquitetos na profissão 2017 – Portugal, %

Situação	n.º	%
Empregador	571	11,5%
Trabalhador por conta de outrem	4 317	87,3%
Outra situação	57	1,2%
Total	4 945	100,0%

Fonte: Cálculos dos autores com base nos Quadros de Pessoal.

Em 2017, 61% dos arquitetos nas empresas possuía um contrato de trabalho sem termo, 4 pontos percentuais abaixo da média nacional (Tabela 2.3). Os trabalhadores com contrato de trabalho com termo certo representavam 35% do total, 8 pontos percentuais acima da média nacional. As arquitetas estavam numa situação contratual mais precária, dado que as contratações com termo certo eram 3 pontos percentuais superiores às dos arquitetos (36,7% vs 33,7%) e sem termo eram 3 pontos percentuais inferiores às dos arquitetos (59,3% vs 62,4%).

Os salários dos arquitetos que trabalham por conta de outrem no sector privado são negociados individualmente.⁴⁴ **Não existem no sector contratos coletivos de trabalho**, provavelmente por não existirem estruturas que organizem a negociação coletiva. Existem importantes assimetrias em termos de remuneração por tipologia de empresa, localização no território nacional e experiência profissional/idade dos arquitetos.

Tabela 2.3 – Tipo de contrato dos arquitetos 2017 – Portugal, %

Tipo de contrato (nível 1)	Arquitetos			Média Nacional
	H	M	Total	
Contrato de trabalho sem termo	62,4%	59,3%	61,0%	65,1%
Contrato de trabalho com termo certo	33,7%	36,7%	35,1%	27,0%
Contrato de trabalho com termo incerto	2,8%	3,1%	2,9%	7,3%
Outra situação	1,1%	0,9%	1,0%	0,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Cálculos dos autores com base nos Quadros de Pessoal.

⁴⁴ No sector público existem tabelas de remuneração associadas às várias carreiras.

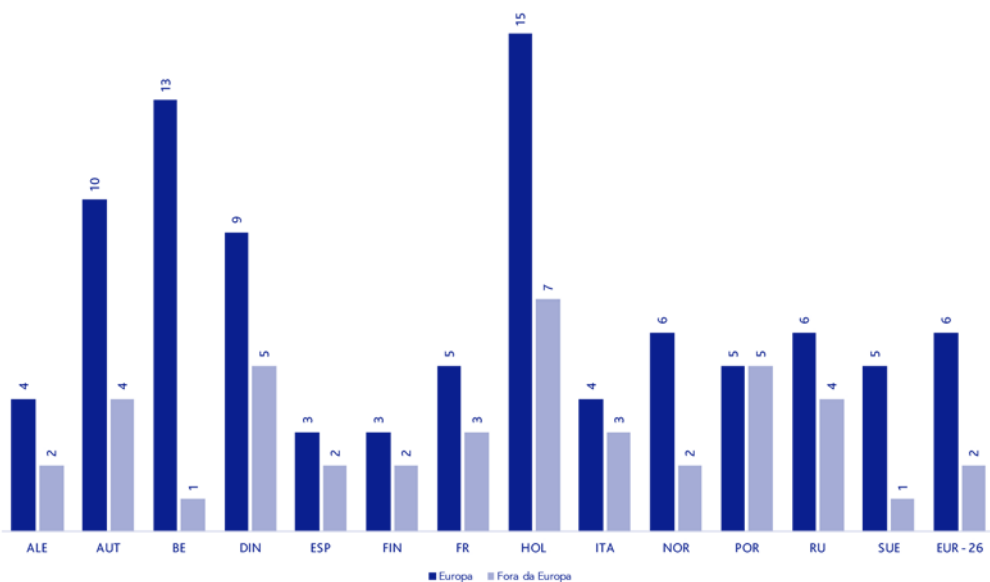
Relativamente ao poder negocial dos trabalhadores relevam os seguintes aspetos:

- As empresas de Arquitetura com alguma dimensão, exceto se forem uma cooperativa, dependem dos seus trabalhadores qualificados, nomeadamente dos arquitetos que trabalham por conta de outrem. Em Portugal estes trabalhadores não possuem representação sindical e não existem contratos coletivos de trabalho para o sector. A negociação das condições salariais e de trabalho é efetuada diretamente entre o trabalhador e a entidade patronal correspondente. O poder negocial deste coletivo, que atua isoladamente sem qualquer organização como grupo, é extremamente reduzido. Desta forma, os arquitetos assalariados do sector privado têm tido muita dificuldade para capturar uma parte razoável do valor gerado pelo sector;
- O escasso poder negocial deste grupo vê-se amplificado pela disponibilidade de arquitetos no mercado, não só pelo elevado número de recém-titulados que todos os anos saem das escolas de Arquitetura, mas também pelo abandono da atividade por conta própria por parte de um número significativo de arquitetos com experiência, devido à escassez da procura e à baixa rentabilidade da sua atividade independente;
- Embora não seja uma realidade tão presente como noutros sectores da economia portuguesa, no mercado de trabalho da Arquitetura também existem elevados níveis de dualidade, com trabalhadores com salários médio-altos e elevados níveis de proteção e outros com salários pouco acima do ordenado mínimo e contratos temporários ou vinculados através dos denominados falsos recibos verdes.⁴⁵ Essa dualidade verifica-se também entre o sector público e uma parte significativa do sector privado e mesmo dentro da Administração Pública, onde existe um forte contraste entre as remunerações e as condições dos arquitetos contratados há duas décadas ou mais – bem remunerados e protegidos – e os que foram contratados nos últimos anos – com condições salariais e de trabalho relativamente precárias;
- A falta de atratividade do mercado de trabalho português incentiva os arquitetos a trabalharem noutros países. No entanto, a emigração/deslocação de arquitetos portugueses parece não ser tão intensa como noutros países europeus. 10% dos arquitetos portugueses trabalharam noutro país em 2018 (Figura 2.54);⁴⁶ 5% noutros países europeus e outros 5% em países fora da Europa. Em países como a Holanda, a Áustria, a Bélgica e a Dinamarca as percentagens são bem mais altas. Para a média da UE, a percentagem fica-se pelos 8%.

⁴⁵ Conclusões sobre estados e tendências obtidas nos Grupos de Foco.

⁴⁶ Incluindo situações de emigração e de prestação pontual de serviços.

Figura 2.54 – Arquitetos que trabalharam noutro país 2018 – Amostra de países europeus, %



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CAE.

FORNECEDORES DE CRÉDITO – ENTIDADES FINANCEIRAS

A maioria das firmas de Arquitetura financiam a sua atividade com capitais próprios, exceto se possuem imóveis, em cujo caso costumam recorrer a crédito hipotecário. As firmas de menor dimensão recorrem pontualmente a crédito bancário, fundamentalmente por questões de liquidez. Nas firmas de maior dimensão, o recurso a fórmulas de financiamento não convencionais, tais como o arrendamento financeiro, aumenta, nomeadamente

para a aquisição de equipamento informático e de veículos.⁴⁷ Relativamente ao poder negocial das entidades de crédito convém referir o seguinte:

- Estes fornecedores atuam em mercados com estruturas próximas da concorrência monopolística, dado que a relação entre a entidade financeira e a firma/arquiteto confere à primeira uma vantagem informacional, que se traduz num certo poder negocial, que pode ser explorada em termos de mercado. No entanto, apesar dos movimentos de concentração dos últimos anos e da conseguinte redução do número de operadores

⁴⁷ Conclusões sobre tendências obtidas nos Grupos de Foco.

convencionais, os mercados de crédito são cada vez mais concorrenciais pelo interesse dos incumbentes em ganhar quota de mercado e pelo dinamismo dos novos entrantes, nomeadamente dos que distribuem produtos através de canais eletrónicos e digitais;

- Os custos de mudança de fornecedor de crédito são relativamente baixos, embora as questões reputacionais tenham neste âmbito uma importância considerável. Em determinados segmentos de mercado, por exemplo no de crédito imobiliário, ainda que os custos de mudança sejam positivos e por vezes significativos, acabam por tornar-se insignificantes para o cliente, dado que a entidade que consegue atraí-lo assume a totalidade dos custos como estratégia para ganhar quota de mercado.

ENTIDADES PROFISSIONAIS – A ORDEM DOS ARQUITETOS

Para poder exercer a profissão os arquitetos têm que estar inscritos na Ordem. O Estado Português reconheceu a existência de um

interesse público relevante subjacente ao exercício da profissão de arquiteto, razão pela qual constituiu a Ordem dos Arquitetos, uma associação de direito público e, como tal, sujeita a um regime de direito público no desempenho das suas atribuições. A Ordem dos Arquitetos tem como fim “assegurar a salvaguarda do interesse constitucional por um correto ordenamento do território, por um urbanismo de qualidade, pela defesa e promoção da paisagem, do património edificado, do ambiente, da qualidade de vida e pelo direito à arquitetura.”, tal como consta do n.º 1 do artigo 3.º do seu Estatuto.

O Estado atribuiu-lhe poderes e competências para regular o exercício da profissão. Aliás, a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, estabelece o seguinte conceito para as associações públicas profissionais: “entidades públicas de estrutura associativa representativas de profissões que devam ser sujeitas cumulativamente ao controlo do respetivo acesso e exercício, à elaboração de normas técnicas e de princípios e regras deontológicos específicos e a um regime disciplinar autónomo, por imperativo de tutela do interesse público prosseguido.”. No caso da Ordem dos Arquitetos, embora o poder em questão exista de facto, a sua estrutura de representação e governação e a sua cultura organizacional faz com que seja exercido de forma moderada, evitando decisões que quebrem consensos coletivos na classe.

A AMEAÇA DOS SUBSTITUTOS

O trabalho de outros profissionais continua a ser o principal substituto na prestação de serviços dos arquitetos. Legalmente, nos atos próprios exclusivos dos arquitetos não há possibilidade de substituição. Não obstante, existe uma pressão por parte de grupos concertados dentro da classe dos engenheiros e dos engenheiros técnicos que vêm reivindicando que alguns desses atos percam o seu carácter exclusivo.

Existe possibilidade de substituição em atos cuja competência é partilhada. Concretamente existem situações nas quais a prática da direção de obra e da direção de fiscalização de obra pode ser, ao abrigo da lei vigente, assumida por profissionais sem qualificação superior. A substituição também se verifica no âmbito das operações urbanísticas, devido à simplificação procedimental e ao surgimento de operações isentas de controlo prévio.

As alternativas aos serviços prestados pelos arquitetos são substitutos com uma importância crescente. A deslocalização de tarefas específicas dos serviços e a realização de tarefas de forma automática ou através de processos digitalmente simplificados é uma ameaça emergente no mundo da Arquitetura.

OUTROS PROFISSIONAIS

Há grupos de técnicos entre as profissões reguladas e complementares à do

arquiteto na elaboração de projetos e na construção civil que, inexplicavelmente, ainda constituem uma séria ameaça para o sector da arquitetura, nomeadamente, pelo interesse que, nos últimos anos, têm demonstrado em tentar, junto do Governo, diminuir ou chamar a si atos próprios exclusivos dos arquitetos. Alguns dos serviços prestados por esses projetistas são substitutos diretos dos serviços prestados por arquitetos, quer para clientes empresariais, quer para clientes particulares, quer mesmo para o sector público. 69,1% dos arquitetos considera que a prestação de serviços tradicionalmente prestados por arquitetos por parte de outros profissionais é um problema/ameaça muito ou extremamente importante no âmbito do sector da Arquitetura.⁴⁸

LIMITAÇÃO DA INTENSIDADE DO USO DOS SERVIÇOS DE ARQUITETURA

Em serviços em que não seja legalmente obrigatório recorrer a um arquiteto, os clientes, especialmente os particulares, podem, por exemplo, substituí-los através de uma combinação de informação obtida via internet e o trabalho de um profissional do desenho com qualificações de nível 4 ou 5 na escala ISCED.

A desregulação da atividade pode ser uma outra ameaça. Neste sentido

⁴⁸ Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA.

convém que os arquitetos coletivamente estejam atentos a todas as iniciativas que retirem a obrigatoriedade da participação do arquiteto em determinados processos ou fases dos mesmos.

ALTERNATIVAS AOS SERVIÇOS PRESTADOS

Mesmo mantendo-se o quadro regulatório, os processos de digitalização e automatização da atividade podem vir a retirar carga de trabalho aos arquitetos, nomeadamente nas tarefas menos criativas.⁴⁹ A redução de custos correspondente obrigará, num mercado tão concorrencial como o português, a ajustar preços à baixa, dificultando a permanência no mercado dos profissionais independentes e dos pequenos gabinetes que apostem a sua competitividade apenas no preço dos serviços.

A deslocalização parcial dos serviços é outra alternativa à prestação dos serviços localmente. O aumento da capacidade e da velocidade induzido pela adoção generalizada do 5G impulsionará a divisão de atividades e tarefas em múltiplas localizações, assim como as possibilidades de trabalhar conjuntamente, em tempo real, a partir de cada uma delas. Nem todas as atividades são deslocalizáveis. As tarefas mais rotineiras e pesadas do ponto de vista técnico podem e estão a ser deslocalizadas para países com custos salariais mais baixos e onde a competência dos profissionais garante a qualidade dos serviços.

No passado recente a ameaça de substitutos tem tido um papel relativamente moderado, não obstante recentemente tem vindo a ganhar relevância sobretudo

em alguns segmentos da atividade. A substituição efetiva depende da relação custo-benefício relativa dos potenciais substitutos/alternativas em relação aos serviços de Arquitetura, *ceteris paribus* as questões de qualidade. Em relação a esta matéria, convém destacar que:

- A substituição por outros profissionais não é inevitável, mas para tal é necessário um forte envolvimento da classe para sensibilizar o poder político e evitar que os engenheiros possam prestar serviços de Arquitetura. Se esta possibilidade se consumir, o sector da Arquitetura enfrentará uma crise sem precedentes, pelo aumento de capacidade que se perspetiva num mercado já saturado;
- A substituição via limitação dos usos dos serviços pode ser combatida mediante estratégias de divulgação do papel e do trabalho do arquiteto e de envolvimento ativo dos clientes nos projetos. O diálogo político para evitar a desregulação da atividade é uma outra dimensão de atuação neste domínio;
- A substituição por alternativas aos serviços prestados é inevitável, dado que é impulsionada pelo mercado, em função das vantagens que oferecem em diversas dimensões. Neste caso o sector tem que encontrar alternativas de encaixe para novas formas de trabalho em rede e de abordagem à prestação de serviços.

⁴⁹ Isto pode causar uma externalidade positiva, ao permitir que os arquitetos se concentrem em tarefas mais conceituais e criativas.

O PAPEL DO ESTADO

A política dos sucessivos governos com impacto no sector da Arquitetura não tem sido consistente. A tendência mais destacável do percurso recente é a desregulação económica da atividade, em linha com as orientações que emanam das diretivas comunitárias sobre liberalização dos serviços. Outra tendência relevante pelo seu grande impacto sobre a configuração do sector é a frágil regulação do ensino da Arquitetura, nomeadamente em matéria de fixação de vagas nos âmbitos público e privado. A estes grandes domínios de intervenção juntam-se outros com impacto (negativo) sobre o sector, tais como o regime de contratação pública ou a falta de uniformização dos procedimentos nas câmaras municipais, entre vários outros. Esta última problemática é considerada por 85,1% dos arquitetos como um problema muito ou extremamente importante no âmbito do sector da Arquitetura.⁵⁰ A progressiva desregulação económica da atividade em vários dos campos de intervenção dos profissionais da Arquitetura tem elevado a intensidade da concorrência, sobretudo em determinados segmentos, que, em muitos casos, tem assumido um caráter destrutivo e tem resultado na perda de capacidade e em tendências claramente homogeneizadoras (preço, qualidade, etc.). A isto acresce uma perceção generalizada de concorrência desleal entre as firmas do sector.⁵¹

As decisões políticas com impacto sobre o sector da Arquitetura estão desligadas da sua realidade. Os políticos reagem aos interesses de curto prazo de grupos específicos, e não às preocupações de política pública de longo prazo e caráter estratégico.

O Estado afeta às Cinco Forças do Modelo de Porter de modo diverso:

- O Estado impacta sobre a rivalidade do sector a vários níveis, sobretudo regulando as condições de acesso à profissão, liberalizando preços, regulamentando procedimentos, controlando a atividade de sectores e mercados relacionados ou com impacto sobre o sector e condicionado a atividade através do sistema fiscal, da Segurança Social ou da legislação laboral. Não obstante, o Estado pode também modular os níveis de rivalidade, através do estabelecimento de políticas públicas, algumas de impacto orçamental reduzido, que minimizem ou resolvam problemáticas sectoriais claramente identificadas e que requerem elementos de coercividade, juntamente com legitimidade política. Nestes domínios o Estado pode por exemplo desenhar e implementar políticas que promovam o crescimento empresarial, o financiamento apoiado, a contratação qualificada, a qualificação profissional ou a internacionalização da atividade, entre outras;

⁵⁰ Arquitetos inquiridos no contexto da elaboração do PESA.

⁵¹ De acordo com os resultados do inquérito por questionário, 83,5% dos arquitetos considera que a concorrência desleal é um problema muito ou extremamente importante no sector. Apenas 6,6% julga que é um problema sem qualquer importância.

- Dada a estrutura da maioria dos mercados a montante na cadeia de valor dos serviços de Arquitetura, o Estado tem uma capacidade de intervenção muito limitada, exceto quando existem estruturas relativamente concentradas, onde deveria introduzir medidas liberalizadoras e de aumento da concorrência. Não obstante, no âmbito dos fornecimentos, o Estado pode intervir diretamente no mercado de trabalho, aumentando a sua regulação ou criando incentivos para o surgimento de estruturas que aumentem o poder negocial dos trabalhadores assalariados. O Estado deve evitar soluções baseadas na subsidiação ou no financiamento direto;
- Relativamente aos substitutos, o Estado tem um papel muito relevante na regulação da atividade e na delimitação dos atos próprios de cada profissão.⁵² Neste sentido, as decisões sobre as alterações de regimes e autorizações para o exercício obrigam a uma avaliação prévia das consequências sobre o sector em geral e os arquitetos em particular. Neste âmbito, o Estado deve também acompanhar a evolução e os impactos da automatização e da digitalização sobre o mercado de trabalho e introduzir medidas regulatórias e inclusivamente compensatórias que protejam aos trabalhadores durante as fases de ajustamento;
- Em relação à ameaça de novos entrantes, o Estado pode restringir o acesso aos cursos de Arquitetura e, dessa forma, limitar o número de profissionais que acedem ao exercício da mesma. Relativamente aos arquitetos procedentes do exterior, o Estado está muito condicionado pela legislação comunitária nesta matéria, no entanto a situação do mercado da Arquitetura em Portugal, em termos de remuneração e de condições laborais, atualmente desincentiva a entrada de profissionais procedentes de outras latitudes;
- A legislação sobre proteção dos consumidores aumenta o poder negocial dos clientes. A falta de regulação sobre prazos de pagamento e a relação formal com os clientes, nomeadamente com os particulares, afeta negativamente a operação e rentabilidade das firmas de Arquitetura. As regras de contratação pública e, sobretudo, a sobre ponderação da variável preço como critério de escolha nos concursos afeta negativamente ao sector.

⁵² Os atos próprios da profissão de arquiteto são definidos na Lei n.º 31/2009, de 3 de junho.

AS FONTES DO EXCESSO DE RIVALIDADE NO SECTOR DA ARQUITETURA

A modo de conclusão do diagnóstico elencam-se um conjunto de fatores que explicam o elevado grau de rivalidade existente no sector da Arquitetura, nomeadamente em determinadas faixas do mercado. Nos segmentos onde predomina a concorrência baseada em preços, os aspetos que contribuem para a intensificação da rivalidade, e, portanto, para a escassa rentabilidade das atividades profissionais e empresariais no sector são:

- As características do serviço prestado [Especificidade do produto]. Nomeadamente no caso dos projetos, o serviço proposto está sujeito a uma intensa interação com o cliente⁵³ que introduz incerteza relativamente ao número de horas associadas à sua execução e, conseqüentemente, ao custo efetivo do mesmo. Ainda no âmbito dos projetos, a dependência de várias entidades para a sua validação e aprovação acrescenta também incerteza e, em caso de interação sucessiva, custos de gestão do processo de difícil recuperação;
- A semelhança dos serviços prestados [Homogeneidade do produto]. Embora seja evidente que há margem para a diferenciação no domínio dos serviços de Arquitetura, existem faixas consideráveis do mercado, em que a percepção dominante é de elevada semelhança. Nessas faixas os elementos diferenciadores não são valorizados, pelo que não resta margem para a introdução de prémios nos preços. Ainda neste domínio, a forte regulamentação técnica da edificação e as normas urbanísticas limitam consideravelmente, especialmente em algumas zonas, a diferenciação do serviço e, portanto, a diferenciação do produto construtivo.
- Reduzido custo de entrada [Inexistência de barreiras significativas à entrada]. Um mestre em Arquitetura com habilitação profissional para o desempenho da profissão em Portugal⁵⁴ não enfrenta barreiras significativas para estabelecer-se por conta própria. Um espaço de trabalho e um computador com programas de Arquitetura são suficientes para poder operar no sector. É certo que existem outros custos associados à atividade, nomeadamente serviços externos, licenças, seguros e quotas, mas a sua entidade à partida não limita o desenvolvimento da atividade independente, pelo menos numa primeira fase. Dado o seu caráter discreto (aumentam discretamente com o nível de atividade), regra geral, trata-se de custos decrescentes, em termos marginais. Esta característica da estrutura de custos induz, em

⁵³ De acordo com as conclusões sobre tendências obtidas nos Grupos de Foco, a intensidade da interação com os clientes e o número de revisões dos projetos, nomeadamente no âmbito dos projetos para clientes particulares, têm vindo a aumentar.

⁵⁴ Os titulares de formação habilitante no domínio da Arquitetura que tenham completado com aproveitamento o estágio profissional de acesso à profissão.

organizações de média dimensão, a implementação de políticas de desconto, que, em princípio, reduzem a rentabilidade da operação.

- Dificuldade de saída da profissão [Elevadas barreiras à saída – escassez de alternativas]. Aparentemente os custos de saída do exercício profissional nas atividades de Arquitetura são relativamente reduzidos, dado que a atividade não é intensiva em capital, e, em geral, os passivos latentes são de escassa entidade – na maioria dos casos a estrutura de pessoal é muito reduzida. No entanto, as barreiras efetivas à saída são muito elevadas, dada a perceção que sobre a especificidade da sua atividade têm os profissionais da Arquitetura.⁵⁵ Ou seja, dado que as alternativas à atividade profissional como arquiteto percebidas como aceitáveis são muito limitadas. Nestas circunstâncias, os profissionais da Arquitetura permanecem no sector mesmo que a sua operação tenha níveis de retorno muito reduzidos ou que intermitentemente combine períodos com retornos positivos e negativos, com caráter sistemático.
- A configuração da oferta [Variações discretas de capacidade]. A oferta de serviços aumenta de forma discreta, acrescentando profissionais nos gabinetes. Esse aumento é tanto mais discreto quanto menor for a dimensão do gabinete. Dado que, em muitos casos, a capacidade acrescentada por um profissional é superior à procura que justificou essa contratação, o excesso de capacidade temporal reflete-se num aumento da concorrência para ganhar quota. Ainda

sobre esta questão, convém relevar que a existência de profissionais em excesso no mercado permite aumentar rapidamente a capacidade.

- As características dos operadores [Heterogeneidade das empresas]. Em geral, os rivais muito heterogéneos tendem a concorrer de forma mais agressiva. As diferenças de posicionamento e de orientação no mercado traduzem-se em prioridades diferentes para os vários segmentos de procura. Em geral, a rivalidade entre operadores heterogéneos em segmentos aos que atribuem prioridades e formas de operação diferentes tende a ser maior e concentrada na dimensão preço. Esta situação é também frequente em contextos onde os concorrentes apresentam estruturas de custos significativamente diferentes.
- As características da procura [Volatilidade da procura]. Em fases de crescimento do produto na generalidade da economia ou nos sectores tratores, nomeadamente a construção e o turismo e, em menor medida, a indústria, o crescimento da procura de serviços tende a ser explosiva, no entanto costuma revelar-se muito heterogénea em termos territoriais; contrariamente, em fases de desaceleração ou quebra de atividade global ou sectorial, a procura de serviços tende a cair significativamente. Na última década essa volatilidade tem dado origem a breves períodos de retornos positivos no sector, embora as taxas de rentabilidade sejam mais baixas que as de outros sectores de serviços, que

⁵⁵ Trata-se essencialmente de barreiras de caráter cultural.

curiosamente apresentam evoluções sectoriais muito mais progressivas. Esta diferença de comportamento intersectorial deve-se a que uma parte significativa da procura dos serviços de Arquitetura está ligada à de bens de investimento ou de consumo

duradouro, a qual apenas se ativa com vigor em fases expansivas do ciclo económico. Ainda sobre esta questão, convém referir que o crescimento do mercado de serviços de Arquitetura depende do crescimento do PIB e do crescimento do PIB *per capita*.

CAPÍTULO III



PLANEAMENTO
ESTRATÉGICO
E OPERACIONALIZAÇÃO

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

ORGANIZAÇÃO E ARQUITETURA TEMÁTICA

O processo de planejamento é, em essência, um processo sequencial, no entanto costumam verificar-se sobreposições entre as diversas fases que o integram, nomeadamente quando envolve elevados níveis de participação. A sequencialidade

do planejamento refere-se também ao tipo de atividades que se desenvolvem em cada uma das fases, estando umas dominadas pelas componentes de escolha e outras pelas componentes de ação.

Figura 3.1 – Fundamentos de Organização do PESA



Fonte: Elaboração Própria.

Embora não seja possível distinguir completamente essas componentes, para facilitar a compreensão do processo pode assumir-se que em qualquer exercício de planejamento coexistem duas abordagens diferenciadas e, simultaneamente, complementares: a abordagem estática e a abordagem dinâmica. A primeira está dominada pela dimensão eletiva, isto é, concentra-se na escolha dos domínios e temas que estruturam o processo de planejamento e configuram a denominada arquitetura temática. O figurino desta arquitetura serve como ponto de partida e elemento organizador das fases mais

avançadas do processo de planejamento. Contrariamente, na abordagem dinâmica a dimensão propositiva é fundamental. Neste caso, a atenção concentra-se na definição das estratégias e ações que alavancam o processo de planejamento e consubstanciam a sua arquitetura estratégica. A organização destas dinâmicas e a sua adequação condicionam a efetividade do processo no seu conjunto. A Figura 3.1 apresenta os fundamentos da organização do PESA, que integra essas duas perspectivas do processo de planejamento.

No processo de construção do Plano, o primeiro passo consistiu em selecionar

os principais domínios para caracterizar e projetar o sector e as atividades de Arquitetura. Seguindo uma abordagem similar e para efeitos de delimitação, o segundo passo consistiu em eleger o conjunto de temáticas que dentro de cada domínio deveria ser

alvo de atenção e intervenção prioritária. Embora a escolha dos domínios principais do PESA tenha sido influenciada pela opinião dos agentes consultados, a seleção das temáticas foi maioritariamente suportada em fundamentos de carácter técnico.

Quadro 3.1 – Arquitetura Temática do PESA – Perspetiva Estática

Tipo de Domínio	Domínio	Temáticas
Principal	Competitividade e Sustentabilidade	A.1. Sector da Arquitetura e atividade do arquiteto A.2. Colaboração empresarial e aumento da dimensão A.3. Reposicionamento empresarial A.4. Internacionalização e exportação A.5. Formação profissional A.6. Partilha de informação
	Prática Profissional	B.1. Arquitetura e arquiteto B.2. Regulação e autorregulação profissional B.3. Fiscalização e sanção B.4. Desenvolvimento institucional do mercado de trabalho B.5. Condições de trabalho e precariedade B.6. Papel da Ordem dos Arquitetos
	Administração Pública	C.1. Simplificação e uniformização C.2. Análise de projetos de Arquitetura C.3. Acesso aos Concursos Públicos C.4. Adaptação dos Concursos Públicos
Complementar	Ensino Superior	D.1. Oferta no Ensino Superior D.2. Reforço dos programas de ensino D.3. Ensino e exercício da profissão

Fonte: Elaboração Própria.

Estando definidos os principais elementos da arquitetura temática, o seguinte passo consistiu em dinamizar domínios e temas, assumindo um conjunto de desígnios estratégicos e delineando uma série de eixos estratégicos de intervenção. Neste caso, as propostas assentaram exclusivamente em princípios e critérios de carácter eminentemente técnico. A consolidação da componente estratégica permitiu, por sua vez, estabilizar a matriz estratégica, que organiza a componente operacional, nomeadamente os vetores operacionais e a grelha operacional de intervenções.

A arquitetura temática inclui quatro domínios e dezanove temáticas. Três domínios, Competitividade e Sustentabilidade, Prática Profissional e Administração Pública, têm carácter principal. Existe ainda um domínio complementar, Ensino Superior, que complementa e apoia as intervenções nos domínios principais. A arquitetura temática do PESA, e consequentemente os domínios, temáticas e a correspondência domínios-temáticas, consta do Quadro 3.1.

RACIONALIDADE E ARQUITETURA ESTRATÉGICA

A explicitação da estratégia para o sector da Arquitetura baseou-se no levantamento das necessidades associadas às problemáticas identificadas na análise realizada. O processo de sistematização da estratégia foi orientado por uma pirâmide com elementos bem-definidos, que permitiu organizar as ideias gerais sobre o futuro da profissão e do sector, assim como as iniciativas em curso e em perspectiva dos arquitetos, da Ordem e de outros *stakeholders* relacionados com o sector. A partir de uma visão genericamente partilhada para o sector e dos vários desígnios estratégicos (dinizadores dos domínios propostos) que a organizam, foi definido um conjunto de eixos estratégicos (dinizadores das temáticas seleccionadas), que se operacionalizam mediante uma panóplia de vetores operacionais de intervenção. Por sua vez, esses vetores de intervenção organizam um conjunto de recursos e iniciativas, com capacidade de melhorar a situação geral da profissão e do sector. Conceitualmente, a racionalidade do processo de planeamento apresenta-se esquematicamente na Figura 3.2.

O processo de planeamento integra três grandes componentes: i) uma componente aspirativa que é explicitada na visão; ii)

uma componente estratégica, que ativa a visão, traduzindo-a em vários desígnios estratégicos, os quais, por sua vez, se consubstanciam num conjunto de eixos estratégicos, e; iii) uma componente operacional, que ativa a componente estratégica através de vetores de intervenção, os quais, por sua vez, são acionados via intervenções específicas no sector ou em sectores relacionados.

Num processo de planeamento estratégico em cascata, assume-se que a racionalidade descrita e os vários elementos da pirâmide devem respeitar as orientações (e restrições) de ordem superior, que dão corpo à meta-estratégia sectorial. Em termos concretos, os diferentes elementos da pirâmide estratégica apresentada resultam:

- Da análise de vários documentos sectoriais, sobre a situação da profissão, nomeadamente de inquéritos à profissão;
- Da consulta de um vasto leque de documentos legais, normativos e estatutários, sobre a profissão e o sector;

Figura 3.2 – Racionalidade do Processo de Planeamento – Pirâmide Estratégica



Fonte: Elaboração Própria.

- Da interação com um número significativo de arquitetos, com diversos perfis, que, em geral, contribuíram para diagnosticar a realidade do sector e para antecipar dinâmicas futuras nos vários pares domínio-temática;
- Da auscultação de centenas de arquitetos através de um inquérito, para confirmar aspetos do diagnóstico, validar opções estratégicas e medidas de intervenção e obter propostas de ação para operacionalizar a estratégia;
- Do alinhamento com as orientações estratégicas nacionais e europeias e com as tendências de desenvolvimento dos sectores de serviços, do ponto de vista da oferta e da procura;
- Dos projetos e perspetivas de ação da Ordem, de outros grupos de interesse do sector e inclusivamente da Administração Central e Local, veiculadas formal ou informalmente em diversos âmbitos.

A definição da visão é o elemento basilar de toda estratégia. No contexto do

PESA, a visão estabelece genericamente a aspiração para o futuro do sector. Concretamente, a visão assumida, que norteia a arquitetura estratégica do PESA, pode sintetizar-se nos seguintes termos:

Um sector competitivo, rentável e interventivo, que aposta na melhoria das condições laborais e promove a realização profissional, bem com uma prática sustentável, regulada, diversa e inclusiva.

Esta visão é ativada por via de quatro desígnios estratégicos. Cada um deles dinamiza os quatro domínios que organizam a arquitetura temática. Os desígnios estratégicos para o PESA são formulados nos seguintes termos:

- *Aumentar a sustentabilidade e a competitividade*
- *Melhorar o exercício profissional*
- *Aperfeiçoar as relações com a Administração Pública*
- *Ajustar o sistema e os programas de ensino*

Com base na panóplia de problemáticas fundamentadamente identificadas e respeitando a configuração da arquitetura temática desenhou-se uma arquitetura estratégica, estruturada em quatro desígnios estratégicos e dezanove eixos estratégicos. O número de pares desígnio-eixo estratégico é idêntico aos de pares domínio-temática. Os quatro desígnios estratégicos estão classificados em duas categorias: principal (três) e acessório (um). Os desígnios principais referem-se aos domínios com implicações diretas sobre

o sector e o acessório ao domínio com conteúdos que o afetam indiretamente.

O Quadro 3.2 apresenta a arquitetura estratégica do PESA. O quadro explicita os eixos estratégicos para cada um dos desígnios adotados. O número de eixos estratégicos não reflete a importância dada a cada um dos desígnios. A existência de vários eixos estratégicos num único desígnio é explicada pela necessidade de garantir uma melhor cobertura das temáticas incluídas em cada um dos domínios.

Quadro 3.2 – Arquitetura Estratégica do PESA – Perspetiva Dinâmica

Tipo de Desígnio	Desígnio Estratégico	Eixos Estratégicos
	Aumentar a sustentabilidade e a competitividade	<ol style="list-style-type: none"> 1.1. Proteger o sector da Arquitetura e a atividade do arquiteto 1.2. Potenciar formas de colaboração empresarial e apoiar medidas de aumento de dimensão 1.3. Promover estratégias de reposicionamento empresarial 1.4. Apoiar a internacionalização do sector e as estratégias de exportação de serviços 1.5. Intensificar a formação profissional 1.6. Promover a partilha de informação sobre modelos de negócio, estruturas de custos e estratégias de <i>pricing</i>, legislação sobre projetos, bem como sobre tendências de evolução futura do sector
Principal	Melhorar o exercício profissional	<ol style="list-style-type: none"> 1.1. Promover a Arquitetura e o papel do arquiteto 1.2. Aperfeiçoar normas e protocolos de regulação e autorregulação profissional 1.3. Reforçar os mecanismos de fiscalização e as boas práticas profissionais 1.4. Apoiar o desenvolvimento institucional do mercado de trabalho no sector da Arquitetura 1.5. Melhorar as condições de trabalho e combater a precariedade 1.6. Reforçar o papel da Ordem dos Arquitetos
	Aperfeiçoar as relações com a Administração Pública	<ol style="list-style-type: none"> 1.1. Simplificar e uniformizar o relacionamento com a Administração Pública 1.2. Melhorar os procedimentos de análise de projetos na Administração Pública 1.3. Reformular as condições de acesso aos Concursos Públicos 1.4. Promover a adaptação das condições dos Concursos Públicos às especificidades do sector
Acessório	Ajustar o sistema e os programas de ensino	<ol style="list-style-type: none"> 1.1. Modular a oferta no Ensino Superior 1.2. Reforçar as dimensões técnicas e de gestão dos programas de ensino 1.3. Aproximar os conteúdos e práticas dos programas do exercício efetivo da profissão

OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA: MATRIZ ESTRATÉGICA DE INTERVENÇÃO

Após a definição dos eixos estratégicos, a sua concretização obriga à determinação de um conjunto de vetores operacionais. A identificação dos eixos de intervenção resulta da compatibilização da ambição para o sector com a realidade em termos de recursos e necessidades. A transformação do sector via processos de planeamento

obriga a operacionalizar a estratégia, através de um conjunto de vetores operacionais e de iniciativas, ações e outras propostas de intervenção nas áreas e sectores abrangidos pelo planeamento. A racionalidade processual que subjaz à operacionalização da visão em estratégia e da estratégia em intervenção resume-se sinopticamente na Figura 3.3.

Figura 3.3. - Racionalidade Estratégica e Operacional por par Domínio-Temática – PESA



Fonte: Elaboração Própria.

A matriz estratégica de intervenção do PESA consta do Quadro 3.3. O esquema associa vários vetores operacionais a cada um dos eixos estratégicos que

organizam a estratégia sectorial. Os pares eixo estratégico-vetor operacional são apresentados separadamente para cada um dos desígnios estratégicos selecionados.

Quadro 3.3 – Matriz Estratégica de Intervenção – PESA (I)

Desígnio Estratégico I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade	
Eixos Estratégicos	Vetores Operacionais
1.1. Proteger o sector da Arquitetura e a atividade do arquiteto	1.1.1. Reforçar a proteção dos atos próprios da profissão
	1.1.2. Incentivar o desempenho de atividades vinculadas à profissão
	1.1.3. Reformular as condições de acesso à profissão
	1.1.4. Promover medidas fiscais de apoio ao sector
	1.1.5. Fomentar a participação da classe em processos de produção legislativa
1.2. Potenciar formas de colaboração empresarial e apoiar medidas de aumento de dimensão	1.2.1. Promover o trabalho em rede e a criação de consórcios
	1.2.2. Incentivar a fusão de empresas de Arquitetura
1.3. Promover estratégias de reposicionamento empresarial	1.3.1. Fomentar a diversificação empresarial
	1.3.2. Potenciar a especialização e a segmentação
1.4. Apoiar a internacionalização do sector e as estratégias de exportação de serviços	1.4.1. Reforçar a imagem da Arquitetura Portuguesa no exterior
	1.4.2. Intensificar as ações de promoção sectorial e empresarial no exterior
	1.4.3. Estabelecer parcerias para a disponibilização de serviços de apoio à internacionalização
	1.4.4. Promover a exportação de serviços como forma de internacionalização

	1.5.1. Potenciar a formação profissional em dimensões técnicas da Arquitetura
1.5. Intensificar a formação profissional	1.5.2. Promover a formação profissional em competências de gestão dos negócios
	1.5.3. Fomentar a capacitação profissional no domínio da internacionalização
<hr/>	
	1.6.1. Disponibilizar informação e orientação sobre modelos de negócio, custos e preços
1.6. Promover a partilha de informação	1.6.2. Potenciar os repositórios com informação legal com impacto sobre o sector e a profissão
	1.6.3. Constituir um foro de debate permanente sobre a situação atual e futura do sector

Quadro 3.3 – Matriz Estratégica de Intervenção – PESA (II)

Desígnio Estratégico II – Melhorar o exercício da profissão	
Eixos Estratégicos	Vetores Operacionais
2.1. Promover a Arquitetura e o papel do arquiteto	2.1.1. Implementar estratégias de informação e valorização da Arquitetura
	2.1.2. Reivindicar socialmente a figura do arquiteto e as suas funções profissionais e sociais
2.2. Introduzir normas e protocolos de regulação e autorregulação profissional	2.2.1. Promover legislação que melhore a regulação da atividade profissional
	2.2.2. Estabelecer protocolos de autorregulação do desempenho da atividade profissional
2.3. Reforçar os mecanismos de fiscalização e as boas práticas profissionais	2.3.1. Criar novos instrumentos de fiscalização da prática profissional e revisar os que estão atualmente em vigor
	2.3.2. Rever os mecanismos de interação disciplinar
	2.3.3. Reforçar os mecanismos de colaboração com entidades públicas
2.4. Apoiar o desenvolvimento institucional do mercado de trabalho no sector da Arquitetura	2.4.1. Impulsionar a criação de uma organização sindical
	2.4.2. Incentivar a criação de uma entidade patronal
2.5. Melhorar as condições de trabalho e combater a precariedade	2.5.1. Promover a negociação de Contratos Coletivos de Trabalho
	2.5.2. Combater a precariedade no sector privado
	2.5.3. Fiscalizar as condições e o recurso a estágios profissionais
	2.5.4. Fomentar melhorias nas condições de contratação e trabalho na Administração Pública
2.6. Reforçar o papel da Ordem dos Arquitetos	2.6.1. Reforçar o papel da Ordem dos Arquitetos como regulador do exercício profissional
	2.6.2. Potenciar o papel da Ordem dos Arquitetos junto do governo e dos poderes públicos em geral

Quadro 3.3 – Matriz Estratégica de Intervenção – PESA (III)

Desígnio Estratégico III – Aperfeiçoar as relações com a Administração Pública	
Eixos Estratégicos	Vetores Operacionais
3.1. Simplificar e uniformizar o relacionamento com a Administração Pública	3.1.1. Propor mecanismos e protocolos de simplificação administrativa
	3.1.2. Fomentar a uniformização da instrução e submissão de processos
3.2. Melhorar os procedimentos de análise de projetos na Administração Pública	3.2.1. Potenciar a atualização face à complexidade das funções
	3.2.2. Estabelecer protocolos de análise
3.3. Reformular as condições de acesso aos Concursos Públicos	3.3.1. Criar mecanismos de qualificação dos instrumentos de contratação pública
3.4. Promover a adaptação das condições dos Concursos Públicos às especificidades do sector	3.4.1. Minimizar a ponderação da variável preço no modelo de avaliação
	3.4.2. Monitorizar a aplicação do Código de Contratação Pública

Quadro 3.3 – Matriz Estratégica de Intervenção – PESA (IV)

Desígnio Estratégico IV – Ajustar o sistema e os programas de ensino	
Eixos Estratégicos	Vetores Operacionais
4.1. Modular a oferta no Ensino Superior	4.1.1. Acompanhar os sistemas de regulação do acesso ao Ensino Superior público
	4.1.2. Intervir sobre a oferta de vagas do Ensino Superior privado
	4.1.3. Potenciar os sistemas de informação e orientação vocacional
	4.1.4. Monitorizar o <i>stock</i> de arquitetos em exercício, assim como as entradas e saídas efetivas da profissão
4.2. Reforçar as dimensões técnicas e de gestão dos programas de ensino	4.2.1. Fomentar a adequação às dinâmicas do mercado e à prática profissional
	4.2.2. Introduzir conteúdos complementares nos cursos de Arquitetura
4.3. Aproximar conteúdos e práticas dos programas ao exercício efetivo da profissão	4.3.1. Ponderar especializações nos cursos de Arquitetura
	4.3.2. Potenciar a formação em contexto laboral nos cursos de Arquitetura
	4.3.3. Reforçar a presença de docentes convidados com perfis profissionais nos cursos de Arquitetura

OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA: GRELHA OPERACIONAL DE INTERVENÇÃO

Para executar a estratégia anteriormente desenvolvida na matriz estratégica de intervenção torna-se necessário promover um conjunto de intervenções em áreas perfeitamente alinhadas com a mesma. Tal como na componente estratégica do PESA, as propostas de intervenção que se sugerem resultam maioritariamente do processo de participação promovido. Outras resultam de exercícios de *benchmarking* ou de sugestões da equipa técnica destinadas a potenciar as intervenções no seu conjunto.

Algumas das propostas inicialmente aventadas nas consultas foram alvo de ajustamento e refinamento ao longo do processo de estruturação e validação das intervenções, nomeadamente naqueles casos em que existiam défices de formulação. Algumas das propostas e ideias avançadas em várias das temáticas foram simultaneamente incluídas noutras por motivos de pertinência ou oportunidade. O enfoque adotado na formulação das propostas é claramente normativo, evitando restrições que possam condicionar os resultados do processo de planeamento.

Nos quadros seguintes consta a listagem das intervenções propostas, organizadas por vetor operacional. Cada uma das intervenções está vinculada a um ou mais problemas

de base identificados no diagnóstico – apenas são listados os mais relevantes por questões de simplificação da leitura.

Para poder identificar a origem das propostas e dos problemas, em cada um dos casos existe uma coluna, denominada “relevância”, onde consta uma letra que identifica a fonte: G – Grupos de Foco, Q – Questionários, T – Equipa Técnica e B – *Benchmarking*. Essas letras aparecem com cores diferentes a fim de identificar a relevância atribuída à proposta / problema por cada uma das fontes: Azul claro – Pouco Relevante, Azul int– Bastante Relevante, Azul – Muito Relevante. Quando uma das letras não está associada a uma proposta ou a um problema base é porque não foi indicada/referida pela fonte correspondente.

Nas últimas duas colunas das tabelas são listadas as entidades que, à partida, deverão estar, de alguma forma, envolvidas na materialização da proposta. Na penúltima coluna consta a entidade objetivo, ou seja, aquela com legitimidade, capacidade de ação ou influência ou capacidade de ativação ou dinamização da proposta de intervenção. Na última coluna incluem-se outras entidades que poderão contribuir para efetivar a proposta em questão, no entanto a listagem não pretende ser exaustiva.

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.1 – Proteger o sector da Arquitetura e a atividade do arquiteto (I)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.1.1. Reforçar a proteção dos atos próprios da profissão	Reforço de ações de informação sobre os serviços prestados pelos arquitetos, delimitando claramente o que são atos próprios exclusivos, e separando-os dos que têm carácter partilhado	G T	Potencial intrusão de outros profissionais Risco de determinados atos próprios deixarem de ser exercidos por arquitetos	G Q T G Q T	Associações sectoriais e da sociedade civil, Empresas de construção, Imobiliárias, Investidores, Poder legislativo	OA, Arquitetos
	Promoção de alterações legais que impeçam que profissionais de outras áreas possam realizar projetos de Arquitetura e outros atos que neste momento são próprios e exclusivos da profissão	G Q T B	Potencial intrusão de outros profissionais Risco de determinados atos próprios deixarem de ser exercidos por arquitetos	G Q T G Q T	Ministério da tutela, Poder legislativo	OA, Arquitetos, Consultores jurídicos
1.1.2. Incentivar o desempenho de atividades vinculadas à profissão	Realização de ações de informação sobre os serviços que podem desempenhar os arquitetos e que estão muito vinculados à sua atividade corrente	G T	Escassa diversificação intrasectorial da atividade	G Q T G Q T	Arquitetos	OA, Arquitetos
	Fomento do desempenho dos atos próprios partilhados, na atualidade desenvolvidos maioritariamente por outros profissionais, para os quais os arquitetos têm um perfil muito adequado	G T B	Escassa diversificação intrasectorial da atividade Escassa exploração de sinergias	G Q T G Q T	Arquitetos	OA, Arquitetos

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.1 – Proteger o sector da Arquitetura e a atividade do arquiteto (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.1.3. Reformular as condições de acesso à profissão	Explicitar as regras a cumprir pelos intervenientes no estágio: entidade de acolhimento, orientador e estagiário	G Q T	Necessidade de redefinir o funcionamento dos estágios	G Q T	Arquitetos Empregadores	OA, Poder Legislativo
	Impor um limite de estágios por entidade de acolhimento, de forma a evitar a subversão do papel do estágio e o recurso a estagiários para aumentar a produção na entidade acolhedora	T	Necessidade de redefinir o funcionamento dos estágios Concorrência desleal	G Q T	Arquitetos Empregadores	OA
	Exigir que o orientador de estágio apresente prova de experiência profissional, a fim de assegurar a correta integração dos estagiários na profissão	Q T	Necessidade de redefinir o funcionamento dos estágios	G Q T	Arquitetos	OA
	Incrementar o número de horas de formação profissional relacionada com atos próprios da profissão e as funções e responsabilidades inerentes	G T	Necessidade de redefinir o funcionamento dos estágios	G Q T	Arquitetos	OA, Poder Legislativo
	Aumentar o número de horas de formação profissional em Estatuto e Deontologia	T	Necessidade de redefinir o acesso à profissão	G Q T	Arquitetos	OA, Poder Legislativo
	Promover a introdução de uma prova de conhecimentos para poder aceder ao exercício da profissão	T B	Falta de homogeneidade nos conhecimentos teóricos e práticos dos novos entrantes	G Q T	Arquitetos	OA, Poder Legislativo
1.1.4. Promover medidas fiscais de apoio ao sector (I)	Introdução de deduções fiscais, em sede de IRS, para particulares que contratem determinados serviços de Arquitetura – por exemplo, serviços relacionados com os projetos e fiscalização em obras de ampliação	G T	Falta de incentivos fiscais nas atividades tratoras em benefício do sector	G Q T	Ministério da tutela, Poder Legislativo	OA, Arquitetos, Consultores fiscais

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.1 – Proteger o sector da Arquitetura e a atividade do arquiteto (III)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.1.4. Promover medidas fiscais de apoio ao sector (II)	Redução da taxa de IVA aplicável à prestação de serviços de elaboração de Projetos de Arquitetura relacionados com obras de reabilitação do edificado destinado à habitação	G T	Falta de incentivos fiscais nas atividades tratoras em benefício do sector	G Q T	Ministério da tutela	OA, Arquitetos, Consultores fiscais
	Revisão das taxas fiscais de incidência do regime simplificado para o CAE de Arquitetura	Q T	Condições fiscais desfavoráveis para os profissionais, em termos relativos	G Q T	Ministério da tutela	OA, Arquitetos, Consultores fiscais
	Aumento do valor mínimo anual de prestação de serviços para efeitos do Regime de Isenção de IVA	Q T	Condições fiscais desfavoráveis para os profissionais, em termos relativos	G Q T	Ministério da tutela	OA, Arquitetos, Consultores fiscais
1.1.5. Fomentar a participação da classe em processos de produção legislativa	Melhoria das vias de comunicação direta com o Poder Legislativo para que os arquitetos ou a Ordem possam dar o seu contributo na elaboração de legislação nacional em matérias relacionadas com a sua atividade	G Q T B	Escassa participação dos arquitetos nos processos de produção de legislação relacionada com a profissão	G Q T	Ministério da tutela, Câmaras Municipais	OA, Arquitetos, Consultores jurídicos
	Estímulo aos processos de unificação e compatibilização legislativa dos diplomas relacionados com o desempenho profissional dos arquitetos para efeitos de simplificação	Q T	Excesso de produção legislativa Dificuldade de aplicação da legislação por parte dos profissionais da Arquitetura	G Q T G Q T	Ministério da tutela, Câmaras Municipais	OA, Arquitetos, Consultores jurídicos
	Potenciar a participação dos arquitetos e da Ordem na elaboração de planos e regulamentos na Administração Pública	G Q T B	Escassa participação dos arquitetos nos processos de produção de legislação relacionada com a profissão	G Q T	Ministério da tutela, Câmaras Municipais	OA, Arquitetos, Consultores jurídicos

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.2 – Potenciar formas de colaboração empresarial e apoiar medidas de aumento de dimensão (I)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.2.1. Promover o trabalho em rede e a criação de consórcios (I)	Realização de ações de informação sobre o potencial do trabalho em rede e dos consórcios em determinados tipos de projetos e diversos domínios de atuação	G Q T	Falta de dimensão empresarial – pulverização da atividade Défice de cultura de colaboração	G Q T G Q T	Arquitetos	OA, Consultores de negócios
	Estabelecer orientações para a formalização de parceiras por projetos e a constituição de consórcios	Q T B	Défice de competências técnico-jurídicas	G Q T	OA	Arquitetos, Consultores jurídicos
	Criação de protocolos, nas vertentes administrativa e comercial, que contribuam para organizar o trabalho em rede	G Q T	Falta de dimensão empresarial – pulverização da atividade Défice de cultura de colaboração	G Q T G Q T	OA	Arquitetos, Consultores jurídicos

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.2 – Potenciar formas de colaboração empresarial e apoiar medidas de aumento de dimensão (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.2.1. Promover o trabalho em rede e a criação de consórcios (II)	Estabelecimento de benefícios fiscais e outros incentivos que promovam a colaboração entre arquitetos (profissionais independentes, gabinetes e empresas)	G T B	Falta de dimensão empresarial – pulverização da atividade	G Q T	Ministério da tutela, Ministério de Economia, Poder Legislativo	OA, Arquitetos, Consultores jurídicos, fiscais e de negócios
			Défice de cultura de colaboração	G Q T		
			Escassa exploração de sinergias	G Q T		
1.2.2. Incentivar a fusão de empresas de Arquitetura	Realização de ações de sensibilização sobre a importância e benefícios da escala para operar em determinados segmentos do sector da Arquitetura	G T	Falta de dimensão empresarial – pulverização da atividade	G Q T	Arquitetos	OA, Consultores de negócios
	Introdução de desgravações e benefícios fiscais para as empresas participantes na fusão (gabinetes e empresas) em sede de IRC	T B	Falta de dimensão empresarial – pulverização da atividade	G Q T	Ministério da tutela, Ministério de Economia, Poder Legislativo	OA, Arquitetos, Consultores jurídicos, fiscais e de negócios
	Disponibilização de linhas de crédito e de outros instrumentos financeiros de quase-capital para as novas empresas de Arquitetura resultantes de processos de concentração (profissionais independentes, gabinetes e empresas), através da Instituição Financeira de Desenvolvimento	T B	Falta de dimensão empresarial – pulverização da atividade	G Q T	Ministério da tutela, Ministério de Economia, Poder Legislativo	OA, Arquitetos, Consultores fiscais e de negócios

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.3 – Promover estratégias de reposicionamento empresarial (I)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.3.1. Fomentar a diversificação empresarial	Promoção de áreas de atividade, tais como a preparação de obras, gestão e coordenação de obras, direção de obras, fiscalização de obras e consultadoria, entre outras	G Q T B	Escassa diversificação intrasectorial da atividade Escassa exploração de sinergias	G Q T G Q T	Arquitetos	OA, Arquitetos
	Promoção do alargamento da oferta de serviços em empresas de Arquitetura, incorporando valências de outras áreas, nomeadamente recorrendo a profissionais da Engenharia e do Design de interiores, a fim de oferecer pacotes de serviços sobretudo para clientes empresariais	G Q T B	Escassa diversificação intersectorial da atividade Escassa exploração de sinergias	G Q T G Q T	Arquitetos	OA, Arquitetos, Consultores de negócios
	Fomento da aplicação dos conhecimentos e competências dos arquitetos em domínios do sector industrial e em outras áreas do sector serviços, como forma de complementar a atividade e criar sinergias ou, simplesmente, como forma de gerar retorno adicional	G T B	Escassa diversificação intersectorial da atividade Escassa exploração de sinergias	G Q T G Q T	Arquitetos	OA, Arquitetos, Consultores de negócios
1.3.2. Potenciar a especialização e a segmentação (I)	Realização de ações de sensibilização sobre os riscos e as vantagens da especialização e da não especialização (transversalidade) no sector da Arquitetura	T	Baixos níveis de especialização	G Q T	Arquitetos	OA, Arquitetos, Consultores de negócios
	Incentivação da especialização das empresas em determinados subsectores e tipologias de projetos, nomeadamente quando assumem grande complexidade técnica	G Q T	Baixos níveis de especialização	G Q T	Arquitetos	OA, Arquitetos, Consultores de negócios

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.3 – Promover estratégias de reposicionamento empresarial (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.3.2. Potenciar a especialização e a segmentação (II)	Estímulo ao aproveitamento do nicho de mercado constituído pela Arquitetura exercida de forma autónoma, nomeadamente por parte dos profissionais que têm sido bem-sucedidos seguindo esta abordagem	G Q T	Falta de especialização	G Q T	Arquitetos	OA, Arquitetos
	Estímulo e apoio, nomeadamente através de ações de formação ativa e capacitação, de estratégias de segmentação de mercado para melhorar o serviço e potenciar o retorno nos/dos vários segmentos em que a empresa opera – parcerias com cofinanciamento público	G T B	Falta de estratégia empresarial Défice de competências de gestão dos negócios	G Q T G Q T	Ministério de Economia, Escolas de negócios	OA, Arquitetos, Consultores de negócios

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.4 – Apoiar a internacionalização do sector e as estratégias de exportação de serviços (I)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.4.1. Reforçar a imagem da Arquitetura Portuguesa no exterior	Valorização da Arquitetura Portuguesa no contexto internacional, criando uma imagem de marca	G T B	Escasso aproveitamento do prestígio da Arquitetura e dos arquitetos portugueses no estrangeiro	G Q T	OA, Arquitetos	Consultores da área do marketing, Turismo de Portugal, AICEP
	Organização de viagens a Portugal de jornalistas, escritores especializados, <i>bloggers</i> e <i>micro-bloggers</i> para aumentar a visibilidade do sector em diversas latitudes	G T B	Escasso aproveitamento do prestígio da Arquitetura e dos arquitetos portugueses no estrangeiro	G Q T	OA, Arquitetos	Consultores da área do marketing, Turismo de Portugal, AICEP
	Lançamento de uma revista sobre Arquitetura de alcance global, em formato eletrónico, baseada em Portugal, alimentada numa primeira fase por arquitetos portugueses e por alguns colegas estrangeiros do seu círculo profissional, a distribuir nos vários circuitos da Arquitetura à escala mundial (veja-se o <i>World Footwear Yearbook</i> da APICCAPS a título de exemplo)	T B	Escasso aproveitamento do prestígio da Arquitetura e dos arquitetos portugueses no estrangeiro	G Q T	OA, Arquitetos	Consultores da área do marketing, Turismo de Portugal, AICEP
1.4.2. Intensificar as ações de promoção sectorial e empresarial no exterior	Estabelecimento de parcerias para a promoção do sector no exterior, assentes numa estratégia explícita, com a AICEP Portugal Global, com associações de sectores relacionados ou inclusivamente com empresas com forte presença em mercados com interesse para o sector da Arquitetura	G Q T B	Défice de promoção do sector no exterior	G Q T	AICEP, associações sectoriais, empresas	OA, Arquitetos, Consultores da área do marketing
	Implementação de uma estratégia de marketing digital destinada a promover o sector e mostrar o trabalho dos arquitetos portugueses	T B	Défice de promoção do sector no exterior	G Q T	OA, Arquitetos, AICEP	Consultores da área do marketing

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.4 – Apoiar a internacionalização do sector e as estratégias de exportação de serviços (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.4.3. Estabelecer parcerias para a disponibilização de serviços de apoio à internacionalização	Disponibilização de informação e de mecanismos de apoio à internacionalização através da rede da AICEP Portugal Global e da rede consular	G Q T B	Défice de serviços que auxiliem os processos de internacionalização	G Q T	AICEP, Rede consular	OA, Arquitetos
	Estabelecimento de um programa de consultoria para a prospeção e análise de mercados e de potenciais clientes – parcerias com consultoras especializadas em internacionalização com cofinanciamento público	G Q T B	Défice de serviços que auxiliem os processos de internacionalização	G Q T	Ministério de Economia, Consultoras especializadas	OA, Arquitetos
	Constituição de um gabinete de apoio jurídico – vertente internacional, com foco em aspetos de contratação pública e privada e na execução dos contratos	Q T	Défice de competências técnico-jurídicas	G Q T	OA, Arquitetos	Consultores jurídicos
	Reforço dos mecanismos de divulgação de Concursos Públicos internacionais, nomeadamente de Concursos Públicos Internacionais publicados no Jornal Oficial da União Europeia (página de internet, plataforma, e-newsletter ...) – parcerias com instituições internacionais e agregadores de informação	G Q T B	Défice de informação tratada que auxilie os processos de internacionalização	G Q T	OA, Instituições internacionais, Agregadores de informação	OA, Arquitetos
1.4.4. Promover a exportação de serviços como forma de internacionalização (I)	Reforço dos programas de retorno de profissionais qualificados (neste caso, arquitetos), atualmente em exercício no exterior, para que se incorporem a empresas portuguesas; isto permitirá que estas adquiram <i>know-how</i> sobre mercados e práticas internacionais	T B	Défice de competências em matéria de internacionalização /exportação	G Q T	Ministério da tutela, Poder Legislativo, Empregadores	OA, Arquitetos

Quadro 3.4 – Propostas de intervenção – PESA (X)

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.4 – Apoiar a internacionalização do sector e as estratégias de exportação de serviços (III)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.4.4. Promover a exportação de serviços como forma de internacionalização (II)	Estabelecimento de acordos de reciprocidade para ultrapassar as barreiras ao exercício profissional em países extracomunitários, nomeadamente em termos de equivalência de títulos e acreditação para efeitos profissionais, a fim de poder assinar projetos em condições de igualdade	T	Dificuldades para executar projetos no estrangeiro devido às barreiras profissionais	G Q T	OA, Ordens profissionais estrangeiras, MCES	OA, Arquitetos
	Disponibilização de linhas de crédito e de outros instrumentos financeiros de apoio à exportação de serviços, nomeadamente para missões de prospeção e análise de potenciais mercados e clientes, bem como de acompanhamento de novos clientes	T B	Falta de financiamento à exportação em condições competitivas	G Q T	Ministério da tutela, Ministério de Economia, Poder Legislativo	OA, Arquitetos, Consultores da área internacional

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.5 – Intensificar a formação profissional (I)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.5.1. Potenciar a formação profissional em dimensões técnicas da Arquitetura	Alargamento e reorientação da oferta de programas de formação sobre novas tecnologias e ferramentas informáticas no âmbito da Arquitetura	G Q T	Défice de competências para o exercício competitivo da profissão no contexto atual	G Q T	OA, Ministério da tutela, Min. de Economia	OA, Instituições de Ens. Superior
	Intensificação da oferta de programas de formação em domínios legais com incidência na atividade do arquiteto, com uma abordagem eminentemente prática	G Q T	Défice de competências para o exercício competitivo da profissão no contexto atual	G Q T	OA, Ministério da tutela, Min. de Economia	OA, Instituições de Ens. Superior
	Aumento do número de <i>workshops</i> sobre temáticas de interesse do arquiteto e relacionados com a prática profissional	Q T	Défice de competências para o exercício competitivo da profissão no contexto atual	G Q T	OA, Ministério da tutela, Min. de Economia	OA, Instituições de Ens. Superior
1.5.2. Promover a formação profissional em competências de gestão dos negócios	Criação de programas de formação em matérias de gestão adaptados às necessidades dos profissionais/empresas de Arquitetura	G Q T	Défice de competências para o exercício competitivo da profissão no contexto atual	G Q T	OA, Ministério da tutela, Min. de Economia	OA, Instituições de Ens. Superior
	Lançamento de programas de curta duração centrados nas vendas e no relacionamento com clientes	G T	Défice de competências para o exercício competitivo da profissão no contexto atual	G Q T	OA, Ministério da tutela, Min. de Economia	OA, Instituições de Ens. Superior
	Disponibilização de uma oferta de <i>workshops</i> sobre <i>softskills</i> , que abordem temas como a liderança, a negociação, o trabalho em equipa e a resolução de conflitos, entre outros	T B	Défice de competências para o exercício competitivo da profissão no contexto atual	G Q T	OA, Ministério da tutela, Min. de Economia	OA, Instituições de Ens. Superior
1.5.3. Fomentar a capacitação profissional no domínio da internacionalização (I)	Lançamento de programas de formação sobre internacionalização no sector dos serviços – parcerias com cofinanciamento público	G T B	Défice de competências para o exercício competitivo da profissão no contexto atual	G Q T	OA, Ministério da tutela, Min. de Economia	OA, Instituições de Ens. Superior

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.5 – Intensificar a formação profissional (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.5.3. Fomentar a capacitação profissional no domínio da internacionalização (II)	Lançamento de programas capacitação empresarial em matéria de exportação, que combinem formação <i>taylor-made</i> com consultadoria especializada adaptada às necessidades e potencialidades da empresa – parcerias com cofinanciamento público	T B	Défice de competências para o exercício competitivo da profissão no contexto atual Défice de serviços que auxiliem os processos de internacionalização	G Q T G Q T	OA, Ministério da tutela, Min. de Economia	OA, Escolas de negócios, Consultoras especializadas

Quadro 3.4 – Propostas de intervenção – PESA (XIII)

DE I – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 1.6 – Promover a partilha de informação						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
1.6.1. Disponibilizar informação e orientação sobre modelos de negócio, custos e preços	Disponibilização de informação sobre modelos de negócio e outra documentação relevante sobre gestão de PME's intensivas em capital humano e conhecimento	G Q T	Défice de referenciais para a gestão e desenvolvimento do negócio	G Q T	OA	Arquitetos, Consultores de negócios
	Preparação de sínteses de custos para determinados atos e funções próprios da área da Arquitetura, incorporando os diferenciais entre estruturas empresariais	G T	Défice de referenciais para a gestão e desenvolvimento do negócio	G Q T	OA	Arquitetos, Consultores de negócios
	Aperfeiçoamento da plataforma de consulta de legislação e regulamentos	G T Q	Défice de referenciais para a gestão e desenvolvimento do negócio	G Q T	OA	Arquitetos, Consultores de negócios
1.6.2. Potenciar os repositórios com informação legal sobre o sector	Aperfeiçoamento da plataforma de consulta de legislação e regulamentos	Q T	Dispersão da legislação de interesse para o sector e dificuldade de interpretação	G Q T	OA	Arquitetos, Consultores jurídicos
1.6.3. Potenciar a especialização e a segmentação	Reforço das iniciativas do Centro de Estudos Norte 41º, nomeadamente nas áreas da realização de estudos e de fomento do debate (sobre prática profissional, digitalização, automatização ...). A manutenção de certa regularidade das iniciativas permite a criação de hábitos e a elevação do sentimento de pertença	G Q T	Necessidade de reforçar a comunicação e debate internos e o sentimento de pertença	G Q T	OA-SRN	Arquitetos
	Realização de um congresso anual, organizado pelo Centro de Estudos Norte 41º, onde reputados especialistas abordem temas de interesse para o sector e para os arquitetos. Esta iniciativa funciona também como ponto de encontro para os membros da classe para fins de afirmação e <i>networking</i>	G Q T	Necessidade de reforçar a comunicação e debate internos e o sentimento de pertença	G Q T	OA-SRN	Arquitetos

DE II – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 2.1 – Promover a partilha de informação						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
2.1.1. Implementar estratégias de informação e valorização da Arquitetura	Criação de uma bolsa de arquitetos, apoiados pela OA, para realizar intervenções (entrevistas, reportagens, artigos de opinião ...) junto da comunicação social, que permitam divulgar fundamentos e projetos de Arquitetura e valorizar os aspetos e funções menos conhecidos da mesma	G T	Défice de valorização social da Arquitetura	G Q T	OA, Arquitetos	Meios de comunicação social
	Reforço dos protocolos com empresas de comunicação social, nomeadamente com estações de televisão, para a emissão de programas sobre Arquitetura, que recorrendo a uma linguagem não técnica, permitam alcançar públicos progressivamente mais vastos	Q T	Défice de valorização social da Arquitetura	G Q T	Meios de comunicação social	OA, Arquitetos
	Intensificação de iniciativas no âmbito digital, por exemplo a abertura e alimentação de canais de YouTube, com os mesmos fins de divulgação e valorização da Arquitetura	T	Défice de valorização social da Arquitetura	G Q T	OA, Arquitetos	Consultores da área do marketing
2.1.2. Reivindicar socialmente a figura do arquiteto e as suas funções profissionais e sociais	Criação de uma bolsa de arquitetos, apoiados pela OA, para realizar intervenções junto da comunicação social (entrevistas, reportagens, artigos de opinião ...) focadas nas funções dos profissionais da Arquitetura e do seu papel na sociedade	G T	Falta de reconhecimento social do arquiteto e do seu papel na sociedade	G Q T	OA, Arquitetos	Meios de comunicação social
	Organização de sessões informativas nas escolas secundárias sobre Arquitetura e sobre a profissão de arquiteto, relevando os aspetos e funções mais ignotos	G T	Falta de reconhecimento social do arquiteto e do seu papel na sociedade	G Q T	Escolas secundárias	OA, Arquitetos

DE II – Melhorar o exercício da profissão EE 2.2 – Aperfeiçoar normas e protocolos de regulação e autorregulação económica profissional (I)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
2.2.1. Promover legislação que melhore a regulação da atividade profissional	Tornar legalmente obrigatória a presença de um arquiteto nos quadros de qualquer empresa que desempenhe atividades Arquitetura	G Q T	Défice de afirmação profissional	G Q T	Ministério da tutela, Poder Legislativo	OA, Arquitetos, Consultores jurídicos
	Tornar legalmente obrigatório que a análise de projetos de Arquitetura nas Câmaras Municipais seja realizada por um arquiteto do quadro, com pelo menos cinco anos de experiência profissional	G T	Défice de regulação funcional – em alguns municípios, a aprovação é realizada com base no parecer final de um engenheiro civil	G Q T	Ministério da tutela, Poder Legislativo, Câmaras Municipais	OA, Arquitetos, Consultores jurídicos
	Interdição legal (e associar sanções significativas) de que os arquitetos pertencentes aos quadros das Câmaras Municipais ou contratados temporariamente pelas mesmas, em regime de exclusividade, possam realizar e assinar Projetos de Arquitetura para clientes privados em qualquer local do país (condicionada à aplicação da proposta de carreira profissional)	G Q T	Défice de regulação profissional	G Q T	Ministério da tutela, Poder Legislativo	OA, Arquitetos, Consultores jurídicos
	Tornar legalmente obrigatória a entrega, juntamente com a documentação que instrui os atos que precisam de aprovação camarária, de um comprovativo de ter o pagamento da licença de <i>software</i> em dia – a fim de evitar a realização de projetos com <i>software</i> pirata	G Q T	Concorrência desleal – utilização de <i>software</i> ilegal	G Q T	Ministério da tutela, Poder Legislativo	OA, Arquitetos, Consultores jurídicos
2.2.2. Estabelecer protocolos de autorregulação do desempenho da atividade profissional (I)	Introdução de documentos orientadores que regulem a relação entre arquiteto e cliente, que estabeleçam os direitos e deveres das partes. Estes modelos são de extrema importância para regular a relação entre arquitetos e clientes particulares	G Q T	Escassa adoção de contratos entre arquitetos e clientes Adoção de contratos incompletos ou desadequados entre arquitetos e clientes	G Q T G Q T	OA, Arquitetos	Consultores jurídicos

DE II – Aumentar a sustentabilidade e a competitividade EE 2.2 – Intensificar a formação profissional (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
2.2.2. Estabelecer protocolos de autorregulação do desempenho da atividade profissional (II)	Definição e adoção generalizada de um protocolo organizador da relação entre arquiteto e cliente, que minimize o risco de trabalho não pago (ex. consultas), da emergência de disputas, de desistência, etc.	G Q T	Falta de práticas padronizadas da relação profissional-cliente	G Q T	OA	Arquitetos

DE II – Melhorar o exercício da profissão EE 2.3 – Reforçar os mecanismos de fiscalização e as boas práticas profissionais (I)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
2.3.1. Criar novos mecanismos de fiscalização da prática profissional e revisar os que estão atualmente em vigor	Introdução de mecanismos de registo do número de serviços assinados por arquiteto por ano, nomeadamente utilizando declarações da OA únicas por requerente e serviço	G Q T	Elevada concentração de projetos apresentados em determinadas entidades, que podem indiciar distorções no mercado	G Q T	OA	Arquitetos, Câmaras Municipais
	Reforço dos mecanismos de fiscalização preventiva em colaboração com as autoridades (ex. IMPIC, Segurança Social, Autoridade Tributária, ACT), com base em indícios associados à proposta de preços muito baixos em Concursos Públicos	G Q T	Concorrência desleal	G Q T	IMPIC, Segurança Social, AT, ACT, Câmaras Municipais, outras	OA, Arquitetos, Especialistas
	Reforço das competências e atribuições do Conselho de Disciplina da Ordem dos Arquitetos	G Q T	Fiscalização da atividade	G Q T	OA	Arquitetos
2.3.2. Rever os mecanismos de interação disciplinar	Melhoria da plataforma que permite a publicação das situações mais graves em matéria de desrespeito pelas normas que regulam o exercício profissional, a legislação em vigor e a ética profissional	T	Má prática profissional	G Q T	OA	Arquitetos

Quadro 3.4. - Propostas de intervenção – PESA (XVIII)

DE II – Melhorar o exercício da profissão EE 2.3 – Reforçar os mecanismos de fiscalização e as boas práticas profissionais (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
2.3.3. Reforçar os mecanismos de colaboração com entidades públicas	Melhoria dos instrumentos de consulta instantânea por parte da Administração Pública sobre a situação profissional dos arquitetos	T	Falta de instrumentos ágeis de comunicação e consulta	G Q T	Administração Pública	OA, Arquitetos
	Incentivar a nomeação de um interlocutor dos técnicos nas Câmaras Municipais, que serviria de mediador privilegiado com as associações profissionais, neste caso com a OA	T	Falta de instrumentos ágeis de comunicação e consulta	G Q T	Câmaras Municipais	OA, Arquitetos

Quadro 3.4. - Propostas de intervenção – PESA (XIX)

DE II – Melhorar o exercício da profissão EE 2.4 – Apoiar o desenvolvimento institucional do mercado de trabalho no sector da Arquitetura						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
2.4.1. Impulsionar a criação de uma organização sindical	Criação de uma organização sindical que represente os interesses dos trabalhadores do sector da Arquitetura, em eventuais processos de negociação coletiva	G Q T	Défice de representação dos trabalhadores por conta de outrem do sector	G Q T	Arquitetos, outros trabalhadores do sector	Consultores jurídicos
2.4.2. Incentivar a criação de uma entidade patronal	Constituição de uma confederação patronal que represente os interesses dos empregadores no sector da Arquitetura em futuros processos de negociação coletiva, que promovam estratégias de dinamização, economia e internacionalização	G Q T	Falta de representação dos empregadores do sector	G Q T	Empregadores	Consultores jurídicos

Quadro 3.4. - Propostas de intervenção – PESA (XX)

DE II – Melhorar o exercício da profissão EE 2.5 – Melhorar as condições de trabalho e combater a precariedade (I)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
2.5.1. Promover a negociação de Contratos Coletivos de Trabalho	Na sequência das propostas de intervenção relativas ao desenvolvimento institucional do mercado de trabalho no sector, dinamização da concertação social no sector da Arquitetura	G Q T	Inexistência de concertação social	G Q T	Arquitetos, outros trabalhadores do sector, Empregadores	Ministério do Trabalho
	No âmbito da concertação social, impulso à negociação de contratos coletivos de trabalho no sector da Arquitetura, que regulem as relações laborais entre as entidades patronais e os seus assalariados	G Q T	Inexistência de contratos coletivos de trabalho	G Q T	Arquitetos, outros trabalhadores do sector, Empregadores	Ministério do Trabalho
2.5.2. Combater a precariedade no sector privado (I)	Reforço dos mecanismos de controlo de situações de precariedade relacionadas com os regimes de contratação ou as práticas remuneratórias, mas também com outras dimensões das condições de trabalho	T	Fragilidade das condições de trabalho e precariedade laboral	G Q T	Arquitetos	ACT, Tribunal do Trabalho, OA
	Reforço da identificação de práticas de contratação sistemática através de falsos recibos verdes e denúncia dessas situações perante as autoridades competentes	G Q T	Fragilidade das condições de trabalho e precariedade laboral	G Q T	OA, ACT	Arquitetos
	Identificação de situações de trabalho não pago através de falsos estágios e denúncia das mesmas perante as autoridades competentes	G Q T	Fragilidade das condições de trabalho e precariedade laboral	G Q T	OA, ACT	Arquitetos

Quadro 3.4. - Propostas de intervenção – PESA (XXI)

DE II – Melhorar o exercício da profissão EE 2.5 – Melhorar as condições de trabalho e combater a precariedade (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
2.5.2. Combater a precariedade no sector privado (I)	Constituição de um fundo complementar de reforma e de um seguro para cobrir situações de desemprego profissional de carácter opcional	Q T B	Fragilidade das condições de trabalho e precariedade laboral	G Q T	OA	Arquitetos, Consultores financeiros
2.5.3. Fiscalizar as condições e o recurso a estágios profissionais	Definição rigorosa do que é o estágio de acesso à profissão de Arquiteto, com verificação das regras para entidades de acolhimento e orientadores de estágio, bem como o controlo estreito das condições em que estes são realizados	G Q T	Fraca regulação e deficiente definição dos estágios profissionais	G Q T	Arquitetos, Empresas de Arquitetura	OA
	Constituição de um registo obrigatório de contratos de estágio, equiparados aos contratos de trabalho	G Q T	Recurso excessivo a estágios Combate à precariedade e abusos	G Q T	OA	Arquitetos
2.5.4. Fomentar melhorias nas condições de contratação e trabalho na Administração Pública (I)	Reforço da necessidade de aumentar a remuneração dos arquitetos na Administração Pública, em conformidade com a complexidade das suas funções	G T	Baixas remunerações na Administração Pública	G Q T	Câmaras Municipais, Ministério das Finanças, Poder Legislativo	OA, Arquitetos
	Tornar legalmente obrigatório o cumprimento de um rácio entre arquitetos do Quadro e arquitetos contratados na Administração Pública, que quando ultrapassado obrigue a admitir a alguns destes últimos, via Concurso Público, para os Quadros da administração	T	Fragilidade das condições de trabalho e precariedade laboral	G Q T	Poder Legislativo	OA, Arquitetos

DE II – Melhorar o exercício da profissão EE 2.5 – Melhorar as condições de trabalho e combater a precariedade (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
2.5.4. Fomentar melhorias nas condições de contratação e trabalho na Administração Pública (II)	Reforçar a presença de elementos externos à Administração Pública nos júris para recrutamento de arquitetos, nomeadamente para lugares do Quadro (ex. incluir membros da OA, instituições de Ensino Superior, outras entidades públicas, etc.)	Q T	Falta de transparência nos processos de recrutamento Risco de favorecimento	G Q T G Q T		OA, Instituições de Ensino Superior
	Potenciação do reconhecimento profissional e do sentimento de classe dos arquitetos em funções públicas, junto dos colegas do privado e da população em geral	G Q T	Falta de reconhecimento profissional dos arquitetos que trabalham na Administração Pública	G Q T	ANMP, Câmaras Municipais,	Arquitetos, Consultores de comunicação
	Criação de uma carreira especial para todos os arquitetos da Administração Pública, atenta à complexidade das suas atribuições e aos níveis de responsabilidade associados às suas decisões	Q T B	Desadequação dos níveis hierárquicos e das remunerações da Administração Pública	G Q T	Poder Legislativo	Arquitetos

Quadro 3.4. - Propostas de intervenção – PESA (XXIII)

DE II – Melhorar o exercício da profissão EE 2.6 – Reforçar o papel da Ordem dos Arquitetos						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
2.6.1. Reforçar o papel da Ordem dos Arquitetos como regulador do exercício profissional	Intensificação das suas funções regulatórias e portanto dos seus meios, em matéria de acesso e recesso da atividade profissional	G Q T	Fragilidade da fiscalização da prática profissional	G Q T	OA	OA, Arquitetos
	Reforço dos canais de comunicação com outras entidades cuja atividade possa afetar, de alguma forma, ao exercício profissional dos arquitetos, nomeadamente a Segurança Social, a Autoridade Tributária, a Autoridade para as Condições do Trabalho e as entidades sindicais e patronais de âmbito sectorial que possam vir a constituir-se	G Q T	Obstáculos na interação com entidades da esfera do Estado	G Q T	Segurança Social, AT, ACT, outras	OA, Arquitetos
2.6.2. Potenciar o papel da Ordem dos Arquitetos junto do governo e dos poderes públicos em geral	Reforço do papel da Ordem junto das entidades, órgãos consultivos, de aconselhamento e de acompanhamento, entre outros, onde tem assento, com fins de afirmação organizacional e de potenciação da sua capacidade propositiva	G Q T	Défice de representação e escassa capacidade para influenciar a agenda legislativa do sector	G Q T	OA	Arquitetos, Outras entidades
	Intensificação da produção de documentos com tomadas de posição pública sobre questões de interesse dos arquitetos	T B	Défice de representação e escassa capacidade para influenciar a agenda legislativa do sector Escassa presença pública dos arquitetos, em geral, e da OA, em particular	G Q T G Q T	OA	Arquitetos, Especialistas, Consultores
	A prazo, desenvolvimento dos colégios de especialidade que potenciem a autoridade, o reconhecimento e a valorização disciplinar na esfera pública	Q T B	Ponderação da pertinência da especialização da atividade	G Q T	OA	Arquitetos

DE III – Aperfeiçoar as relações com a Administração Pública EE 3.1 – Simplificar e uniformizar o relacionamento com a Administração Pública (I)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
3.1.1. Propor mecanismos e protocolos de simplificação administrativa	Intensificação da desmaterialização no relacionamento entre arquitetos e Administração Pública	G Q T	Ineficiência dos meios de comunicação entre arquitetos e Administração Pública	G Q T	ANMP, AMA, Câmaras Municipais	OA, Arquitetos
	Promoção da articulação e uniformização de procedimentos municipais nas áreas do urbanismo e da contratação pública, licenciamento municipal e regulamentação, simplificando a relação entre arquitetos e municípios	G Q T	Grandes ineficiências nos processos de instrução e submissão de procedimentos nas Câmaras Municipais	G Q T	AMA, Câmaras Municipais	OA, Arquitetos
	Adoção generalizada do livro de obra digital	G Q T	Deficiente sistematização da informação e dificuldade de acompanhamento	G T	ANMP, AMA, Câmaras Municipais	OA, Arquitetos
	Implementação de um sistema de selos, outorgados bianualmente pela OA a cada Câmara Municipal, que categorizem os municípios em função do grau de adoção de mecanismos de simplificação e uniformização administrativa, em matérias relacionadas com a Arquitetura e o Urbanismo	Q T	Fragilidade dos incentivos à adoção de práticas de simplificação e uniformização administrativa	G Q T	OA, ANMP	Arquitetos, Câmaras Municipais

DE III – Aperfeiçoar as relações com a Administração Pública EE 3.1 – Simplificar e uniformizar o relacionamento com a Administração Pública (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
3.1.2. Fomentar a uniformização da instrução e submissão de processos	Uniformização das plataformas disponíveis nas Câmaras Municipais do país para submissão de pedidos referentes aos procedimentos a que estão sujeitas as operações urbanísticas no âmbito do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação)	G Q T	Profunda heterogeneidade nos processos de instrução e submissão de procedimentos nas Câmaras Municipais Divergências nos sistemas de gestão documental das Câmaras Municipais	G Q T G Q T	ANMP, AMA, Ministério Modernização Administrativa	OA, Arquitetos, Câmaras Municipais
	Implementação de um sistema de selos, outorgados bianualmente pela OA a cada Câmara Municipal, que categorizem os municípios em função do grau de adoção de mecanismos de simplificação e uniformização administrativa, em matérias relacionadas com a Arquitetura e o Urbanismo	Q T	Fragilidade dos incentivos à adoção de práticas de simplificação e uniformização administrativa	G Q T	OA, ANMP	Arquitetos, Câmaras Municipais

Quadro 3.4. - Propostas de intervenção – PESA (XXVI)

DE III – Aperfeiçoar as relações com a Administração Pública EE 3.2 – Melhorar os procedimentos de análise de projetos na Administração Pública						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
3.2.1. Potenciar a atualização face à complexidade da função	Promoção da formação sobre análise de projetos de Arquitetura, para os arquitetos da Administração Pública que desempenhem este tipo de funções – nomeadamente para os novos nestas funções ou para os que levem pouco tempo nas mesmas	Q T	Défice de competências técnicas na análise	G Q T	ANMP, Câmaras Municipais	OA, Arquitetos, Instituições de Ensino Superior
3.2.2. Estabelecer protocolos de análise	Introdução progressiva da metodologia BIM no licenciamento e estudo de estratégias de redução do custo das licenças para os profissionais	Q T	Falta de homogeneidade na apreciação	G Q T	ANMP, Câmaras Municipais	OA, Arquitetos
	Reformulação dos mecanismos de controlo do cumprimento dos prazos para a análise de processos de licenciamento	T	Períodos de análise excessivamente longos	G Q T	ANMP, Câmaras Municipais	OA, Arquitetos

Quadro 3.4. - Propostas de intervenção – PESA (XXVII)

DE III – Aperfeiçoar as relações com a Administração Pública EE 3.3 – Reformular as condições de acesso aos Concursos Públicos						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
3.3.1. Criar mecanismos de qualificação dos instrumentos de contratação pública	Consciencialização do papel da Administração Pública na valorização da Arquitetura, na defesa da exigência e da qualidade aos arquitetos, através do lançamento de Concursos de Conceção, devidamente adequados ao objeto em causa	G Q T	Défice de utilização do Concurso de Conceção, seguido ou não de ajuste direto, como meio para a promoção e valorização da arquitetura vocacionada para a resposta a um programa concreto	G Q T	Administração Pública	OA, Arquitetos

Quadro 3.4. - Propostas de intervenção – PESA (XXVIII)

DE III – Aperfeiçoar as relações com a Administração Pública EE 3.4 – Promover a adaptação das condições dos Concursos Públicos às especificidades do sector (I)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
3.4.1. Minimizar a ponderação da variável preço no modelo de avaliação	Lançamento de uma campanha de sensibilização junto da Administração Pública para consciencialização sobre os riscos de utilizar a variável preço como principal variável de escolha nos Concursos para a aquisição de serviços de Arquitetura	G Q T	Excessiva ponderação da variável preço no modelo de avaliação	G Q T	Administração Pública	OA, Arquitetos, CNOP
	Disponibilização de acessos a bases de dados criadas por entidades credenciadas	G Q T	Falta de referenciais de custos no âmbito dos Concursos Públicos	G Q T	Associações do sector da construção, OA	Arquitetos
	Sensibilização dos poderes públicos sobre as consequências negativas, na encomenda pública de aquisição de serviços de Arquitetura, da aplicação de preços base excessivamente baixos	Q T	Impacto (efeito imitação) das condições estabelecidas pela Administração Pública no mercado privado	G Q T	Administração Pública	OA, Arquitetos CNOP

Quadro 3.4. - Propostas de intervenção – PESA (XXIX)

DE III – Aperfeiçoar as relações com a Administração Pública EE 3.4 – Promover a adaptação das condições dos Concursos Públicos às especificidades do sector (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
3.4.2. Monitorizar a aplicação do Código de Contratação Pública	Criação de um grupo de trabalho para o acompanhamento das alterações ao CCP e legislação conexa	G Q T	Impactos perversos da contratação pública no exercício profissional	G Q T	ANMP, Ministério Modernização Administrativa, Ministério que tutela	OA, Arquitetos, CNOP

Quadro 3.4. - Propostas de intervenção – PESA (XXX)

DE IV – Ajustar o sistema e os programas de ensino EE 4.1 – Modular a oferta no Ensino Superior (I)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
4.1.1. Acompanhar os sistemas de regulação do acesso ao Ensino Superior público	Monitorização do cumprimento estrito das regras de fixação das vagas de acesso ao Ensino Superior público, em função dos níveis de empregabilidade	G Q T	Eventual excesso de vagas no Ensino Superior	G Q T	MCES	OA, Arquitetos, Especialistas
	Definição de critérios alternativos para a fixação de vagas no acesso ao Ensino Superior público, que evitem os problemas associados à empregabilidade	G Q T	Eventual excesso de vagas no Ensino Superior	G Q T	MCES	OA, Arquitetos, Especialistas
4.1.2. Intervir sobre a oferta de vagas no Ensino Superior privado	Reforço da participação da Ordem nos processos de acreditação para cursos de Arquitetura de instituições de Ensino Superior privado e acompanhamento do programa de estudos dos respetivos cursos	G Q T	Eventual excesso de vagas no Ensino Superior	G Q T	OA	Arquitetos, Especialistas, Instituições Privadas de Ensino Superior
			Assimetria na qualidade dos cursos de Arquitetura	G Q T		
4.1.3. Potenciar os sistemas de informação e orientação vocacional	Relançamento de programas que integrem sessões informativas sobre a profissão de arquiteto nas escolas secundárias	G T	Défice de orientação vocacional nos alunos do ensino secundário	G Q T	Escolas Secundárias	OA, Arquitetos, Empregadores
	Criação de um programa constituído por sessões de orientação vocacional nas instituições de Ensino Superior para informar os estudantes sobre as várias saídas profissionais de um titulado em Arquitetura e sobre os índices de empregabilidade correspondentes	G T	Défice de orientação vocacional nos estudantes dos cursos de Arquitetura	G Q T	Instituições de Ensino Superior	OA, Arquitetos, Empregadores

Quadro 3.4. - Propostas de intervenção – PESA (XXXI)

DE IV – Ajustar o sistema e os programas de ensino EE 4.1 – Modular a oferta no Ensino Superior (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
4.1.4. Monitorizar o <i>stock</i> de arquitetos em exercício, assim como as entradas e saídas efetivas da profissão	Identificação de entidades e fontes de informação complementares que permitam conhecer as formas de exercício da profissão e perspetivar a evolução do número de entradas e saídas potenciais em vários horizontes temporais	G Q T	Falta de conhecimento atualizado das formas de exercício da profissão	G Q T	OA, SS, AT, Bases Dados Privadas, Inquéritos	OA, Equipa Técnica
	Elaboração de um relatório periódico que permita a monitorização dos dados obtidos no âmbito do Plano Estratégico	T B	Falta de conhecimento atualizado das formas de exercício da profissão	G Q T	OA, SS, AT, Bases Dados Privadas, Inquéritos	OA, Equipa Técnica

DE IV – Ajustar o sistema e os programas de ensino EE 4.2 – Reforçar as dimensões técnicas e de gestão dos programas de ensino						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
4.2.1. Fomentar a adequação às dinâmicas do mercado e à prática profissional	Propor conteúdos de carácter técnico a incluir na estrutura curricular e nos programas curriculares dos cursos de Arquitetura	G Q T	Falta de adequação à prática profissional dos recém-titulados	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores
	Acompanhamento da implementação dos conteúdos propostos na estrutura curricular e nos programas curriculares dos cursos de Arquitetura	T	Falta de adequação à prática profissional dos recém-titulados	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores
	Acompanhamento do impacto das propostas no desempenho dos estudantes	T	Falta de adequação à prática profissional dos recém-titulados	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores
4.2.2. Introduzir conteúdos complementares nos cursos de Arquitetura	Propor conteúdos de gestão a incluir na estrutura curricular e nos programas curriculares dos cursos de Arquitetura	G Q T	Défice de competências complementares para gerir o próprio negócio	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores
	Acompanhamento da implementação dos conteúdos de gestão na estrutura curricular e nos programas curriculares dos cursos de Arquitetura	T	Défice de competências complementares para gerir o próprio negócio	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores
	Acompanhamento do impacto no desempenho dos estudantes em unidades curriculares que incluam conteúdos de gestão	T	Défice de competências complementares para gerir o próprio negócio	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores

DE IV – Ajustar o sistema e os programas de ensino EE 4.3 – Aproximar conteúdos e práticas dos programas do exercício efetivo da profissão (I)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
4.3.1. Ponderar especializações nos cursos de Arquitetura	Reforço das áreas de especialização e proposta de conteúdos a incluir na estrutura curricular e nos programas curriculares dos cursos de Arquitetura	G Q T	Falta de especialização e desadequação face às necessidades do mercado	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores
	Acompanhamento da implementação das áreas de especialização na estrutura curricular e nos programas curriculares dos cursos de Arquitetura	T	Falta de especialização e desadequação face às necessidades do mercado	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores
	Acompanhamento do desempenho estudantes em unidades curriculares das áreas de especialização e avaliação do seu contributo para a formação dos arquitetos	T	Falta de especialização e desadequação face às necessidades do mercado	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores
4.3.2. Potenciar a formação em contexto laboral nos cursos de Arquitetura	Introdução com carácter obrigatório de formação em contexto laboral nos cursos de Arquitetura	G Q T	Falta de contacto com a realidade profissional dos recém-titulados	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores
	Constituição de uma bolsa de arquitetos / empresas de Arquitetura / entidades públicas disponíveis para acolher os estudantes dos estágios curriculares	T	Limitações na oferta de locais de estágio adequados para os estudantes (potencial)	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores
	Definição de um protocolo que regule a relação entre a entidade de acolhimento do aluno durante o estágio, o estagiário e a instituição de Ensino Superior	T	Excesso de informalidade nas relações entre os intervenientes nos estágios curriculares (potencial)	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores
	Acompanhamento da implementação da formação em contexto laboral nos cursos de Arquitetura	T	Falta de contacto com a realidade profissional dos recém-titulados	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores
	Acompanhamento do desempenho dos estudantes na unidade curricular de projeto e avaliação do seu contributo para a formação dos arquitetos	T	Falta de contacto com a realidade profissional dos recém-titulados	G Q T	Instituições de Ens. Superior, A3Es	OA, Arquitetos, Empregadores

DE IV – Ajustar o sistema e os programas de ensino EE 4.3 – Aproximar conteúdos e práticas dos programas do exercício efetivo da profissão (II)						
Vetores Operacionais	Propostas de Intervenção		Problemas Base		Entidade(s) Envolvida(s)	
	Identificação	Relevância	Identificação	Relevância	Recetor	Proponente
4.3.3. Reforçar a presença de docentes convidados com perfis profissionais nos cursos de Arquitetura	Sensibilização para a contratação de docentes convidados com perfis técnicos para que lecionem em unidades curriculares (de preferência de forma partilhada com docentes de carreira) a componente mais aplicada dos programas	G Q T	Falta de vinculação entre os conteúdos programáticos e a prática profissional efetiva	G Q T	Instituições de Ensino Superior	OA, Arquitetos
	Constituição de uma bolsa de profissionais de Arquitetura com disponibilidade para exercer funções de docente convidado nos moldes enunciados e realização de uma pré-seleção em função dos CVs apresentados	T	Falta de vinculação entre os conteúdos programáticos e a prática profissional efetiva	G Q T	Instituições de Ensino Superior	OA, Arquitetos

CAPÍTULO IV



ANÁLISE DE CUSTOS
E RENTABILIDADE

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

ANÁLISE DE CUSTOS E RENTABILIDADE – CALIBRAÇÃO DE VALORES INDICATIVOS PARA AS EMPRESAS DE ARQUITETURA

Neste capítulo apresenta-se uma análise sumária da estrutura de custos e da rentabilidade das empresas classificadas na CAE 7111 *Atividades de Arquitetura*. Com este exercício pretende-se perceber as diferenças na estrutura de custos de empresas de Arquitetura, em função dos seus níveis de rentabilidade, distribuídos por quartis.¹ Esta análise permite identificar as diferenças na distribuição dos custos das empresas mais rentáveis e das menos rentáveis e, simultaneamente, proceder ao cálculo de valores indicativos, quer para o valor hora, quer para o salário mensal do trabalho de um Arquiteto.

A principal fonte de informação utilizada para a realização da análise é o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do INE, referente ao ano de 2017. O SCIE resulta de um processo de integração da informação estatística sobre empresas, baseada em dados administrativos, com particular destaque para a Informação Empresarial Simplificada (IES), que inclui um vasto conjunto de informação de carácter anual, relevante para efeitos estatísticos, fiscais e de prestação de contas.

Da base de dados original foram selecionadas empresas com pelo menos duas pessoas ao serviço e com valor acrescentado² por trabalhador positivo e situado entre o percentil 1 e 99 da distribuição. Adicionalmente, foram excluídas as empresas em que o valor da prestação de serviços é inferior a 95% do volume de negócios. Desta forma, ficam excluídas da amostra empresas em nome individual ou sociedades com um único trabalhador ao serviço, bem como empresas com valores extremos ou cuja atividade não seja apenas a prestação de serviços de Arquitetura, mas também a comercialização de mercadorias. De um universo inicial de 9 230 empresas (6 378 empresas individuais e 2 852 sociedades, com um total de pessoal ao serviço de 13 236), a amostra final ficou constituída por 1.050 sociedades, com um total de 4 138 pessoas ao serviço.

Na Tabela 5.1 são apresentados os dados da conta de exploração, por firma, referentes à componente operacional, nomeadamente o volume de negócios por prestação

¹ Um quartil é qualquer um dos três valores que divide o conjunto ordenado de dados em quatro partes iguais. Cada parte representa 1/4 da amostra ou população.

² Valor Acrescentado Bruto (VAB) = [Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas + Fornecimentos e serviços externos]. O VAB mede o rendimento dos fatores produtivos (trabalho e capital), sendo calculado pela diferença entre o valor dos bens e serviços produzidos e os custos dos bens e serviços intermédios.

Tabela 5.1 – Indicadores Operacionais e de Rentabilidade das Sociedades de Arquitetura, 2017 – Distribuição por Quartis

Rúbrica	1º Q	2º Q	3º Q	4º Q
Número de empresas	263	262	263	262
Pessoal ao serviço	3,12	3,35	4,16	5,34
Pessoal ao serviço remunerado	3,07	3,32	4,12	5,26
Pessoal ao serviço remunerado a tempo completo	2,92	3,20	3,98	5,11
Pessoal ao serviço remunerado a tempo parcial	0,15	0,13	0,14	0,15
Volume de negócios (Vendas e serviços prestados)	62 495	106 820	184 119	468 070
Prestações de serviços	62 395	106 769	184 051	467 640
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5 760	8 309	7 044	12 897
Fornecimentos e serviços externos (FSE)	35 152	54 706	94 356	239 895
Fornecimentos e serviços externos - Subcontratos	8 084	15 100	31 065	97 049
Fornecimentos e serviços externos - Serviços especializados	15 215	22 984	36 037	95 287
Dos quais – Honorários	2 807	5 482	10 055	21 825
Dos quais – Trabalhos especializados	8 884	13 660	19 265	59 568
Fornecimentos e serviços externos - Materiais	3 536	3 318	4 668	7 255
Fornecimentos e serviços externos - Energia e fluidos	1 374	1 939	2 996	4 125
Fornecimentos e serviços externos - Desl., estadas, transp.	1 718	3 732	6 147	12 889
Fornecimentos e serviços externos - Serviços diversos	5 225	7 633	13 443	23 289
Gastos com o pessoal	27 777	41 379	68 884	128 951
Gastos com o pessoal - Remunerações órgãos sociais	8 961	11 608	14 496	27 262
Gastos com o pessoal - Remunerações do pessoal	13 804	21 826	40 956	75 582
Outros Gastos com o pessoal	5 012	7 945	13 433	26 106
Valor acrescentado bruto a preços de mercado	22 160	46 029	84 479	216 262
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	-3 611	7 076	16 526	80 760
Resultado operacional (EBIT)	-5 310	2 985	11 573	69 691
Resultado líquido do período	-6 177	1 402	7 768	53 701
Rentabilidade do Volume de Negócios (RV)				
Resultado Líquido / Volume de Negócios	-9,9%	1,3%	4,2%	11,5%
Margem Operacional				
Resultado Operacional / Volume de Negócios	-8,5%	2,8%	6,3%	14,9%
Margem EBITDA (Margem Cash-Flow)				
EBITDA / Volume de Negócios	-5,8%	6,6%	9,0%	17,3%
Valor estimado da prestação serviços por Arquiteto (hora)⁽¹⁾	10,16	16,75	21,99	39,78
Remuneração Média Mensal estimada por Arquiteto contratado⁽²⁾	540,8	726,1	966,8	1 424,4

Notas: ⁽¹⁾ Prestação de serviços líquida de subcontratos, trabalhos especializados e honorários a terceiros / Horas anuais de Arquitetura estimadas. ⁽²⁾ Valor estimado tendo em conta os gastos com remunerações com Arquitetos e assumindo o pagamento de 14 meses/ano de remuneração por Arquiteto contratado.

Fonte: Cálculos próprios, com base nos dados do SCIE 2017, INE e na Base de Dados Quadros de Pessoal.

de serviços, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, os fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, seguida de alguns indicadores de rentabilidade: valor acrescentado bruto, EBITDA,³ resultado operacional, resultado líquido e rácios respetivos, bem como

estimativas para valores hora de honorários e remuneração do trabalho dependente. Estes dados estão organizados em quatro colunas correspondentes a cada um dos quartis da distribuição do Valor Acrescentado Bruto por trabalhador.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE RENTABILIDADE DAS SOCIEDADES DE ARQUITETURA, 2017 DISTRIBUIÇÃO POR QUARTIS

PESSOAL AO SERVIÇO



1º Q	3,12
2º Q	3,35
3º Q	4,16
4º Q	5,34

VOLUME DE NEGÓCIOS

€

1º Q	62 495 €
2º Q	106 820 €
3º Q	184 119 €
4º Q	468 070 €

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

€

1º Q	-6 177 €
2º Q	1 402 €
3º Q	7 768 €
4º Q	53 701 €

VALOR ESTIMADO DA PRESTAÇÃO SERVIÇOS POR ARQUITETO (HORA)

€/h

1º Q	10,16 €/h
2º Q	16,75 €/h
3º Q	21,99 €/h
4º Q	39,78 €/h

REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL ESTIMADA POR ARQUITETO CONTRATADO

€/m

1º Q	540,8 €/mês
2º Q	726,1 €/mês
3º Q	966,8 €/mês
4º Q	1 424,4 €/mês

³ Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações.

A apresentação dos indicadores por quartis permite caracterizar a estrutura de proveitos e de custos por níveis de rentabilidade operacional. Desta forma e como seria de esperar, em média, as empresas com maior valor gerado por trabalhador, localizadas nos quartis superiores, apresentam: i) maior dimensão, quer em termos de pessoal ao serviço (5,34 trabalhadores no 4ºQ face a 3,12 no 1ºQ),⁴ quer em termos de volume de negócios (468,1 mil euros por firma no 4ºQ vs 62,5 mil euros no 1ºQ); ii) maior rentabilidade (11,5% no 4ºQ vs -9,9% no 1ºQ); iii) maiores margens operacionais (14,9% no 4ºQ vs -8,5% no 1ºQ); iv) maiores margens de cash-flow (17,3% no 4ºQ vs -5,8% no 1ºQ); e, v) maiores rendimentos, quer em termos de honorários a cobrar ao cliente quer em termos de salários pagos.

A informação apresentada permite calibrar o valor hora do trabalho de Arquitetura. Dividindo o valor da prestação de serviços médio por empresa líquido de subcontratos, trabalhos especializados e honorários a terceiros,⁵ o valor estimado por hora de trabalho de Arquitetura cobrado em Portugal varia entre 10,16 euros, para empresas situadas no primeiro quartil, e 39,78 euros para empresas do grupo com maior rentabilidade.⁶

Para a identificação de indicadores de referência para os serviços de Arquitetura são apenas utilizados os valores das estruturas de custos das empresas com níveis de rentabilidade mais elevados, ou seja, as pertencentes ao 3º e 4º quartis. Utilizando as empresas desses quartis como referência, na Tabela 5.2 é apresentada a repartição dos custos operacionais,

em proporção do volume de negócios derivados de prestações de serviços.

Em média, uma empresa deste grupo destina 36,7% do valor das suas prestações de serviços (faturação) ao pagamento de serviços externos relacionados com subcontratos, trabalhos especializados de terceiros e honorários. As empresas de Arquitetura dedicam ainda mais 14,6% do valor das prestações de serviços ao pagamento de outros fornecimentos e serviços a terceiros, nomeadamente outros trabalhos especializados (3,2%), deslocações, estadas e transportes (2,9%) e rendas e alugueres (2,6%), entre outros. Os gastos com pessoal constituem 30,4% da faturação em prestações de serviços destas empresas, sendo quatro quintos destinados a remunerações do pessoal e dos órgãos sociais e o quinto restante ao pagamento de outros custos com pessoal, onde se incluem a TSU, seguros, etc. Nas empresas deste grupo, o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) é de 14,9% e o resultado líquido de 9,4% do volume de negócios por prestações de serviços.

Com base na informação constante nos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, estima-se que a proporção de horas de trabalho de Arquitetos, face às horas totais de trabalho nas empresas da CAE 7111 *Atividades de Arquitetura* seja de 78,1%. Desta forma, e considerando que o pessoal remunerado por empresa é, em média, de 4,69 trabalhadores, é possível estimar o número de horas/ano do trabalho prestado por Arquitetos, por empresa. Concretamente, este número de horas é de 6 440,8.

⁴ Utiliza-se a letra Q para designar Quartil.

⁵ Por simplicidade, assume-se que a empresa contrata estes serviços externamente, os recebe do cliente e paga-os ao prestador de serviços sem imputar margem alguma. O não cumprimento desta hipótese não deveria alterar significativamente os resultados.

⁶ Adiante é explicado com detalhe como se procedeu à estimação destes valores.

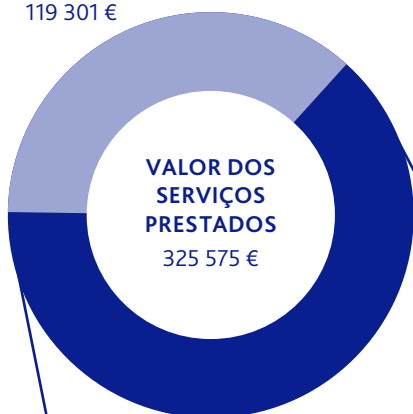
Tabela 5.2 – Repartição dos Custos Operacionais e em Percentagem do Volume de Negócios por Prestação de Serviços, por empresa, 2017 | Empresas do terceiro e quarto quartis

Rúbrica	3º e 4º Quartis	Em %
Por empresa		
Prestação de serviços (A)	325 575	100,0%
Fornecimentos e serviços externos: subcontratos, trabalhos especializados e honorários (B)= (B.1) + (B.2)+ (B.3)	119 301	36,7%
Subcontratos (B.1)	63 994	19,7%
Trabalhos especializados de terceiros (B.2)	39 378	12,1%
Honorários a terceiros (B.3)	15 929	4,9%
Prestação de serviços líquida de subcontratos, trabalhos especializados e honorários a terceiros (C)=(A) - (B)	206 274	63,3%
Outros fornecimentos e serviços externos (D)= (D.1) + (D.2) + (D.3) + (D.4) + (D.5) + (D.6) + (D.7) + (D.8)	47 685	14,6%
Outros trabalhos especializados (D.1)	10 299	3,2%
Materiais (D.2)	5 959	1,8%
Eletricidade, água, combustíveis (D.3)	3 559	1,1%
Deslocações, estadas e transportes (D.4)	9 512	2,9%
Rendas e alugueres (D.5)	8 522	2,6%
Comunicações (D.6)	2 194	0,7%
Seguros (D.7)	2 235	0,7%
Outros serviços diversos (D.8)	5 405	1,6%
Gastos com o pessoal – Remunerações (E)	79 103	24,3%
Outros Gastos com pessoal (TSU + Seguros) (F)	19 757	6,1%
Outros custos (G)	11 148	3,4%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) (H) = (A)-(B)-(D)-(E)-(F)-(G)	48 581	14,9%
Resultado líquido do período (I)	30 690	9,4%
Pessoal Remunerado (J)	4,69	-
% de Horas com Arquitetos (2)(K)	78,1%	-
Horas anuais de Arquitetura: (J) X (K) X 11 meses X 160h (L)	6 440,8	-
Valor prestação serviços Arquiteto: Prestação de serviços / Horas anuais de Arquitetura = [(A)/(L)] (M)	50,55	-
Valor prestação serviços Arquiteto líquida: Prestação de serviços líquida de subcontratos, trabalhos especializados e honorários a terceiros / Horas anuais de Arquitetura = [(C)/(L)] (N)	32,03	-
% De gastos com Arquitetos (O)	79,1%	-
Remuneração Média Mensal Arquiteto: (P)		-
{[(E) X (O)]/[(J) X (K)]/14 meses}	1 220,5	-

Fonte: Cálculos próprios, com base nos dados do SCIE 2017, INE e na Base de Dados Quadros de Pessoal.

**REPARTIÇÃO DOS
CUSTOS OPERACIONAIS
E EM PERCENTAGEM
DO VOLUME DE
NEGÓCIOS POR
PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS,
POR EMPRESA, 2017**

37%
**SERVIÇOS
E ESPECIALIDADES
SUBCONTRATADOS
A TERCEIROS**
119 301 €



63%
**VALOR
DOS SERVIÇOS
PRESTADOS
LÍQUIDO DE
SUBCONTRATOS
A TERCEIROS**
206 274 €

6%
TSU+SEGUROS
19 757 €

5%
**IMPOSTOS,
JUROS,
DEPRECIÇÕES**
17 891€

**VALOR DOS SERVIÇOS
PRESTADOS LÍQUIDO
DE SUBCONTRATOS
A TERCEIROS**
206 274 €

24%
**GASTOS
COM PESSOAL**
79 103 €

15%
**OUTROS SERVIÇOS
EXTERNOS
(ELETRICIDADE, ÁGUA,
COMBUSTÍVEIS,
RENDAS,...)**
47 685 €

10%
**RESULTADO
LÍQUIDO**
30 690 €

3%
**OUTROS
CUSTOS**
11 148 €

Dividindo o valor da prestação de serviços médio por empresa pelo número de horas de trabalho de Arquitetura obtém-se um valor médio de 50,6 euros. Se for considerado o valor da prestação serviços líquida de subcontratos, trabalhos especializados e honorários a terceiros, o valor hora do trabalho de Arquitetura é de 32,03 euros. Com estes valores hora, uma empresa de Arquitetura pertencente ao grupo de empresas do CAE 7111 com maior rentabilidade (3º e 4º quartis), pagará, aos arquitetos assalariados, um salário mensal médio de 1 220,5 euros.

Com base nestes cálculos é possível apontar um conjunto de valores indicativos para garantir que as atividades de serviços de Arquitetura são relativamente rentáveis e remuneram adequadamente aos trabalhadores assalariados. Em qualquer caso, esses montantes e percentagens indicativos são apenas valores informativos

em torno dos quais poderá existir alguma variabilidade, em função de diversas variáveis, tais como a dimensão da empresa, o nível de eficiência, a tipologia de clientes ou a localização, entre outros.

Desta forma, para que uma empresa de Arquitetura tenha uma rentabilidade bruta de 15% e possa pagar ordenados de entre 1.200 e 1.300 euros aos arquitetos assalariados que fazem parte da mesma, deverá praticar um honorário/hora de 30 a 35 euros. Na Tabela 5.3 constam os valores indicativos relativos à estrutura de custos e às rúbricas de receita para uma empresa de Arquitetura rentável e com capacidade para pagar salários que remunerem convenientemente aos seus trabalhadores, nomeadamente aos seus arquitetos. Na Tabela 5.4 apresentam-se simulações para os casos em que os honorários são 25% acima e 25% abaixo de 30 euros, com variação proporcional dos salários e manutenção dos outros custos.

Tabela 5.3 – Valores indicativos de Receitas e Custos para uma empresa de Arquitetura rentável e *labour-friendly* | Portugal

Rúbrica	% / €
Prestação de serviços	100%
Fornecimentos e serviços externos – Subcontratos, trabalhos especializados e honorários	35%
Prestação de serviços líquida de subcontratos, trabalhos especializados e honorários	65%
Outros fornecimentos e serviços externos	15%
Gastos com pessoal	30%
Outros custos	5%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	15%
Depreciações, amortizações, juros e Impostos sobre os lucros	5%
Resultado líquido	10%
Salário Arquitetos Assalariados (7,5 euros / hora efetiva de trabalho)	1 200-1 300 €/mês
Honorários Arquitetos	30-35 €/hora

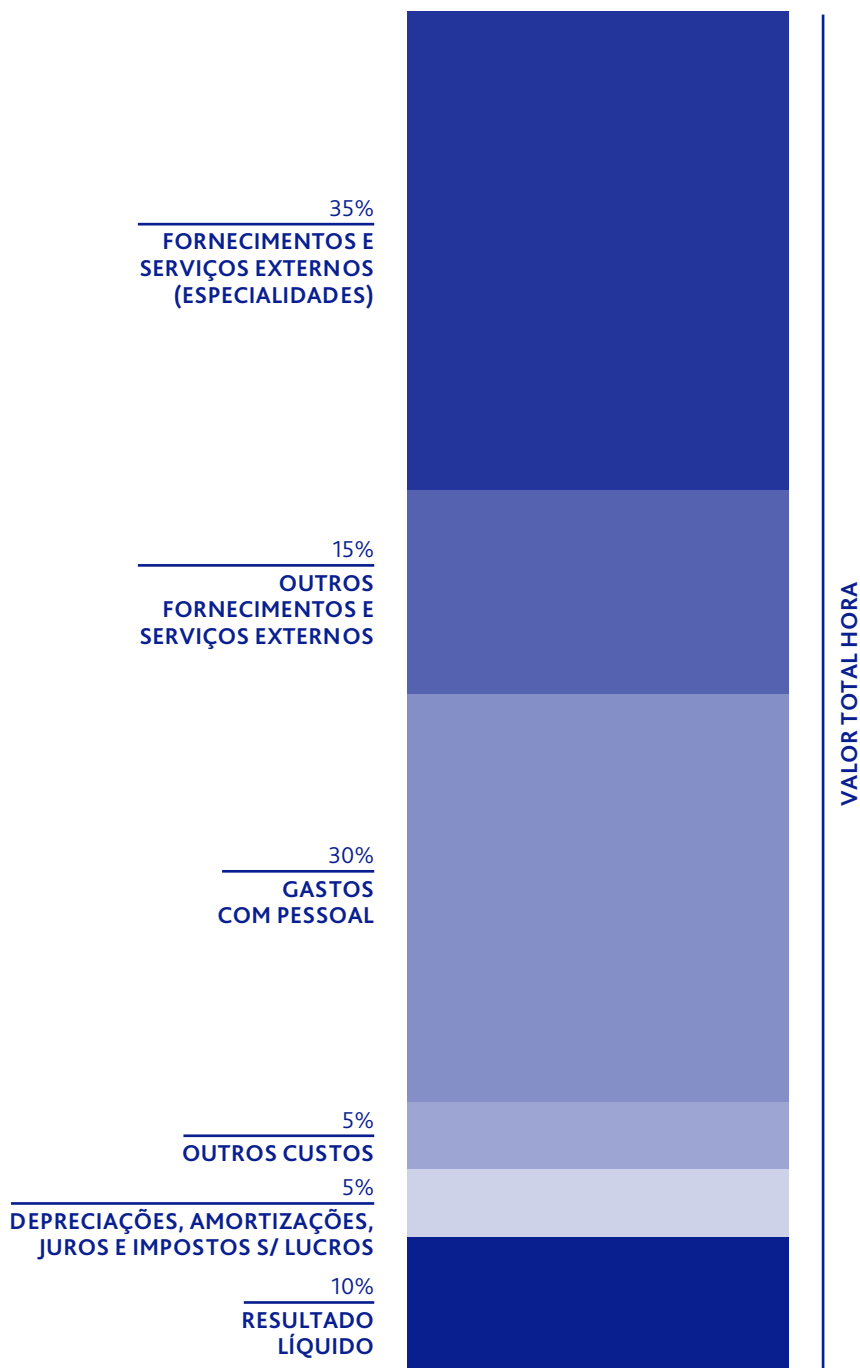
Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 5.4 – Simulação de valores de Honorários, Resultados Líquidos e Salários (€) | Portugal

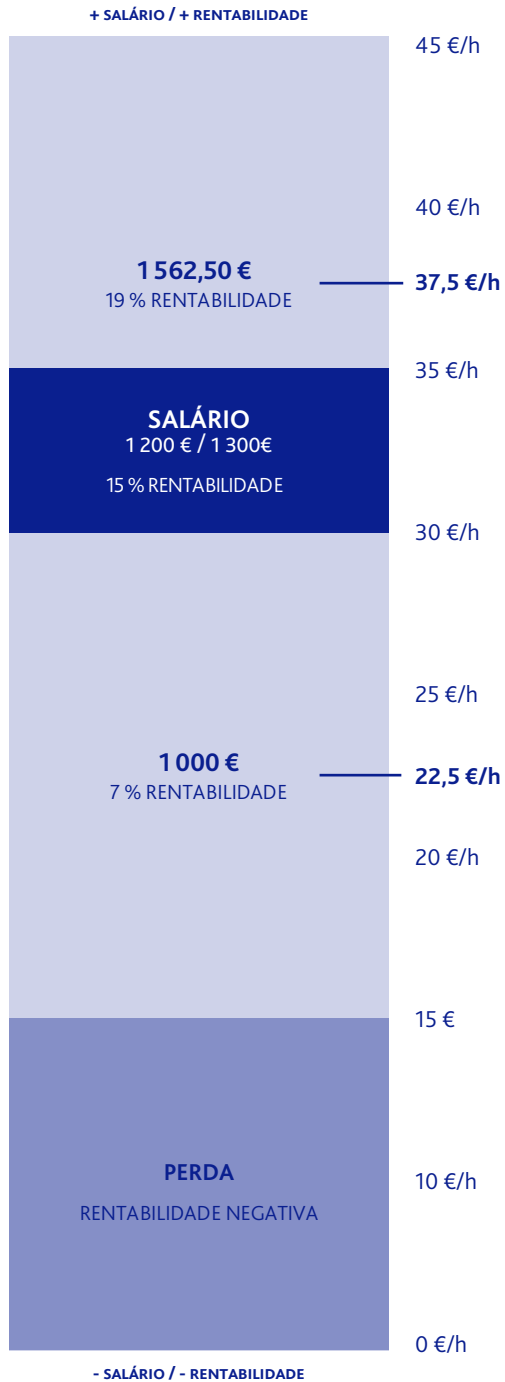
Rúbrica	- 25%	Central	+ 25%
+ Valor dos honorários por serviços de Arquitetura (hora)	22,5	30,0	37,5
- Custos totais (por hora trabalhada)	21,0	25,4	30,2
= Resultado líquido (hora) (em % do valor dos honorários)	1,5 (7%)	4,6 (15%)	7,3 (19%)
Salário Arquitetos Assalariados (mensal)	1 000,0	1 250,0	1 562,5

Fonte: Elaboração Própria.

CÁLCULO INDICATIVO HONORÁRIOS VALOR/HORA



VALORES INDICATIVOS EMPRESA RENTÁVEL E LABOUR FRIENDLY (2019)



CAPÍTULO V

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

CONCLUSÕES
E RECOMENDAÇÕES GERAIS

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS

1. Em Portugal, o setor da Arquitetura enfrenta grandes desafios derivados de um mercado de serviços de Arquitetura de reduzida dimensão (350 milhões de euros) e limitado crescimento, e da existência de um número crescente de arquitetos em atividade (aproximadamente 23 000 no total; 2,2 por 1 000 habitantes, apenas ultrapassado pela Itália no conjunto dos países da UE);
2. A combinação da reduzida dimensão sectorial com uma oferta de arquitetos excessiva e crescente manifesta-se num tamanho de mercado por arquiteto muito reduzido (15 000€ per capita);
3. Os sectores que procuram serviços de Arquitetura, nomeadamente o da construção e o da promoção imobiliária, ainda não recuperaram por completo da crise económica e financeira do início da década precedente. O mercado da construção em Portugal tem uma dimensão reduzida quer em termos absolutos (perto de 18 000 milhões de euros), quer em termos relativos, nomeadamente quando comparado com países com uma dimensão similar no contexto da UE. As dinâmicas recentes em alguns mercados, impulsionadas pelo crescimento do turismo no país, não são sustentáveis. As oportunidades noutros sectores ou mercados com procura potencial, nomeadamente o industrial, os de alguns serviços ou o internacional estão a ser ainda escassamente exploradas;
4. O decréscimo de atividade no setor da Arquitetura, na última década, manifesta-se em quebras acumuladas do número de firmas (-12,7%), do volume de negócios (-25%), do valor acrescentado (-24,7%) e, em menor medida, do pessoal ao serviço nessas empresas (-11,4%);
5. O aumento do número de arquitetos em exercício deriva do grande número de diplomados nos cursos de Arquitetura nas últimas duas décadas – mais de 1 000 por ano, em alguns períodos, e perto de 1 000 noutros. Embora o número de diplomados tenha vindo a diminuir nos últimos anos, especialmente em resultado do ajustamento nos cursos das instituições privadas de Ensino Superior, o elevadíssimo número de diplomados nos primeiros anos da década de 2000 contribuiu para aumentar desproporcionadamente o número de arquitetos em Portugal;
6. Em grande medida, a redução do número de diplomados deriva da restrição da oferta de vagas nos cursos de Arquitetura (quase para metade numa década) e, conseqüentemente, da diminuição do número de inscritos nesses programas (à volta de 30% menos em oito anos). Apesar do ajustamento, Portugal apresenta a segunda maior proporção de diplomados (mestres) nas áreas de Arquitetura e Urbanismo em relação ao total de diplomados (mestres) em todas as áreas, de toda a UE (4,3%), a seguir a Espanha (4,4%);
7. Adicionalmente, dado que a maioria dos arquitetos em exercício no país são relativamente jovens – quase 60% tem menos de 40 anos –, os desequilíbrios entre oferta e procura irão persistir durante um longo período de tempo – entre duas e três décadas;
8. Esta particular configuração do setor traduz-se em reduzidas remunerações para os arquitetos quando comparadas com as

dos seus congéneres europeus – os ganhos salariais são 35% da média da UE – e com as de outros profissionais com habilitações do mesmo nível em Portugal – os ganhos salariais são entre 20% a 33% inferiores, dependendo das faixas etárias. Os salários pagos na Função Pública são à volta de 40% mais elevados que no sector privado. Nos últimos anos, tem havido uma estagnação da remuneração dos arquitetos, quer no sector privado quer no sector público;

9. As baixas remunerações no sector são também consequência da estrutura empresarial predominante, dominada por micro e pequenas empresas com uma capacidade limitada para remunerar adequadamente os seus colaboradores, nomeadamente os Arquitetos. Os problemas que recorrentemente enfrentam um segmento considerável de empresas do sector e muitos profissionais independentes derivam da grande dificuldade para fixar honorários mais elevados – são aproximadamente metade da média da UE – em resultado dos intensos níveis de concorrência e da escassa disposição do mercado a pagar valores mais elevados por serviços de Arquitetura;
10. Os clientes públicos dos arquitetos em Portugal representam apenas 9% do total. A Administração Local e Outros Clientes Públicos (não Administração Central) são os principais clientes públicos dos arquitetos. O valor global dos contratos públicos de Arquitetura tem vindo a aumentar nos últimos anos, embora modestamente, no entanto o valor por contrato tem vindo a diminuir. Por exemplo, no caso dos municípios o valor mediano dos contratos em 2017 era apenas de 19 000 euros.

O diagnóstico objetivo foi completado com um conjunto de elementos caracterizadores do setor, construído a partir dos principais problemas e desafios que atualmente enfrenta, identificados através de vários instrumentos

metodológicos (entrevistas, grupos de foco e inquéritos aos profissionais), nomeadamente:

- i. Escasso reconhecimento social do arquiteto e da Arquitetura e falta de presença mediática e em círculos políticos e legislativos;
- ii. Fragilidade das atividades de promoção e valorização sectorial em geral;
- iii. Escassa abrangência e profundidade das parcerias do setor com entidades públicas e privadas para eliminar entraves ao exercício profissional, melhorar o desempenho sectorial e potenciar os resultados dos negócios de Arquitetura;
- iv. Pressão crescente para que determinados atos próprios exclusivos da profissão passem a ser atos partilhados; potencial intrusão de outros profissionais;
- v. Incapacidade para obrigar a que determinadas empresas e serviços da Administração Pública, nomeadamente das Câmaras Municipais, tenham arquitetos nos seus quadros;
- vi. Em algumas faixas do mercado, persistência de uma perspetiva artística ou de autor da Arquitetura face a abordagens que compatibilizam essa visão com perspetivas de negócio no desempenho da atividade;
- vii. Falta de estratégias de segmentação da oferta no sector e, conseqüentemente, falta de especialização;
- viii. Falta de estratégias de diversificação de atividades e, conseqüentemente, falta de aproveitamento de complementaridades e sinergias;
- ix. Escassa relevância das barreiras de acesso ao exercício profissional e à atividade. Facilidade de estabelecimento profissional;

- x. Déficit de dimensão das firmas de Arquitetura e falta de cultura de cooperação entre profissionais;
 - xi. Inexistência de instrumentos financeiros específicos para o sector focados na resolução de alguns dos seus problemas e na potenciação da sua atividade, nomeadamente em mercados internacionais;
 - xii. Falta de incentivos fiscais de apoio ao setor e de suporte a determinadas atividades e práticas; necessidade de simplificação fiscal para os arquitetos que desenvolvem a sua atividade por conta própria;
 - xiii. Déficit de competências de gestão dos arquitetos, com reflexo na gestão dos negócios da Arquitetura ao nível de custeio, orçamentação, finanças, marketing e comunicação, entre outras.
 - xiv. Inexistência de protocolos que regulem a relação entre os Arquitetos e os seus clientes;
 - xv. Escassa internacionalização dos serviços de Arquitetura e dificuldade para consolidar parcerias para potenciar a exportação deste tipo de serviços;
 - xvi. Deficiente aproveitamento do prestígio da Arquitetura portuguesa à escala internacional e da sua imagem de modernidade em determinados mercados;
 - xvii. Persistência de focos de precariedade nas condições de trabalho dos arquitetos assalariados no sector privado;
 - xviii. Falta de concertação social e inexistência de contratos coletivos de trabalho;
 - xix. Crescentes níveis de precariedade em determinadas áreas da Administração Pública, dualidade nas condições de trabalho dos profissionais dentro da mesma Administração e baixa remuneração atendendo ao nível de responsabilidade exercida;
 - xx. Em alguns casos, falta de adequação dos mecanismos de contratação pública de serviços de Arquitetura e, noutros, escasso recurso a modalidades de adjudicação baseadas na proposta economicamente mais vantajosa, em que o preço não tenha um peso determinante nas escolhas;
 - xxi. Grande variabilidade nos procedimentos municipais nos domínios do urbanismo, do licenciamento municipal e na regulamentação correspondente. Falta de homogeneidade na análise de projetos de Arquitetura;
 - xxii. Falta de adequação dos conteúdos programáticos dos cursos superiores de Arquitetura às necessidades do mercado de trabalho e às exigências do exercício profissional e défices de formação em contexto de trabalho;
 - xxiii. Fragilidade das estruturas de orientação profissional, tanto no Ensino Secundário como no Ensino Superior;
 - xxiv. Excesso de flexibilidade nos estágios profissionais e falta de protocolos claros sobre o conteúdo do estágio e o papel do orientador.
- Com base no diagnóstico realizado, nas principais problemáticas que afetam ao setor e nos principais desafios que enfrenta, as principais recomendações propostas no âmbito do PESA orientam-se genericamente para:
- i. Promover alterações legislativas que protejam os atos próprios dos arquitetos, que reforcem a importância dos arquitetos nas empresas e na Administração Pública, nomeadamente na Administração Local,

- com reflexos em termos de remuneração, e que preservem o bom desempenho profissional. Simultaneamente, estabelecer mecanismos de participação da classe em processos de produção legislativa;
- ii. Intensificar as ações de sensibilização junto da classe sobre a importância da colaboração entre arquitetos e o trabalho em rede, a diversificação empresarial, a especialização empresarial ou a segmentação do mercado, entre outras, e reforçar as ações de informação junto da sociedade sobre o papel da Arquitetura na mesma e a profissão de arquiteto;
- iii. Implementar uma estratégia de valorização da Arquitetura portuguesa quer à escala internacional, que inclua a criação de uma marca, a mobilização de *stakeholders* internacionais do sector e o lançamento de instrumentos de promoção de diversa natureza, quer à escala nacional, que inclua iniciativas de divulgação presencial e através dos media e iniciativas em âmbitos digitais;
- iv. Estabelecer parcerias em diversos âmbitos: i) contratação pública, emprego público e simplificação administrativa (Administração Pública em geral e Câmaras Municipais); ii) exercício profissional (Segurança Social, Autoridade Tributária, Autoridade para as Condições do Trabalho, organizações sindicais e patronais, Ordens dos Arquitetos de outros países e Ministério da Ciência e Ensino Superior); iii) formação (Instituições de ensino e A3ES); iv) consultoria empresarial (consultoras e escolas de negócios); v) consultoria jurídica (escritórios de advogados); vi) promoção exterior (AICEP Portugal Global e Rede Consular); vii) comunicação e informação (empresas de comunicação social); e, viii) divulgação e orientação (escolas e outras entidades do sistema educativo);
- v. Disponibilizar linhas de crédito e outros instrumentos financeiros de apoio à exportação de serviços e linhas de crédito e instrumentos de quase-capital para novas empresas resultantes de processos de concentração;
- vi. Fornecer informação sobre modelos de negócio, sínteses e referenciais de custos, legislação e regulamentos e sobre âmbitos de interesse para o setor resultantes de estudos técnico-científicos;
- vii. Promover medidas fiscais de apoio ao sector em sede de IRS, para incentivar a contratação de serviços de Arquitetura, e em sede de IRC, para estimular a fusão de firmas e outros tipos de soluções que permitam aumentar a escala das empresas, ou mediante a redução do IVA para determinadas tipologias de serviços ou, inclusivamente, através de medidas que simplifiquem as obrigações fiscais dos trabalhadores independentes em geral;
- viii. Reforçar o papel da Ordem dos Arquitetos como regulador do exercício profissional e como interlocutor da classe junto do poder legislativo, o governo e outras entidades públicas e privadas, bem como junto da sociedade em geral;
- ix. Criar novos mecanismos de fiscalização da prática profissional e revisar os que estão em vigor;
- x. Apoiar o desenvolvimento institucional do mercado de trabalho no sector da Arquitetura, dinamizar a concertação social e impulsionar a negociação de contratos coletivos de trabalho e, simultaneamente, promover o combate à precariedade no setor;
- xi. Melhorar os protocolos e diretrizes de relacionamento entre arquitetos e clientes (especialmente clientes particulares), as orientações do trabalho em rede e as regras dos estágios profissionais;

- xii. Fomentar a formação profissional durante o estágio e durante o exercício da profissão, nomeadamente em prática e deontologia profissional, novas tecnologias e ferramentas informáticas, domínios legais com incidência na profissão, gestão, internacionalização, vendas, relacionamento com clientes, *softskills* e em tópicos de interesse para os profissionais da Arquitetura;
- xiii. Promover a articulação e uniformização de procedimentos municipais nas áreas do urbanismo e da contratação pública, licenciamento municipal e regulamentação, e estabelecer programas de formação específica para os responsáveis pela análise de projetos;
- xiv. Desenvolver ações destinadas a minimizar a ponderação da variável preço nos modelos de avaliação de propostas no âmbito dos Concursos Públicos no domínio da Arquitetura;
- xv. Modular a oferta de vagas no Ensino Superior privado e público e acompanhar os sistemas de regulação do acesso ao Ensino Superior público;
- xvi. Promover a adequação dos conteúdos dos programas de ensino de Arquitetura às dinâmicas do mercado e à prática profissional, bem como a necessidades emergentes de carácter técnico e de gestão do negócio;
- xvii. Potenciar a formação em contexto laboral nos cursos de Arquitetura e melhorar o funcionamento dos estágios curriculares.

A atual situação do setor da Arquitetura em Portugal não é fácil. O desequilíbrio entre oferta – número de arquitetos – e procura – potencial dos serviços de Arquitetura – no mercado é preocupante. Urge tomar medidas do lado da oferta, diminuindo a quantidade de vagas oferecidas no Ensino Superior, mas melhorando os atuais programas e conteúdos, e revendo os sistemas de acesso à profissão. Do lado da procura, a diversificação da atividade e a entrada em novas áreas de negócio são absolutamente incontornáveis. As firmas mais robustas devem apostar nos mercados internacionais de rápido crescimento. Aumentar a competência e a capacidade das firmas, torná-las mais rentáveis e mais *labour-friendly* implica necessariamente ganhar dimensão ou encontrar formas de colaboração estáveis entre firmas e profissionais. Da parte das entidades reguladoras, nomeadamente da Ordem dos Arquitetos, é necessário não só o aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação do exercício da profissão, mas também uma maior articulação com as entidades de tutela nos domínios da formação, do licenciamento, da contratação pública, da administração tributária e das relações laborais.

ANEXOS





ACTA Nº 1

1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO “PLANO ESTRATÉGICO PARA O SECTOR DA ARQUITECTURA NO NORTE DE PORTUGAL: 2018-2038”

Aos **vinte** dias do mês de **Março** do ano de **dois mil e dezanove**, pelas catorze horas e cinquenta minutos, realizou-se na Sala de Reuniões da sede da Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte (OASRN), uma reunião entre a Universidade do Minho e a Comissão de Acompanhamento do “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038” (Plano Estratégico), para a qual foram convocados, pela OASRN, os Coordenadores do Plano Estratégico, docentes da Universidade do Minho, Professor Doutor **Francisco Carballo-Cruz** e Professor Doutor **João Cerejeira da Silva**, bem como os membros da Comissão de Acompanhamento, Arquitecto **Albino Pedro Pereira Baganha** – Vereador dos Pelouros do Urbanismo e do Espaço Público e Património da Câmara Municipal do Porto; Arquitecto **João Ferreira Marques Jesus** – OODA Arquitectura; Arquitecto **Jorge Manuel Rodrigues da Costa** – Direcção Regional de Cultura do Norte; Arquitecto **Jorge de Brito** – formador na área das tecnologias de construção; Arquitecto **Fernando Jorge Garcia Pereira** – Garcia e Albuquerque Arquitectos; Arquitecto **José Castro Silva** – Membro do Colégio de Gestão, Direcção e Fiscalização de Obra da Ordem dos Arquitectos; Arquitecto **José Eduardo Vilaça e Moura do Vale Machado** – Central Arquitectos; Arquitecto **Manuel Luís Vilhena Roque Figueiredo** – Pitagoras Group; Professor Doutor Arquitecto **Mário Júlio Teixeira Krüger** – Professor Catedrático Jubilado da Universidade de Coimbra.

A reunião foi presidida pela Arquitecta **Cláudia Sofia Costa Santos** – Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos (CDRN), estando presentes os responsáveis pelo Plano Estratégico na OASRN, Arquitecto **Alexandre Jorge Rodrigues Ferreira** – Vice-Presidente do CDRN e Arquitecta **Marta Andreia Carvalho da Silva Fernandes** – Secretária do CDRN, bem como todos os convocados, exceptuando o Arquitecto Fernando Jorge Garcia Pereira. A reunião foi secretariada pela Doutora **Sofia Nunes Vechina** – Assessora do Projecto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade da OASRN.

Iniciando os trabalhos a Presidente do CDRN, Arquitecta Cláudia Costa Santos, deu as boas-vindas à Universidade do Minho e à Comissão de Acompanhamento, agradecendo a disponibilidade de todos os arquitectos que a constituem.

Tendo-lhe sido dada a palavra, o Vice-Presidente do CDRN, Arquitecto Alexandre Ferreira, agradeceu a presença de todos, referindo o importante contributo que cada membro da Comissão de Acompanhamento pode dar ao Plano Estratégico, de modo a projectar a profissão para os próximos anos, com um estudo que se pretende rigoroso e profícuo.

Por se tratar da primeira reunião entre a Universidade do Minho e a Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico,

o Vice-Presidente do CDRN, apresentou os intervenientes na reunião.

De seguida passou a palavra ao Professor Doutor Francisco Carballo, que apresentou os Coordenadores do Plano Estratégico e a experiência profissional da Universidade do Minho nos últimos anos, referindo que a equipa de investigação universitária precisa de bases relativamente ao sector da arquitectura para compreender melhor o estado da profissão, suas especificidades e idiossincrasias.

Mais informou que a Universidade do Minho é detentora de importantes bases de dados, a considerar neste estudo, e que o primeiro relatório, correspondente à fase de diagnóstico, será entregue no final do mês de Abril.

Fazendo o ponto da situação sobre o trabalho realizado, até ao momento, o Professor Doutor Francisco Carballo, mencionou a existência em Portugal de uma oferta excessiva de arquitectos num mercado mais pequeno, o que o distingue dos restantes países europeus.

Neste âmbito, o Professor Doutor Francisco Carballo, solicitou à Comissão de Acompanhamento que expusesse quais as grandes preocupações actuais da profissão.

Reforçando a necessidade de debate dessas questões, o Arquitecto Alexandre Ferreira falou sobre o Ciclo de Debates que a OASRN está a organizar para o corrente ano nas regiões Norte e Centro de Portugal, começando por Coimbra, a 4 de Abril, sob o tema *Evolução dos Honorários*, e seguindo posteriormente para Braga, Viseu, Vila Real, Aveiro e Viana do Castelo. Os temas abordados nestes debates serão considerados em futuros projectos da OASRN e no presente estudo desenvolvido pela Universidade do Minho, trabalho

que não sendo a panacea para todos os males será o mais rigoroso possível.

A Arquitecta Cláudia Costa Santos, abrindo a exposição de temas sobre a profissão e considerando o tema do primeiro debate, mencionou que mais que honorários deve falar-se de preço justo pelos vários actos próprios da profissão, situação que tem vindo a agravar-se devido à desregulação do mercado. Acrescentando que mais do que a defesa da profissão trata-se de defender uma arquitectura de qualidade, reforçando que a qualidade arquitectónica e a gestão económica têm de estar associados.

O Arquitecto Jorge da Costa pediu à Universidade do Minho que clarificasse quais as plataformas estatísticas utilizadas e à Arquitecta Cláudia Costa Santos que explicasse a que se refere quando fala da desregulamentação da profissão ao nível dos honorários.

Os Arquitectos Alexandre Ferreira e Cláudia Costa Santos responderam referindo que um dos problemas que tem vindo a afectar economicamente a profissão de arquitecto foi a entrada em vigor da Portaria nº 701-H de 2008 de 29 de Julho, que proibiu a utilização de instruções para o cálculo dos honorários. A proibição de utilização deste instrumento, que servia de base aos arquitectos para o cálculo dos seus honorários, estimulou a concorrência desleal e a degradação económica dos serviços de arquitectura, tornando-se premente discutir, em contexto europeu e nacional, a importância de existir uma tabela com preços mínimos.

Respondendo à questão lançada à Universidade do Minho, o Professor Doutor João Cerejeira, esclareceu que a instituição tem acesso, no que respeita ao trabalho por conta de outrem, a micro

dados dos Quadros de Pessoal, com informação sobre o salário base, horas extraordinárias, etc., por trabalhador. Estes dados podem dar indicações relativamente à questão dos honorários. Quanto a outros assuntos, a equipa irá recorrer a:

1. Dados do Instituto Nacional de Estatística, com o número de arquitectos integrados em empresas – sociedades ou empresas por conta própria.
2. Plataforma, muito detalhada, sobre todas as empresas europeias, que permite analisar outros dados e estabelecer termos de comparação com as restantes plataformas, garantindo um trabalho mais rigoroso.
3. Dados sobre comércio internacional de serviços.

Relativamente ao ensino, o Arquitecto Jorge da Costa perguntou se existiam dados sobre o número de arquitectos formados.

Os Professores Doutores Francisco Carballo e João Cerejeira referiram o número de arquitectos formados por ano, no ensino público e privado.

O Arquitecto Pedro Baganha afirmou que actualmente se verifica um aumento do custo por m² da construção e uma aparente descida do valor relativo e absoluto dos honorários e perguntou aos Coordenadores do Plano Estratégico se pretendem relacionar os honorários com o valor da construção, verificando qual o peso destes no global da obra.

O professor Doutor João Cerejeira respondeu dizendo que são dados que podem ser considerados, embora de forma prudente.

O Arquitecto Pedro Baganha falou da destruição de valor económico no sector

da arquitectura e referiu a importância de considerar o Código dos Contratos Públicos (CCP) neste estudo, esclarecendo, a título de exemplo, que uma obra de um milhão de euros no Mosteiro dos Jerónimos está dependente de concurso para escolher um arquitecto, quando nesta situação o que se pretende é o melhor projecto de arquitectura.

O Arquitecto Manuel Vilhena Roque perguntou se, na comparação de dados entre empresas, os investigadores universitários prevêm comparar a realidade portuguesa com outros países, ao que o Professor Doutor João Cerejeira respondeu não estar previsto.

Considerando importante a comparação para verificar se existem grandes discrepâncias, o Arquitecto Manuel Roque Figueiredo manifestou-se a favor desta comparação. Respondendo, o Professor Doutor João Cerejeira referiu que a base de dados europeia não considera os profissionais liberais.

Nesta sequência, o Arquitecto José Castro Silva falou da sua preocupação quanto à difícil quantificação dos projectos entregues/serviços prestados (no âmbito da Fiscalização, etc.) por cada colega, devido à existência de uma certidão genérica e não específica por projecto, o que torna essa quantificação débil na sua formalização. Terminou questionando se a equipa de investigação pretende quantificar os projectos de arquitectura entregues ao ano.

O Professor Doutor João Cerejeira disse que pretendem quantificar os projectos licenciados.

O Arquitecto José Eduardo Vale Machado clarificou que existem trabalhadores liberais que efectivamente trabalham de forma dependente.

Sobre este assunto o Arquitecto Manuel Roque Figueiredo expôs a sua opinião, dizendo que esta questão se resolveria caso fosse obrigatório ser detentor de um alvará, porque este obriga a identificar o pessoal técnico. Seria uma forma de regular a estrutura, permitindo integrar recém-formados numa empresa bem estruturada. Acrescentando que os profissionais liberais tendem a desaparecer, se a profissão for regulada.

O Professor Doutor Mário Krüger perguntou como iria a Universidade conseguir utilizar dados econométricos neste estudo, ao que o Professor Doutor Francisco Carballo respondeu que esses dados não se aplicam a este tipo de estudo. Ainda sobre este assunto o Arquitecto Alexandre Ferreira referiu que essa terminologia foi utilizada no Caderno de Encargos, mas que apesar de estar incorrecta ao nível da nomenclatura pretende transmitir o rigor dos factos que se pretendem obter.

Perante estes indicadores o Professor Doutor Mário Krüger questionou como poderá realizar-se este estudo com dados tão variados no que se refere à sua fidedignidade, consistência e representatividade. Em resposta, o Professor Doutor João Cerejeira referiu que o processo de investigação contará com o sistema de *cross action*, comparando, no tempo longo, os dados obtidos pelas diversas plataformas, porque esse sistema permite colmatar falhas e analisar tendências temporais. A título de exemplo, referiu que em 2009 o sector da construção teve uma exportação elevadíssima, decaindo consideravelmente nos anos seguintes.

Relativamente ao ensino, o Professor Doutor Mário Krüger referiu um trabalho de investigação da sua autoria publicado no Jornal Arquitectos: *Do Paraíso Perdido*

à *Divina Comédia – Reflexões Sobre o Ensino de Arquitectura em Países Anglo-Saxónicos e Latinos*. Jornal Arquitectos, nº 201 – Maio/Junho de 2001, p. 36-47.

Estabelecendo um ponto de situação sobre o sector da arquitectura nos últimos quarenta anos, o Arquitecto Manuel Roque Figueiredo referiu a alteração substancial da realidade portuguesa com a transição para a economia global vigente, que obriga cada vez mais o sector a ter empresas estruturadas. Adindo que, em Portugal, encontram-se sobretudo micro e nano-empresas, facto que reforça a estruturação do sector da arquitectura como a única solução. Relativamente aos concursos públicos, afirmou que se encontram estruturados de modo a que vença o preço mais baixo e não a proposta mais qualificada, sugerindo a intervenção da Ordem dos Arquitectos neste assunto, procurando mecanismos mais favoráveis à qualificação do trabalho arquitectónico.

Respondendo a esta questão, o Arquitecto Alexandre Ferreira referiu que existe a figura da prévia-qualificação no CCP.

O Arquitecto Pedro Baganha referiu a falta de um rácio entre a encomenda pública e encomenda privada.

No âmbito do tema da estruturação do sector, o Arquitecto José Eduardo Vale Machado declarou que o sector tem um *dark side* e um *bright side* e teme que este estudo consiga identificar o *bright side* e tenha dificuldade de chegar ao *dark side*, porque considera ser necessário clarificar conceitos, nomeadamente, compreender que uma empresa é uma instituição que cumpre com regras empresariais, mas existem muitos arquitectos avessos à organização empresarial.

Neste sentido, o Arquitecto João Jesus referiu que existe uma realidade antagónica no sector. Os Arquitectos, em Portugal, usufruem de uma formação de excelência, mas quando iniciam o seu percurso profissional por vezes começam por praticar *dark side* e só passado algum tempo, eventualmente, passam a *bright side*. Mais acrescentou, que uma grande empresa em Portugal pode ser uma microempresa em contexto internacional, facto que reforça a necessidade de comparação de dados, no sector da arquitectura, entre o contexto nacional e internacional.

Sobre este assunto, o Arquitecto Jorge de Brito referiu que a própria Ordem dos Arquitectos promove o *dark side* quando permite que o estágio não seja remunerado, enquanto o Arquitecto José Eduardo Vale Machado referiu que a profissão não pode assentar em princípios indignos, permitindo a não remuneração de um corpo de trabalho, por isso, regular seria a melhor forma de melhorar o sector.

Partilhando a sua experiência, o Arquitecto Manuel Roque Figueiredo assumiu que quando recebe um estagiário, paga salário e acompanha durante cerca de um ano o arquitecto recém-formado, na maioria das vezes não obtendo o sucesso desejado, porque as universidades não estão a formar convenientemente os seus alunos, esperando que as ferramentas que faltam sejam adquiridas em contexto de trabalho em empresa, facto que contribui para a escassez de arquitectos que entram numa empresa, aprendem e crescem dentro dela.

Continuando o tema, o Professor Doutor Mário Krüger referiu a existência de processos, utilizados em outros países, de fiscalização no procedimento de Admissão do Arquitecto à Ordem.

Referindo que a lei proíbe a não remuneração, o Arquitecto Alexandre Ferreira esclareceu que a Ordem dos Arquitectos dá conhecimento à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e à Segurança Social de todas as situações que lhe parecem ilícitas.

Reiterando o trabalho realizado pela Ordem dos Arquitectos nos processos de Admissão, a Arquitecta Cláudia Costa Santos elucidou que a OASRN solicita o contrato de estágio dos arquitectos recém-formados.

Sobre este tema, o Arquitecto Manuel Roque Figueiredo defendeu que o processo de estágio poderia ser extinto, enquanto o Arquitecto Alexandre Ferreira disse que havendo estágio é para ser pago, sendo possível à OASRN colocar mais regras associadas ao processo, mas o grande problema é a exequibilidade dessa vigilância, observando que existe um enquadramento legal e regras muito estreitas.

O Arquitecto José Eduardo Vale Machado, partindo do seu *know-how* profissional, referiu que um arquitecto só percebe se o seu trabalho tem viabilidade ao fim de dez a vinte anos. Facto ao qual o Arquitecto Manuel Roque Figueiredo acrescentou que 80% dos projectos feitos não são cobrados, existindo 4 ou 5 projectos, por terreno, que não foram pagos.

Sobre o ensino, o Arquitecto Jorge da Costa, afirma que analisando a formação académica nas últimas décadas, não consegue verificar alterações consideráveis e que sendo fundamental a transição entre a formação e a entrada na prática profissional o estágio continua a ser de grande relevância.

Relativamente à definição de eixos estratégicos a partir do Plano Estratégico, Jorge da Costa, referencia a importância do

enquadramento da actividade (profissional liberal, sociedade de arquitectura, etc.), âmbito de trabalho e o tipo de prestação de serviço consentâneo com o sector da construção, dizendo que mais do que perceber o que será o arquitecto importa perceber o que será o sector e onde se pretende situar daqui a vinte anos.

O Arquitecto Alexandre Ferreira acrescentou ainda que a legislação, designadamente a Norma Portuguesa NP 4526/2014, prevê o ciclo de vida do objecto, no qual intervém o Arquitecto, desde a sua execução à demolição.

Continuando, o Arquitecto Jorge da Costa referiu que a existência de fontes é fundamental mas têm de ser questionadas sabendo o que se pretende daqui a vinte anos, porque para além do valor económico é necessário considerar a dignidade da profissão, numa lógica de serviço imprescindível à sociedade e à comunidade.

Admitindo que existem formas de actuação profissional no sector da arquitectura que persistem, o Arquitecto Alexandre Ferreira falou da lenta introdução das novas tecnologias como um agente fundamental que deve ser estimulado.

Relembrando a importância dos dados obtidos com o Plano Estratégico, o Arquitecto João Jesus acrescentou que seria importante saber como actua um arquitecto em *dark side*, porque poderá estar a trabalhar em outra área e por uma questão de construção de portfólio aceitar fazer trabalho gratuito no sector da arquitectura.

Reforçando a questão anterior, o Arquitecto Manuel Roque Figueiredo referiu que a formação em arquitectura transmite ao futuro arquitecto uma ideia poética da profissão, que é associada ao exercício da arquitectura, sem noção de negócio.

Ainda nesse âmbito, o Arquitecto Pedro Baganha reforçou que o exercício da arquitectura tem uma dimensão de relação pessoal com a obra construída que não existe em outras áreas.

O Professor Doutor João Cerejeira, docente de Economia Urbana na Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, confirma a carência de noção de negócio dos seus alunos de Arquitectura, resultado do perfil de formação académica, onde falta a aquisição de competências no campo da economia e gestão, que existe em áreas como a Engenharia Civil.

Nesta sequência, o Professor Doutor Mário Krüger confirmou o desfasamento da Academia e partilhou a experiência que teve com processos de tentativa de reestruturação, entre os quais, há cerca de quinze anos, participaram também os Arquitectos Domingos Tavares, Nuno Portas e Gonçalo Ribeiro Telles. Nesta avaliação, apesar de não se ter acesso a dados sobre todo o universo de escolas de arquitectura fez-se uma *educated guess* elaborada por todos os membros desta Comissão de Avaliação, onde se chegou à conclusão de que no país somente tínhamos capacidade para dar um acompanhamento adequado nas aulas de projecto, por professores que simultaneamente apresentassem qualificações académicas e prática profissional relevante, a cerca de 1/3 dos alunos que então estavam matriculados.

Relativamente à aquisição de competências, o Arquitecto Manuel Roque Figueiredo disse que o ensino de Arquitectura deveria contemplar disciplinas da área da economia e gestão, fundamentais para o exercício da arquitectura, que tem de estar integrada com outras áreas do Conhecimento.

Sobre este tema, o Arquitecto Jorge de Brito partilhou uma situação vivida

com uma colega que procurou proceder à subcontratação de um projecto que não estava a conseguir concluir. Analisada a situação verificou-se que o preço acordado era tão baixo que nem as despesas elementares deste tipo de serviço estavam contempladas.

Sobre o Plano Estratégico, o Professor Doutor Francisco Carballo disse que perceber modelos de negócio é algo de uma enorme complexidade e que o estudo deve considerar outras abordagens.

Ainda sobre os honorários em Arquitectura, o Arquitecto Alexandre Ferreira afirmou a importância de encontrar uma linha mediana que permita definir o preço de um projecto, uma tabela normalizada para definir bases que permitam perceber que abaixo do valor estabelecido trata-se de *dumping*.

Em resposta, o Arquitecto José Eduardo Vale Machado disse que a questão dos honorários poderá desvirtuar o potencial do estudo da Universidade do Minho, que deverá dar um contributo importante para a profissão, nomeadamente no que respeita à questão das alterações vividas no sector em comparação com um ensino de Arquitectura estagnado. Disponibilizou-se ainda, juntamente com o Arquitecto Manuel Roque Figueiredo, para fornecer, à Universidade do Minho, dados concretos sobre o tempo de execução de um projecto, entre outros elementos que possam ser importantes.

A Arquitecta Cláudia Costa Santos referiu reuniões tidas com representantes do Estado acerca dos honorários, nas quais ficou definido o valor mínimo como o caminho mais plausível, e falou sobre a autoria do projecto, tema que serviu de mote à questão

lançada pelo Arquitecto Jorge da Costa sobre a falta do valor intangível e inalienável da autoria, referindo que os arquitectos são efectivamente os criadores, sendo importante que a Arquitectura não perca essa capacidade criativa, porém a definição de uma tabela é um assunto de enorme complexidade em virtude desse valor intangível. A título de exemplo referiu ainda o valor de uma obra do Arquitecto Siza Vieira em comparação com outros projectos de arquitectura de profissionais sem a mesma importância no sector da Arquitectura.

Sobre este assunto o Arquitecto Pedro Baganha referiu que a tabela faz sentido como valor de referência.

Ainda sobre os modelos de negócio, o Professor Doutor Francisco Carballo referiu que o modelo de negócio de uma empresa não é o mesmo de um profissional liberal e que este é um dos assuntos para o qual a investigação não poderá obter resposta nas bases de dados, que só contemplam profissionais a laborar de forma regular. Disse ainda que vinte anos é muito tempo, nomeadamente pelas mudanças a que o sector está sujeito e que o estudo em causa só poderá dar pistas de negócio e de processos viáveis de regularização da actividade.

Voltando ao tema da tabela de valores mínimos dos serviços no sector da Arquitectura e dos modelos de negócio, o Arquitecto Alexandre Ferreira referiu que não se pretende modelos de negócio, mas quadros de referência entre os vários enquadramentos jurídicos existentes no exercício da profissão, que permita aos arquitectos ter noção do custo médio do projecto, evitando honorários abaixo da viabilidade económica. Reforçou que é a única forma de eliminar o *dumping* praticado

e permitir ao Conselho de Disciplina aplicar as devidas sanções em caso de preço abaixo do que deve ser praticado. Referiu ainda que a OASRN pretende encontrar mecanismos que facilitem a profissão, com dados concretos, facto que não é recente. A vontade de realização do Plano Estratégico teve início em 2015, coincidindo com a abertura de uma candidatura a fundos Europeus e Internacionais nos quais a OASRN conseguiu 7 milhões de euros, em 60 empresas. Neste enquadramento não foi possível avançar com o Plano Estratégico, pela dificuldade de conciliar o seu custo com a obra da nova sede e a candidatura com o Estatuto da Ordem dos Arquitectos em vigor (Decreto-Lei nº 176/98 de 3 de Julho, publicado no *Diário da República* nº 151/98, 1ª Série – A), que à data apenas representava indivíduos e não sociedades profissionais.

Consultando a pesquisa feita pela Universidade do Minho a propósito deste estudo, o Professor Doutor Francisco Carballo afirmou que mais de quatro mil arquitectos trabalham de forma dependente e desses 82% têm menos de quarenta e sete anos.

A propósito desta exposição, a Arquitecta Cláudia Costa Santos perguntou se existem dados relativos à Função Pública, ao que o Professor Doutor João Cerejeira respondeu que ainda não, sendo sugerido pelo Arquitecto José Castro Silva o contacto com a Associação de Municípios Portugueses, solicitando esses dados.

Ainda sobre este assunto o Arquitecto José Eduardo Vale Machado informou que está a decorrer um trabalho de doutoramento que procura ter acesso a alguns dados sobre o sector da Arquitectura, tendo remetido um inquérito a alguns arquitectos, por intermédio da OASRN.

O Professor Doutor João Cerejeira referiu, como factor mais relevante, a necessidade de fazer as perguntas certas perante os dados obtidos, acrescentando que segundo os dados existem treze mil trabalhadores em empresas de arquitectura e que nem todos são arquitectos.

Perante estas dados o Arquitecto João Jesus disse que seria importante perceber, dentre desse número, qual a percentagem de Arquitectos, ao que o Professor Doutor João Cerejeira respondeu que é possível verificar dentro dos que se classificam como arquitectos em que Classificação das Actividades Económicas (CAE) trabalham.

Continuando, o Arquitecto João Jesus referenciou as horas não pagas dentro de uma empresa, como é o caso da angariação de novos clientes, que por norma não é contabilizado.

Prosseguindo o argumento anterior, o Arquitecto José Eduardo Vale Machado mencionou que esse tempo corresponde a cerca de 20 ou 30% e é utilizado para aquisição de novos clientes, apresentação em Feiras, formação, etc., renovando que a complexidade do exercício profissional conduz à necessidade de estruturas/empresas disponíveis para acolher quem quer começar a trabalhar “protegido”.

Revigorando o que acabava de ser dito, o Arquitecto Jorge de Brito referiu que a gestão profissional em Arquitectura é de tal forma complexa que o tempo de dedicação à Arquitectura propriamente dita corresponde à percentagem menor de dedicação de tempo profissional.

O Arquitecto João Jesus referiu ainda que não há espaço para todos serem arquitectos de excelência.

O Arquitecto José Eduardo Vale Machado disse que o conceito de que a Arquitectura termina quando acaba a criatividade não é verdade e que essa premissa impede que os arquitectos se concentram no que é fundamental na Arquitectura.

O Arquitecto Manuel Roque Figueiredo reforçou que durante o curso não se fala de gestão, colocando a tónica exclusivamente na criatividade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por

encerrada a sessão, pelas dezassete horas e vinte minutos, de que se lavrou a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pela presidente e pela secretária da reunião.

Cláudia Costa Santos

(Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos)

Sofia Vechina

(Assessora do projecto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade Sustentabilidade)

ACTA Nº 2

2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO “PLANO ESTRATÉGICO PARA O SECTOR DA ARQUITECTURA NO NORTE DE PORTUGAL: 2018-2038”

Aos **oito** dias do mês de **Julho** do ano de **dois mil e dezanove**, pelas quinze horas e dez minutos, realizou-se na Sala de Reuniões da sede da Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte (OASRN), uma reunião entre a Universidade do Minho e a Comissão de Acompanhamento do “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038” (Plano Estratégico), para a qual foram convocados, pela OASRN, os Coordenadores do Plano Estratégico, docentes da Universidade do Minho, Professor Doutor **Francisco Carballo-Cruz** e Professor Doutor **João Cerejeira da Silva**, bem como os membros da Comissão de Acompanhamento, Arquitecto **Albino Pedro Pereira Baganha** – Vereador dos Pelouros do Urbanismo e do Espaço Público e Património da Câmara Municipal do Porto; Arquitecto **João Ferreira Marques Jesus** – OODA Arquitectura; Arquitecto **Jorge Manuel Rodrigues da Costa** – Direcção Regional de Cultura do Norte; Arquitecto **Jorge de Brito** – formador na área das tecnologias de construção; Arquitecto **Fernando Jorge Garcia Pereira** – Garcia e Albuquerque Arquitectos; Arquitecto **José Castro Silva** – Membro do Colégio de Gestão, Direcção e Fiscalização de Obra da Ordem dos Arquitectos; Arquitecto **José Eduardo Vilaça e Moura do Vale Machado** – Central Arquitectos; Arquitecto **Manuel Luís Vilhena Roque Figueiredo** – Pitagoras Group; Professor Doutor Arquitecto **Mário Júlio Teixeira Krüger** – Professor Catedrático Jubilado da Universidade de Coimbra.

A reunião foi presidida pelo Arquitecto **Alexandre Jorge Rodrigues Ferreira** – Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos (CDRN), estando presente a co-responsável pelo Plano Estratégico na OASRN, Arquitecta **Marta Andreia Carvalho da Silva Fernandes** – Secretária do CDRN-OASRN, bem como os seguintes membros da Comissão de Acompanhamento: Arquitectos João Ferreira Marques Jesus, José Eduardo Vilaça e Moura do Vale Machado e Manuel Luís Vilhena Roque Figueiredo. Os restantes elementos da Comissão de Acompanhamento não puderam comparecer por motivos de incompatibilidade de agenda.

A reunião foi secretariada pela Doutora **Sofia Nunes Vechina** – Assessora do Projecto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade da OASRN e acompanhada pela Dr.ª **Ana Caridade** – Assessora do Pelouro da Comunicação da OASRN.

Iniciando os trabalhos o Vice-Presidente do CDRN, Arquitecto Alexandre Ferreira, deu as boas-vindas à Universidade do Minho e aos elementos representantes da Comissão de Acompanhamento, referindo que na presente reunião seriam apresentados os resultados da primeira fase do Plano Estratégico, correspondente ao diagnóstico do sector da arquitectura, que se prolongou mais do que o esperado

pela Universidade do Minho, por terem sido trabalhados mais dados do que o expectável.

De seguida passou a palavra ao Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz que começou por esclarecer que os dados apresentados nesta reunião serão afinados em conformidade com a reunião realizada antes de almoço com a OASRN, nomeadamente no que respeita à evolução dos honorários.

Recorrendo ao sistema de projecção audiovisual, o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz passou a apresentar a segunda versão do relatório de diagnóstico, organizado em seis capítulos:

1. O ensino da Arquitectura: vagas, inscritos e diplomados;
2. O sector da Arquitectura e sectores relacionados em Portugal;
3. Os Arquitectos na Europa e em Portugal;
4. O mercado da Arquitectura na Europa e em Portugal;
5. O trabalho do Arquitecto: emprego e salários;
6. Elementos base do diagnóstico estratégico _ sistematização de um conjunto de problemas e propostas muito genéricas que ainda precisam de ser completadas na fase de planeamento estratégico.

O trabalho começou por uma amostra de diversos países europeus que deverá cingir-se posteriormente a países mais parecidos com Portugal.

Os valores constantes no relatório resultam da pesquisa realizada nas seguintes bases de dados:

1. CAE – Conselho dos Arquitectos da Europa
2. COMTRADE – International Trade Statistics Database
3. DGEEC – Direcção-Geral de Estatística de Educação e Ciência
4. INE – Instituto Nacional de Estatística
5. Portal Base – Contratos Públicos Online
6. QP – Quadros de Pessoal
7. SCIE – Sistemas de Contas Integradas das Empresas

O documento é acompanhado de glossário, introdução e nota metodológica.

Os cinco capítulos iniciais apresentam o resultado da investigação através de um breve resumo introdutório e diversos gráficos temáticos, distribuídos da seguinte forma:

1. O Ensino da Arquitectura: vagas, inscritos e diplomados
 - a) Evolução do número de vagas no Mestrado Integrado de Arquitectura

O número de vagas de mestrado integrado diminuiu consideravelmente a partir de 2012/2013.

- b) Evolução do número de inscritos, 1º ano, 1ª vez no Mestrado Integrado em Arquitectura

O número de inscritos no 1º ano, de 2011/2012 a 2017/2018, diminuiu quase 20% no sector público, o que corresponde a cerca de 140 alunos.

- c) Evolução do número de diplomados em Arquitectura (Licenciatura e Mestrado Integrado)

O maior número de diplomados ocorreu no ano lectivo de 2005/2006, com 1134 diplomas, caindo no ano seguinte para c. 650.

Nos anos mais recentes verifica-se uma queda de cerca de 100 alunos por ano.

Nos últimos anos nota-se ainda que no sector público são diplomados cerca de 500 alunos por ano, metade dos diplomados no sector privado.

- d) Evolução do número de diplomados (Licenciatura e Mestrado Integrado) em Arquitectura, por instituição

Verifica-se um grande destaque da Universidade Lusíada, seguindo-se a Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto.

- e) Proporção de diplomados (mestrado) na área da Arquitectura e Planeamento Urbano

Em 2016/2017 Espanha encontrava-se com o maior número de diplomados, seguindo-se Portugal com 41% de alunos diplomados.

2. O sector da Arquitectura e sectores relacionados em Portugal

- a) Número de empresas totais, entre 2008 e 2017 (dados do INE e SCIE)

Gráfico correspondente à promoção imobiliária (projectos de edifícios), actividades imobiliárias, actividades de engenharia e técnicas afins, e actividades de arquitectura. Verifica-

se uma queda bastante acentuada nas actividades de engenharia e técnicas afins, de 2008 para 2017.

Sobre este gráfico, o Arq.º João Jesus perguntou o que são actividades imobiliárias, ao que o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz respondeu que são actividades de comercialização.

- b) Número de empresas – variação do número de empresas de 2008-2017

Em Portugal verifica-se um crescimento de 0,5%.

- c) Número de empresas individuais por tipologia

O Arq.º Eduardo do Vale Machado perguntou se empresas individuais correspondem a empresas unipessoais.

O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz respondeu afirmativamente e explicou que a partir de 2012 constata-se o crescimento de empresas individuais.

- d) Número de empresas por tipologia – sociedades

Em 2014 eram 2622 empresas com actividades de arquitectura, mostrando uma redução em relação aos anos anteriores.

- e) Distribuição de empresas por tipologia no sector da Arquitectura

As sociedades representam cerca de 30% no sector da arquitectura

- Com a crise o número de empresas em nome individual caiu consideravelmente.
- f) Pessoal ao serviço nas empresas – número de trabalhadores
- A partir de 2008 o pessoal ao serviço das actividades imobiliárias foi crescendo, sendo actualmente de c. 64000.
- A variação do número total de trabalhadores quebrou nas actividades de engenharia e arquitectura.
- g) Pessoal ao serviço – variação do número de trabalhadores entre 2008 e 2017
- A diminuição de pessoal nas empresas de Arquitectura foi inferior à verificada nas empresas do sector da construção e serviços de engenharia.
- h) O volume de negócios das empresas
- O volume de negócio nas actividades de Arquitectura é de 553 milhões de euros em 2008 para 415 milhões de euros em 2017.
- Volume de facturação nas actividades imobiliárias caiu em 2012.
- i) Volume de negócio das empresas – variação do volume de negócios entre 2008 e 2017
- O volume de negócios nas indústrias transformadoras subiu cerca de 12%, enquanto o nas actividades de Arquitectura caiu 25%.
- j) Valor acrescentado das empresas
- Em 2008 as actividades de Arquitectura correspondiam a cerca de 250 milhões de euros, diminuindo para os 187 milhões de euros em 2017.
- k) Valor acrescentado das empresas entre 2008 e 2017
- Nas actividades de Arquitectura reduziu cerca 25%.
- l) Nascimentos de empresas – números
- Em 2008 nasceram cerca de 5000 empresas de arquitectura, actualmente são cerca de 4600.
- m) Nascimentos de empresas – taxa de natalidade
- A taxa de natalidade empresarial no sector da arquitectura é a mais alta de todos os sectores.
- n) Mortes de empresas – número
- Frequentemente quando a taxa de natalidade de empresas é alta a morte de empresas também é pronunciada. Em 2016 cerca de 4500 empresas morreram.
- Nesta sequência o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz referiu ainda que é possível colocar a taxa de mortalidade em linha com os dados anteriores e verificar a mortalidade empresarial comparada com a economia portuguesa.
- o) Nascimentos e mortes de empresas – taxa de sobrevivência
- Acrescentando, o Prof. Doutor João Cerejeira disse que, na análise efectuada, atestou que as empresas morrem dois anos após a criação.

- p) Comércio internacional dos serviços de arquitectura
- Em 2018 foram exportados serviços num total de c. 250 mil euros.
- Perante estes dados, o Arq.º Eduardo do Vale Machado referiu que não era possível.
- O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz referiu que se os valores não correspondem à realidade é necessário compreender o que acontece para serem estes números os indicados.
- Procurando dar resposta a esta questão o Arq.º Manuel Roque Figueiredo referiu a exportação indirecta, venda passiva na qual uma empresa portuguesa pode exportar para uma empresa estrangeira estando isenta de IVA.
- Houve uma diminuição de c. 1700 contratos em 2010 para c. 1200 contratos em 2013.
- Actualmente, por contrato, o valor é inferior.
- t) Média e mediana do valor dos contratos de Arquitectura por tipo de entidade pública
- O valor médio e mediano dos contratos formalizados com entidades públicas tem vindo a decrescer.
- A média de contratos com outras instituições públicas, que inclui a Administração Central, em 2017 era de cerca de 30.000 euros.
- q) Exportações de serviços de arquitectura – distribuição por destino
- Destinos da exportação para a União Europeia e para o resto do Mundo, nomeadamente para países africanos.
- Evidencia-se excepcionalmente, no período de 2013 e 2014, os mercados do Resto do Mundo.
- r) Importações de serviços de Arquitectura – distribuição por origem
- As importações de serviços de Arquitectura procedem quase na totalidade de países da União Europeia.
- s) Valor total dos contractos de arquitectura celebrados com entidades públicas
3. Os Arquitectos na Europa e em Portugal
- a) Número total de arquitectos
- Verifica-se que a Itália comporta o maior número de arquitectos, seguindo-se a Alemanha, o Reino Unido e Portugal, com 23.000 arquitectos.
- b) Arquitectos por 1000 habitantes
- A seguir à Itália, com 2,6 arquitectos por 1000 habitantes, Portugal apresenta um valor de 2,2 arquitectos, embora a realidade seja muito diferente entre os dois países.
- Sobre a média europeia apresentada neste gráfico, a Dr.ª Ana Caridade questionou que valores foram considerados, ao que o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz respondeu que neste caso foi considerada a Europa 28, noutros a Europa 26, porém, a versão final do relatório terá esse esclarecimento.

c) Distribuição dos arquitectos por sexo

Em Portugal o número de mulheres e homens está muito equilibrado, todavia nas camadas mais jovens o número de mulheres é superior.

Na República Checa e na Áustria a tendência é inversa, ficando acima da média europeia de cerca de 60% de homens.

d) Situação face ao emprego dos arquitectos empregados

Grande parte dos valores constantes não somam 100% porque foram considerados os arquitectos reformados que fazem trabalhos pontuais.

e) Emprego público e privado dos arquitectos

Comparativamente aos restantes países, em Portugal, os arquitectos trabalham bastante para o sector Público. O país mais próximo da realidade portuguesa é a Suécia.

f) Distribuição do emprego privado dos arquitectos

O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz começou por esclarecer que, conforme definido em reunião com a OASRN, a categoria de freelancer tem de ser apurada, mas de forma genérica corresponderá a arquitectos a trabalhar a recibos verde para outros arquitectos.

O Arq.º Manuel Roque Figueiredo perguntou qual a diferença entre arquitectos em empresas e arquitectos por conta de outrem, ao que o Prof. Doutor

Francisco Carballo-Cruz respondeu que são categorias que terão igualmente de ser esclarecidas.

Ainda sobre este gráfico, o Arq.º Alexandre Ferreira sugeriu o cruzamento deste gráfico com os gráficos anteriores. O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz gesticulou afirmativamente.

g) Distribuição do emprego público dos arquitectos

Em Portugal 17% dos arquitectos trabalham na Administração local, 2% na Administração Central e 2% no sector educativo, com valores aproximados à realidade da Dinamarca, da Suécia e até da Alemanha.

h) Experiência profissional dos arquitectos

Em Portugal a percentagem mais elevada corresponde à experiência de 0 a 9 anos (33%), sendo a experiência superior a 25 anos de 17% e a experiência de 15 a 19 anos a segunda mais baixa.

i) Idade dos arquitectos

Ao observar este gráfico, para o caso português, percebe-se que a experiência profissional está muito ligada ao facto de 79% dos arquitectos portugueses terem menos de 50 anos.

4. O Mercado da Arquitectura na Europa e em Portugal

a) Dimensões dos mercados nacionais de construção 2018 – preços correntes

Sobre este gráfico o Prof. Doutor

João Cerejeira referiu que o mercado do Reino Unido é esmagador, com um rendimento de 367.926 milhões de euros.

- b) Dimensões relativas dos mercados nacionais de construção 2018 – *output* da construção *per capita*

Continuando a apresentação, o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz esclareceu que em Portugal o mercado *per capita* é de 1.733 euros, tendo Espanha praticamente o dobro (3.156 euros) do rendimento português.

- c) Dimensões relativas dos mercados nacionais – *output* da construção por arquitecto

Em Portugal mercado é pequeno mas o número de arquitectos é muito elevado, o que corresponde a um *output* de 775 milhares de euros por arquitecto.

- d) Evolução dos mercados nacionais de construção 2009-2018

Entre 2009 e 2018 a evolução dos mercados nacionais de construção, em Portugal, desceu para cerca de metade. O Reino Unido, a Suécia e a Suíça revelam um crescimento considerável, porém têm um mercado muito diferente do português.

Sobre o Reino Unido o Prof. Doutor João Cerejeira acrescentou ainda que a crise económica ocorreu mais cedo do que em Portugal, pelo que o ano de 2009 estaria no início do processo de recuperação.

O Arq.º Alexandre Ferreira perguntou se o mercado da

construção aumentou em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

O Arq.º Manuel Roque Figueiredo acrescentou que o mercado da construção representa 39% do PIB português.

O Prof. Doutor João Cerejeira referiu que actualmente o investimento nas empresas é menor, mas diferente no que respeita à construção.

O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz acrescentou que o investimento no PIB é mais flexível.

- e) Dimensões dos mercados nacionais de arquitectura 2018

Tamanho dos mercados de arquitectura em Portugal é de 348.279 milhares de euros, enquanto na Alemanha é de 4.970.740 milhares de euros.

O Arq.º João Jesus pediu para esclarecerem se o tamanho do mercado de arquitectura corresponde aos serviços de arquitectura. O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz respondeu afirmativamente.

- f) Dimensões dos mercados nacionais de arquitectura 2018 – *output* por arquitecto

Portugal apresenta, no mercado de Arquitectura, um denominador de 15 143 euros por arquitecto.

O Arq.º Alexandre Ferreira, observando o gráfico, referiu o facto de Portugal estar acima de Itália e Espanha.

O Arq.º Manuel Roque Figueiredo questionou a falta de referência

- à Suíça, ao que o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz respondeu que resulta da falta de dados.
- g) Principais sectores nos mercados nacionais de arquitectura 2018
- Em Portugal destaca-se o sector da reabilitação com quase 60%.
- h) Clientes dos Arquitectos – distribuição em função da sua natureza pública ou privada
- Em Portugal o sector Público representa 9%, correspondendo à percentagem mais baixa de todos os países apresentados.
- i) Clientes privados dos arquitectos
- Em Portugal a distribuição face ao total dos clientes privados é similar à média europeia: 55% particulares; 20% empresas; 13% promotores.
- j) Clientes públicos dos arquitectos
- A Administração Local representa 1%, a Administração Central 4% e outras entidades públicas 4%.
- Perante o exposto, o Arq.º Alexandre Ferreira referiu que a OASRN faz assessoria e maior parte dos concursos são promovidos por municípios.
- k) Tipologias de serviços prestados
- Os projectos de Arquitectura Paisagista são residuais, os projectos de construção representam 60%, por agregarem diversas fases.
- l) Volume de negócios das microempresas de Arquitectura
- Em Portugal a facturação média por empresa é mais elevada nas empresas com 3 a 5 trabalhadores, com um volume de negócio de cerca de 80 mil de euros.
- Na sua exposição o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz esclareceu que estes dados ainda serão acrescentados, mas não serão muito diferentes dos actuais.
- m) Volume de negócios das Pequenas e Médias Empresas (PME) de Arquitectura
- Em Portugal as PME com 11 a 30 trabalhadores atingem cerca de 1 milhão de euros. Regra geral estas empresas são sociedades.
- O Arq.º João Jesus pediu informação sobre o número de microempresas e PME em Portugal. O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz referiu que não têm para já essa informação, mas podem retirar esses dados.
- n) Volume de negócios médio das firmas de arquitectura procedente do exterior
- Portugal apenas está abaixo da Dinamarca, sendo a diferença de 13,0 para 14,7. Em Portugal os mercados da Europa e de fora da Europa apresentam-se relativamente equilibrados.
- Porém, os dados apresentados resultam de um procedimento de inquérito ou registo que ainda tem de ser apurado.
- o) Participação em Concursos – percentagem de firmas de arquitectos que participaram em Concursos de Projectos de Arquitectura em 2018

Portugal apresenta uma percentagem muito baixa.

- p) Participação em Concursos – número médio de propostas submetidas a Concursos de projectos de arquitectura publicados no OJEU em 2018

O número médio de propostas submetidas, em Portugal, é muito baixo, eventualmente por falta de dimensão e capacidade.

O Prof. Doutor João Cerejeira mencionou que importa considerar a Holanda e a Bélgica como factores de proximidade que mais se evidenciam.

- q) Número de horas dedicadas à participação em Concursos de projectos de Arquitectura em 2018

À semelhança da falta de participação, Portugal tem naturalmente um tempo de dedicação muito baixo.

- r) Volume de negócios médio por firma resultante dos Concursos de projectos de Arquitectura ganhos em 2018

Portugal tem um dos valores mais baixos, cerca de 54 mil de euros.

5. O Trabalho do Arquitecto: emprego e salários

- a) Ganhos médios por arquitecto, a tempo completo

Apesar de existirem países com menor rendimento que aumentaram o valor de ganho médio por arquitecto, Portugal apresenta um valor muito baixo.

O Arq.º Alexandre Ferreira comentou que o rendimento médio português está 70% abaixo do rendimento europeu.

O Arq.º Eduardo do Vale Machado perguntou o que é o PPC. O Arq.º João Jesus esclareceu que corresponde ao ajuste de Paridade do Poder de Compra (PPC).

Retomando a apresentação, o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz disse que sobre este assunto vão tentar analisar a evolução dos ganhos médios por arquitecto.

- b) Ganhos médios por arquitecto (tempo completo), por tipo de emprego

O ganho médio por tipo de emprego em Portugal é de 13.161 euros, enquanto na Europa é de 31.122 euros, ajustados às PPC.

Quanto às categorias notam-se diferenças percentuais face à percentagem europeia. Por exemplo, um gabinete individual ganha cerca de 40% da média europeia.

Perante o gráfico a Dr.ª Ana Caridade perguntou se existe diferença entre *free-lancer* e associado. O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz reconheceu que são categorias que ainda terão de ser apuradas.

O Arq.º Alexandre Ferreira referiu que o valor de 72% da média europeia, apresentado pelos *free-lancer* em Portugal, está certamente ligado aos falsos recibos verdes, acrescentando que é necessário aferir qual a percentagem de “salários” por recibo verde e pelo processo normal.

- O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz fez ainda a ressalva de que os dados apresentados resultam dos inquéritos promovidos pelo CAE.
- O Arq.º Manuel Roque Figueiredo confessou que os valores apresentados até ao momento lhe parecem anormalmente baixos.
- c) Honorários medianos dos arquitectos
- Portugal apresenta valores muito baixos, estando atribuído ao Arquitecto principal um valor de 40 euros por hora.
- O Arq.º Eduardo do Vale Machado disse que considera que se fossem efectivamente 40 euros/hora, os resultados do gráfico anterior seriam diferentes. Perante o comentário o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz esclareceu que o rendimento contempla todos os custos associados.
- d) Evolução do rendimento bruto dos arquitectos (tempo completo), entre 2012 e 2018
- Perante este quadro o Prof. Doutor João Cerejeira alertou o colega sobre a incorrecção existente no comentário ao gráfico. O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz corrigindo, referiu que Portugal apresenta uma evolução de 2,8%.
- e) Arquitectos que trabalharam noutro país em 2018
- Em Portugal 10% dos arquitectos, em 2018, trabalharam no exterior por períodos de tempo curtos.
- f) Trabalho semanal, por tipo de emprego
- Em Portugal, no sector privado os arquitectos trabalham mais 6 horas do que no sector público.
- g) Arquitectos nas empresas. Situação na profissão e tipo de contrato em 2016
- Apresentadas pelo Prof. Doutor João Cerejeira, estas tabelas tiveram uma amostra de 4527 arquitectos.
- Maior número de contratos a termo encontra-se no sexo feminino, possivelmente porque as mulheres estão há menos tempo na profissão.
- h) Idade média de arquitectos nas empresas
- Continuando, o Prof. Doutor João Cerejeira esclareceu que cerca de 85% dos arquitectos têm menos de 45 anos de idade.
- i) Ganhos salariais dos Arquitectos nas empresas – distribuição por nível etário
- O Prof. Doutor João Cerejeira clarificou que os dados obtidos correspondem ao mês de Outubro e ao valor bruto apresentado no recibo, verificando-se que no início de carreira os ganhos salariais rondam os 900/1000 euros, aumentando muito mais, com a idade, em quem tem formação em outras áreas, para além da Arquitectura.
- Finalizada a análise dos gráficos, o Arq.º Eduardo do Vale Machado disse que é necessário entender a estrutura que está por trás disso, porque o exercício da profissão é diverso. Nas empresas que fazem projecto serão estes valores?

O Arq.º João Jesus acrescentou que importa perceber também qual a dimensão das empresas neste caso.

O Arq.º Eduardo do Vale Machado disse ainda que o sector e dimensão das empresas é um dado que importa muito.

O Arq.º Alexandre Ferreira disse, que relativamente ao Norte estes valores ainda seriam mais baixos, porque tirando os valores de Lisboa e Vale do Tejo os dados alteram-se.

O Arq.º Manuel Roque Figueiredo referiu que os assalariados têm melhores condições.

O Arq.º João Jesus acrescentou que Lisboa começa a ter empresas com uma escala diferente do restante país. Mais referiu que interessa verificar um país que sirva de comparação qualitativa com a realidade portuguesa, de modo a perceber como um mercado menor pode ser expressivo, analisando como se encontra estruturado o seu tecido empresarial e procurando encontrar nesse exemplo soluções para o caso português.

O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz disse que o estudo vai incidir nas remunerações, no tecido empresarial, etc., de modo a introduzir algumas melhorias ao relatório apresentado, acrescentando que a partir dos grupos de foco realizados foi possível chegar aos problemas apresentados no 6º Capítulo, denominado “Elementos Base do Diagnóstico Estratégico”.

Sobre este último capítulo o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz disse que no primeiro ponto refere o défice de procura por serviços de Arquitectura no mercado interno.

O Arq.º Manuel Roque Figueiredo discordou peremptoriamente deste ponto e perguntou como chegaram a estes dados.

O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz esclareceu que estes itens correspondem ao sentimento dos arquitectos que constituíram os grupos de foco.

O Arq.º Manuel Roque Figueiredo reiterou que há uns anos até poderia ser, mas actualmente não se aplica.

O Arq.º Eduardo do Vale Machado afirmou que não concorda com este ponto, nem como o 4º ponto, “penetração crescente de outros profissionais em serviços tradicionalmente prestados por arquitectos”, que não se aplica na actualidade, uma vez que os actos próprios da profissão de arquitecto se encontram legalmente reconhecidos, facto que veio melhorar a procura por serviços de Arquitectura.

O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz falou do processo de fiscalização, como um serviço que não tem tanta procura junto dos arquitectos. O Arq.º Eduardo do Vale Machado respondeu dizendo que esse não é um acto próprio do arquitecto, foi adicionado e “retirado” ao engenheiro.

O Arq.º Alexandre Ferreira esclareceu que a fiscalização se insere nos actos próprios partilhados, assim como a gestão, a coordenação, etc. Mais acrescentou que a revisão de competências trouxe novas funções, mas também fez com que os arquitectos perdessem poder em outras aptidões, como por exemplo a proibição de ser um arquitecto a assinar uma demolição.

Nesta sequência o Arq.º Manuel Roque Figueiredo reiterou que não concorda, porque a economia cresceu.

O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz lembrou a existência de um maior número de arquitectos em relação ao mercado.

O Arq.º Manuel Roque Figueiredo

acrescentou que há mais procura, mas nem todos os negócios se concretizam. O Arq.º Eduardo do Vale Machado reforçou a ideia transmitida dizendo que esse facto corresponde ao *darkside* referido em outras situações relacionadas com o Plano Estratégico.

Os arquitectos Manuel Roque Figueiredo e Eduardo do Vale Machado acham que o défice de procura é uma falácia e não deve ser considerado.

Todavia, o Arq.º Manuel Roque Figueiredo partilhou uma situação em que tendo feito e apresentado três projectos só um foi escolhido, não existindo direito ao pagamento dos outros dois, situação que considera só poder ser resolvida pelas Finanças, única entidade com competência para resolver o facto de existirem projectos que são apresentados mas não são pagos.

Continuando a apresentação do relatório de diagnóstico o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz referiu os seguintes pontos do 6º capítulo:

- a) Escassa orientação das firmas para os mercados externos

Sobre este ponto o Arq.º Eduardo do Vale Machado explicou que, em Portugal, os arquitectos não têm estrutura para os mercados externos.

- b) Assimetrias territoriais nas dinâmicas de procura

Comuns a todos os países, conforme referiu o Arq.º Eduardo do Vale Machado.

- c) Penetração crescente de outros profissionais em serviços tradicionalmente prestados por Arquitectos

- d) Ao verificar que a proposta geral de intervenção correspondente a este ponto refere o reforço de competências específicas para aumentar a competitividade, o Arq.º Manuel Roque Figueiredo pediu que lhe explicassem este item. O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz falou da aquisição de competências ao nível dos actos partilhados.
- e) Baixa diversificação da oferta de serviços no âmbito da mesma actividade por firma
- f) Escassa receptividade para aumentar/conjugar a oferta de serviços de actividades relacionadas nas firmas de arquitectura

As firmas estão muito concentradas no projecto e não apostam em conjugar actividades para aumentar os serviços de arquitectura. A título de exemplo o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz referiu a possibilidade de conjugar a actividade de arquitecto com o ramo imobiliário.

Sobre este tema o Arq.º Eduardo do Vale Machado deu nota de que em Braga já existe uma empresa com estas características.

- g) Regulação da profissão

Segundo o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz é fundamental para a obtenção de bons resultados, considerando a fragilidade de competências técnicas, pela insuficiência de prática profissional da maioria dos arquitectos em actividade, agravada pela inexistência de referenciais de honorários.

Perante o exposto o Arq.º Alexandre Ferreira perguntou se seria conveniente a OASRN ter um diálogo com a Autoridade da Concorrência. O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz respondeu que talvez quando o estudo estiver mais amadurecido. O Prof. Doutor João Cerejeira elucidou que a função da Autoridade da Concorrência é aumentar a concorrência.

Na opinião do Arq.º Manuel Roque Figueiredo a melhor forma de dar apoio aos jovens arquitectos é dar dimensão às empresas, de outra forma é impossível. A melhor maneira de os proteger é conseguir estruturas que os possam acolher. O que os arquitectos têm é uma profissão em que cerca de 80% trabalham sem rede. Dar estrutura às empresas torna os arquitectos capazes de exportar, criar massa critica, etc.

Terminando a sua intervenção, o Arq.º Manuel Roque, disse ainda que nem seriam necessárias tabelas de honorários porque dar estrutura às empresas é regular e dar ordem à profissão.

O Prof. Doutor João Cerejeira falou da pouca participação dos Arquitectos em Concursos.

Sobre este assunto o Arq.º Manuel Roque Figueiredo, compreendendo a referência, disse que considera que um arquitecto sozinho não pode competir com uma empresa, num Concurso.

Nesta sequência o Arq.º Eduardo do Vale Machado disse que existem nos órgãos da Ordem dos Arquitectos opiniões contrárias, porém, com 25 anos de experiência profissional, o Arq.º Vale Machado, não acredita que um arquitecto sozinho possa competir com uma empresa de arquitectura e considera que a regulação é fundamental porque os arquitectos devem ter competências diferenciadas. Mais acrescentou que é

necessária uma revolução para que os arquitectos estejam bem alinhados, que as mudanças culturais são as mais difíceis e enquanto não acontecerem será difícil regular a profissão.

Sobre a questão do alvará, lançada pelo Arq.º Manuel Roque, referiu que não é fácil de entender em todas as formas de actividade profissional.

O Arq.º João Jesus reiterou esta opinião, dizendo que só um caminho estruturado e com especialização permite obter um melhor negócio.

O Arq.º Manuel Roque Figueiredo esclareceu que é preciso ter curriculum para determinados negócios e que até em Moçambique tem alvará.

O Arq.º Eduardo do Vale Machado, sobre o tema, partilhou a sua experiência com um cliente que antes de assinar contrato até licenças de *software* lhe exigiu.

Sobre o alvará, o Arq.º Alexandre Ferreira manifestou-se dizendo que compreende a postura do Arq.º Manuel Roque, e acrescentou que é preciso ter em conta a dimensão, bem como as competências de gestão.

O Prof. Doutor João Cerejeira lembrou que o nascimento e a morte do negócio é muito rápido.

O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz deu como exemplo o negócio do café, em que o preço não diverge muito, considerando que é necessário fomentar uma cultura de fiscalização entre pares.

Neste âmbito o Arq.º Alexandre Ferreira perguntou se os mecanismos de penalização da concorrência desleal deveriam ser através da Ordem dos Arquitectos.

Os arquitectos Manuel Roque Figueiredo e Eduardo do Vale Machado acham que não pode ser assim, na sua opinião, deve ser via autoridade do trabalho, em cooperação com a Ordem.

Ainda sobre este problema, o Arq.º Alexandre Ferreira referiu que são muitos arquitectos, com estruturas de negócio muito pequenas e mal organizadas, sendo necessário promover a união para a resolução destes problemas.

A título de exemplo, o Prof. Doutor João Cerejeira falou do sector do vinho, em Portugal, que há anos atrás apresentava fragilidades semelhantes ao sector da Arquitectura, entretanto distribuíram tarefas, especializaram-se e conseguiram rentabilizar exponencialmente o negócio do vinho.

Reforçando este exemplo, o Arq.º Manuel Roque Figueiredo esclareceu que esse trajecto tem de passar por aumentar a estrutura das empresas com quadro técnico, certificação, etc.

Sobre este assunto, o Arq.º João Jesus, partilhando a sua experiência profissional, disse que existem clientes do sector privado que perguntam qual o tipo de facturação do gabinete, para saberem se tem capacidade para o projecto que lhe pretende entregar.

O Arq.º Alexandre Ferreira, falando dos incentivos e restrições da profissão, lançou a seguinte questão: “se houvesse a questão do alvará há 10 anos, será que os OODA, que têm 10 anos e 22 funcionários, teriam chegado onde estão hoje?”

O Arq.º João Jesus explicou que o crescimento dos OODA foi exponencial nos últimos anos, mas com mais 2 sócios, qualificando o gabinete. Portanto, segundo

o Arq.º Alexandre Ferreira, antes dos OODA chegarem à facturação tiveram de aumentar a estrutura de custos.

O Arq.º Manuel Roque Figueiredo acrescentou que o alvará promove uma melhoria de mercado que se percebe externamente.

O Arq.º Alexandre Ferreira perguntou ainda: “como é que o alvará poderia ou não viabilizar o gabinete, sendo de pequena dimensão?”.

O Arq.º Manuel Roque Figueiredo respondeu dizendo que o curriculum é uma mais-valia.

Reposicionando o debate, o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz referiu a importância de identificar problemas.

Consequentemente, o Arq.º Eduardo do Vale Machado pediu para ter acesso à lista apresentada no 6º capítulo, para reflectir e dar resposta.

O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz comprometeu-se a preparar um documento para a Comissão de Acompanhamento dar resposta.

O Arq.º Manuel Roque Figueiredo voltou a falar da necessidade de criar estrutura nas empresas para integrar os jovens arquitectos, ao que o Arq.º João Jesus contrapôs afirmando que as medidas adoptadas não podem ser demasiado castradoras, até porque a obrigação dos arquitectos se unirem pode funcionar através de chamadas de atenção.

Dirigindo-se ao Arq.º João Jesus, o Arq.º Alexandre Ferreira perguntou como podem evitar medidas castradoras, ao que o arquitecto lhe respondeu que terá de ser sobretudo pela cultura.

Procurando concluir, o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz disse que o Plano Estratégico não pretende chegar a detalhes, o que importa é conseguir chegar a questões de fundo.

O Arq.º João Jesus perguntou se este estudo passa por procurar outros mercados. O Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz respondeu afirmativamente e o Prof. Doutor João Cerejeira completou dizendo que no caso português, por vezes, basta conquistar uma pequena parcela do mercado internacional para promover grandes alterações na profissão.

Concluindo o Prof. Doutor João Cerejeira referiu que um Mestre em Arquitectura tem um conjunto de competências que

não podem ser substituídas por uma máquina, porém existe um rendimento baixo perante o potencial vigente, que pode requerer intervenção do Estado.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas dezoito horas e quatro minutos, de que se lavrou a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelo presidente e pela secretária da reunião.

Alexandre Ferreira

(Vice-Presidente do Conselho Directivo
Regional Norte da Ordem dos Arquitectos)

Sofia Vechina

(Assessora do projecto Norte 41º - Centro
de Arquitectura, Criatividade Sustentabilidade)

ACTA Nº 1

CICLO DE DEBATES — 1º DEBATE PARTICIPATIVO “PLANO ESTRATÉGICO PARA O SECTOR DA ARQUITECTURA NO

NORTE DE PORTUGAL: 2018-2038”

MOSTEIRO DE SANTA CLARA-A-VELHA (COIMBRA)

Aos **quatro** dias do mês de **Abril** do ano de **dois mil e dezanove**, pelas dezassete horas e cinquenta e cinco minutos, realizou-se no Auditório do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, o primeiro debate participativo “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, sob o tema “A Evolução dos Honorários”, organizado pela Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte (OASRN), para o qual foram convidados o Arquitecto Vítor Murtinho, Professor do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e o Dr. **Manuel Machado**, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, que determinou agradecer o convite e informar que por motivos de agenda não poderia estar presente nem delegar essa função no Sr. Vereador do Urbanismo, Dr. **Carlos Cidade**.

O debate foi moderado pela Dr.ª **Ana Caridade**, Assessora do Pelouro da Comunicação da OASRN, estando presentes a Arquitecta **Cláudia Costa Santos**, Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte (CDRN-OASRN), o Arquitecto **Alexandre Ferreira**, Vice-Presidente do CDRN-OASRN e o Arquitecto **Vítor Murtinho**. Em assembleia, o Professor Catedrático Arquitecto **José António Banderinha**, a Arquitecta **Ana Maria Gamito**, o Arquitecto **Carlos Carvalho Coimbra**, a Arquitecta **Célia Salvador Francisco**, o Arquitecto **David Ramos Bilo**, o Arquitecto

Diogo Almeida, o Arquitecto **Hugo Tocha de Carvalho**, o Arquitecto **Jorge Paulo Correia**, a Arquitecta **Juliana Santos**, o Arquitecto **Manuel Simões**, a Arquitecta **Maria João Sousa Pinto**, a Arquitecta **Milena Barbosa** e o Arquitecto **Paulo Paiva**.

O debate foi tecnicamente apoiado pela Dr.ª **Leonor Figueiredo**, Assessora do Pelouro da Cultura da OASRN e secretariado pela Doutora **Sofia Vechina**, Assessora do Projecto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade da OASRN.

Iniciando os trabalhos a Presidente do CDRN, Arquitecta **Cláudia Costa Santos**, deu as boas-vindas aos presentes e explicou que o tema deste debate se justifica por corresponder a um dos assuntos contemplados pelo estudo científico denominado “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, que tem por principal objectivo encontrar soluções futuras para diversos assuntos, nomeadamente para a questão dos honorários, que é um dos grandes desafios da profissão na actualidade.

Acrescentou, ainda, que o “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038” é uma iniciativa do OASRN adjudicada à Universidade do Minho, que não se dedica unicamente a encontrar alguma substância para a resolução do problema dos honorários mas também de outros temas, que serão abordados em outros

debates. Estes debates servem para receber alguns *inputs* dos participantes de modo a facilitar a orientação temática dada à equipa da Universidade do Minho, para que ela possa chegar a factos que contribuam para a definição de linhas estratégicas a desenvolver futuramente no sector da Arquitectura.

Concluindo a sua intervenção, a Arquitecta Cláudia Costa Santos, referiu que seria o Arquitecto Alexandre Ferreira a esclarecer de forma mais pormenorizada o poder de actuação do Plano Estratégico, agradeceu ao Arquitecto Vítor Murtinho por colaborar na orientação da reflexão para o debate e clarificou que o Plano Estratégico é a primeira actividade do Centro de Estudos Norte 41º, criado pela OASRN no âmbito do projecto Norte 41º, constituído em 2009 para viabilizar a construção da nova sede da OASRN.

Tomando a palavra a moderadora, Dr.^a Ana Caridade, clarificou que a introdução ao tema seria dada de seguida pelo Arquitecto Alexandre Ferreira, Vice-Presidente da OASRN e pelo Arquitecto Vítor Murtinho, Professor Associado com Agregação do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, exercendo actividade como docente desde 1988, tendo sido Vice-Reitor da Universidade de Coimbra com o pelouro do edificado entre Março de 2011 e Fevereiro de 2019, e autor de diversos estudos nas áreas de Teoria e História da Arquitectura, Geometria e Construção.

O Arquitecto Alexandre Ferreira, no uso da palavra, começou por cumprimentar os presentes e informar que o Plano Estratégico vem na sequência simbólica da comemoração dos vinte anos da Ordem dos Arquitectos (OA), compreendendo que após a criação da OA a profissão teve uma evolução muito peculiar, assistindo-se aos seguintes factos:

a) Aumento do número de arquitectos

b) Transformações económicas e sociais

c) Períodos de crise

d) Transformações na formação

e) Desregulação da profissão por via da extinção da tabela de honorários em 2008

Mais comunicou que, devedora destes factos, a actualidade evidencia-se através de cerca de vinte mil arquitectos inscritos na OA, dos quais dezassete mil activos, com uma taxa de arquitectos por habitante muito elevada a nível europeu, havendo um desfasamento entre a qualidade média do trabalho dos arquitectos portugueses, que é elevada comparativamente ao panorama internacional, e o retorno financeiro da actividade, sobretudo a viabilidade económica da actividade.

Acrescentou ainda que a OASRN tem a percepção que a viabilidade do exercício da profissão está no limite, sendo necessário repensar a profissão, planear o futuro e definir uma estratégia rigorosa, numa perspectiva que mais do que cultural e social seja económica, considerando a capacidade interventiva dos arquitectos e o sector da arquitectura como o mais amplo da construção. Nesse sentido o Plano Estratégico tem três fases:

a) 1ª Fase – Diagnóstico, fase em execução, iniciada em Março deste ano, correspondendo ao levantamento exaustivo de vários indicadores que permitam enquadrar qual o estado da profissão: perceber qual a evolução dos honorários nos últimos vinte anos, qual a evolução dos honorários após a desregulação de 2008, qual o rendimento médio dos arquitectos, qual o número de arquitectos, qual a perspectiva da evolução do número de arquitectos. Nesta fase serão obtidos

dados concretos sobre a profissão, que possam ser apresentados em instâncias superiores.

- b) 2ª Fase – Plano Estratégico, a iniciar em Maio, servirá como elemento de definição de estratégias que a profissão como um todo terá de considerar a curto, médio e longo prazo. Terá como base os resultados da fase de diagnóstico e irá absorver previsões científicas relativas a transformações a nível demográfico, evolução da formação em arquitectura, quais os mercados, quais as transformações tecnológicas e o seu impacto na profissão.
- c) 3ª Fase – Modelos de Organização, que contribuam para organizar a actividade profissional, procurando dar resposta, entre outras questões, à escala que o trabalho em arquitectura deverá ter para poder exportar serviços e arquitectura.

Salvo raras excepções, a qualidade técnica de formação dos arquitectos portugueses não é acompanhada por um conhecimento a nível de gestão, de como estruturar um gabinete ou a sua actividade económica, por falta de formação e de estruturas de apetência, facto que se reflecte no exercício profissional e que poderá ser contornado com a existência de modelos de *governance*, aplicados a todos os modelos de exercício profissional (cooperativa, gabinete de arquitectura clássico, etc.). No caso dos honorários estes modelos poderão estabelecer o custo (quanto custa ter o gabinete, o valor de quem trabalha, licenças, etc.), dando um preço médio, para que os arquitectos possam estar informados sobre qual é o limiar mínimo, tentando

pela parte pedagógica e profiláctica evitar a questão do *dumping*, mesmo que não seja possível ter uma tabela de honorários.

Apesar da Autoridade da Concorrência considerar que é difícil definir o *dumping* nos serviços, por serem muito variados, a OASRN pretende definir valores mínimos para os serviços de arquitectura, estabelecendo que a baixo daquele valor é *dumping* e contribuindo desta forma para a viabilização da profissão.

Informando os presentes, o Arquitecto Alexandre Ferreira, referiu que este estudo resulta de um procedimento de Consulta Prévia, no qual foi convidada a *Porto Business School*, a *Católica Lisbon School Business & Economics* e a *Universidade do Minho – Executive Business Education*, entidade à qual foi adjudicado. Para acompanhar o referido estudo a OASRN estabeleceu uma Comissão de Acompanhamento, que representa as várias formas de exercício da profissão, sendo constituída por membros ligados, por exemplo, ao poder político e autárquico (Arquitecto Pedro Baganha, Vereador da Câmara Municipal do Porto), a gabinetes que trabalham com exportação internacional, a gabinetes com actividades mais pequenas, ao património e ao ensino universitário (Professor Catedrático Arquitecto Mário Krüger). É uma comissão descentralizada, com arquitectos provenientes de Braga, Viana do Castelo, Coimbra, Porto, etc., que facultam informação sobre o exercício da profissão à OASRN e à equipa de investigação da Universidade do Minho, constituída por economistas.

Concluindo, o Arquitecto Alexandre Ferreira, apelou à participação de todos no debate e passou a palavra ao Arquitecto Vítor Murinho.

Tomando a palavra, o Arquitecto Vítor Murtinho, começou por cumprimentar os presentes, agradecendo o convite que lhe foi endereçado pela Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Norte e mencionou que resolveu preparar a sua colaboração escrevendo um texto intitulado “**Ética, deontologia e estatuto remuneratório, três partes de uma mesma equação**”, texto que gentilmente cedeu para anexar à presente acta.

Lendo o referido texto, começou por esclarecer que a sociedade ocidental e a Comunidade Europeia tem assumido uma economia liberalizada, muitas vezes parca em procedimentos de regularização, esquecendo-se que a inexistência de definição de patamares mínimos motiva a desregulação, o *dumping* e a anarquia profissional.

Apesar da Comunidade Europeia teoricamente defender uma sociedade progressista e justa, na prática, em alguns contextos, esquece a importância da regulação adequada do mercado, promovendo desigualdades que, por falta de regulação, conduzem à exploração mesquinha, favorecendo o atentado à dignidade de qualquer exercício profissional.

Neste contexto reforçou que deve ainda ser considerada a relação entre arquitectos, a relação destes com os seus clientes e com a sua entidade patronal, quando a têm.

Relativamente ao reconhecimento profissional, esclareceu que felizmente nos últimos anos vários factores contribuíram para o reconhecimento profissional dos arquitectos e até para a abertura de novos mercados, nomeadamente: a legislação específica que enquadra a prática arquitectónica; a consciência do valor patrimonial da arquitectura e da importância da sua salvaguarda; a atribuição dos prémios Pritzker aos Arquitectos Álvaro

Siza Vieira e Eduardo Souto Moura. Porém, a legislação permite a inexistência de licenciamento camarário em determinadas intervenções, condição que promove a responsabilização individual e pode conduzir à perda de qualidade da obra. Este factor aliado à saturação da formação em arquitectura pode conduzir à quebra de princípios éticos na prestação de serviços.

Como parte da solução, o Arquitecto Vítor Murtinho aponta a necessidade premente de analisar as formações existentes (públicas e privadas) em arquitectura, quanto à qualidade e número de alunos, verificando qual o grau de ameaça de saturação do mercado. A importância da Ordem dos Arquitectos estreitar relações com as escolas de arquitectura, assumindo-se como parceiro de excelência, através da transmissão de *know how* que contribua para a adaptação das necessidades formativas de acordo com as solicitações de mercado, para a divulgação da arquitectura como testemunho temporal e civilizacional, e do exercício profissional do arquitecto intrinsecamente como valor acrescentado, ligado à qualidade de vida de todas as pessoas. Desta forma esclarecendo a parte desinformada da sociedade portuguesa que vê os arquitectos como profissionais que trabalham para uma elite e prestam serviços que para além de caros geram valores de obra muito elevados.

Nas palavras do Arquitecto Vítor Murtinho, “uma sociedade sem qualidade no presente, não se oferece como promissora no seu potencial futuro”, por isso, a sensibilização da sociedade e dos operadores locais e nacionais é fundamental. Essa sensibilização deve ter dois intervenientes:

- a) A Ordem dos Arquitectos deve intensificar as suas relações com o poder político e o poder local, demonstrando que os arquitectos são operadores privilegiados para a qualificação dos

espaços arquitectónicos e, desta forma, estimulando a construção de uma sociedade progressista e mais justa.

- b) Os arquitectos devem estreitar a sua relação com a sociedade, esclarecendo-a de forma justa e qualitativa sobre a natureza dos serviços e das competências da classe profissional.

Quanto à possibilidade de existir um número activo de arquitectos superior à procura profissional que existe na sociedade portuguesa, o Arquitecto Vítor Murtinho, referiu a sua evidência através da crescente deterioração do reconhecimento remuneratório do mérito do trabalho ou serviço de arquitectura, bem como através da dificuldade de um jovem arquitecto iniciar vida profissional activa, desde logo pelas seguintes condicionantes:

- a) Estágios presumivelmente na sua maioria desenvolvidos em condições pouco dignificantes.
- b) Pouca capacidade que os jovens arquitectos apresentam para desempenhar produtiva e proveitosamente a sua profissão, obrigando a entidade patronal a dedicar-lhes muito tempo.
- c) Após o estágio, o arquitecto por norma pode desempenhar funções numa instituição pública, ter uma relação patronal (quase sempre conducente a uma desvalorização remuneratória e subalternização) ou trabalhar em situação individual ou em grupo. Nesta última situação, pela falta de experiência e capacidade de gestão, correntemente optam por premissas de facilidade, nas quais se inscrevem os orçamentos de baixo custo.
- d) Escritórios de arquitectura que detêm regionalmente posições privilegiadas

de influência, que condicionam as práticas do exercício profissional e os valores remuneratórios.

A título de exemplo de práticas profissionais reguladas, o Arquitecto Vítor Murtinho referiu as consultas e pareceres jurídicos e as consultas em qualquer área da medicina, todas elas com preços consonantes e regulados. Contrariamente ao referido, as consultas efectuadas a um arquitecto são encaradas como meras opiniões, o que contribui para a desvalorização da profissão, denunciando a importância de estruturar e regular a profissão de arquitecto, garantindo desta forma a viabilidade económica da profissão e uma relação saudável entre pares e entre clientes e arquitectos.

Concluiu dizendo que, na sua opinião, a Ordem dos Arquitectos deve regular actuações profissionais, definindo normas e documentos que parametrizem a ética e a deontologia, conferindo justiça, paridade e lealdade nas actuações. É urgente definir uma base remuneratória que regule a prática profissional. Devem constituir-se bases de dados centralizadas com registo de actividade, através das quais se auditem quantidades e exercícios profissionais. Evitar concursos onde a escolha recaia sobre o honorário mais baixo, e evitar concursos de ideias sem júri qualificado formado, para evitar o reaproveitamento indevido de soluções por outros técnicos. É premente olhar para as oportunidades e saber contribuir para resolução de problemas, resultando uma classe mais unida, mais forte e mobilizada a produzir arquitectura.

Terminada a exposição, a moderadora abriu o debate, solicitando aos presentes que se identificassem, para efeitos de produção da acta e usassem o microfone por razões de gravação de som. Como a assembleia tardou a manifestar interesse em participar o Arquitecto Vítor Murtinho continuou dizendo

que considera que o principal problema no campo dos honorários prende-se, como afirmou o Arquitecto Alexandre Ferreira, com a existência de alguma desregulação, sendo necessário encontrar mecanismos que reponham a ordem, para trabalhar com uma base onde lentamente se definam patamares mínimos, e todos tacitamente ligados a algo que provavelmente terá a ver com deontologia. Possivelmente será nesse campo deontológico que a Ordem dos Médicos trabalha, porque conseguem manter os actos médicos mais ou menos regulados. Por exemplo, quando se tem uma consulta com um dentista, os valores não diferem muito de profissional para profissional.

Reforçou ainda a importância de definir patamares mínimos para cada tipo de projecto, porque as pessoas ou procuram um determinado profissional com nome no mercado ou procuram o projecto mais barato, fazendo lembrar os negociantes de gado nos mercados. Por vezes os arquitectos não percebem que quando o cliente solicita baixa de preço, se o arquitecto o faz está a mexer num preço que vai desvalorizar o seu trabalho e afinal aquele que era o valor mínimo passa a permitir outros valores mínimos, até chegar a valores absolutamente irrisórios.

Afirmou ainda que pelo conhecimento que tem nesta matéria, de facto os valores de honorários para projectos de arquitectura, feitos por arquitectos, são valores por vezes atingem o *dumping*, não prevendo nem os custos relacionados com o computador e a licença de *software*, e muito menos com as horas efectivas de trabalho e aquilo que será um valor razoável de cálculo, compreendendo o mínimo de dignidade profissional.

Mais acrescentou que considera a criação de mecanismos de regularização fundamental para evitar que o trabalho em arquitectura tenha um desfecho extremamente nefasto, sendo que neste

momento em termos de honorários o cenário é negativo e preocupante, por maior parte dos profissionais não compreenderem que ao praticar preços muito baixo está a matar a potencialidade do mercado, porque um trabalho que daria para um ano já só dá para um mês e terá de arranjar outros trabalhos para sobreviver o resto do ano.

Perante estes factos, a Dr.^a Ana Caridade, interpelou o Professor dizendo que, de modo geral, uma consulta de oftalmologia com um custo muito baixo, gera desconfiança sobre a qualidade do serviço prestado, mas no caso dos arquitectos opta-se pelo mais barato.

Respondendo o Professor Vítor Murtinho disse que não sabe se será sempre assim, porque existem vários níveis de mercado.

Pedindo a palavra o Arquitecto José António Bandeirinha, Professor Catedrático e Presidente do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, saudou a OASRN pela iniciativa e falando da questão da liberalização dos mercados referiu que sempre existiu, o problema é ter-se transformado numa ideologia dogmática. O mercado embora fosse liberal teve uma tabela de honorários em arquitectura, durante quase um século. Não é por o mercado ser liberal que não pode haver uma tabela. Todavia, o Arquitecto José Bandeirinha pretendeu posicionar a questão na perspectiva de quem vai adquirir o serviço de arquitectura, relembrando que quem estabeleceu o valor e qualidade dos serviços prestados em arquitectura foi o Estado, definindo a tabela de honorários para as suas obras, assim como definia igualmente Cadernos de Encargos altamente qualificados, fazendo com que essa tabela (bitola máxima) fosse seguida por todo o mercado como sinónimo de qualidade. Quando isso se perdeu foi o caus. Afirmou ainda que não se pretende cavar da história a referida tabela, mas era

bom que esta iniciativa da OASRN fosse acompanhada por todos os arquitectos, na pressão do Estado, de gerar uma política da arquitectura, na qual o Estado tem de dizer o que quer da arquitectura.

O Arquitecto Alexandre Ferreira agradeceu as palavras de incentivo e disse que o trabalho da OASRN, nomeadamente no que respeita ao Plano Estratégico, pretende ser o pontapé de saída para informar e consolidar a luta política que vem com a discussão do assunto. Efectivamente existe uma grande carga ideológica, promovida pelas directivas de 2008, que influencia consideravelmente o exercício da profissão e que não está para ficar por aqui. Há cerca de meio ano a Autoridade da Concorrência (AdC) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) fez um estudo sobre profissões reguladas e outras actividades, chegando à conclusão que no campo da engenharia e arquitectura, para obterem no mercado poupanças anuais de cerca de quarenta e quatro milhões de euros a recomendação é que não seja necessária a licenciatura para exercer arquitectura e engenharia, que seja só preciso cumprir regulamentos e normas. A ideologia neoliberal de uma desregulação selvática, ainda está a meio caminho, por isso, é tão importante a realização deste estudo. Tem de ser um movimento geral, ou os arquitectos começam a tomar terreno de forma consistente ou esta situação agravar-se-á rapidamente.

Pedindo a palavra, o Arquitecto Manuel Simões referiu que trabalhou durante o tempo de vigência da tabela de honorários, assistindo à sua extinção e trabalhando posteriormente sem ela. Afirmando que a tabela criava um patamar de igualdade nas propostas, que desapareceu, e que apesar do valor que cobra pelos seus serviços ser bastante regulado, chega ao fim do projecto e percebe que está no limite mínimo, tendo conhecimento de que existem colegas de

profissão que apresentam preços ainda mais baixos. Por isso, considera que os arquitectos têm de se unir e lutar contra esta situação.

Mais acrescentou que apesar do gabinete ser seu, de não ter empregados e ter condições reunidas para promover o *dumping* não o faz pela dignidade da profissão, porque se esta situação não se alterar os arquitectos estão a “cavar a própria sepultura”. Criar uma tabela mínima de honorários é uma óptima iniciativa porque arrasta qualificação e evolução da classe profissional.

Concluindo, partilhou a experiência que teve quando trabalhava para outra empresa, na qual teve um contrato de trabalho com um cliente alemão que perante os honorários apresentados adjudicou imediatamente a prestação de serviços, porque na Alemanha é tudo mais caro, mas o arquitecto é responsável por todo o processo de obra e mais cinco anos a pós a sua concretização, num sistema de “chave na mão”, situação que em Portugal é ligeiramente diferente.

Neste âmbito, o Arquitecto Alexandre Ferreira partilhou o exemplo de uma arquitecta, já com uma experiência muito relevante em Portugal, que foi trabalhar para o Qatar, país que à semelhança da Inglaterra tem uma visão muito fragmentada da arquitectura e profissionais especializados em pequenos nichos. Nem todos os países encaram a arquitectura de forma tão transversal como Portugal, facto que reporta para a necessidade de questionar os modelos de actuação e as formas de ver a profissão, bem como perceber as fases e responsabilidades na execução de um projecto.

Relativamente à contratação pública, o Arquitecto Alexandre Ferreira, explica que as secções regionais da Ordem dos Arquitectos têm serviços de encomenda nos quais analisam concursos para emissão de opinião quanto à participação ou não dos arquitectos

nesses procedimentos. Assessoram também concursos públicos de entidades públicas e privadas e consideram que deveriam também gerir a questão dos concursos públicos ligados à arquitectura, que é feito através do CCP no qual está contemplada tanto a aquisição de papel como a contratação de serviços de arquitectura. De facto é fundamental dialogar com as entidades competentes, com o poder político e legislativo e dentro de portas, entre pares, porque existem arquitectos a ganhar projectos com valores baixos, na ordem dos três dígitos, para além de que o estágio, por lei, é obrigatoriamente remunerado e com seguro e duração de um ano. A OASRN controla a inscrição, mas não tem meios para fiscalizar e é de conhecimento geral que alguns gabinetes usam e abusam de mão-de-obra gratuita, facto que desregula o mercado e tem efeitos perversos, porque quem trabalha muitas horas a custo zero quando lhe oferecem, em projecto, 1000 euros acha que é uma oportunidade e aceita.

Partilhando a sua experiência, a Arquitecta Ana Maria Gamito, afirmou que sempre trabalhou mas não tem vida própria porque quando tem um estagiário tem de garantir o pagamento do seu salário todos os meses, só sabe trabalhar garantindo qualidade, faz contas pela tabela de honorários e refere o facto de apesar de não estar em vigor ser um elemento de referência utilizando-a de acordo com os valores mínimos que lhe são permitidos, porque isso dá crédito ao orçamento do arquitecto. Mesmo assim em alguns casos tem dificuldade de dar orçamento porque trabalha sozinha e não sabe quanto deve cobrar. Tem um filho pequeno e não consegue acompanhá-lo como desejava, por isso, apetece-lhe fazer uma prospecção de trabalho no estrangeiro com intensão de trabalhar num sítio que lhe garanta melhores condições de trabalho.

Mais acrescentou que já perdeu trabalhos por colegas apresentarem preços desleais,

com os quais não pode competir, facto que faz com que considere fundamental que exista uma bitola mínima.

Perante estas intervenções, o Arquitecto Vítor Murtinho, referiu que todos estavam a tocar nas mesmas questões e de facto revelam que é necessário haver organização, que importa definir patamares mínimos e seria interessante criar uma base de dados onde fosse possível carregar os trabalhos que vão fazendo, como os arqueólogos têm, na qual são obrigados a registar os trabalhos que estão a fazer e não podem ter mais de três trabalhos abertos. Esta situação aplicada aos arquitectos era importante, porque um processo online de acesso a uma base de dados identificaria situações anómalas, garantindo a vigilância apertada da Ordem e exerceria uma pressão junto dos arquitectos que praticam actos desleais.

Relativamente aos actuais estágios referiu ainda que importa criar mecanismos concertados que lentamente contribuam para dignificação da profissão e que nada impede que a Ordem decida que os estágios tenham um período inicial com uma base muito formativa, deontológica e de apoio à prática, e que a partir daí seja uma relação contratual que tem de ser obrigatoriamente paga.

Concluindo, afirmou que quando o arquitecto ingressa na Ordem tem de ter condições para desenvolver a profissão e pagar as cotas, reiterando a importância da tabela de honorários, referida pelo Arquitecto José Bandeirinha. A tabela permitia um processo muito transparente para o arquitecto que fazia o orçamento e para o cliente que poderia observar o orçamento de acordo com o referencial da tabela de honorários.

Neste âmbito, o Arquitecto Manuel Simões referiu o facto de se deparar com clientes

que dizem que têm um determinado valor para gastar mas querem que a casa tenha características que pelo preço estipulado são impossíveis de assegurar, dando como exemplo uma pessoa que tinha 70 mil euros para construir a sua casa, mas analisando o projecto arquitectónico realizado a casa seria muito mais cara. Para construir a casa a pessoa precisa de novo projecto arquitectónico, feito à medida do que pode pagar. Muitos arquitectos fazem o projecto sem se preocuparem com o valor que o cliente dispõe.

A Arquitecta Maria João Sousa Pinto afirmou que a Classe profissional deve trabalhar em uníssono e perguntou se não seria possível aplicar o exemplo de Barcelona, em que os arquitectos, há uns anos, tinham uma espécie de participação à Ordem com base nos trabalhos realizados e não estavam sujeitos ao regime de cotas.

Respondendo o Arquitecto Alexandre Ferreira disse que de facto em Espanha os contratos eram feitos através dos Colégios, que definiam os honorários e estabeleciam a participação em função desses valores, porém, esse sistema começou a decair por pressão dos grandes gabinetes que tinham de declarar tudo.

Acrescentando informação à resposta dada, a Arquitecta Cláudia Costa Santos afirmou que esse foi um dos modelos que a OASRN procurou verificar, tendo falado com os responsáveis pelos Colégios da Galiza e de Madrid, que lhe explicaram que esse sistema só era obrigatório para as obras realizadas em Centros Históricos, dado o cariz especial destas zonas, regulado pela lei espanhola, para protecção, promoção e segurança de pessoas e bens. Esse procedimento, apesar de não ser obrigatório para outras zonas do território, tornou-se socialmente uma prática generalizada. Com a entrada da Troika

em Espanha, por via de uma retracção económica, o procedimento passou apenas a existir quando tinha de responder à Lei, apenas nas zonas assinaladas, o que levou a uma grande queda de receita nos próprios colégios, culminando inclusive com a venda de algumas sedes. Porém, em Espanha, os Colégios funcionam de uma forma diferente da Ordem dos Arquitectos, em Portugal, porque o Estado define as regras de actuação dos arquitectos e os colégios apenas regulam disciplinarmente, porque a inscrição nos Colégios não é obrigatória. A admissão é feita pelo Estado.

A Arquitecta Milena Barbosa, brasileira, estudante de doutoramento em Coimbra, referiu que os problemas dos arquitectos portugueses são iguais aos problemas dos arquitectos brasileiros. No Brasil a vontade de mudança levou a uma ajuda colaborativa entre arquitectos que vai produzindo alguns resultados. Das diferenças que encontra em Portugal referiu a existência de estágios profissionais, que considera um caminho que deve ser mais desenvolvido, por considera-lo mais justo.

Acrescentou ainda que o estágio no Brasil é diferente do estágio em Portugal, correspondendo unicamente a quatro horas de trabalho diário e que se em Portugal os estudantes de arquitectura saem sem noção de mercado e sem saber orçamentar um projecto, no Brasil esta realidade só se vai alterando por via do trabalho colaborativo que está a ser desenvolvido, tendo como *slogan* “não se vender, se valorizar”, como forma de afastar situações de deslealdade profissional.

Terminou questionando a OASRN sobre o facto dos arquitectos brasileiros não serem reconhecidos como tal em Portugal, mesmo que se encontrem a frequentar doutoramento numa universidade portuguesa.

De seguida, o Arquitecto Jorge Paulo Correia pediu a palavra para partilhar a sua situação profissional, dizendo que está desempregado, sem fonte de rendimento e vive com ajuda dos pais e de alguns amigos. Formou-se em 2003, tem muita consideração pela sua faculdade, mas contrariamente ao que foi sugerido pelo Arquitecto Vítor Murtinho, considera que a Ordem tem de regular profissionais activos sem qualquer papel junto das escolas de arquitectura.

Respondendo o Arquitecto Vítor Murtinho esclareceu que a Ordem está distante da universidade e que deve aproximar-se, transmitindo a sua experiência como forma de contribuir para o preenchimento de lacunas que existam nas universidades.

Neste âmbito, o Arquitecto Jorge Paulo afirmou que os alunos de arquitectura, como agentes do sector privado deveriam sair da universidade a saber quais são as suas competências e valor dentro do mercado. Tendo efectuado, conjuntamente com o Arquitecto Hugo Carvalho, um curso de empreendedorismo, através do Instituto do Emprego e Formação Profissional, teve a percepção mais clara da carência desta área formativa nas escolas de arquitectura.

Concluiu a sua intervenção afirmando que os arquitectos se devem unir da mesma forma que os médicos, defendendo a profissão e os seus pares.

Em resposta à questão lançada pela Arquitecta Milena Barbosa, a Arquitecta Cláudia Costa Santos, disse que as leis portuguesas só permitem o reconhecimento automático dos profissionais provenientes da Comunidade Europeia, os profissionais procedentes de outros países são abrangidos

por um acordo de reciprocidade entre Estados. Em relação aos arquitectos brasileiros antes do reconhecimento profissional é necessário o reconhecimento da formação em arquitectura por parte de uma universidade portuguesa estatal. Só depois podem ser reconhecidos pela Ordem dos Arquitectos.

Ainda dentro desse assunto, o Arquitecto Vítor Murtinho referiu que o processo passa obrigatoriamente pelo reconhecimento, por uma universidade portuguesa, de equivalência da formação efectuada no Brasil ao mestrado integrado em arquitectura vigente em Portugal. Para tal muitas vezes é necessário fazer algumas cadeiras em Portugal, porque muitos arquitectos brasileiros vêm licenciados em arquitectura, sendo que em Portugal para o reconhecimento profissional é obrigatório ser detentor de mestrado. Por outro lado, a universidade portuguesa pode reconhecer que a licenciatura brasileira tem competência para o ingresso em doutoramento, porém, tal não reconhece esse aluno de doutoramento como profissional de arquitectura. É uma questão meramente legal.

A Arquitecta Juliana Santos, brasileira, aluna de doutoramento em Portugal, reforçou esta questão afirmando que tal como a sua colega não consegue ser reconhecida como arquitecta em Portugal.

Encerrando a sessão o Arquitecto Alexandre Ferreira agradeceu o contributo de todos, em especial do Arquitecto Vítor Murtinho, convidando os presentes a participarem nos próximos debates e apelando à contribuição de todos através do email norte41@oasrn.org.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas dezanove horas e quarenta minutos, de que se lavrou a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pela Presidente do CDRN-OASRN e pela secretária do debate.

Cláudia Costa Santos

(Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos)

Sofia Vechina

(Assessora do projecto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade Sustentabilidade)

ANEXO

Ética, deontologia e estatuto remuneratório, três partes de uma mesma equação.

Texto lido no contexto da sessão sobre A Evolução dos Honorários em 4 de abril de 2019

Gostava de dizer que é para mim uma honra estar presente neste 1º Debate Participativo promovido pela SRN da Ordem dos Arquitectos, dedicada à “Evolução dos Honorários”, pelo que gostaria de agradecer o convite, apesar de que sendo este um tema candente, tenho a certeza que todos nós desejaríamos que não estivesse na ordem do dia, principalmente pelos motivos óbvios que leva a que estejamos aqui a falar sobre o assunto.

Não pretendendo fazer nenhum desvio àquilo que é o tema deste debate, parece-me oportuno, também, que possamos alargar a matéria da discussão, esperando que com isso se possa incorporar melhor argumentação para minimizar um problema que está a provocar danos irreparáveis na classe e no deteriorar das relações desta com aqueles que legitimamente usufruem do seu trabalho.

A sociedade ocidental moderna tem sido orientada por padrões constituídos

na base de uma economia liberalizada, praticamente alicerçado em princípios de oferta e de procura, e, por isso, muitas das vezes com pouca regulação efetiva. Este é também um paradigma que está na base e aparece plasmado nos princípios orientativos de funcionamento da própria Comunidade Europeia. Qualquer sociedade liberal percebe que a desejabilidade de uma qualquer concorrência deveria ter sempre como base inultrapassável um patamar mínimo que esteja acima do valor justo para qualquer trabalho ou produto. Não regular esse patamar básico e elementar é inevitavelmente criar condições para a desregulação, para o dumping e certamente gerar condições proporcionadoras de uma total e absoluta anarquia.

No campo meramente discursivo, a Comunidade Europeia faz o apanágio de uma sociedade progressista e justa, mas esquece-se que nalguns contextos nem sempre o mercado procede à regulação adequada ou desejável. Por princípio, por desculpa, ou por conveniência, este aspeto também é projetado para a legislação dos estados, ou pelo menos de alguns estados, não percebendo que com isso se promovem desigualdades e, sobretudo, situações que por falta de regulação se assemelham à

exploração mais vil, roçando aparências de terceiro-mundismo, que se tornam um espelho de um regime que favorece desse modo um atentado à dignidade de um qualquer exercício profissional.

Penso que dado o contexto onde me encontro e sabendo-se qual o assunto que está na génese desta minha intervenção, é óbvio que esta aparece orientada para a problemática que envolve a trabalho em arquitetura, seja qual for o modo como este se concretiza. Na realidade teremos em foco o problema da relação entre pares – entre arquitetos –, a relação destes com os clientes e a relação – quando existe – com uma entidade patronal. E, se tivermos como principal enfoque a regulação e a prestação de serviços de arquitetura, no cadinho deste tema teremos certamente um problema complexa de regulação remuneratória.

Durante bastante tempo, uma das questões emergentes era sobretudo a circunstância de o mercado estar profissionalmente desregulado e ocupado por vários atores que nem sempre tinham as competências e as apetências para a prestação de serviços de arquitetura. Felizmente tem havido alguma progressão no sentido do reconhecimento profissional dos arquitetos através de legislação específica que enquadra a prática arquitetónica, que define patamares de responsabilidade e âmbitos concretos de ação. É certo que o facto de nos últimos anos ter havido uma consciência do valor patrimonial, da importância dos centros históricos e da necessidade de preservar o parque edificado enquanto valor geracional tem permitido novos mercados e sobretudo ainda uma maior dignificação da profissão. Penso que os prémios Pritzker atribuídos a Siza Vieira e Souto de Moura, bem como o reconhecimento genérico internacional da arquitetura portuguesa têm sido uma excelente ajuda.

Todavia, no campo legislativo, houve algum aligeiramento, nalguns casos da inexistência de licenciamento camarário de determinadas intervenções, favoreceram o facilitismo, com consequências detetáveis sobre a qualidade da obra e, inevitavelmente com prejuízo inconsciente dos próprios utilizadores finais. Ou seja, qualquer ação tendente a uma facilitação na base de uma responsabilização individual, no nosso contexto, pode inconscientemente ser a criação de um processo que, sem fiscalização, pode tender para uma irrefutável perda de qualidade.

De um modo geral, aquilo que transparece é que a desregulação que existiu e provavelmente continua a existir de uma formação muito saturada em arquitetura, em função das necessidades do país, cria toda uma panóplia de condições ideais para que se quebrem princípios éticos e se pratiquem formas menos ortodoxos de prestação de serviços.

Ou seja, é muito urgente que se faça o levantamento das formações em arquitetura, sejam elas promovidas pelo estado ou por instituições privadas e se avalie desde a qualidade desses cursos, até ao número de alunos. Sei que esta afirmação é polémica pois pode estar a interferir com princípios elementares de liberdade de acesso ao ensino e de princípios básicos de direito dos cidadãos, mas parece-me que é muito importante que este debate seja feito, sob a ameaça de termos um mercado totalmente saturado de arquitetos, com os problemas profissionais que daí certamente não de advir. Dou como exemplo, a situação, felizmente já ultrapassada provavelmente por questões de procura, de moda, de gula, da circunstância de terem convivido em Coimbra três escolas de arquitetura.

Sabendo nós que estamos em presença de uma região deprimida, motivado por deficientes apostas de progresso sustentável,

da gestão de apostas na economia e de regulação do espaço urbano. Nesse sentido e para além da regulação, torna-se importante que a Ordem dos Arquitetos estreite relações mais próximas com as escolas de arquitetura, verificando necessidades formativas e veja se no contexto da oferta profissional os currículos dos cursos são os mais adequados tendo em vista as solicitações de mercado. Ou seja, parece ser oportuno que a Ordem dos Arquitetos se aproxime das escolas de arquitetura, se assuma com parceiro de excelência e com isso ajude a melhorar ofertas e propicie mecanismos e procedimentos que ajudem a divulgar a arquitetura.

Com a última parte desta observação abro uma nova frente argumentativa que tem a ver com o impacto e a importância da arquitetura na sociedade. É evidente que existindo uma sociedade que em muitos aspetos não é a mais esclarecida, é crucial que exista uma organização que propague e sublima um exercício profissional que está intimamente ligado à qualidade de vida das pessoas.

Existe numa parte da nossa sociedade a impressão de que os arquitetos trabalham somente para as elites e o seu serviço, para além de muito caro, gera custos muito elevados em termos de valores de obra. Esta é mesmo uma grande falácia tendo em consideração o estado do mercado e as difíceis condições em que se exerce a arquitetura. Havendo que desconstruir este infeliz lugar comum, é determinante que a Ordem dos Arquitetos delineie estratégias que possam ajudar a dignificar a profissão e que esta seja vista como um valor acrescentado em qualquer que seja o âmbito da intervenção arquitetónica. Julgo que existe todo um trabalho que é preciso iniciar em termos dos vários níveis de ensino que antecedem a universidade permitindo que os jovens, futuros profissionais no mundo da arquitetura ou futuros clientes e interlocutores nas

dinâmicas espaciais, possam incorporar formação sensível para o universo da arquitetura. É importante que exista e seja cultivado o reconhecimento da importância que os arquitetos tiveram e continuam a ter para efeitos dos protagonismos da humanidade. Não que se pretenda que o ensino da história e dos seus factos seja estruturada a partir de personagens e não de acontecimentos, mas certamente é desejável que exista uma consciência de que na génese de uma qualquer construção esteve a ação de um homem, de alguém que soube dar forma e consistência construtiva a uma ideia, permitindo que esta pudesse ser realidade. Um trabalho que muito antes de ser concretizado precisou de elaborada e competente ação de conceção tornando que as coisas passassem do mundo das intensões para o mundo da realidade. Neste campo, existe muito trabalho para fazer e provavelmente passa por envolver mais as comunidades educativas, os professores e obviamente os autores da diferente manualística que apresenta um papel determinante no processo formativo escolar.

Para além das questões relacionadas com a pedagogia, a arquitetura tem que ser encarada como uma prática cultural que a cada momento é testemunho de uma época, de uma civilização e que, por isso, são os edifícios de hoje que somadas ao do passado, vão ajudar a formar o património do futuro. Uma sociedade sem qualidade no presente, não se oferece como promissora no seu potencial futuro. É preciso sensibilizar os operadores locais e nacionais para a importância do espaço público e dos edifícios públicos para a formação de uma sociedade melhor. A Ordem dos Arquitetos tem que intensificar relações com o poder político e o poder local, demonstrando que congrega no seu seio os operadores privilegiados para a qualificação dos espaços exteriores e interiores, permitindo a

construção de uma sociedade progressista, mais justa e, certamente, muito melhor.

E, se esta é uma frente onde se pode e deve trabalhar é importante que seja intensificada a relação entre os arquitetos e toda uma sociedade que na maior parte das vezes se apresenta tanto receosa de uma profissionalidade como pouco esclarecido sobre a natureza dos serviços e das competências de toda uma classe. Nesse prisma é pertinente discutir formas de penetração e modos de atuação tendo em vista a conquista de um espaço representativo e de toda uma oportunidade de intervenção, de modo justo e qualitativo.

Na realidade a diversificação de mercado pode ser um dos caminhos para minimizar um problema que se torna preocupante: provavelmente o número ativo de arquitetos é superior à procura profissional que existe na nossa sociedade. E este problema tem sido contornado por várias formas, sendo a mais visível uma degradação progressiva e consciente do reconhecimento do mérito de um trabalho ou de um serviço através da forma remuneratória. Este é certamente muito mais do que um problema, mas, inevitavelmente, um flagelo que deixa na classe um rasto de destruição de valor e de riqueza. Um problema social, mas também um problema que a própria classe tem favorecido e ajudado a propagar.

Qualquer jovem que conclua a sua formação universitária vê-se normalmente confrontado com a dificuldade de iniciar a sua vida profissional ativa. São poucos os estágios e provavelmente na maior parte dos casos estes são desenvolvidos em condições muito pouco dignificantes para quem está a iniciar-se na profissão. Admito que um jovem saído de uma qualquer escola de arquitetura não tenha a capacidade suficiente para que se possa considerar o seu desempenho produtivo e suscetível de gerar algum

proveito visível dado o tempo e esforço que requer por parte do seu patrono. Se assim for, é necessário que toda a relação formativa seja transparente e determinadamente regulada por preceito que legalize contribuições e deveres. Mas, reconheça-se que existindo algum esforço no sentido da regulação, nem sempre a classe e os seus membros têm respondido no sentido de reconhecimento e de dignificação das colaborações. Este é certamente um ponto fraco que aparecendo numa situação de começo de atividade é um mau prenúncio para efeitos de resultados e de desempenhos futuros.

Superada a fase inicial de acesso à profissão, na maior parte dos casos ou se proporciona um desempenho em instituição pública ou havendo relação patronal, os riscos de subalternização e de desvalorização remuneratória são muito mais do que uma probabilidade, serão uma certeza quase absoluta. Então, perante este triste cenário, um caminho pode ser o risco de aceder diretamente à prática profissional em situação individual ou em grupo. Em geral, este primeiro passo, que em muitos casos nem apresenta particular evidência de experiência profissional reconhecida, pode induzir a uma produção que é baseada em princípios de facilidade, com potencial de baixo custo dado em muitos dos casos não existirem compromissos económicos visíveis e expressivos. Hoje em dia, é fácil reunir um computador, um software de bom desempenho com poucos ou nenhuns custos e meios suficientes de impressão, tudo quase feito a partir de casa.

É obvio que também poderemos ter escritórios de arquitetura que funcionam como perfeitos eucaliptos que captem regionalmente trabalhos devido sobretudo aos preços praticados ou a cirúrgicas posições de influência ou de condicionamento. Este, como outros problemas, tornam-se situações evidentes, palpáveis e muito

visíveis, de tal modo que condicionam as práticas do exercício profissional ou de certo modo limitam – e de que maneira – os valores remuneratórios. Devem ser clarificadas situações de incompatibilidade e de exclusividade quando a natureza dos atos assim o pede. Mesmo quando a lei não o obriga, deveria existir uma deontologia suficientemente robusta para moralmente a obrigar.

Por outro prisma, se um de nós for a um advogado, não se surpreenderá de no final da conversa, esta ser acompanhado por uma nota de honorários. É que os conselhos e os pareceres têm que ser pagos. Esse valor será determinado em função da opinião ou no mínimo a partir do tempo despendido. Em medicina, na psicologia, ou noutras profissões, os valores por consulta estão relativamente estabilizados sendo os preços correntes regulados por tabelas de referência. Curiosamente, em arquitetura parece que as nossas consultas são somente opiniões, que eventualmente até não serão bons conselhos porque passamos a vida a dá-los e a não levar nada por isso.

É imperioso que o mercado da arquitetura obedeça a princípios estruturantes e reguladores. É importante que profissionalmente se regulem as relações entre pares e se definam patamares mínimos que permitam relações saudáveis e estabilizadas entre clientes e arquitetos. É crucial que sejam asseguradas condições de trabalho que dignifiquem a nossa profissão. A regulação só pode ser confirmada através da assunção de valores que sejam referenciados à produção e que simultaneamente dignifiquem o trabalho desenvolvido. Nalguns casos, os honorários transformam-se numa espécie de mercado com valores em aberto, sujeito a ofertas que em vez de legitimarem o serviço, incidem sobre uma espécie de trabalho que certamente será mínimo e que permitirá ao cliente um projeto

que cumpre aquilo que a instituição pública aceita como um patamar suficiente. Aqui, não interessa a qualidade do projeto, o rigor da obra ou a primazia do resultado, o que está em jogo é ficar com o trabalho porque depois logo se vê. É isto que vemos, uma sociedade com uma das suas classes profissionais desreguladas, sem base estruturada que permita a criação de um valor que em última instância deveria funcionar como prestação da própria classe e da sua atividade.

Numa sociedade, onde os lobbies são muito frequentes, onde se desenvolvem interesses que utilizam o poder que a cada momento se possui para tirar daí outros dividendos, é importante que a classe defina urgentemente princípios éticos que estruturam as atuações e que deem banda larga àquilo que pode ser consignado como sendo o exercício profissional. Os atos próprios da profissão não devem ficar consignados a uma declaração que entra numa qualquer edilidade, mas devem abranger outras práticas e outros sujeitos do processo. À Ordem dos Arquitetos compete regular atuações, definir normas e documentos que parametrizam a ética e a deontologia. Compete definir, publicitar e fiscalizar atuações que confirmam justiça, paridade e lealdade nas atuações.

A arquitetura, mais do que uma concretização no espaço deve ser também um modo de intervenção social. Uma intervenção que não pode ser elitista, mas sobretudo que deve ser assente em matrizes formativas e de promoção de valor. Um valor que mesmo tendo por base um pressuposto remuneratório não deve ignorar outras responsabilidades. Uma responsabilidade que tem que respeitar princípios de lealdade para com os pares e sobretudo ser assente em princípios que resultem mais dos resultados obtidos do que da base económica de partida. É urgente a definição de uma base remuneratória que

regule a prática profissional. É urgente que exista uma relação das diferentes práticas e interesses, que se intervenha ao detetarem-se anomalias, desvirtuamentos e concorrência desleal. Devem ser constituídas bases de dados centralizadas com registo de atividade, e que se auditem quantidades e exercícios profissionais; este procedimento de registo tem que abranger no mínimo as situações onde houver utilização de certidão profissional, mas desejavelmente cobrir todo a prática arquitetónica.

Deveremos, ainda, evitar concursos onde a escolha recaia sobre o honorário mais baixo, como também evitar concursos de ideias sem júri qualificado formado. No âmbito privado contam-se histórias onde o concurso é mero embuste para colher ideias aproveitadas pelo técnico eleito que provavelmente será quem se presta ao serviço mais barato. Todos os concursos, mesmo os privados, têm que ser regulados pela Ordem dos Arquitetos e quando tal não acontecer, os arquitetos devem ser incentivados à sua não participação.

É muito premente que se olhe para as oportunidades, que se saiba contribuir para

a resolução dos problemas, que se discuta esses problemas dentro da classe e sobretudo se seja atuante perante os resultados. Todos temos que pugnar por uma sociedade que reconheça o valor primordial da arquitetura, que reconheça o seu inegável papel para efeitos daquilo que nos deveria mover a todos. Ou seja, a possibilidade de ser feliz e, nesse aspeto, a arquitetura, tem um papel tão importante como determinante.

Não tenho a mais pequena dúvida de que este ciclo que a Ordem dos Arquitetos está neste momento a dinamizar é o testemunho evidente da constatação de um problema grave de regulação profissional e, pelo que parece existe uma vontade determinada para se fazer um diagnóstico e tomar medidas para o minimizar ou resolver. Esperemos que este debate seja participativo e dê frutos nesse sentido. Todos teremos a ganhar e certamente com isso resultará uma classe unida, mais forte e mobilizada a produzir aquilo para melhor sabe fazer: arquitetura.

Vitor Murtinho
arquiteto

ACTA Nº 2

CICLO DE DEBATES — 2º DEBATE PARTICIPATIVO

“PLANO ESTRATÉGICO PARA O SECTOR DA ARQUITECTURA NO NORTE DE PORTUGAL: 2018-2038”

CASA DO PROFESSOR (BRAGA)

Aos **trinta e um** dias do mês de **Maio** do ano de **dois mil e dezanove**, pelas dezoito horas e vinte e cinco minutos, realizou-se no Auditório da Casa do Professor, em Braga, o segundo debate participativo “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, sob o tema “Evolução do exercício da arquitectura. Como salvaguardar e impulsionar a prática profissional”, organizado pela Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte (OASRN), para o qual foram convidados o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, Professor Doutor **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** e os Arquitectos **António Jorge de Moura Leitão** Cerejeira Fontes, **José Manuel Castro Carvalho Araújo** e **José Eduardo Vilaça** e **Moura do Vale Machado**.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga fez-se representar pelo Sr. Vereador do Urbanismo, Professor Doutor **Miguel Sopas de Melo Bandeira**, e o Arq.º **José Carvalho Araújo** pelo seu sócio, o Arq.º **Joel Tiago Martins Moniz**.

O debate foi presidido pelo Arq.º **Alexandre Ferreira**, Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos, moderado pela Dr.ª **Ana Caridade**, Assessora do Pelouro da Comunicação da OASRN, tecnicamente apoiado pela Dr.ª **Leonor Figueiredo**, Assessora do Pelouro da Cultura da OASRN e secretariado pela Doutora **Sofia Vechina**, Assessora do Projecto Norte

41º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade da OASRN.

Em assembleia estiveram presentes os Arquitectos **António Manuel Caldas Laúndes**, **Carlos Alberto Pereira Saldanha**, **Francisco António Pereira Ferreira**, **Isabel Maria Fernandes Pereira Caldeira**, **Ivo Pereira de Oliveira**, **João Pedro Borges Araújo** Macedo, **José Augusto Moura Rodrigues Martins**, **José de Jesus Gomes Abreu**, **José Manuel Cardoso Pereira**, **José Manuel da Silva Vilas Boas**, **José Pedro Antunes da Rocha Vinagreiro**, **Manuel Joaquim Moreira de Oliveira**, **Manuel José Vieira Ferreira**, **Maria Adelaide Pinto de Abreu**, **Mário Luís Cruz Ferreira de Abreu**, **Marta Andreia Carvalho da Silva Fernandes**, **Paulo Alexandre Paiva Fonseca**, **Pedro Jorge Rodrigues Veloso**, **Ricardo Fernando Gonçalves Coutinho**, **Sandro Lourenço Vieira Ferreira**, **Sérgio Borges Oliveira e Moreira Costa**, **Sofia Teixeira de Sousa Zarcos Palma**, **Teotónio Manuel Morais da Silva Santos**, **Vincenzo Riso**, **Vítor Bruno Machado Ferreira**, bem como o Professor Doutor **Francisco Carballo-Cruz** e o Dr. **Ricardo Nuno Baptista Faria**.

Iniciando os trabalhos a moderadora, Dr.ª **Ana Caridade**, cumprimentando os presentes passou a apresentar a mesa, referindo a ordem pela qual seriam realizadas as intervenções: Professor Doutor **Miguel Bandeira**, Vereador do Urbanismo da

Câmara Municipal de Braga; Arq.º Alexandre Ferreira, Vice-Presidente do CDRN; Arq.º António cerejeira Fontes; Arq.º Joel Moniz; Arq.º José Eduardo do Vale Machado.

Tomando da palavra, o Professor Doutor Miguel Bandeira, Vereador do Urbanismo da Câmara Municipal de Braga, começou por cumprimentar os presentes, referindo que tem uma grande satisfação de participar neste debate, por conhecer maior parte dos presentes, encontrando-se entre eles um número significativo de arquitectos da Câmara Municipal de Braga, por há muitos anos colaborar com a Ordem dos Arquitectos e por considerar interessante dar o seu testemunho e dar alguns contributos para o desígnio de um Plano Estratégico, não sendo arquitecto, mas tendo a sua própria observação da arquitectura.

Mais referiu que se encontra em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, que não pode estar presente por se encontrar num Fórum da Polícia de Segurança Pública.

Relativamente ao Plano Estratégico considera-o como uma iniciativa ousada, que merece ser considerado, acrescentando que tem usado reiteradamente, em alguns contextos públicos e até num artigo de 2018, de Morfologia Urbana, dirigida pelo Arquitecto Vítor Oliveira, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o seu testemunho enquanto vereador do Urbanismo, do Planeamento e do Ordenamento do Território, da Reabilitação Urbana, do Património, da Mobilidade e da Relação com as Universidades, todas estas valências têm de facto um motivo estreito de relacionamento com arquitectos.

Ao longo dos cinco anos de exercício em cargos de serviço público, considera que efectivamente, de acordo com o que se encontra no Plano Estratégico, o ano

de 2008 e a análise do que tem sido a prática profissional antes e depois desse ano é pertinente para reflectir sobre a multiplicidade de modos de estar e de ofícios que o arquitecto desempenha.

Finalizando a sua intervenção, deixou para reflexão uma partilha, na qualidade de vereador da Câmara Municipal de Braga, referindo que enquanto em 2013-2014 contactava muito com arquitectos e engenheiros civis em reuniões técnicas, actualmente lida cada vez mais com juristas. Esta situação não é exclusiva do município de Braga, como prova o artigo do Arq.º Filipe Fontes, ligado à administração autárquica da Câmara Municipal de Guimarães, no Diário do Minho, de 6 de Maio de 2019, emprega o termo “o jurisdicionalismo da urbanística”, revelando o impacto desta nova realidade, que tem uma maior ênfase no contexto do urbanismo. Reforçando esta ideia disse que se trata do “judicialismo”, numa dimensão distinta e diferente que deve ser considerada no plano do que é a arquitectura em Portugal, embora o Plano Estratégico seja circunscrito à região Norte, o que levanta algumas idiossincrasias próprias da “região”.

De seguida, o Arq.º Alexandre Ferreira dirigiu-se ao Senhor Vereador agradecendo, em nome da OASRN, a presença da Câmara Municipal de Braga, bem como a de todos os colegas, tanto os convidados a integrar a mesa do debate como aos da assembleia.

Fazendo a devida contextualização, o Arq.º Alexandre Ferreira referiu que este segundo debate participativo enquadra-se no “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, um estudo adjudicado à Universidade do Minho que está a ser desenvolvido pela Escola de Gestão e Economia, representada no presente evento pelo Professor Doutor Francisco Carballo-Cruz, um dos coordenadores científicos. Sendo o presente

estudo devedor da comemoração dos 20 anos da Ordem dos Arquitectos e, na opinião da OASRN, do fim de um ciclo.

A Ordem dos Arquitectos, há 20 anos teria cerca de quatro mil ou cinco mil arquitectos, num contexto económico e político muito diversificado. Passados 20 anos tem cerca de 25 ou 26 mil, que já passaram por crises muito profundas, sendo necessário apontar novas direcções profissionais, tendo este Plano Estratégico como objectivo parar, pensar e discutir que desafios futuros pode a profissão encontrar e, perante esses dados, criar um plano que sirva de mote para projectar a profissão.

Este estudo divide-se em três fases:

1. Diagnóstico, fase na qual se encontra presentemente, que irá dar resposta à dificuldade de obter números que permitam perceber quais os problemas da profissão, partindo, por tanto, de uma análise estatística e qualitativa.

Os debates participativos contribuem para um Plano Estratégico mais justo e inclusivo.

Os vinte anos embora se justifiquem unicamente numa dimensão meramente simbólica permitem compreender diversos factores, como por exemplo o impacto das novas tecnologias na prática profissional. É nesta fase que se encontra o estudo, que após a análise estatística tem vindo a realizar alguns grupos de foco, com arquitectos representativos das várias formas de exercício profissional.

2. Partindo do diagnóstico será possível estabelecer estratégias de actuação profissional, o que corresponde à segunda fase do estudo, e modelos de governança (3ª fase),

permitindo compreender como se pode viabilizar um gabinete, etc.

Finalizando a sua intervenção, o Arq.º Alexandre Ferreira, referiu que o primeiro debate participativo abordou a questão dos honorários, o presente trata o tema da prática profissional e outros assuntos serão aportados nos próximos debates a realizarem-se nas cidades de Viseu, Vila Real, Aveiro e Viana do Castelo.

Tomando a palavra, o Arq.º António Cerejeira Fontes agradeceu o convite que lhe foi endereçado pela OASRN, cumprimentou os presentes e começou por afirmar é difícil para quem está na prática profissional avaliar o exercício da profissão, até porque depois do treinador de futebol, se existe alguma profissão da qual todos julgam perceber é de arquitectura, o que condiciona a criação do valor do arquitecto a uma leitura sempre muito subjectiva, embora seja indiscutível que a prática da arquitectura gere um valor acrescentado.

Procurando aproximar-se da génese da arquitectura, o Arq.º António Cerejeira Fontes, partilhou as palavras do Arq.º Wang Shu, vencedor de um dos Prémios Pritzker, que afirma que só faz habitação e que todos os edifícios são habitação, dizendo que a partir daí tudo se pode fazer. Nesse sentido importa ao Arquitecto pensar na implicação da sua actividade na vida das outras pessoas.

Mais afirma que a Universidade, as Ordens, etc., vão tendo uma visão muito fechada daquilo que é a responsabilidade dos arquitectos perante a influência que o seu trabalho pode representar, não sendo por acaso que os arquitectos têm sido afastados da maior parte das decisões tomadas nos últimos 30/40 anos. Tem a ver com, por exemplo, as Academias terem uma visão muito fechada nelas próprias e pensar, muitas vezes, uma arquitectura

muito estetizada e até intelectualizada, o que é importante até certo ponto, mas afasta a arquitectura da sua essência. A arquitectura constrói-se com pedra, com betão, com madeira e é para pessoas.

Juhani Pallasmaa, teórico finlandês, diz que a arquitectura só atinge a verdadeira dimensão quando consegue juntar todos os sentidos. Grande parte do ensino da arquitectura é suportado no pensamento e na visão. Para Juhani Pallasmaa, os sentidos significam uma aproximação ao problema e que essa aproximação significa compromisso e quando o arquitecto está de facto comprometido com as pessoas a arquitectura sai de outra forma.

Por essa razão, o Arq.º António Cerejeira Fontes, considera que a arquitectura tem de ter influência para mudar as coisas para melhor e tem de sair dos seus âmbitos mais restritos e abrir-se a uma discussão sem medo, sendo actualmente rara a discussão pública nesta área, porque implicaria trazer muitas entidades que teriam consequências políticas, de falta de graus de liberdade. Porém, a agenda política tem quatro anos de validade e a arquitectura dura muito tempo.

Relativamente à resistência da aplicação da tecnologia na construção, o Arq.º António Cerejeira Fontes, diz ainda que a arquitectura dura mais do que a própria tecnologia e por vezes os edifícios ficam ridículos passados alguns anos, porque a tecnologia com a qual foram construídos tornou-se obsoleta.

Concluindo a sua exposição, o Arq.º António Cerejeira Fontes deixou algumas linhas de reflexão, considerando que a arquitectura tem de sair do seu âmbito fechado e mostrar-se, definindo algumas metas:

1. A Estratégia tem de passar por juntar as escolas, as ordens e outras profissões que trabalham com o arquitecto. É impossível pensar, por exemplo, na

questão dos honorários sem chamar para a discussão outras áreas, como por exemplo as engenharias, porque de outra forma os arquitectos ficam sozinhos na resolução de um problema que é comum a outras áreas.

2. Como a arquitectura é uma profissão que acrescenta valor implica resultados que muitas vezes os arquitectos não estão preparados na sua formação académica para assumir. Há uma necessidade de transição para a prática profissional, que não é responsabilidade das universidades, mas será um dever das ordens, porque se não se actuar os arquitectos poderão não serem capazes de dar respostas efectivas aos desafios que o mercado propõe: construir o mais barato possível; de forma eficiente e majorar o resultado do retorno que se faz.
3. Relativamente à legislação é necessário pensar como se podem contornar os problemas que vão surgindo na prática profissional. Por exemplo, uma família que ganha 600/800 euros por mês e pode investir 25% do seu ordenado para construção da casa, num investimento a 25 anos, significa 15/17 mil euros de custo da casa. É possível fazer uma casa, com dignidade, por 17 mil euros, desde que se saiba interpretar a legislação, porque se o arquitecto aplicar a legislação textualmente, sobretudo no que respeita a obrigações técnicas, áreas, etc., é impossível fazer um casa por esse preço.

Há uma décalage entre a capacidade que o mercado tem em termos financeiros e o que a legislação obriga o arquitecto a cumprir, facto que revela a importância de discutir estes assuntos com as entidades competentes, de forma a encontrar soluções, percebendo que vivemos num país com recursos muito

limitados, facto que tem sido favorável à arquitectura portuguesa, porque nos últimos 30 anos a arquitectura teve muitos recursos e distanciou-se da sua génese. Em Portugal sempre se fez muito com poucos recursos, garantindo uma arquitectura com dignidade, na qual o arquitecto é capaz de entender o que importa trazer para a construção do edifício, permitindo que os seus utilizadores a possam sentir e desfrutar.

Seguiu-se a intervenção do Arq.º Joel Moniz, que agradecendo o convite esclareceu que se encontrava em representação do Arq.º José Carvalho Araújo, que na impossibilidade de estar presente lhe pediu que o substituísse.

Dando início à sua intervenção, o Arq.º Joel Araújo, começou por lançar dois tópicos importantes para o debate:

1. Maior parte dos arquitectos convidados para o debate posicionam-se fundamentalmente como autores, mas existem outras formas de exercício profissional. Este facto levará os intervenientes em mesa a representarem uma visão muito concreta da profissão.
2. Pegando na comparação entre o treinador de futebol e o arquitecto, feita pelo Arq.º António Cerejeira Fontes, afirma que o futebol promove muito mais debate do que a arquitectura, acrescentando que se por um lado os arquitectos não têm um interlocutor com quem possam conversar com o mesmo tipo de argumentação, por outro lado o arquitecto perdeu uma certa aura que lhe conferia um maior depósito de confiança por parte da sociedade. Estes factos concorreram para o aumento do intervalo de incomunicabilidade com determinados sectores, o que tem a ver com a carência de comunicação no sector.

Reforçando estes dois componentes, o Arq.º Joel Moniz, referiu que quando começou a actividade profissional, há cerca de 20 anos, o ambiente de trabalho em gabinete era constituído por maquetes, desenhos, colagens, fotomontagens, textos sintéticos... Hoje sente-se um arquitecto em part time, porque para poder comunicar e justificar o projecto tem de desenvolver diversas capacidades, nomeadamente no que respeita à interpretação da lei. A comunicação hoje é muito mais complexa e os conceitos passam a ser mais mudáveis e a legislação muito mais rígida, o que se revela contraproducente para o arquitecto.

Segundo o Arq.º Joel Moniz, esta situação é angustiante para a prática profissional e reforçada pelo ruído desnecessário que se cria em torno da submissão de um projecto de arquitectura nas autarquias. É um processo cada vez mais complexo, que importa simplificar. Porém, a simplificação dos procedimentos não pode criar ainda mais rigidez ao processo.

Na sua opinião, os arquitectos têm de criar mecanismos para comunicar com os clientes e dar a perceber o que é o trabalho do arquitecto. Um cliente que está á espera de um projecto aprovado, muitas vezes, não entende o tempo que se perde nesse procedimento.

No uso da palavra, o Arq.º José Eduardo do Vale Machado, após agradecer o convite que lhe foi dirigido, esclareceu que esta temática é-lhe muito cara, quer a titulo individual quer dentro da empresa onde trabalha, na qual tem vindo a reflectir ao longo dos últimos tempos e, como tal, considera-a de uma enorme complexidade, por existirem problemas de carácter cultural, que são transversais a todos os momentos da vida do arquitecto e cuja resolução depende de uma transformação cultural, o que é muito difícil de por em prática,

até por obrigar todos os intervenientes a concorrerem para a mesma ideia/resolução.

Menciona ainda que a actividade desenvolve-se em dois âmbitos:

1. Quando o arquitecto é educado.

A academia tem um problema de educação profundo, não se adaptou aos problemas da actualidade e com isso tem potenciado um ambiente que concorre para uma esterilidade intelectual, funcionando como um imprinting (“pensas como eu entras, não pensas ficas”).

2. Quando o arquitecto pratica a sua profissão, estando sujeito a uma regulação e a uma fiscalização.

A entidade competente não tem regulado e não tem fiscalizado, gerando, com a sua ineficiência, diversos problemas e dificuldades e contribuindo para que a prática profissional fique cada vez mais desregulada.

Apesar de compreender bem a posição do Arq.º Joel Moniz relativamente à complexidade da comunicação na prática profissional e ao facto do arquitecto ter de contar, no exercício da sua profissão, cada vez mais com diversos inputs e profissionais (advogados, economistas, etc.), o Arq.º Vale Machado, tem uma perspectiva diferente, revelando que trabalha com todos os profissionais com os quais for necessário, porque a natureza da profissão de arquitecto obriga a esse diálogo e a essa complexidade. Mesmo os procedimentos são complexos porque vivemos numa cultura complexa, por isso, acredita que solicitar a simplificação dos procedimentos não será possível.

Na prática profissional, referiu o Arq.º Vale Machado, há uma questão fundamental: a prática não pode assentar numa conduta indigna. Actualmente assiste-se a uma atitude predadora dos arquitectos em relação aos colegas, que se inicia na Academia. A Academia não educa, servindo de prova o facto de existirem espaços abertos para os alunos trabalharem à noite, prática que não promove a disciplina, o rigor, a ordem e a capacidade planeamento, mas sim a falta de regras e a gestão ineficiente do tempo.

A partir desta formação dá-se a transposição destes problemas para a prática profissional, evidente na falta de bom tratamento entre colegas, revelada através da falta de pagamento de estágios, da exploração da precariedade e do uso indevido dos recursos que estão ao alcance do arquitecto.

Mais acrescenta, o Arq.º Vale Machado, que os números que o Plano Estratégico possa trazer serão importantes, porém não serão reveladores do dark side da arquitectura, que está paulatinamente a degradar a prática profissional e a dignidade da arquitectura. Se a prática profissional incidir num princípio indigno o resultado da arquitectura não poderá ser digno. Ou seja, entre a ética e a estética há valores que devem ser transversais no trabalho do arquitecto. Se não houver mudança este caminho culminará em profissionais sem energia para pensar de forma criativa, produtiva e eficaz, conduzindo à falta de bons objectos de arquitectura, bons espaços públicos, bons territórios e à degradação da prática profissional, com a perda de interesse por parte da sociedade no arquitecto e do desistência do arquitecto em fazer coisas que sirvam a sociedade.

O Arq.º Vale Machado mencionou ainda que o Estado não trata bem os arquitectos, pagando mal o tempo que o arquitecto precisa

para pensar e os resultados são visíveis. Existe um maior número de arquitectos a intervir no processo de elaboração de projectos, mas não se verifica a mesma proporção da requalificação do espaço urbano ou dos objectos arquitectónicos.

Finalizando a sua intervenção, o Arq.º Vale Machado, revelou que, para si, o desafio dos arquitectos passa por perceberem como podem pensar a Academia, a Ordem e a prática profissional assentando em princípios dignos, que de efectivamente os constitua como uma corporação que apresenta como cartão-de-visita essa dignidade e não uma indignidade que é cada vez mais crónica e preocupante.

Aberto o debate pela moderadora, Dr.ª Ana Caridade, o Arq.º Alexandre Ferreira pediu a palavra, agradecendo a qualidade das intervenções e acrescentando que é necessário repensar a:

1. Organização interna, relação entre pares e relação laboral.
2. Uniformização de procedimentos. Em breve, este assunto será abordado através de um inquérito, promovido pelas duas Secções da Ordem dos Arquitectos, dirigido às câmaras municipais, chegando também à Câmara Municipal de Braga, e aos arquitectos.
3. Legislação. Há uns anos, a OASRN fez um levantamento da legislação relativa à prática profissional e deparou-se com cerca de 1400 entradas, entre portarias, decretos de leis, etc., o que associado a outros problemas complica consideravelmente a prática profissional.
4. Organização do trabalho, da relação com a sociedade.

Mais elucidou que a questão da incorporação tecnológica, referida no início do debate, não se refere à construção, mas à projectação e aos métodos de produção, nomeadamente com a utilização da robotização.

Finalizando, esclareceu ainda, que neste estudo houve o cuidado na representação da profissão de arquitecto nas suas mais diversas formas de exercício profissional, mais rica, diversificada, contraditória e polémica possível. Do mesmo modo apelou a que os presentes colocassem todas as suas questões, dizendo o que pensam, sem receios e constrangimentos.

Conferida a palavra à assembleia, começou por falar o Arq.º Teotónio Santos, ex-presidente do Núcleo de Braga da OASRN, que chegou a integrar a assembleia de representantes da Ordem dos Arquitectos.

Perante a experiência que tem no exercício dessas competências e como arquitecto, deixou algumas interrogações, para reflexão:

1. Antes de haver arquitectos já havia arquitectura, facto que na sua opinião deveria ser alvo de reflexão sobre o que é ser arquitecto na actualidade, de modo a compreender se os arquitectos ainda se posicionam como os arquitectos-autores, de inícios do século XIX, ou se são meros técnicos/intervenientes em processos mais alargados com outras competências, tendo perdido essa aura de autor, que dominava o projecto e deixava a sua marca, muitas vezes assinando as suas obras como se fosse um artista plástico ou um compositor, revelando uma forte componente artística.
2. Para que serve a Ordem dos Arquitectos? Para integrar o arquitecto nesse complexo grupo de intervenientes

em torno de uma obra ou recuperar o ideal de autor que acompanhou os arquitectos durante a sua formação académica, em que o arquitecto era fundamentalmente um autor/criador.

Terminou a sua intervenção, partilhando os três grandes problemas que encontra na prática profissional, nos quais a Ordem dos Arquitectos tem um papel importante a desempenhar:

1. O RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação) é tenebroso, porque foi feito a pensar em obras públicas e está a ser usado em obras privadas, sendo de uma complexidade processual excessiva para obras de pequena envergadura.
2. Procedimento administrativo nas diversas autarquias, que não respeitam o trabalho do arquitecto e o fazem perder imenso tempo, contribuindo para a falta de dignidade profissional e para a falta de consideração dos clientes que não compreendem o tempo despendido na prática profissional, resultante de todos esses obstáculos. Por exemplo, há uns anos, o tempo médio de aprovação de um projecto na Câmara Municipal do Porto era de cinco anos.
3. A tabela de honorários foi extinta em Portugal, mas continua a existir na Alemanha.

A este último ponto o Arq.º Alexandre Ferreira respondeu que de facto a Alemanha manteve a tabela de honorários, porém essa resistência levou a um processo em tribunal do qual resultou uma multa avultada.

Finalizando, o Arq.º Teotónio Santos, disse que, para ele, a Ordem dos Arquitectos deve ser mais proactiva e assegurar a dignidade da prática profissional, garantindo, por exemplo, que o

arquitecto ao subscrever um termo de responsabilidade se sinta responsabilizado, porque na actualidade nem sempre cumprem os requisitos que assinam.

De seguida, o Arq.º José Augusto Martins deixou para reflexão um problema que afecta todos os arquitectos, a falta de introdução na prática profissional do regime de consulta e a incorrecta relação com a sociedade.

Quando uma pessoa procura o parecer de um médico ou de um advogado está consciente de que isso acarreta custos de consulta, porém quando consulta um arquitecto tem dificuldade de compreender que o trabalho desse profissional deve ser pago desde a primeira visita até à assinatura do contrato.

Reforçando esta questão referiu que a única situação em que lhe perguntaram qual o valor da consulta, foi um advogado.

Acrescentou ainda que muitos destes estudos de arquitectura ficam pelo caminho e que as horas de trabalho não são pagas, não dignificado o arquitecto. Na sua opinião, a Ordem dos Arquitectos deveria promover uma directiva que permitisse o regime de consulta, para que quem se dirige a um gabinete de arquitectura saiba que tem de pagar. Esta medida seria uma forma de educar correctamente a sociedade, dar indicadores de qualidade e valorizar a profissão.

Recentemente dedicou diversas horas de trabalho a um processo que não teve prossecução. Foi á Câmara, falou com os engenheiros, foi ao terreno, etc., e as horas de despendeu não foram pagas, de acordo com a prática corrente em que os clientes chegam a consultar diversos arquitectos ao mesmo tempo e não pagam o tempo que esses profissionais dedicam ao assunto.

Concluindo a sua intervenção levantou uma nova questão, relacionada com as imobiliárias, que fazem parte de um sector

cada vez mais forte e no qual tudo está muito bem definido. Embora o ramo imobiliário seja um comércio e a arquitectura um serviço, a proximidade entre estes dois sectores remete para um desfasamento entre as práticas profissionais pouco rígidas dos arquitectos, em termos de pagamento, e os valores muito bem definidos no sector imobiliário.

Tomando a palavra, o Arq.º José Vilas **Boas** começou por dizer que gostava de introduzir outra posição, mais optimista, por considerar que de facto se deve fazer uma análise prospectiva, avançar e perceber como estará a profissão daqui a 20 anos, pensando como se vai entregar a prática profissional à geração que está agora a nascer e que daqui por 20 anos vai estar a terminar a sua formação em arquitectura.

Os cenários permitem projectar de forma concertada e neste estudo será fundamental definir metas mensuráveis. Por exemplo, imaginando que daqui por 20 anos 20% dos alunos que saem do curso de arquitectura não conseguem praticar arquitectura, será necessário definir um plano estratégico que permita que esses jovens possam exercer, garantindo que em vez de 20% serão só 10% a não exercer. Para tal, é possível estabelecer metas facultativas ou obrigatórias, mas importa perceber qual é o impulso magnético que irá orientar os arquitectos nos próximos 20 anos.

Relativamente à legislação, considera que por regra as leis têm uma lógica que compreendida permite resolver todas as questões e continuar a trabalhar em arquitectura.

No que respeita ao arquitecto enquanto cidadão, às questões da cidadania e às questões da inovação (dando o exemplo do BIM, como práticas que no futuro será necessário “adquirir com muita garrar e

com muita vontade”), considera importante ter uma perspectiva de esperança.

De seguida, o Arq.º Vincenzo Riso, Professor da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, felicitou a iniciativa e aproveitou para deixar duas observações:

1. As academias não são indiferentes a estes temas e têm tentado acompanhar as mudanças que a profissão tem sofrido. Esta actualização é contínua e transeuropeia.

É importante a discussão ao nível local, no que diz respeito a questões individuais que geram o colectivo, mas importa referir que são questões essencialmente europeias.

A Universidade tem relatórios e ensaios relativos a este assunto, que podem ser úteis e consultados, comprovando que a Academia se preocupa, está envolvida e disponível.

2. É melhor evitar a auto culpabilização em relação ao facto dos arquitectos não serem capazes de acompanhar as dinâmicas do mercado, porque essa questão foi imposta pela sociedade, que decidiu colocar as regras de mercado em todo o lado, incluindo a arquitectura. Em relação a este facto não se pode fazer nada. Encontra-se resistência, mas pode-se continuar sem auto culpabilização.

Na posse da palavra o Arq.º Ricardo Coutinho, a trabalhar por conta de outrem, deixou as seguintes considerações:

1. Impacto do arquitecto na sociedade.

Braga é um bom exemplo da influência do arquitecto na sociedade. Na década de 1970 maior parte da construção não teve

a notintervenção de arquitectos. Porém, a partir de 2005, com os actos próprios da profissão, passaram a ser os arquitectos a exercer de facto o direito à arquitectura, resultando numa melhoria notória, o que prova o impacto do arquitecto na sociedade e na realidade da sociedade.

2. Quanto à questão da relação entre os arquitectos e as entidades públicas, tem de existir uma adaptação de ambas as partes, porque de facto a rigidez processual complica o trabalho do arquitecto, por isso, a uniformização de procedimentos podia ajudar bastante. Por exemplo, no gabinete onde trabalha utilizam a plataforma BIM, porém na submissão de projectos têm de continuar a recorrer ao AutoCAD, por causa dessa rigidez processual.

Em Portugal, cada município tem o seu processo de submissão de projectos. Em França é o site do governo que estabelece o procedimento para todos os municípios franceses.

3. Em Portugal, o REGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas) está desactualizadíssimo e carece urgentemente de uma actualização, porque gera alguns problemas na actualidade. A mesma questão se aplica ao RJUE.
4. No que respeita à Academia é necessário que ela se aproxime do arquitecto, porque quando termina o curso não tem a formação necessária para a prática profissional.

O corpo docente é essencialmente constituído por académicos e maior parte não exerce a profissão, gerando impacto no aluno e na sua formação.

5. A questão dos honorários tem de ser muito bem pensada, porque um arquitecto a trabalhar por conta de outrem só pode ser bem remunerado se a sua entidade patronal também for bem remunerada.

Existe uma enorme assimetria entre Portugal e outros países no que diz respeito aos honorários. Na Suíça o valor do projecto é de 12,5% a 25% do custo da obra.

6. Responsabilização dos arquitectos.

O Termo de Responsabilidade tem de ser reforçado e o seguro de responsabilidade civil profissional de 25 mil euros, em contexto de construção, é ridículo, não contribuindo para essa responsabilização.

7. Em Portugal existe uma lacuna técnica, por maior parte dos arquitectos ficar pelo licenciamento da obra em vez de fazer o projecto do princípio até à execução.

8. É necessário proceder à consultadoria de fornecedores, carpinteiros, etc., para encontrar a melhor solução para cada projecto, ocupando um tempo que actualmente os arquitectos não têm.

Seguiu-se a intervenção do Arq.º Ivo Oliveira, Director do curso de Arquitectura da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, mencionou a sua surpresa, tanto no 15º Congresso dos Arquitectos como neste debate, por se falar da Academia. Segundo as criticas expostas a Academia teria uma imensidão de assuntos para leccionar, sendo necessário paralelamente garantir a mobilidade e o cumprimento pelas normativas europeias, com as quais a margem de trabalho é mais reduzida.

Mais acrescenta que a Escola de Arquitectura da Universidade do Minho é proactiva, recebe os arquitectos da região, faz exposições permanentemente com trabalhos de arquitectos, faz exercícios de projecto com municípios (Braga, Guimarães, Fafe, Vila Nova de Famalicão, Póvoa do Varzim), tem técnicos dos municípios que vão à escola fazer crítica de projecto, etc.. Por outro lado, no universo da prática profissional não são frequentes exposições, debates e actividades que promovam as boas práticas de exercício profissional (obras, encomendas e modelos de financiamento exemplares) e até se permite a redução da obra, que decorre de dois anos de relações com estaleiros, numa publicação com boas fotografias, de fotógrafos, mas sem desenhos, alçados e explicação da complexidade da encomenda.

Concluiu a sua intervenção convidando os presentes a comparar o plano de estudos antes de 2009 e depois de 2009, para entender a actividade da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.

Voltando à mesa, a moderadora, Dr.^a Ana Caridade, concedeu a palavra ao Arq.^o Vale Machado, que afirmando-se como o único responsável pelo que diz e faz, resultado da reflexão de muitos anos de trabalho, declarou que na sua empresa trabalham 17 pessoas, na sua maioria formados na Universidade do Minho, pelo que reconhece os méritos dessa Academia, mas não pode deixar de reconhecer que há questões de fundo, transversais, que contribuem para alguns dos problemas da prática profissional. Por muito que a Academia esteja no órgão regulador e na prática, o resultado da formação não é fraco, pelo contrário, mas resulta de entendimentos diversos do que é a arquitectura e que importa discutir em outro contexto.

Desta forma o Arq.^o Vale Machado disponibilizou-se para a esse debate com

a Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, de modo a demonstrar qual o resultado da formação que está a decorrer.

Respondendo ao Arq.^o Vincenzo Rizo, referiu que não fala de culpabilização mas de responsabilidades, que os arquitectos têm de ter corporativamente, sob pena da profissão se degradar, como se vai verificando. É necessário dignificar a profissão de forma transversal.

Em resposta ao Arq.^o Ricardo Coutinho, o Arq.^o Vale Machado, referiu que apesar de serem visíveis as transformações na cidade o arquitecto está quartado e o tempo operacional (de resposta a um projecto) não lhe permite o tempo de reflexão que a arquitectura por natureza exige. Este é um dos grandes dramas da prática profissional. A Arquitectura pela sua responsabilidade social, pela sua natureza, trata de questões fundamentais, para as quais não tem tempo de reflexão.

Mais acrescenta que os arquitectos vivem numa esquizofrenia que lhes causa angústia, agravado com o facto do grau de especialização actualmente imposto a todas as áreas – legislação, economia, medicina, etc. – ser contrário à formação que existe em arquitectura, que se mantém menos especializada, mais transversal.

Concluindo a sua intervenção refere que os dados que se encontram a ser recolhidos pela Universidade do Minho serão fundamentais, porque até agora os arquitectos só têm opinião, mas carecem de dados factuais.

De seguida o Professor Doutor Miguel Bandeira manifestou a importância de referir que estes problemas não são exclusivos dos arquitectos, mas comuns a todas as profissões liberais, ao que o Arq.^o Vale Machado respondeu dizendo

que não é possível ver a arquitectura como uma profissão liberal, porque existe outras formas de exercício profissional para além dos profissionais liberais.

Continuando o Professor Doutor Miguel Bandeira lembrou as palavras do Arq.º José Martins sobre a falta de perspectiva de pagar uma consulta de arquitectura. Mas existe uma realidade de desrespeito endógena pelas actividades criativas.

Mais acrescentou que os arquitectos foram dos últimos a ter uma Ordem Profissional e quando a constituíram já foram atrasados em relação aos privilégios que outras profissões, com ordens profissionais, tinham adquirido, o que cria equívocos e assuntos mal resolvidos.

Reforçando este tema, partilhou as palavras de um professor da faculdade onde se formou, que a propósito de outras profissões que se debatiam com querer ou não fundar uma ordem profissional, dizia que “ter uma Ordem serve sobretudo para defender os privilégios adquiridos, mas dificilmente para conquistar novos atributos”.

Aludiu ainda ao drama da teoria e da prática vivida por várias profissões, e o facto da Ordem poder acentuar mais as sinergias e as interacções com as escolas de formação e as escolas com a Ordem. Ao nível das autarquias, no caso de Braga, sem qualquer intensão de competir com as universidades, estão a promover centros de investigação aplicada, para criar condições para os técnicos (actualmente engenheiros) poderem em sede de autarquia promover um tipo de actividade que não é só exclusivo das universidades.

Deixou ainda, como desafio, a possibilidade de avaliar até que ponto há outras dimensões, para os detentores do estatuto de arquitecto, que permitam realizar outra multiplicidade

de actividades, desde uma arquitectura efémera, a microarquitectura e à reabilitação.

Termina lançando um repto ao Professor Doutor Francisco Carballo-Cruz no sentido de pensar na dimensão sociológica e política da arquitectura, apesar de 20 anos ser um tempo demasiado dilatado para um plano estratégico.

O Arq.º Alexandre Ferreira, no uso da palavra, esclareceu que os 20 anos se relacionam com a comemoração dos 20 anos da criação da Ordem dos Arquitectos, sendo essencialmente uma referência simbólica.

Congratulou-se pelo facto de, tanto em Coimbra como em Braga, a Academia se fazer representar nestes debates.

Quanto ao estudo, clarificou que se pretende analisar algumas tendências no futuro da profissão, permitindo um olhar para a internacionalização dos arquitectos. Não se pretende um diagnóstico imensurável, mas um trabalho mensurável que permita uma actuação concertada, no qual o benchmarking é fundamental para o entendimento da arquitectura e da sua prática profissional.

Rematando, esclareceu ainda que o Termo de Responsabilidade vale muito e o Seguro de Responsabilidade Civil é obrigatório por Lei, sendo o valor de 25 mil euros o que a Ordem dos Arquitectos oferece aos seus membros, mas a Ordem dos Arquitectos está a aguardar pela legislação de novos valores, que aguardam a publicação de portaria. Poucas profissões têm um anexo legislativo próprio, para além dos médicos e dos arquitectos, todavia isso não significa que o arquitecto esteja no Éter, porque essa distinção acarreta consequências e responsabilidades acrescidas.

Pedindo a palavra, o Arq.º Teotónio Santos respondeu reiterando que as

câmaras municipais têm uma prática de não fiscalização que permite assinar termos de responsabilidade sem garantia de cumprimento do que é subscrito, considerando que é importante garantir o valor do termo de responsabilidade, como um verdadeiro termo de responsabilidade.

Adita ainda que o regime jurídico actual promoveu algumas transformações, entre as quais, as câmaras não têm a obrigação de fazer inspecção, bastando que o responsável pela execução técnica da obra assine um termo de responsabilidade garantindo a boa execução do projecto, acto que considera ser preocupante e, corroborando a apreciação pública da Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira sobre este assunto, interroga-se sobre quem paga o ordenado ao técnico que vai fazer esse termo de responsabilidade.

Nessa sequência interroga-se sobre, na actualidade, como técnico do Estado, lhe chegarem diversos termos de responsabilidade dos quais presumivelmente mais de 30% poderão não ser fidedignos, não sabendo se deve fazer queixa à Ordem.

Interrompendo, o Arq.º Vale Machado esclarece que nesse caso o Arq.º Teotónio Santos tem uma obrigação ética e profissional que deve por em prática.

Contrapondo, o Arq.º Teotónio Santos, disse que passando “a pente fino todos os processos” a Central Arquitectos (empresa do Arq.º Vale Machado) poderia hipoteticamente cair “nesse rol”, considerando, portanto, que tem de compreender o que é a prática dos seus colegas e que na sua opinião, a responsabilidade social do arquitecto passa também pela solidariedade entre colegas, uma vez que já não vivem na sociedade corporativa que caracterizou a profissão durante a conjuntura política, social e cultural vigente no período salazarista.

Todavia, reforçou que os Arquitectos devem ter noção da qualidade técnica que detêm e que tem consciência das condições da profissão, não podendo ser tudo tão linear.

Quanto à Academia afirma que gostaria de verificar, na capacidade que a Academia tem de organizar os seus programas lectivos, alguma reflexão relativa ao exercício a que o arquitecto vai ser obrigado na sua prática profissional, de modo a contribuir para que o aluno adquira ferramentas de trabalho que lhe permitam ter capacidade de pensamento sobre o que faz, evitando que não tenham capacidade sequer de escrita, apresentando em diversos casos memórias descritivas com erros crassos de português.

Na sequência das intervenções anteriores o Arq.º Joel Moniz falou da necessidade de uma certa pedagogia profissional, partilhando a publicidade efectuada por um gabinete de arquitectura na qual surge em destaque a seguinte frase: “A primeira consulta é grátis”.

Revelou ainda que uma das intervenções mais significativas dos arquitectos, nos últimos anos, foi na agricultura, no calçado e no têxteis, por essas áreas compreenderem a utilidade deste profissional para o desenvolvimento dos seus negócios, o que reforça o facto do Arquitecto português ainda ter de ser especialista e generalista durante muito tempo, porque essa é uma das suas mais-valias.

Por exemplo em São Paulo, já existe coordenação sob coordenação, em Portugal a coordenação foi legalmente imposta, mas esse acréscimo de responsabilidade não teve impacto nos honorários.

Relativamente à Academia o Arquitecto português pode continuar a ser útil, se mantiver a formação abrangente que o caracteriza, sendo possível a especialização a posteriori.

No uso da palavra, o Arq.º António Cerejeira Fontes aludiu ao facto da cidade pré-plano, por norma, ser muito melhor do que a cidade planeada e que a necessidade de um Plano Estratégico revela que alguma coisa está mal, porque para além do planeamento há outros valores que são relevantes.

A Academia portuguesa, no que diz respeito à formação em Arquitectura, é de grande qualidade, porque ensina a pensar. Não é necessário colocar os alunos a pensar legislação ou a reforçar valores que devem ser adquiridos em família. Importa que a Academia não esteja fechada sobre si mesma, revelando a sua influência externa eficaz, como serve de exemplo a SAAL, grande referência do ensino no campo da arquitectura em Portugal.

A arquitectura pode ajudar a mudar as coisas para melhor e a Ordem dos Arquitectos pode ser cooperante a esse nível, mas os arquitectos têm de facto essa obrigação e se os planos são por vezes ineficazes é porque são feitos por advogados, engenheiros, etc., mas os arquitectos têm estado à margem, facto que tem de se alterar. Os arquitectos não podem ficar fora da discussão, têm de transmitir os valores que importam para o debate, porque a sua

formação transversal é uma mais-valia em relação às restantes áreas de formação.

Concluindo, disse que a obrigação dos arquitectos passa pelo diálogo e debate entre colegas e entidades, imbuídos de uma perspectiva optimista, caso contrário não conseguem construir.

Encerrando a sessão o Arq.º Alexandre Ferreira agradeceu o contributo de todos e informou que brevemente serão divulgados os resultados da fase de diagnóstico do “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas vinte horas e vinte e cinco minutos, de que se lavrou a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelo Vice-Presidente do CDRN-OASRN e pela secretária do debate.

Alexandre Ferreira

(Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos)

Sofia Vechina

(Assessora do projecto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade Sustentabilidade)

ACTA Nº 3

CICLO DE DEBATES — 3º DEBATE PARTICIPATIVO “PLANO ESTRATÉGICO PARA O SECTOR DA ARQUITECTURA NO NORTE DE PORTUGAL: 2018-2038”

TEATRO VIRIATO (VISEU)

Aos **vinte e oito** dias do mês de **Junho** do ano de **dois mil e dezanove**, pelas dezoito horas, realizou-se na Sala Polivalente do Teatro Viriato, em Viseu, o terceiro debate participativo “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, sob o tema “O Arquitecto e a Administração Pública”, organizado pela Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte (OASRN), para o qual foram convidados o Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. **António Joaquim Almeida Henriques**, e os Arquitectos **Carlos Manuel da Costa Chaves** e **Olga Marina da Fonseca Santos**.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu nomeou como seu representante o Arquitecto **Fernando Marques**, Administrador da Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, que seria acompanhado pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Professor Doutor **Joaquim Seixas**.

O debate foi presidido pelo Arq.º **Alexandre Ferreira**, Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos, moderado pela Dr.ª **Ana Caridade**, Assessora do Pelouro da Comunicação da OASRN, tecnicamente apoiado pela Dr.ª **Leonor Figueiredo**, Assessora do Pelouro da Cultura da OASRN e secretariado pela Doutora **Sofia Vechina**, Assessora do Projecto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade da OASRN.

Em assembleia estiveram presentes os Arquitectos **Anabela Martins Rodrigues**, **Cândido Miguel Medeiros da Cruz Mota**, **Francisco Pires Keil Amaral**, **João Pedro Coelho Loureiro**, **João Pedro Moura Simões**, **José Paulo Monteiro Loureiro**, **Marta Andreia Carvalho da Silva Fernandes**, **Matilde Cruz Ferreira da Mata**, **Nuno Rodrigo Cardoso Durão**, **Octávio de Campos Ramalho Teixeira Bastos**, **Paulo Jorge Esteves Lopes**, **Pedro Manuel Tavares de Almeida e Silva**, **Ricardo Jorge Matos Pereira**, **Vanessa Carolina Ferreira Monteiro**, a Dr.ª **Maria Luísa Ferreira Keil Amaral** e o Eng.º **Vasco Monge**.

Iniciando os trabalhos a moderadora, Dr.ª **Ana Caridade**, cumprimentando os presentes, esclareceu que o Professor Doutor **Joaquim Seixas** e o Arq.º **Fernando Marques** não compareceram ao debate sob o tema “O Arquitecto e Administração Pública”, e passou a apresentar a mesa, referindo a ordem pela qual seriam realizadas as intervenções: Arq.º **Alexandre Ferreira**, Arq.ª **Olga Santos**, Arq.º **Carlos Chaves**.

Tomando a palavra, o Arq.º **Alexandre Ferreira**, Vice-Presidente do CDRN-OASRN, agradeceu a presença de todos, o apoio da Câmara Municipal de Viseu, que cedeu o espaço, e a excelente recepção por parte da equipa do Teatro Viriato.

De seguida passou a apresentar o estudo científico denominado “Plano Estratégico para

o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, que serve de mote ao debate. O estudo serve de reflexão após 20 anos de Ordem dos Arquitectos, foi adjudicado à Escola de Gestão e Economia da Universidade do Minho e tem sido complementado com outras iniciativas, como grupos de foco e debates participativos, que já passaram por Coimbra, com o tema da “Evolução dos Honorários”; por Braga, com “Evolução do Exercício da Arquitectura. Como salvar e impulsionar a prática profissional” e presentemente por Viseu, com “O Arquitecto e a Administração Pública”. Este ciclo de debates será ainda levado às cidades de Vila Real, Porto, Aveiro e Viana do Castelo.

O estudo é dividido em três partes:

1. Fase de diagnóstico, que será entregue pela Universidade do Minho na próxima semana.

Esta análise alargada e inédita da profissão de arquitecto permitirá perceber quantos arquitectos existem, onde se formaram, quanto ganham, qual o seu rendimento médio, que perdas tiveram, quanto perderam após a liberalização dos honorários, o que se pode esperar no futuro da profissão, quais os mercados de trabalho, quantos arquitectos existem por número de habitantes, etc.

Em suma, pretende-se com esta fase do estudo garantir a obtenção de dados factuais que permitam dialogar com o governo e contribuir para a criação de políticas de forma segura.

2. Plano Estratégico a curto, médio e longo prazo, que considere a formação, a prática profissional, o nível económico e o mercado, esclarecendo quais as necessidades e desafios do futuro e definindo uma linha de actuação que os arquitectos possam seguir.

3. Modelos de governação que possam contribuir para o ajuste da profissão às novas necessidades tecnológicas, legais, entre outras, avalizando a organização da profissão através de estruturas económicas sustentáveis, sem *dumping*, com concorrência leal, garantindo a concretização de uma arquitectura sustentada e sustentável para os próximos anos.

Concluindo a sua intervenção, passou a palavra à Arq.^a Olga Santos que, depois de agradecer o convite que lhe foi endereçado pela OASRN, de modo a apresentar um discurso mais coeso, decidiu ler um pequeno texto referente à sua experiência profissional de mais de trinta anos na função pública, esclarecendo ainda que embora seja funcionária da Câmara Municipal de Moimenta da Beira não se encontra em representação do município, discutindo entre pares questões da sua área profissional, sem qualquer representação institucional.

Iniciando a leitura do seu texto de reflexão, começou por dizer que quando iniciou o seu trabalho como arquitecta, a arquitectura era um mundo de homens, especialmente no interior do país, no qual as mulheres eram vistas com estranheza.

Nesse percurso percebeu no decorrer destes 20 anos a Ordem dos Arquitectos contribuiu bastante para a evolução da mentalidade global do cidadão comum e muitíssimo no desempenho profissional do arquitecto com formações variadas, onde sempre esteve presente a formação dos jovens arquitectos.

Na sua opinião a formação é uma mais-valia para todos os profissionais. A faculdade não ensina tudo. Todos os arquitectos terminam o curso com muitas ideias e descobrem *a posteriori* que há regras a cumprir e muita legislação em vigor que é necessário analisar e considerar

em cada projecto. Este cenário acaba por provocar um choque inicial, dado que os jovens arquitectos têm de enquadrar a sua imaginação artística nas regras definidas pela legislação em vigor e a formação académica nem sempre tem essa componente.

Para viver em sociedade há regras e as regras de Ordenamento do Território e de Construção estão ligadas à profissão de arquitecto, quer na Administração Pública quer na profissão liberal.

Antes de iniciar a explanação dos tópicos da sua reflexão, parabenizou a OASRN pelo trabalho desenvolvido, tanto na criação e actualização do índice legislativo, essencial a todos os profissionais de arquitectura, como no acompanhamento dos novos arquitectos, através das várias formações que disponibiliza.

De seguida, apresentou a sua leitura, resultado da experiência como arquitecta que trabalha numa câmara municipal, dizendo que, exceptuando os Chefes de Divisão que por inerência do cargo estão sujeitos a outras funções, um arquitecto que trabalha na Administração Pública poderá ter três funções:

1. Elaborar projectos de arquitectura;
2. Emitir parecer sobre os projectos submetidos a licenciamento municipal;
3. Participar em equipas de Ordenamento do Território, Planos, Unidades Operativas de Gestão, Loteamentos, etc.

Considera que dentro destas funções, a elaboração de pareceres sobre projectos submetidos a licenciamento é a parte menos grata para o arquitecto, por estar a verificar o trabalho de um colega. Num país com tanta legislação e regras sobre a arquitectura, não faz sentido estar a verificar

o cumprimento dos projectos perante a legislação. Esta situação, segundo julga, não se verifica em outros países europeus e em Portugal é necessário lutar pela implementação de novas medidas, que exijam mais responsabilização dos técnicos e mais fiscalização e acompanhamento didáctico da Administração Pública, sem serem necessários esses pareceres.

Acrescenta ainda que existem atitudes comuns ao arquitecto que trabalha na Administração Pública e ao arquitecto que submete projectos de arquitectura na Administração Pública, incluindo o arquitecto que elabora projectos de arquitectura e de espaços públicos para a Administração Pública. Embora pareçam duas formas diferentes de actuação profissional, são bastante semelhantes, sendo possível definir três itens que são comuns entre os arquitectos e os municípios e os arquitectos e os seus clientes:

1. Atitude perante o cliente ou o município – O arquitecto deve comunicar com respeito, empatia, saber ouvir o outro, entender quais as suas preocupações, o que pretende construir, o que pretende do arquitecto.

Este é um passo importante para que se desenvolva a confiança entre os dois intervenientes. No município respeitar os cidadãos é esclarece-los sobre todas as questões que envolvam a relação entre eles e o município.

2. Informação – Informar que o projecto é elaborado por um arquitecto e não por um desenhador é muito importante num mundo onde ainda imperam os desenhadores, que por vezes são os donos dos gabinetes de arquitectura e têm ao seu serviço alguns arquitectos, sujeitos a uma relação onde o cliente o desconhece por completo.

O arquitecto responsável pelo projecto deve responsabilizar-se desde o primeiro momento e recusar-se a ser o “empregado de sombra do gabinete”, assinando um trabalho que não é da sua autoria. Apesar de ilegal esta situação continua a acontecer e deve ser denunciada.

A subjugação do arquitecto ao desenhador promove o desrespeito pela classe profissional.

O arquitecto deve elaborar o projecto; responsabilizar-se pelo trabalho; informar o cliente; explicar-lhe qual o papel do arquitecto; ser o mais explicito possível e fazer um contrato escrito – documento que protege o arquitecto e o seu cliente em caso de dúvida; informar as pessoas sobre os serviços que pratica e as condições a que está sujeito esse trabalho; informar sobre todas as condicionantes do terreno onde o cliente pretende construir, de forma simples e clara; não aplicar termos técnicos que pouca gente percebe; informar como poderá desenvolver o projecto de forma a ser a casa que o cliente ambiciona, compatível com o seu orçamento e adaptada à sua vivência familiar; informar sobre varias hipóteses de construção.

Na Administração Pública o arquitecto deve informar os cidadãos, respeitando-os, esclarecendo-os que os projectos de arquitectura são um acto próprio do arquitecto.

A título de exemplo, partilhou situações em que a autarquia a obrigou a falar com desenhadores ou copiadores de arquitectura, como era o caso, na altura, de alguns dos funcionários dos serviços da Delegação de Saúde.

Nos anos 90 os projectos de arquitectura tinham de ter um parecer da Delegação de Saúde, na qual os funcionários faziam cópia do projecto arquitectónico para ser assinado por um engenheiro que o entregava na câmara. Nessas condições um grupo de desenhadores sobre o projecto de arquitectura, técnicos de saúde e administrativos da Delegação de Saúde chegou a fazer uma reclamação por escrito contra a Arq.^a Olga, que foi levada a reunião de câmara, por considerarem que não conseguiam fazer o seu trabalho de projectistas, assumindo-se como responsáveis por um projecto arquitectónico que legalmente só podia ser assinado por um arquitecto ou um engenheiro.

Mais acrescentou que o arquitecto a trabalhar na Administração Pública não deve falar com desenhadores exclusivamente sobre o projecto de arquitectura, porque sobre esse assunto só se deve falar com quem tem responsabilidade no projecto.

O arquitecto que trabalha numa câmara municipal deve esclarecer o cidadão sobre as regras de construção no município onde pretendem construir e informam sobre o que é e para que serve o PDM (Plano Director Municipal), um loteamento, etc.

3. Responsabilização – O arquitecto é responsável pela elaboração do projecto e pelo cumprimento de todas as regras em vigor. Nos casos de não cumprimento da legislação em vigor o arquitecto não se deve desculpar com os técnicos das câmaras municipais pelos erros do projecto apresentado, porque deve ser conhecedor da legislação em vigor e saber aplica-la, excepto se ocorreu algum erro de apreciação do projecto por parte da Administração Pública.

Responsabilização é assumir a elaboração do projecto de arquitectura e não assinar de cruz, como muitos arquitectos ainda fazem, tornando-se empregados dos desenhadores.

O arquitecto é responsável no diálogo com o cliente ou com o município, a ensinar a ler e interpretar o projecto, através de desenhos ou maquetas.

Na Administração Pública o arquitecto deve fundamentar os seus pareceres na legislação em vigor, elucidar e informar o mais possível os cidadãos sobre as regras no seu município, ser acessível e não trabalhar paralelamente na profissão liberal, em projectos que serão aprovados por si.

Acrescentou ainda que os arquitectos têm de ter coragem de falar da sua profissão abertamente, promovendo o respeito pela profissão, com brio profissional e responsabilidade. Se os arquitectos se calarem os prevaricadores continuarão a prejudicar os cidadãos em geral e a dignidade da profissão de arquitecto.

Em suma, a atitude, a informação e a responsabilização perante os cidadãos é semelhante tanto no arquitecto a trabalhar na Administração Pública como na profissão liberal.

Cabe ao arquitecto elucidar sobre as variadas vertentes que compõem um processo de licenciamento para a edificação, constituído por vários projectos, sendo o inicial o projecto de arquitectura.

O arquitecto na Administração Pública tem uma tarefa delicada quanto ao poder político e a obrigação de informar as populações. “Somos arquitectos e devemos transmitir ao cidadão conhecimento... loteamento, etc., formar as crianças relativamente ao

mundo em que vivem, especificamente a terra onde vivem, porque viver as cidades é senti-las, saber olhar e conhecer as ruas da sua cidade, vila ou aldeia.”

Importa dar valor ao legado arquitectónico, ao que foi feito pelas gerações anteriores.

Cabe à Administração Pública e à Ordem dos Arquitectos a obrigação de esclarecer, divulgar e ensinar a ver as cidades e a arquitectura, bem como de ensinar os cidadãos a tomar consciência, valorizar e respeitar os lugares e não destruir vestígios arqueológicos e outros.

Só podemos preservar e melhorar os lugares se os respeitarmos e se as pessoas que lá vivem tiverem consciência da sua importância e da necessidade de manutenção.

Segundo a Arq.^a Olga, “o essencial deste debate é tomarmos consciência de que sozinhos fazemos pouco, mas juntos podemos mudar o mundo.”

Finalizando a sua intervenção, acrescentou ainda que importa abrir as portas da Ordem dos Arquitectos, com apoio da Administração Pública, à comunidade, com a realização de palestras, *workshops*, sobre o ordenamento do território, arquitectura e engenharia. Chegou o momento de todos os arquitectos se unirem, se respeitarem mutuamente. Respeitar para exigir o respeito de todos, incluindo os outros profissionais de engenharia e planeamento que com os arquitectos são responsáveis pela construção na cidade e da cidade.

Seguiu-se a comunicação do Arq.^o Carlos Chaves, que começou por agradecer o convite da OASRN e explicar que a sua intervenção foca-se na relação que há entre o arquitecto e a administração pública, na perspectiva do profissional liberal, exercício no qual assenta a sua experiência profissional.

Iniciando a sua intervenção, esclareceu que profissionalmente, por razões de ordem geográfica, relaciona-se com as câmaras municipais do concelho de Viseu e dos concelhos do respectivo distrito. A experiência resultante dessa ligação suscitou, ao Arq.º Carlos Chaves, as seguintes considerações:

1. Dialogo mudo entre entidades

As entidades não comunicam entre si, embora existam entidades coordenadoras, que acabam por ser meros intermediários neste processo. Esta falta de comunicação acaba por resultar em processos excessivamente demorados, que deveriam e podiam ser mais céleres.

2. Dependência do técnico

Os arquitectos dependem muito do técnico e da sua disponibilidade.

Por vezes se existir contacto directo com os técnicos o processo torna-se mais rápido, se o processo seguir unicamente pelas vias formais é mais demorado.

A título de exemplo, referiu que no presente ano submeteu um projecto a licenciamento e o município não o aprovou, por existir uma entidade que emitiu um parecer desfavorável. O parecer não era claro, facto pelo qual após uma revisão do projecto foi novamente submetido, sendo uma vez mais indeferido. “Por portas travessas” o arquitecto chegou à fala com a técnica da entidade que esclareceu que o parecer resultava do facto do projecto ter seguido via Portal e a entidade só analisar os projectos submetidos em papel.

Nesta situação a entidade coordenadora não perguntou à entidade

correspondente o motivo pelo qual o projecto continuava a ser recusado. Se o arquitecto não tivesse conseguido o referido esclarecimento o projecto nunca poderia ser aprovado.

“O diálogo mudo entre entidades sente-se muito no dia-a-dia”, refere o Arq.º Carlos Chaves, que chega à conclusão, que se o técnico é simpático e expedito o processo tem outro tratamento, porém estes serviços não deveriam estar dependentes do técnico.

3. Procedimentos diferentes entre câmaras

A interpretação de câmara para câmara é diferente, mesmo quando por vezes se realiza uma reunião prévia com os técnicos, facto incompreensível nos tempos de hoje.

Exemplificando, partilhou a experiência que está a decorrer num processo de reabilitação, no qual a câmara considerou importante que o projecto reflectisse as diversas fases de obra e licenciamentos pelos quais o edifício tinham passado ao longo dos tempos. Foram solicitados os necessários pareceres às entidades competentes e o processo deu entrada nos serviços camarários. Como as restantes entidades não pretendiam uma abordagem tão específica, a câmara analisou os pareceres das restantes entidades e considerou que o projecto submetido à câmara era diferente do projecto entregue às restantes entidades, porque incluía menos cores do que as exigidas exclusivamente pela câmara municipal. Por esse motivo o processo encontra-se parado há meio ano.

Era importante existir um Portal Nacional que fosse igual para todos os

municípios, porque mais de metade do tempo que o arquitecto dedica ao seu exercício profissional não é ocupado a fazer projecto nem a pensar em arquitectura mas com estes processos.

4. Tempo de análise dos processos
- *timings* e oportunidades

No processo de licenciamento de uma obra, por vezes, as entidades, independente da vontade do técnico, usa muito tempo de forma passiva.

As oportunidades têm um *timing* concreto para se concretizarem, sobretudo no interior do país. No Norte do conselho de Viseu, existem concelhos com 3000/4000 habitantes, o que demonstra claramente a preocupante desertificação a que o país está sujeito.

Para combater esta tendência é preciso cativar investimento e criar condições para o seu desenvolvimento, mas o investimento não pode esperar excessivamente. Não é possível ter um investidor que aguarda quatro anos por um processo, mas os serviços, as entidades e a admissão pública observam esta situação com naturalidade, por cumprirem os prazos legalmente estabelecidos. Todavia, não está em causa o cumprimento de prazos legais mas a complexidade do processo que acaba por arrastar-se durante anos.

Esta realidade faz com que a oportunidade de negócio se perca pelo caminho. Há prazos e *timings* para que os negócios possam realizar-se.

Esta situação é inconcebível, e mesmo com as regalias fiscais que possam ser criadas se o resto não

funcionar o negócio não acontece e os problemas não se resolvem.

A título de exemplo, lembrou a empresa aeronáutica que há uns anos queria investir no Alentejo e aguardou anos para conseguir implementar a unidade. Ao fim de quatro ou cinco anos desistiram e deslocaram o investimento para França, onde passados poucos meses tinham o projecto em funcionamento.

A celeridade, para aprovar ou indeferir um processo, é fundamental para não se perderem oportunidades.

5. Avaliação interna dos serviços da Administração Pública não é eficaz

A avaliação deveria premiar o mérito, porque todos os técnicos devem ter as mesmas oportunidades, mas não são todos iguais, e despachar 10 processos ou 10000 não lhe altera o salário. Nestas condições, criar um sistema de premiação (monetária, em tempo extra de férias, ou outras circunstâncias) pode gerar a pressão necessária para que os técnicos sejam mais céleres.

Segundo o Arq.º Carlos Chaves, os arquitectos não podem estar dependentes do “técnico da vírgula”, aquele que coloca entaves/resolve problemas com base “na vírgula do texto legal”. A postura da vírgula faz diferença no técnico, mas o arquitecto não deveria estar dependente do técnico. Há 20 anos que lida com câmaras municipais e a situação mantem-se inalterável.

O Arq.º Alexandre Ferreira, agradeceu as intervenções abertas e francas, com abordagem de várias extensões da arquitectura, e sintetizando acrescentou três *inputs* relativamente às seguintes dimensões:

1. Jurídica e Meios

O Termo de Responsabilidade, de facto serve como garantia das condições do projecto apresentado e deveria ser suficiente para que o arquitecto da câmara não tivesse de avaliar o trabalho do colega.

O serviço de Apoio à Prática Profissional da OASRN, há cerca de 2 ou 3 anos fez a contabilização da legislação e eram mais de 1400 entradas.

2. Plataformas

Existem municípios onde é necessário dar entrada dos projectos em papel e outros permitem a entrega através de Portal, porém cada município tem a sua plataforma.

A OASRN tem estado a trabalhar com a AMA (Agência para a Modernização Administrativa) no sentido de encontrar uma forma de eventualmente ser utilizado em todas as autarquias o mesmo Portal.

A necessidade de uniformização dos procedimentos e a existência de diferentes plataformas, uniu a OASRN e a OASRS na concretização, para breve, de um inquérito a arquitectos e câmaras municipais para perceber melhor a dimensão do problema e fazer um levantamento dos procedimentos e plataformas utilizadas, de modo a conseguir futuramente dialogar com o governo, sobre estas realidade e os custos de contexto inerentes.

3. Ética e deontológica

A culpa está dentro de casa, os arquitectos devem ter respeito na forma como encaram a profissão, devem ser responsáveis.

Assinaturas de favor devem gerar processo disciplinar. Os arquitectos têm responsabilidade civil e no uso do seu dever profissional e civil devem denunciar todas as práticas que possam por em causa o interesse público e a profissão.

De seguida a moderadora, Dr.^a Ana Caridade, concedendo a palavra à assembleia, solicitou que os intervenientes se identificassem, para efeitos de acta.

Pedindo a palavra, o Eng.^o Vasco Monge referiu que não ficou agradado com as questões levantadas a propósito do licenciamento e da postura dos técnicos, baseando-se na sua experiência como engenheiro a trabalhar numa autarquia, na qual com a respectiva divulgação e enquadramento prévio do procedimento legal, eram os directores de projecto que recolhiam os pareceres exteriores. Consequentemente, quando o projecto dava entrada na câmara municipal já estava reformulado e tinham obrigatoriamente parecer favorável de todas as entidades externas. Com esta prática a média de tempo para decisão do processo era de cerca de um mês. Este procedimento foi elogiado pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), pelo sucesso apresentado.

De seguida, o Arq.^o Francisco Keil Amaral referiu que ficou muito agradado pelo convite que a OASRN lhe fez para estar presente no debate e pelo documento síntese do “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal:

2018-2038” que lhe foi remetido por *email*, mas ao ler ficou incomodado por perceber que este estudo se dedica exclusivamente ao Norte de Portugal. Embora considere que a iniciativa esteja correctíssima e seja ambiciosa é necessária a todo o país.

Partilhou ainda que esta situação o fez recordar quando em 1950, com 15 anos, foi ao Porto com o pai, que era Presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, numa deslocação que pretendia a integração junto dos arquitectos do Porto, justamente porque havia a ideia de que o Porto era diferenciado.

Concluiu dizendo que não percebe os estrangeirismos existentes no referido documento e que encontrou uma carta aberta da Associação dos Arquitectos Portugueses aos candidatos ao poder autárquico, publicado no Diário de Notícias de 22 de Novembro de 1997, que faz as mesmas recomendações que se continuam a fazer-se actualmente, revelando que esta união e associativismo dos arquitectos no país deve ser explorada.

Respondendo, o Arq.º Alexandre Ferreira referiu que, em 2016, nas últimas eleições autárquicas a OASRN apresentou um manifesto e convidou para o debate todos os candidatos de todos os municípios da região afectada à OASRN.

Relativamente ao desenvolvimento do estudo no Norte de Portugal, os resultados serão replicados e aplicados a todo o país, porque não existe diferença entre os arquitectos do Norte e os arquitectos de outras regiões, porém, a OASRN alertou para a importância da concretização de um estudo desta natureza e não obtendo resposta avançou desta forma para não usurpar competências alheias.

Apesar de não ter sido possível trabalhar em conjunto nesta situação, as duas secções da Ordem dos Arquitectos uniram-se para a realização do inquérito a arquitectos e autarquias, brevemente em curso.

Mais acrescentou que este ciclo de debates pretende justamente a aproximação entre arquitectos, contribuindo desta forma para que o documento final do Plano Estratégico seja representativo de todos os arquitectos e útil a todas as formas de exercício profissional.

Solicitando a palavra, o Arq.º Paulo Lopes esclareceu que trabalhou no Sul do país, tendo optado por vir para o Norte, e disse que relativamente à questão da avaliação internas aos trabalhadores na Administração Pública Local, está legislada, porém, também se prende com questões políticas, tendo três patamares:

1. Todos os funcionários
2. Divisões
3. Politico. A administração em si de quatro em quatro anos é julgada por aquilo que faz.

Mais acrescentou que existem políticos de excelência e políticos menos competentes, que são fundamentais para o bom funcionamento institucional. Na sua opinião os arquitectos têm de perceber que existem políticos que gostam que os municípios se dirijam directamente solicitando a sua intervenção.

Relativamente a questões deontológicas, confessa que lida com muitos desenhadores e que a mudança, após a lei dos actos próprios, foi na assinatura, mas o trabalho mantém-se da mesma forma.

Um jovem que sai da universidade e não tem formação para tratar do processo com a câmara municipal sujeita-se a situações que revelam a sua falta de noção da gravidade do que está a fazer.

Há 20 ou 30 anos o arquitecto recolhia todos os pareceres necessários nas diversas entidades e entregava na câmara municipal, actualmente o processo alterou-se.

A Lei 31/2009 que reconheceu o projecto de arquitectura como um acto próprio do arquitecto refere-se à necessidade de existir uma Equipa de Projecto, realidade que em Portugal é rara, sobretudo em regiões como Viseu, mas que sendo materializada poderia integrar os jovens arquitectos não os sujeitando a situações como é exemplo a assinatura de projectos realizados por desenhadores.

Na posse da palavra, o Arq.º João Simões agradeceu aos oradores o contributo que trouxeram para o debate e referiu que trabalha como arquitecto liberal, reconhecendo que alguns arquitectos percebem que existe uma circulação anormal de papéis, nos serviços administrativos públicos, que beneficiam alguns colegas, facto que os arquitectos têm a obrigação de contestar.

Na sua opinião o diálogo entre arquitectos é fundamental e reconhece que a Ordem dos Arquitectos tem muito mérito, mas seria importante intervir junto de entidades como por exemplo a CCDR.

Seguiu-se a intervenção do Arq.º João Pedro Loureiro que começou por parabenizar a Arq.ª Olga Santos pela coragem que teve de denunciar os problemas que existem nas câmaras municipais, dizendo que os pareceres e a análise dos projectos são muito subjectivos, sendo necessário o arquitecto

deslocar-se duas ou três vezes aos serviços para perceber essa subjectividade.

Aproveitando o ensejo perguntou quem avalia o projecto arquitectónico, ao que o Arq.º Alexandre Ferreira respondeu que sendo um acto próprio só pode ser avaliado por arquitectos.

Continuando o Arq.º João Pedro Loureiro disse ainda que é de conhecimento geral que os engenheiros também o fazem e considera necessário fazer-se um esforço para criar uma conduta ética.

Como exemplo, falou de um projecto seu de reabilitação de um edifício com três pisos, no qual incompreensivelmente só dois pisos estão autorizados pelos serviços da câmara a serem intervencionados, como se o terceiro piso não existisse.

Nessa sequência, considera fundamental uma definição profissional mais assertiva, lembrando ainda que existiram desenhadores que fizeram um grande trabalho, tais como Le Corbusier e Oscar Niemeyer.

Acrescentou ainda que existem consideráveis perdas de tempo, que se revelam inconclusivas e que levam à difamação do arquitecto e quando apurados os factos, ninguém assume a responsabilidade dessa situação.

Percebendo a simbologia dos 20 anos da Ordem dos Arquitectos, o Arq.º João Pedro Loureiro, referiu que facilmente um arquitecto ao longo de 20 anos desenvolve quatro projectos, dado o tempo que estes demoram a ser avaliados.

A título de exemplo diz ainda que ser a DRCC (Direcção Regional de Cultura do Centro) a avaliar as patologias de

edifícios não faz sentido, quando os arquitectos só de observarem o exterior percebem como está o interior.

Finalizando, diz que a existência de um registo verídico do tempo que estes processos demoram, com dados acessíveis aos arquitectos através de uma plataforma *online*, poderia ajudar bastante, mais ainda se fossem exigidas facturas dos honorários cobrados pelo arquitecto, eliminando desta forma a assinatura de favor.

Em resposta, o Arq.º Alexandre Ferreira referiu que existe um regulamento de ética e deontologia que todos os arquitectos devem cumprir e que faz parte da formação obrigatória de acesso à Ordem. O regulamento é para cumprir, caso contrário existem sanções disciplinares.

Acrescenta ainda que em Portugal deveria partir do princípio de boa-fé, à semelhança de alguns países nórdicos, todavia vigora o princípio de má-fé.

Concluindo deixou ainda a indicação de que alguns arquitectos ligam para os serviços da OASRN a queixarem-se de colegas, mas não apresentam queixa oficial, o que invalida qualquer acção por parte do Conselho de Disciplina. Para além disto, maior parte dos processos disciplinares são erros e equívocos.

O Plano Estratégico revelará de forma mais consistente a realidade dos arquitectos, mas os dados apontam para um número muito elevado de arquitectos para o mercado português. O estudo irá ainda revelar informações sobre o tipo de organização, escolas, dimensão de negócio, etc. dando resposta à forma de organização dos arquitectos.

Os jovens arquitectos devem ser inseridos em estruturas sólidas.

Na posse da palavra, o Arq.º Nuno Durão, referiu que trabalha há cerca de 10 anos, tendo trabalhado 2 anos por conta de outrem e depois por conta própria, altura em que percebeu que existe uma enorme dificuldade de contacto com a Administração Pública.

Como forma de exemplificar a capacidade de actuação da Ordem dos Arquitectos, por muito que o resultado demore algum tempo a ser implementado, recordou o tempo em que sendo estudante na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto assistiu à mobilização de meios por parte da Ordem para recolher 30 mil assinaturas que permitissem levar ao Parlamento a questão do projecto de arquitectura como acto próprio do arquitecto.

Partilhando a sua experiência profissional, adiu que apresenta sempre um prazo aos seus clientes, mas admite que depende muito do tempo de resposta por parte das câmaras municipais e vê-se obrigado a ir todas as semanas à câmara municipal fazer o ponto de situação. Considera que os processos têm de ser mais céleres, que é necessária uma melhoria no método de submissão e avaliação dos projectos, embora os arquitectos também tenham de compreender que os serviços necessitam de pareceres de outras entidades.

Concluiu dizendo que é responsável e se existir algum problema assume a responsabilidade.

Perante esta intervenção, o Arq.º Paulo Lopes afirmou que a questão do Termo de Responsabilidade é extremamente complexa e perguntou: “Quem paga o prejuízo se o arquitecto falhar?”

Respondendo, o Arq.º Carlos Chaves referiu que, embora compreenda o que o colega afirmou, acha que se “alguma

coisa correr mal, o termo teve valor”, embora considere que todos os arquitectos acabam por prestar falsas declarações quando assinam documentos onde consta a garantia de cumprimento de “todas as demais obrigações”, sem que estas estejam devidamente esclarecidas. Na sua opinião, em outros países o Termo de Responsabilidade envolve valores mais avultados e tem efectivamente valor perante a Administração Pública.

Terminou perguntando qual a responsabilização se o erro for na análise do processo por parte da autarquia?

O Arq.º Paulo Lopes respondeu que os arquitectos que trabalham para a Administração Pública têm responsabilidade civil e criminal.

Nesta sequência a Arq.ª Olga Santos relembrou que o Decreto-Lei 555/99 (Regime jurídico da urbanização e edificação – RJUE), no artigo 20º define o que as câmaras devem apreciar nos projectos de obras de edificação. Os campos enumerados no referido artigo são os elementos sobre os quais as câmaras têm de pronunciar-se, nos restantes não têm de o fazer, excepto em casos específicos em que é necessário recorrer a outra legislação, como é por exemplo o caso das acessibilidades.

Tomando novamente a palavra, o Arq.º Paulo Lopes mencionou que um projecto para a edificação de uma agência da Caixa de Crédito Agrícola, realizado por um arquitecto do Sul, não cumpria o PDM sendo necessário diminuir a área de implementação, facto que foi rapidamente corrigido pelo arquitecto que desconhecia o PDM da autarquia em questão.

Perante esta explanação, a Arq.ª Olga Santos reiterou que os arquitectos têm de conhecer as regras às quais a implementação de um edifício num determinado terreno está sujeita. Faz parte do seu trabalho.

Na sua opinião, os arquitectos devem evoluir e aprender com a experiência que vão adquirindo. Quando se formou em arquitectura só existiam duas escolas, no Porto eram 6 anos de formação, enquanto em Lisboa eram 5 anos, facto relevante do ponto de vista económico que a levou a iniciar o seu percurso formativo no Porto e transitar para Lisboa. Considera que as duas escolas apresentavam uma grande qualidade, mas destacou o facto de ter tido “algumas luzes” de legislação na Universidade de Lisboa, que foram de grande utilidade. Porém, na actualidade os estudantes de arquitectura continuam a concluir a sua formação sem terem noções básicas de legislação.

Concluindo a sua intervenção, lançou um desafio á Ordem dos Arquitectos, no sentido de trabalhar com as escolas para que os jovens possam adquirir competências ao nível da leitura de mapas, de orientação, de leitura de plantas arquitectónicas, porque existem pessoas que fizeram o Liceu e não o conseguem fazer.

Disse ainda que procurou fazê-lo na autarquia onde trabalha, mas não lhe foi permitido avançar com o projecto.

Em resposta, o Arq.º Alexandre Ferreira esclareceu que a OASRN tem um projecto denominado “Vamos Procurar a Arquitectura” no qual foi desenvolvido um trabalho com crianças que culminou na exposição dos trabalhos realizados quer na região quer no Museu Nacional Soares dos Reis. Este projecto contou com o apoio das Direcções Regionais de Educação e está neste momento já a ser preparada a 4ª edição.

Ainda neste campo o Conselho Nacional da Ordem dos Arquitectos está a fazer uma experiência com a fundação Calouste Gulbenkian e professores de EVT.

A Arq.^a Olga Santos acrescentou ainda que a plataforma da AMA não funciona e que maior parte dos municípios não tem grande interesse no seu funcionamento.

Relativamente às burocracias excessivas, relatadas ao longo do debate, confirma que é uma realidade, mas acrescenta que existem dois factores que complicam o trabalho na Administração Pública, por um lado as pessoas que estão na engrenagem e que “acham que tem de ser assim” e, por outro, os políticos que não entendem esta realidade.

Encerrando a sessão a Dr.^a Ana Caridade agradeceu o contributo de todos e informou que brevemente serão divulgados os

resultados da fase de diagnóstico do “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas vinte horas, de que se lavrou a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelo Vice-Presidente do CDRN-OASRN e pela secretária do debate.

Alexandre Ferreira

(Vice-Presidente do Conselho Directivo
Regional Norte da Ordem dos Arquitectos)

Sofia Vechina

(Assessora do projecto Norte 41º - Centro
de Arquitectura, Criatividade Sustentabilidade)

ACTA Nº 4

CICLO DE DEBATES

4º DEBATE — PARTICIPATIVO “PLANO ESTRATÉGICO PARA O SECTOR DA ARQUITECTURA NO NORTE DE PORTUGAL: 2018-2038”

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA REAL

Aos **dez** dias do mês de **Outubro** do ano de **dois mil e dezanove**, pelas dezoito horas e quinze minutos, realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal de Vila Real o quarto debate participativo “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, sob o tema “Mercados para o Futuro”, organizado pela Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte (OASRN), para o qual foram convidados o Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Eng.º **Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos**, e os Arquitectos **António Manuel de Belém Pereira Lima**, **Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa** e **Pedro Fernando Reis Mascarenhas**.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real nomeou como seu representante o Eng.º **Adriano António Pinto de Sousa**, Vereador da Câmara Municipal de Vila Real, responsável pelos pelouros do ordenamento do território e urbanismo; da reabilitação urbana; das acessibilidades, mobilidade e transportes; dos projectos e obras publicas de equipamentos e infra-estruturas municipais; da eficiência energética e iluminação pública; da organização dos serviços e modernização administrativa.

O debate foi presidido pelo Arq.º **Alexandre Ferreira**, Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos, moderado pela Dr.ª **Ana Caridade**, Assessora do

Pelouro da Comunicação da OASRN, tecnicamente apoiado pela Dr.ª **Adriana Castro**, Assessora do Pelouro da Cultura da OASRN e secretariado pela Doutora **Sofia Vechina**, Assessora do Projecto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade da OASRN.

Em assembleia estiveram presentes os Arquitectos **Albino Henrique Costa Teixeira**, **Ana Rita Amorim dos Reis**, **António Jorge Arcanjo Trindade**, **César Miguel de Jesus Gonçalves**, **Cesário Manuel Ferreira Correia de Matos**, **Filipe Vasques de Carvalho Gouveia Tojeiro**, **Hugo Miguel Amaro de Sousa**, **Jorge Ferreira Frias de Magalhães**, **José Luciano Moutinho Barreira**, **Márcio Luís Rodrigues Lameirão**, **Marcos César Cortinhas de Miranda Teixeira**.

Dando início à sessão, a moderadora, Dr.ª Ana Caridade, agradeceu a presença de todos no 4º Debate Participativo e passou a apresentar os intervenientes em mesa: Arq.º Nuno Sousa, Arq.º António Belém Lima, Eng.º Adriano Sousa – em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Arq.º Pedro Mascarenhas e Arq.º Alexandre Ferreira, Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, a quem passou a palavra.

O Arq.º Alexandre Ferreira agradeceu a presença de todos os partícipes e esclareceu que o 4º debate realiza-se no âmbito do

estudo científico denominado “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, projecto resultante da consciência, por parte da OASRN, de um fim de ciclo marcado pelos vinte anos da constituição da Ordem dos Arquitectos, período no qual o contexto económico e social da profissão de arquitecto se transformou consideravelmente, num contexto de crises económicas e transformações tecnológicas, que obrigam a uma reflexão da profissão no futuro.

Mais acrescentou que o ciclo de debates marcou presença em Coimbra, com o tema da “Evolução dos Honorários”; em Braga, com “Evolução do Exercício da Arquitectura. Como salvar e impulsionar a prática profissional”; e em Viseu, com “O Arquitecto e a Administração Pública”. Presentemente, em Vila Real, o debate debruça-se sobre os “Mercados para o Futuro” e no dia 31 de Outubro, em Aveiro, discutirá a “Arquitectura e Construção: novo paradigma tecnológico”.

O estudo científico, que serve de mote a este ciclo de debates, foi adjudicado à escola de Gestão e Economia da Universidade do Minho, é coordenado pelos Professores Doutores Francisco Carballo-Cruz e João Cerejeira, e encontra-se dividido em três fases – diagnóstico, Plano Estratégico e modelos de governação. Os resultados obtidos permitirão à Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte obter factos rigorosos para definir modelos de actuação, dialogar com o poder político, sensibilizar e contribuir para melhorias profissionais.

Concluída a intervenção, a moderadora, Dr.^a Ana Caridade, passou a palavra ao Arq.^o Nuno Sousa, que agradeceu o convite que lhe foi endereçado pela OASRN e deu os parabéns pela realização do estudo científico subjacente ao debate, que permitirá perceber as lacunas da prática profissional no sector da Arquitectura, permitindo

a viabilidade da profissão no futuro.

De seguida esclareceu que trabalha como arquitecto desde 1999, tendo feito formação superior no Reino Unido, onde trabalhou antes de exercer funções na Administração Pública Local portuguesa.

Sobre o tema “Mercados para o Futuro” clarificou que não sendo uma área de reflexão no seu quotidiano profissional, dará o seu contributo consciente da importância do tema para a arquitectura e tomando como ponto de partida a realidade transmontana.

Nesse âmbito, começou por dizer que na actualidade a região transmontana sofre uma acentuada baixa demográfica, factor determinante no sector da Arquitectura, uma vez que a redução populacional leva a uma diminuição dos serviços de Arquitectura.

O Arq.^o Nuno Sousa afirmou ainda que confrontando o tema “Mercados para o Futuro” com a leitura do resumo do estudo “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, considera que os modelos de organização no futuro não devem ser muito diferentes dos apresentados (trabalhador independente, sociedade, cooperativa e gabinetes de modelo clássico), o que importa analisar é o enquadramento futuro do Arquitecto, nomeadamente no que respeita a áreas profissionais concorrentes.

Outra realidade que importa apurar é a escassez financeira das obras públicas, considerando que grande parte das empreitadas actualmente são feitas pelos gabinetes técnicos camarários, representando uma percentagem considerável de obras públicas que passam a estar confinadas aos técnicos da Administração Pública, como por exemplo, gimnodesportivos, parque escolar, obras de âmbito social, etc.

O recurso aos quadros técnicos próprios, nas autarquias transmontanas, advém da falta de recursos financeiros e tem provocado, nos últimos anos, uma grande mudança no mercado da Arquitectura.

Perspectivar os Mercados para o Futuro, em Arquitectura, depende das necessidades sentidas pelas novas gerações e da capacidade de fixar população na região transmontana. Por exemplo, no distrito de Bragança, os censos, efectuados de dez em dez anos, evidenciam uma significativa redução populacional.

Ao nível do ensino em Portugal, o Arq.º Nuno Sousa, declarou que existem algumas falhas na componente prática. Em Inglaterra os estudantes de Arquitectura têm exames profissionais que obrigam a comprovar o conhecimento profissional adquirido, em três níveis de dificuldade, garantindo ao aluno a percepção de, por exemplo, como deve gerir um gabinete ou uma empreitada. Este exemplo demonstra que os arquitectos podem evoluir profissionalmente adquirindo ferramentas em outras áreas profissionais e o ensino superior português deveria ter estes factos em consideração.

No que respeita ao tema dos honorários, o Arq.º Nuno Sousa referiu, que deveriam existir garantias de que os arquitectos mais jovens não se sujeitassem a estágios não remunerados ou trabalhos mal pagos.

Sobre o Plano Estratégico em curso, considera importante, no futuro, tornar-se mais abrangente e cruzar os dados agora obtidos, para o sector da Arquitectura, com outras áreas profissionais, à semelhança das estratégias definidas pelo governo britânico, que para cada assunto reúne todas as áreas profissionais envolvidas de modo a garantir uma estratégia concertada do problema.

De seguida a moderadora passou a palavra ao Arq.º António Belém Lima, que agradeceu o convite que lhe foi endereçado pela OASRN.

Iniciando a sua intervenção, esclareceu que não tem uma reflexão exaustiva do tema, preferindo partilhar a sua experiência e comentar algumas temáticas:

1. Mercado

A profissão depende do mercado, da economia e da região.

A região de Trás-os-Montes, como as restantes regiões do interior do país, é mais débil do que as regiões do litoral. No território português são cada vez mais evidentes as aglutinações de urbanidade com maior dimensão.

Neste âmbito, julga que a cidade de Vila Real, que apesar de tudo é uma cidade do interior com alguma concentração populacional e com algum peso, vai ser a breve trecho parte da grande cidade do Porto. Situação que sucederá igualmente em Amarante, Guimarães, etc..

O Arq.º António Belém Lima considera que se procederá à constituição de duas grandes metrópoles, Lisboa e Porto, para as quais todas as regiões irão convergir, vivendo impreterivelmente dessa economia.

Esta conjectura alicerça-se na actualidade, na frequente deslocação de pessoas que trabalham em Lisboa e no Porto, recorrendo às regiões do interior como área meramente residencial.

Mais acrescenta que na sua análise considera possível que estas regiões se consolidem como áreas residenciais

de uma grande metrópole, uma vez que as condições de deslocação presentes são bastante favoráveis.

Nessa sequência, fazendo uma abordagem rápida aos quarenta anos de percurso profissional, o Arq.º António Belém Lima recordou as seguintes fases:

- a) Na década de 1980, quando começou a trabalhar em Vila Real, fez 27 projectos, nem todos concretizados;
- b) Na década de 1990 em 37 projectos
- c) Na década de 2000 em 72 projectos
- d) Na década de 2010 em 84 projectos

Ao longo destes quarentas anos verifica-se uma intensificação de projectos, mesmo que nem todos tenham sido executados, mas nota-se igualmente uma deslocação do cliente. Enquanto os primeiros trabalhos tinham como principal cliente o Estado e as autarquias, na última década essa realidade foi completamente alterada, transitando esse papel para o cliente privado, sobretudo ligado ao Douro, que nos últimos anos se transformou num novo pólo económico, activo, florescente, que passou a ser atractivo para a profissão de arquitecto.

Em suma, é fundamental compreender a economia, a região e a demografia.

A. Concursos Públicos

Sobre este assunto, o Arq.º Belém Lima referiu que no seu tempo de formação académica os concursos eram muito valorizados pelos profissionais de Arquitectura, porém não considera que um gabinete possa garantir a sua sustentabilidade através de concursos.

Apesar de ser muito devedor da encomenda pública, do Estado e da Administração Local, considera que do ponto de vista comercial a relação com o cliente privado é mais franca. Com o Estado nunca se sabe quando será efectuado o pagamento e a burocracia complica consideravelmente o processo. Com o cliente privado é logo definida a quantia que pode pagar.

B. O arquitecto e o Estado

O Arq.º Belém Lima referiu ainda que a sociedade está cada vez mais complexa conduzindo a uma maior complexidade legislativa, que complica o trabalho do arquitecto, sobretudo pela disparidade nos procedimentos camarários. Neste âmbito, considera que a Ordem dos Arquitectos poderia tentar intervir junto das autarquias, para uniformização de procedimentos.

Ainda neste campo, o Arq.º Belém Lima referiu o aumento considerável do tempo de espera pela aprovação de projectos, levando a que muitos investidores desistam, e o facto da aprovação de projectos não passar por arquitectos como se verifica em Lisboa e no Porto. Apesar do arquitecto e do engenheiro

partilharem a mesma linguagem técnica e terem uma sensibilidade idêntica, o engenheiro verifica primeiramente a questão legislativa e o arquitecto primeiramente discute a obra e depois verifica se cumpre os requisitos legais.

A título de exemplo, partilhou uma viagem que fez à Suíça com os seus alunos de arquitectura, na qual solicitou autorização para visitar a Câmara de Zurique, onde puderam constatar que quando um processo entra na câmara é realizada uma reunião preliminar em que estão os arquitectos daquela zona e a equipa que apresenta o projecto e antes de haver qualquer tipo de formalidade o projecto é discutido, poupando muito tempo no processo de aprovação e permitindo ao arquitecto trabalhar de forma mais segura.

Recentemente o Arq.º Belém Lima fez duas obras no Porto e passou por um processo similar, embora menos eficiente do que o de Zurique. No Porto foi atendido por um arquitecto, técnico da autarquia, com quem pode esclarecer todas as exigências legais locais, dando-lhe segurança para avançar com os projectos.

C. Urbanismo

Após a adesão de Portugal à CEE (Comunidade Económica Europeia) e da obrigatoriedade do Plano Director Municipal, os arquitectos deixaram de ser intervenientes activos no urbanismo em Portugal. Os planos do Estado Novo foram feitos por arquitectos, formados por um escol de urbanistas franceses,

enquanto na actualidade o urbanismo depende de engenheiros e juristas, que vêm a cidade de uma forma diferente dos arquitectos.

Seria importante para o urbanismo português que os arquitectos fossem elementos activos e interventivos nessa área.

Mais adiu o Arq.º Belém Lima, que quando tem de discutir alguns projectos com dimensão urbana (loteamentos, etc.), constata que o seu interlocutor não consegue compreender a dimensão social de um desenho urbano.

2. Governance

Nesta matéria, o Arq.º Belém Lima reconhece que não é muito escorreito, não se enquadrando no modelo inglês, no qual um escritório só pode ser considerado como tal se garantir a existência de 25% de lucro. Em Portugal os arquitectos não têm essa formação e racionalidade britânica, são formados na tradição das *Beaux-Arts*. Todavia o trajecto histórico da profissão comprova que o arquitecto passou da dedicação quase exclusiva a uma elite para uma presença actualmente relevante e importante para a sociedade.

Tomando por exemplo o seu percurso profissional, o Arq.º Belém Lima descreveu as seguintes fases de organização, como arquitecto:

- a) Arquitectos Pioledo _ grupo fundado, em inícios da década de 1980, por jovens arquitectos recém-formados

(António Belém Lima, Ricardo Santelmo, Carlos Baptista, Graça Campolargo, Albino Costa Teixeira e Carlos Santelmo).

Na época, em Vila Real, havia uma velha geração de arquitectos formados na Escola do Porto, nos anos de 1960, que estavam próximos da reforma. Nessa conjuntura a constituição da empresa Arquitectos Pioledo foi bastante relevante, adquirindo notoriedade ao longo dos vinte e quatro anos de existência, até ser dissolvida.

- b) Associação com um escritório composto por cem engenheiros, com sede em Vila Real, na qual o Arq.º Belém Lima trabalhou durante sete anos com uma certa autonomia. Tratava-se de um escritório com alto nível de *governance*, com o qual o arquitecto António Belém Lima fez um acordo financeiro, que garantia ao escritório de engenharia a obtenção de uma parte dos trabalhos e ao arquitecto ter seis colaboradores e não se preocupar com os modelos de *governance*.

Foi neste contexto empresarial que o Arq.º Belém Lima concretizou os projectos mais relevantes do seu percurso profissional, entre os quais a Biblioteca Municipal de Vila Real.

Com a crise política e a entrada da Troika em Portugal, a associação entre o Arq.º Belém Lima e o escritório de engenheiros dissolveu-se.

- c) Belém Lima Arquitectos _ escritório clássico, com autonomia completa, a funcionar há sete anos, no qual conta com três colaboradores permanentes e dois antigos colaboradores com quem trabalha à distância.

Reconhecendo que esta área é extremamente complexa, representando o ponto fraco dos arquitectos, o Arq.º Belém Lima concluiu dizendo que a Ordem dos deveria ajudar os arquitectos, nomeadamente os mais jovens, fornecendo uma matriz de custos (qual o peso financeiro das instalações, dos equipamentos, dos colaboradores, dos consumos, etc.), à semelhança do que é praticado pela Ordem Islandesa e pela Ordem Inglesa.

3. Formação e Academia

O Arq.º Belém Lima formou-se em Lisboa, regressou à sua terra natal para exercer a sua profissão, e cedo começou a trabalhar como professor convidado, sem seguir carreira académica.

Começou em Vila Real a leccionar Urbanismo, na área de engenharia, de seguida passou pela ESAP (Escola Superior Artística do Porto), seguiu-se a colaboração com o Departamento de Arquitectura da Escola Universitária de Artes de Coimbra e por último, durante 9 anos, leccionou na Universidade do Minho.

Com a adopção do método de Bolonha nas universidades portuguesas, os seis professores

de Arquitectura da Universidade do Minho que tinham actividade profissional foram excluídos do sistema de ensino. O *aporte* que estes profissionais levavam à universidade era muito importante para os alunos e a experiência que estes arquitectos viviam como docentes era uma mais-valia para o seu exercício profissional.

Neste contexto o Arq.º António Belém Lima afirmou que na sua perspectiva existe um equívoco relativo à seguinte questão: *O arquitecto é um poeta que faz uns riscos ou é um técnico profissional?*

Para o Arq.º Belém Lima o arquitecto tem de ser um pensador da Arquitectura, essa é a característica que o diferencia no mercado. Pensar a Arquitectura não significa falta de eficácia, nem falta de conhecimentos técnicos, essa dicotomia não existe.

Do ponto de vista da sustentabilidade e da presença no mercado, a autoria, a criação e o estudo é fundamental para o desenvolvimento profissional do arquitecto.

A auto-educação é imprescindível, o arquitecto tem de estar permanentemente a estudar para compreender o desenvolvimento das cidades, a natureza dos problemas que a profissão enfrenta, quais as condições do território, etc..

a) Responsabilidade civil

Sobre esta matéria, o arquitecto disse que quando dava aulas na escola de Arquitectura da

Universidade do Minho, em Guimarães, a escola recebia alunos de Erasmus provenientes da Suíça, que no último semestre do último ano de formação, na escola Suíça, se dedicavam exclusivamente ao projecto de execução. Este facto mostra que um projecto de arquitectura faz parte de um investimento financeiro e económico, com muita importância para a academia suíça, que desta forma reconhece que um arquitecto não pode falhar nas expectativas do investimento financeiro associado á obra pública ou privada, e acentua a necessidade de formação na área da construção.

Mais acrescenta que a escola não consegue simular a vida real, a realidade de um escritório, com clientes, com imprevistos, etc., porém, a escola portuguesa podia investir mais nessa componente.

4. Tabelas de honorários

O Estado Novo fez dois documentos que interessavam às obras públicas:

- a) Caderno de Encargos, no qual se refere o que é um projecto, um estudo prévio, um programa-base, etc.;
- b) Tabela de honorários

Estes documentos permaneceram até 2008, quando a CEE decidiu proceder à liberalização do mercado.

Proibida a tabela, produziram um medidor de honorários,

referente ao vencimento por hora de um arquitecto de primeira, de um arquitecto de segunda, etc., claramente ineficaz, considerando a evidente racionalidade da antiga tabela de honorários, na qual se esclarecia que o projecto custa 4% do valor da obra. Bastaria ensinar aos arquitectos quanto vale a obra e o valor do projecto estaria facilmente definido.

Perante esta realidade, o Arq.º Belém Lima explicou que, à semelhança de outros colegas, continua a utilizar como referência a tabela de honorários do Estado Novo.

Sobre este assunto, o Arq.º Belém Lima partilhou uma deslocação que fez a Londres, na sequência do concurso público para o projecto do Teatro de Vila Real, para apresentar um cliente ao Arq.º David Chipperfield. Nessa conversa, constatou que o Arq.º Chipperfield cobraria 400 mil euros, perante uma obra de um valor de 10 milhões de euros, 4% do valor da obra.

Neste seguimento, Arq.º Belém Lima acrescentou ainda que tem uma tabela par as obras simples, para as obras correntes e para os edifícios públicos.

Concluiu dizendo que a Ordem deveria ajudar os arquitectos a perceberem como se calculam os custos das obras, com um documento semelhante ao apresentado pelo RIBA (Royal Institute of British Architects), no qual se explica quanto custa por metro quadrado, um armazém, uma habitação, etc..

Sobre os comentários feitos por diversos arquitectos a propósito de profissões como a advocacia cobrarem por todas as consultas efectuadas e os arquitectos não o fazerem, o Arq.º Belém Lima considera que receber um cliente é um investimento numa relação de empatia e confiança, fundamental para a obtenção de clientes e o sucesso do projecto.

5. Credibilidade Profissional

Para o Arq.º Belém Lima existem dois tipos de credibilidade: técnica e social.

A credibilidade técnica é construída pelo arquitecto, com a concretização de um projecto rigoroso, não permitir que fique pelo licenciamento mas seja acompanhado até à execução, assumindo uma postura de apoio ao cliente, garantindo-lhe resultados satisfatórios, sem décalages substanciais entre o orçamento e o custo da obra.

A credibilidade social passa pela presença dos arquitectos na discussão pública e na sociedade, explicando as obras, lutando pela participação em publicações, que o dão a conhecer.

Até ao momento o Arq.º Belém Lima fez cento e dezasseis apresentações públicas, como forma de estar no terreno, de garantir a presença na profissão.

6. Investimento para o futuro

Para o Arq.º Belém Lima, o investimento para o futuro passa

pelo controlo contínuo dos custos das obras e dos projectos através da tecnologia, nomeadamente BIM (Building Information Modelling), permitindo ao cliente acompanhar a evolução dos custos.

De seguida a moderadora do debate, Dr.^a Ana Caridade, passou a palavra ao Eng.^o Adriano Sousa, vereador da Câmara Municipal de Vila Real, que agradeceu o convite endereçado pela OASRN, dizendo que é para a autarquia um gosto acolher este tipo de eventos em Vila Real.

Falando da experiência adquirida, numa perspectiva de empregador, de entidade licenciadora e de entidade que adquire serviços externos, introduziu as seguintes considerações:

1. Na perspectiva de empregador, afirmou que a autarquia pretende equilibrar a entrada de técnicos superiores nas áreas de Arquitectura e Engenharia. No sector do Urbanismo, da autarquia, existem 50% de engenheiros e 50% de arquitectos.
2. Relativamente à burocracia existente, em Portugal, no domínio do licenciamento de obras particulares, o Eng.^o Adriano Sousa concordou que existe um excesso de produção legislativa, que promove o excesso de burocracia, ampliada pelo facto da responsabilidade sobre o parecer anteriormente ser do vereador e na actualidade do técnico que analisa o projecto. Anteriormente alguns técnicos deixavam determinados assuntos à consideração superior, actualmente são os responsáveis sobre o parecer, gerando receio de incumprimento nos técnicos.

3. Cada município tem o seu Plano Director Municipal (PDM), com o qual os profissionais de Arquitectura têm de lidar.

Todos os territórios são diferentes, facto que justifica a existência de vários PDM. Se o território for mais urbano os quesitos do PDM têm de incidir mais nos núcleos urbanos, se tiver uma grande mancha florestal o principal enfoque deverá ser no ordenamento florestal.

4. Na opinião do Eng.^o Adriano Sousa, com experiência profissional como vereador desde 2013 e anteriormente como técnico superior municipal, os atrasos no processo de licenciamento não são exclusivamente da responsabilidade dos serviços municipais, mas também dos técnicos de Arquitectura. Existem situações em que um projecto é informado em dois ou três meses, enquanto outros demoram um ano ou um ano e meio a serem informados e despachados. Muitas vezes os projectos não estão de acordo com os instrumentos de gestão territorial das câmaras municipais.
5. Actualmente, na Câmara Municipal de Vila Real encontra-se instituída a denominada *Via Verde*, uma espécie de uma linha que o município disponibiliza aos investidores e aos técnicos que com eles trabalham, para dar apoio a projectos de carácter estruturante (fábricas, hospitais, loteamento urbano, empreendimentos que por questões de investimento financeiro obrigam a tempos de licenciamento rápidos).

Esta medida insere-se na política de discussão presencial com os

intervenientes, aberta a todos os profissionais e investidores, que se desenvolve antes do processo dar entrada nos serviços da Câmara Municipal.

A discussão realiza-se com a presença do vereador, do director do departamento e do técnico nomeado para acompanhar o projecto, porém, muitas vezes esta oportunidade não é aproveitada pelos intervenientes.

Os dois hospitais construídos recentemente em Vila Real comprovam a eficácia desta medida e a rapidez do processo.

6. Os projectos devem ser trabalhados, desde o início, em ambiente multidisciplinar, situação que pelo menos na fase inicial de trabalho raramente é contemplada.

O Eng.º Adriano Sousa verifica, na sua experiência profissional, que por vezes um bom projecto de arquitectura, realizado num ambiente de compartimentação entre a especialidade de Arquitectura e as outras especialidades, nomeadamente a engenharia de estruturas, é aprovado mas a sua concretização acaba condicionada e alterada em relação ao previsto inicialmente, situação que não se colocaria se as especialidades trabalhassem em unísono desde o início. A título de exemplo, existem em Vila Real vários prédios com garagens que pela falta de funcionalidade não são utilizadas.

7. Quanto aos honorários, o Eng.º Adriano Sousa, constatou que raramente o cliente valoriza o trabalho do arquitecto e do

engenheiro, por considerar que o seu trabalho passa unicamente pela realização de alguns riscos e, regra geral, pretender um imóvel de grandes dimensões, sem valorizar o projecto e a qualidade da obra.

Esta situação só pode ser alterada paulatinamente, estabelecendo uma relação de confiança entre o técnico e o cliente.

Concluída a intervenção do Eng.º Adriano Sousa, a Dr.ª Ana Caridade, passou de imediato a palavra ao Arq.º Pedro Mascarenhas, que cumprimentou os colegas e agradeceu o convite remetido pela OASRN.

Dando início à sua intervenção esclareceu que o seu contributo neste debate decorre da experiência profissional como funcionário da Administração Pública Local.

Sendo licenciado em Arquitectura, actualmente, sente-se mais jurista do que arquitecto.

No início da sua carreira teve de avaliar um projecto em que a questão legal colidia com a harmonia e essência arquitectónica. Optando por valorizar a proporção arquitectónica, alguns anos mais tarde teve de responder perante uma inspecção. A partir de então passou a aplicar a lei, sem a perspectiva de arquitecto.

Na função pública verifica-se a existência de uma orientação do arquitecto para a questão legal, desvalorizando os aspectos arquitectónicos.

Nessa sequência, o Arq.º Pedro Mascarenhas, deixou como sugestão a constituição de uma carreira específica para quem aprecia projectos na função pública, garantindo alguma autonomia desses técnicos de gestão urbanística, que poderiam eventualmente

não depender directamente do poder político, de modo a proteger o técnico e o político, habitualmente sujeito à pressão dos eleitores.

Outra questão, apresentada pelo Arq.º Pedro Mascarenhas, foi a polivalência que caracteriza os arquitectos e os engenheiros na função pública, situação que no futuro tenderá a ser prejudicial.

Estes arquitectos obtêm na faculdade uma formação clássica, que deveria permitir um maior direccionamento, de acordo com as saídas profissionais vigentes.

Mais acrescentou que é necessário reger a profissão, que a Ordem deve recorrer a influências políticas e sociais para ajudar a direccionar os seus membros.

Concluindo os seus pontos de reflexão, o Arq.º Pedro Mascarenhas, falou dos diferentes nichos de mercado acessíveis aos arquitectos de cidades como Lisboa ou Porto, comparativamente com os arquitectos do interior.

A região de Vila Real e Bragança não tem praias ou montanhas para ski, o seu potencial concentra-se na ruralidade, que deve ser valorizada pelos arquitectos, contribuindo para a sua divulgação, nomeadamente no campo do turismo. A valorização da ruralidade pode ser uma das formas de especialização, constituindo-se como um modo de afirmação e credibilização do arquitecto junto dos clientes.

A credibilização da profissão passa, entre outros, factores, pela responsabilização profissional. Um arquitecto que não apresente um orçamento capaz deveria ser responsabilizado, pondo termo à não responsabilização dos maus orçamentos.

Antes de abrir o debate à assembleia, o Arq.º Alexandre Ferreira agradeceu à Câmara Municipal de Vila Real a cedência

do auditório da Biblioteca Municipal, saudou a excelência das comunicações apresentadas e deixou algumas observações:

1. Relativamente aos procedimentos urbanísticos, informou que está a decorrer um inquérito sobre uniformização de procedimentos urbanísticos, desenvolvido pela Secção Regional Norte e pela Secção Regional Sul, da Ordem dos Arquitectos.

Até ao momento, no Norte, responderam cerca de 90 câmaras municipais e cerca de 1600 arquitectos. Os dados obtidos com o inquérito serão fundamentais para discutir o assunto com os ministérios competentes.
2. Quanto aos modelos de governação, comunicou que a terceira fase do “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038” contempla uma estrutura de custos que sirva de matriz aos arquitectos.
3. No âmbito do Plano Estratégico comprova-se a falta de ferramentas de gestão e a falta de dimensão da estrutura organizativa dos arquitectos.

Aberto o debate, pediu a palavra o Arq.º Filipe Tojeiro, formado em arquitectura em 2005, pela Escola Superior Artística do Porto, actualmente investigador e doutorando no Politécnico de Madrid, que evidenciou a questão da administração pública, por considerar que poderia ser garantida a facilidade de instrumentos que agilisassem os procedimentos de licenciamento.

Da experiência que tem em Espanha, observa que existem mecanismos que poderiam

ser adaptados à realidade portuguesa. O Colégio de Madrid visa projectos de Arquitectura, numa primeira abordagem que facilita a entrega do trabalho às restantes instituições e que aplicada pela Ordem dos Arquitectos, em Portugal, poderia agilizar consideravelmente o processo de licenciamento.

Quanto à Educação, o Arq.º Filipe Tojeiro, verifica a falta de curriculum técnico nas universidades portuguesas, pela pesada herança das Belas-Artes, que apesar de aportar criatividade limita consideravelmente a parte técnica.

Concluindo as suas observações disse ainda, sobre a actuação dos arquitectos, que deveriam ser mais complementares, mais competentes e dar resposta às exigências do mercado.

De seguida, o Arq.º Albino Teixeira, na sequência da intervenção do Arq.º Belém Lima, quis reforçar que quando pára o investimento público termina o investimento privado, porque não havendo dinâmica pública dificilmente há iniciativa privada.

Relativamente à multidisciplinaridade do trabalho de arquitecto, revela que sempre existiu, todavia na actualidade o arquitecto não é o principal planificador.

Para o Arq.º Albino Teixeira o problema dos honorários coloca-se porque são definidos individualmente, cada profissional cobra o que entende.

Relativamente aos concursos públicos, muitos ficam vazios porque não existe uma plataforma comum de preços, à Inglesa, na qual o arquitecto possa ir buscar o preço da referência ao consumidor.

Encerrando, referiu que a empresa Pioledo foi uma experiência promovida pelo Arq.º

Belém Lima, nos anos 80, que falhou por falta de formação em gestão empresarial.

Na posse da palavra, o Arq.º Márcio Lameirão esclareceu que trabalha em Vila Pouca de Aguiar e atesta a falta de respeito pelo arquitecto e de regra no campo profissional, porque a lei que refere os actos próprios dos arquitectos confunde os clientes, permitindo esses actos a alguns engenheiros.

Existe apropriação de acções de técnicos desenhadores que não tendo formação fazem projecto.

A boa Arquitectura, feita com detalhe, com bons serralheiros, carpinteiros, etc., é difícil de alcançar, por falta de bons profissionais e existem empreiteiros que concretizam o trabalho com menor qualidade, por baixos preços. Sobre este assunto, perguntou qual o nível de intervenção da Ordem dos Arquitectos.

Respondendo, o Arq.º Alexandre Ferreira esclareceu que essas situações devem ser participadas ao Conselho de Disciplina, assegurando o zelo pelo cumprimento das regras e a dignidade da profissão.

Encerrando a sessão a Dr.ª Ana Caridade agradeceu o contributo de todos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas vinte horas, de que se lavrou a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelo Vice-Presidente do CDRN-OASRN e pela secretária do debate.

Alexandre Ferreira

(Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos)

Sofia Vechina

(Assessora do projecto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade Sustentabilidade)

ACTA Nº 5

CICLO DE DEBATES — 5º DEBATE PARTICIPATIVO

“PLANO ESTRATÉGICO PARA O SECTOR DA ARQUITECTURA NO NORTE DE PORTUGAL: 2018-2038”

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

Aos **trinta e um** dias do mês de **Outubro** do ano de **dois mil e dezanove**, pelas dezoito horas e trinta minutos, realizou-se no auditório da Assembleia Municipal de Aveiro o quinto debate participativo “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, sob o tema “Arquitectura e Construção. Novo Paradigma Tecnológico”, organizado pela Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte (OASRN), para o qual foram convidados o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Eng.º **José Agostinho Ribau Esteves**, e os Arquitectos **Carlos Nuno Lacerda Lopes** e **Ricardo Pereira Vieira de Melo**.

O debate foi presidido pela Arq.ª **Cláudia Costa Santos**, Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos e pelo Arq.º **Alexandre Ferreira**, Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos, moderado pela Dr.ª **Ana Caridade**, Assessora do Pelouro da Comunicação da OASRN, tecnicamente apoiado pela Dr.ª **Adriana Castro**, Assessora do Pelouro da Cultura da OASRN e secretariado pela Doutora **Sofia Vechina**, Assessora do Projecto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade da OASRN.

Em assembleia estiveram presentes os Arquitectos **Alberto Montoya Cano**, **Ana Carolina de Bastos Freitas**, **Ana**

Paula Tinoco Ferreira Marques, **Ana Rita Rodrigues Gomes**, **Carlos Alberto Calais Freire dos Santos**, **Catarina Fidélis da Silva Nogueira**, **Cláudia Diana da Silva Antunes**, **Cláudia Regina de Costa Escalera**, **Eva Jorge Barbosa Paiva**, **Fernando Jorge Garcia Pereira**, **Ilda Maria de Seixas Fonseca**, **Joaquim Armindo Tavares dos Santos**, **Manuel José Lopes de Resende Lêdo da Fonseca**, **Maria João Fradinho Ribeiro**, **Mariana Santos Martins**, **Martim Manuel Correia Guimarães Martins da Costa**, **Nuno Miguel Matos Silva**, **Paulo Adriano Vieira Lousinha**, **Paulo Alexandre Paiva Fonseca**, **Paulo Jorge Pereira Valente Martins**, **Pedro Filipe dos Santos Barbosa**, **Pompílio Carlos Coelho Souto**, **Sara Isabel Breda Vieira**, **Sofia Maria Grilo Marques Senos** e os Dr.ª **Alfredo Azevedo Marques**, **José Rafael Silva Simões** e **Maria Manuela O. Silva**.

Dando início à sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Eng.º José Ribau Esteves, deu as boas vindas aos arquitectos, à Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte e a todos os presentes.

De seguida a moderadora da mesa, Dr.ª Ana Caridade, passou a palavra à Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Arq.ª Cláudia Costa Santos, que cumprimentou os presentes, agradeceu as amáveis palavras do Presidente da Câmara Municipal de

Aveiro e referiu que o debate se insere nas actividades associadas ao “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, estudo científico adjudicado à Universidade do Minho.

Mais acrescentou que este estudo é o primeiro projecto do Centro de Estudos Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade (CEN41º), criado no final do ano transacto, com o objectivo de promover, divulgar e valorizar as boas práticas da Arquitectura em Portugal, conciliando a produção de conhecimento desenvolvida em unidades de investigação universitárias com a prática profissional em Arquitectura e com a comunidade. Em suma, partindo da produção de conhecimento pretende-se dialogar com o poder político de forma a introduzir medidas mais assertivas no campo da Arquitectura.

Sobre o Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade esclareceu que foi o projecto-piloto que permitiu a construção da nova sede da OASRN, o único património imóvel da Ordem dos Arquitectos. Dentro do Norte 41º foi criado o Centro de Estudos Norte 41º, que iniciou actividade em 2019 com o “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, estudo que permitirá actuar de forma concertada na resolução de diversos problemas da prática profissional, ao nível da economia e gestão profissional, bem como da valorização da profissão.

No âmbito do Plano Estratégico encontra-se finalizada a fase de diagnóstico, com dados cabais que permitirão encontrar medidas estratégicas para o futuro da profissão.

Considerando que este estudo tem como coordenador o Arq.º Alexandre Ferreira, Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, a Arq.ª Cláudia Costa Santos passou-lhe a palavra.

O Arq.º Alexandre Ferreira começou por cumprimentar os presentes e mencionar a co-coordenação do Plano Estratégico pela Arq.ª Marta Fernandes, Secretária do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

De seguida, sobre o CEN41º, disse que é apoiado por uma Comissão de Honra e por uma Comissão de Aconselhamento científico, esta última constituída por Professores Catedráticos de Arquitectura, Economia, Engenharia, Geografia e História da Arte. Convidado a integrar a Comissão de Honra o Arq.º Álvaro Siza Vieira declinou aceitando integrar de forma activa a Comissão de Aconselhamento, factor de grande satisfação para a OASRN.

Os temas abordados pelo CEN41º pretendem antecipar tendências, de modo a reflectir e produzir informação rigorosa, em tempo útil, para todos os arquitectos. É neste âmbito que se insere o “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, que serve de ponderação científica sobre a profissão, tendo como referência o fim de um ciclo de vinte anos desde a criação da Ordem dos Arquitectos, durante os quais se verificam, em Portugal, alterações consideráveis quer no número de arquitectos, quer no contexto económico e social. Neste sentido, a fase de diagnóstico é desde já a maior investigação feita, até ao momento, à profissão, tendo em conta o ensino, a profissão, o mercado, as empresas, numa análise comparativa com os países europeus. É necessário estabelecer um critério, um rumo para o futuro, pelo que o diagnóstico realizado serve de base de sustentação às medidas estratégicas, que permitirão actuar junto dos organismos políticos e definir medidas para o futuro da profissão.

Segundo o Arq.º Alexandre Ferreira, a OASRN pretendeu que o Plano Estratégico fosse um

estudo participado por todos, retractando as angústias, os anseios e as necessidades dos arquitectos junto da equipa de investigação da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Por isso, o Plano Estratégico tem uma Comissão de Acompanhamento, composta por arquitectos representativos das várias formas de exercício da profissão, e conta com a realização de Grupos de Foco e de Debates Participativos, estes últimos realizados em vários pontos geográficos afectos à OASRN:

1. Coimbra _ 4 de Abril _ *A Evolução dos Honorários*
2. Braga _ 30 de Maio _ *Evolução do exercício da arquitectura. Como salvar e impulsionar a prática profissional*
3. Viseu _ 28 de Junho _ *O Arquitecto e a Administração Pública*
4. Vila Real _ 10 de Outubro _ *Mercados para o Futuro*
5. Aveiro _ 31 de Outubro _ *Arquitectura e Construção. Novo paradigma tecnológico*

Concluindo a sua intervenção reiterou que o Plano Estratégico terá a visão, participação e *input* de todos os arquitectos e que o tema em debate resulta da consciência de que a Construção é possivelmente o sector mais atrasado em termos de componente tecnológica, de automação e de robotização, realidade que vai tendendo a ser alterada, pelo que deve ser ponderada.

Agradecendo ao Arq.º Nuno Lacerda e ao Arq.º Ricardo Vieira de Melo por aceitarem o convite para intervirem de forma a despoletar o debate, passou a palavra ao Arq.º Nuno Lacerda Lopes.

Na posse da palavra o Arq.º Nuno Lacerda Lopes cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, pelas amáveis palavras e pela recepção, agradeceu à OASRN o convite endereçado e saudou o painel e os colegas presentes.

Começou por felicitar a OASRN pela realização do “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”. Após a leitura de diversos documentos respeitantes aos debates participativos e ao trabalho científico desenvolvido pareceu-lhe que o estudo tem uma metodologia muito clara, rigorosa e bem fundamentada. Observando a procura de respostas objectivas patente neste estudo, o Arq.º Nuno Lacerda referiu-o como fundamental para a profissão, disponibilizando-se para colaborar no que for necessário.

Da experiência profissional como professor universitário, arquitecto ligado ao Atelier CNLL, investigador do Centro de Inovação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CIAMH), cenógrafo e politico, o Arq.º Nuno Lacerda avançou com uma apresentação em PowerPoint, dividida em dois pontos: Perspectiva e análise da sociedade actual, como um paradigma instável; 20 propostas para os novos desafios no sector da Arquitectura.

Perspectiva e análise da sociedade actual, como um paradigma instável

Como refere Tom Goodwin a transformação da sociedade actual verifica-se, por exemplo, no *modus operandi* de empresas como a Uber, o Facebook, o Alibaba ou o Airbnb.

Outra mudança, analisada pelo Arq.º Nuno Lacerda, foi exibida num filme que retrace a evolução na mudança de pneus em plena prova de Formula 1, de 1950 a 2013.

Em síntese, estes elementos mostram as mudanças vigentes na relação de tempo, na relação de trabalho, na família, na mobilidade, nos diferentes meios de comunicação e de interacção, nos diferentes usos dos imóveis, no ensino, nas cidades, na paisagem, na construção, na tecnologia e nos materiais.

Existe um novo modo de ver o mundo, tão veloz como mudar um pneu. Neste universo o arquitecto enfrenta diferentes desafios.

Anteriormente o Projecto de Arquitectura tinha as seguintes especialidades e intervenientes: Redes Eléctricas, Arquitectura, Estruturas, Redes – águas residuais e pluviais. Posteriormente foram sendo acrescentados mais algumas componentes: AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado); Fundações e Contenções; Térmica; Segurança Integrada; ITED (Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios); Instalações Electromecânicas; Gás; Resíduos Sólidos; Geológico e Geotécnico; Plano de Segurança e saúde; Arquitectura Paisagística; Acústica e PT (Posto de Transformação). Actualmente para fazer uma simples casa são necessários vinte e três projectos.

Desta forma o arquitecto deixou de ser uma figura isolada e passou a ter de ser detentor de diferentes tipos de informação e de dialogar com diversas especialidades. “A construção é cada vez mais um projecto de elevada complexidade”.

Todavia existem hoje novos modos de ser Arquitecto, porque actua em diferentes culturas, contextos, materiais, cenários, cada vez com um maior número de legislação.

Por norma os arquitectos encontram-se afastados dos grupos de trabalho de legislação, situação grave para o exercício da profissão. O Arq.º Nuno Lacerda

faz parte do organismo de concepção de Normalização Sectorial de projecto em BIM (Building Information Model) e durante algum tempo era o único arquitecto no grupo de discussão.

Sobre a significativa alteração do campo de actuação do arquitecto, o Arq.º Nuno Lacerda, encontrou um estudo coordenado pelo Professor Harry Gugger (LABA - Laboratoire Bâle Ackermannshof), relativamente ao processo de produção, que posteriormente procurou desenvolver no CIAMH, e que aconselha aos responsáveis pelo Plano Estratégico. O estudo revela dados de Singapura, Inglaterra, Estados Unidos, França, Suíça, tendo o Arq.º Nuno Lacerda acrescentado Portugal. Os resultados revelam que o trabalho do arquitecto anteriormente era mais no campo das ideias, nos últimos anos é mais na área do projecto e da execução e a tendência mundial e nacional é, cada vez mais, de se solicitarem encomendas ao arquitecto enquanto conceitos e enquanto venda.

O arquitecto trabalha à escala global. Tomando por exemplo o gabinete de Arquitectura CNLL, o Arq.º Nuno Lacerda, a partir da cidade do Porto, trabalhou em diversos países, como Venezuela, Colômbia, Brasil, etc.

A esta complexidade acresce o facto dos arquitectos trabalharem com diversas ferramentas no campo das novas tecnologias, cada vez mais integrados na questão das Smart Cities, da Building Smart e no BIM, sendo fundamental a gestão de informação, bem como os renders, a comunicação, a simulação da construção no que respeita à divisão do espaço e ao sistema AVAC, considerando também a realidade aumentada, a realidade virtual e a fabricação digital.

Perante estes desafios profissionais, o Arq.º Nuno Lacerda deixou três questões:

1. Como podem os arquitectos evoluir e tirar partido dos meios tecnológicos?
2. Como preparar e capacitar os arquitectos para este novo mercado de trabalho?
3. Como fomentar a valorização do sector e da profissão na indústria e na sociedade?

Cinco constatações:

1. Afastamento do acto de projectar da realidade da produção
2. Escassa preparação para a gestão da informação e da complexidade associada ao projecto
3. Pouca abertura e interesse por temas “diferenciadores e fracturantes”. Existem propensões tendenciosas, de escola ou de moda.
4. Afastamento de um ideal de inovação: valorização do factor criativo em detrimento da inovação.
5. Manutenção de métodos de representação e concepção desajustados à realidade.

E cinco necessidades:

1. Difundir e apoiar o estudo de diferentes sistemas construtivos e uso de novos materiais em Arquitectura
2. Ligar o acto de projectar ao acto de construir. Conhecer os materiais de construção.

3. Criar bases de dados sobre soluções construtivas e projectos
4. Fomentar o uso de metodologias digitais de concepção e representação em Arquitectura – o BIM do 3D ao 7D
5. Reconhecer a importância da investigação e da inovação para acrescentar valor à profissão e à disciplina

Como disse Albert Einstein “Não podemos resolver os nossos problemas utilizando a mesma forma de pensar com que os criamos”, os arquitectos precisam de novos métodos de trabalho.

20 Propostas para os novos desafios no sector da Arquitectura

Neste ponto da apresentação, o Arq.º Nuno Lacerda, reflectiu sobre os vinte anos passados e os próximos vinte anos, apresentando propostas que se enquadram em quatro áreas de actuação:

1. Sociedade e cultura
 01. Revisão da contratação pública, garantindo condições para a valorização dos actos próprios da profissão.
 02. Fomentar o envolvimento dos arquitectos e da Ordem juntos dos agentes legisladores
 03. Liderar, proactivamente, o encontro de soluções para a nova família, para a nova casa, para a nova cidade.
 04. Assumir protagonismo e diferenciação na esfera pública, enquanto actividade plural

e integrada num colectivo organizado e estruturado em termos profissionais.

05. Incentivar o ensino, no meio pedagógico, de conteúdos de gestão, coordenação e *governance*, fundamentais para a prática profissional.
2. Inovação e construção
 06. Incentivar a *iConstruction* como revolução para a introdução das metodologias digitais e dos processos e produtividade na construção.
 07. Apoiar o desenvolvimento e o registo de patentes para novos materiais e sistemas construtivos.
 08. Aderir aos princípios da Indústria 4.0, aos processos de fabricação inteligente, à *Internet of Things* e ao *Big Data*.
 09. Assumir a gestão da informação e autoria dos modelos BIM para construção, como factor determinante para o futuro da profissão.
 10. Redefinir o conceito de propriedade intelectual aplicada à construção da Arquitectura e da concepção do projecto.
 3. Projecto e digitalização
 11. Fomentar o trabalho colaborativo e desenvolver o trabalho em rede entre arquitectos.
 12. Difundir o *Digital Chalange*:
- incentivando a formação adequada e capacitante para os arquitectos nas múltiplas vertentes de acção.
13. Integrar, enquanto agentes da mudança, os diversos mecanismos para a digitalização da Arquitectura, incorporando a *building smart Data Dictionary*.
 14. Actualizar, com urgência, a definição do que é um Projecto, em Arquitectura, na sociedade actual.
 15. Estudar novos modelos de negócio no seio da Indústria da Arquitectura, Engenharia, Construção e Operação (AECO), onde os arquitectos deverão desempenhar funções de liderança.
4. Ambiente e património
 16. Potenciar o aumento da capacidade de resposta para os desafios da alteração climática, da transformação dos territórios e da tecnologia, oferecendo novas metodologias e não apenas novos desenhos.
 17. Assumir a Ordem dos Arquitectos como agente de formação plural e interdisciplinar, procurando a liderança dos cada vez mais complexos processos associados à Arquitectura, Construção e Manutenção do edificado.
 18. Preparar para a segmentação da

profissão em diferentes áreas do saber, práticas e interesses.

19. Criar uma base de dados/ repositório de todos os projectos e modelos digitais BIM, a desenvolver pela Ordem dos Arquitectos e os seus associados, para apoio à qualificação da profissão, às autarquias, ao governo central e à sociedade civil, de modo a contribuir para a agilização de processos e valorização da Arquitectura e do património resultante.
20. Criação de um Serviço Nacional de Arquitectura e Gestão de Território.

Por fim, o Arq.º Nuno Lacerda referiu que unidos os arquitectos são mais fortes e deixou duas citações:

1. “Os analfabetos do século XXI não serão aqueles que não sabem ler ou escrever, mas aqueles que não são capazes aprender, desaprender e reaprender.” (Alvin Toffler)
2. “Acredito que a 20 anos o foco do nosso trabalho não será maioritariamente o projeto para construção como a conhecemos agora, mas a gestão dos vários domínios da produção arquitetónica, seguramente alargados a outros campos e invasores de outras ciências, artes e territórios onde a criatividade ou a utopia serão de novo o maior valor que nos diferencia.” (Nuno Lacerda Lopes)

Concluída a intervenção do Arq.º Nuno Lacerda, a moderadora passou a palavra

ao Arq.º Ricardo Vieira de Melo, que agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal de Aveiro pelo acolhimento na Assembleia Municipal de Aveiro, à Arq.ª Cláudia Costa Santos e ao Arq.º Alexandre Ferreira pelo convite, e ao Arq.º Nuno Lacerda pela excelente apresentação.

Dando início à sua intervenção definiu quatro temáticas que lhe interessam particularmente e que embora não estejam estritamente relacionadas com o paradigma tecnológico o desencadeiam e o trabalham:

1. **Ensino da Arquitectura**

O Arq.º Ricardo Vieira de Melo verifica que a Ordem dos Arquitectos não tem competência para intervir neste sector, porém parece-lhe necessário resolver alguns problemas existentes nos modelos de ensino da Arquitectura, que de alguma forma terão consequências na utilização da tecnologia, na forma como se trabalha e organiza a Arquitectura enquanto instrumento para a construção, definida por parâmetros enumerados na legislação e regulamentação crescentes.

O ensino da Arquitectura tem de ser a base de trabalho para melhorar a performance dos arquitectos junto da realidade profissional vigente. Não se trata unicamente do ensino da Arquitectura para os futuros arquitectos, mas igualmente a formação profissional, que permite a readaptação sistemática exigida a estes profissionais.

2. **Projecto e Obra**

A Arquitectura está a ser desafiada a utilizar processos de digitalização

e de transformação dos processos de projecto em ferramentas digitais, com uma potência muito alargada de verificação do projecto e de tradução de instruções para a obra cada vez mais rigorosas. Todavia, em Portugal, a realidade construtiva não acompanha o esforço dos arquitectos para atribuir rigor à obra. É necessário promover esse rigor junto de todos os agentes que trabalham com o arquitecto na efectivação da obra.

3. Mercado da Arquitectura

A esta dificuldade acrescente ainda a valorização do projecto do arquitecto enquanto produto que é comercializado. A comercialização, tanto no sector público como privado, passa por modelos de contratação que pretendem atribuir ao arquitecto uma responsabilidade e exigência de produto máximo, com proveitos mínimos, alheando-se, entre outros factores, do custo inerente à tecnologia, contribuindo de forma inequívoca para a falta de condições de qualificação do sector. Esta situação verifica-se nos concursos públicos que se regem pelo preço mais baixo e nos concursos de ideias que exigem um esforço enorme às equipas de arquitectura a custo zero. O privado segue as tendências públicas.

Neste campo é necessário considerar a legislação, que chega a ser omissa no recurso à Arquitectura, por exemplo, no campo da reabilitação de edifícios. A reabilitação é fundamental no tecido construído das nossas cidades e a Arquitectura é aparentemente tratada como de escassa relevância.

4. Futuro da profissão

Considerando o Plano Estratégico fundamental para a profissão, congratulou a OASRN pela iniciativa, referindo que após a concretização da fase de diagnóstico, concluída com muito rigor, é necessário avançar com medidas estratégicas que dêem resposta aos problemas que os arquitectos enfrentam no seu quotidiano profissional.

Aberto o debate, começou por falar a Arq.^a Maria João Fradinho, que agradecendo à OASRN a iniciativa de unir todos os arquitectos com o objectivo de reconhecer os problemas vigentes e encontrar soluções.

Mais referiu que os arquitectos estão muito isolados, até em relação à sociedade, sendo importante que a sociedade compreenda o trabalho do arquitecto.

O arquitecto tem de ser político, porque muitos assuntos políticos deveriam ser do conhecimento e responsabilidade dos arquitectos, mas raramente são chamados como elementos de aconselhamento e intervenção nesses processos.

Existem autarquias, no distrito de Aveiro, que não têm arquitectos a analisar projectos de Arquitectura. Tendo contactado a OASRN relativamente a este facto, foi informada que legalmente o projecto de Arquitectura deve ser analisado por arquitectos, todavia não prevê qualquer sanção para os municípios que não o fizerem.

Importa a valorização da Arquitectura por parte da sociedade. As pessoas não conhecem a diferença entre o projecto de Arquitectura e os restantes. Por este e outros motivos considera que a Ordem dos Arquitectos deve seguir o exemplo de outras entidades similares e movimentar-

se mais na comunicação social, para impulsionar a curiosidade do cidadão em relação ao trabalho do arquitecto.

Finalizando, referiu que considera que a tecnologia só é possível depois da “casa estar arrumada”.

Pedindo a palavra, o Arq.º Alexandre Ferreira agradeceu as duas intervenções de grande qualidade, com perspectivas diferenciadas.

Analisando os dados apresentados pela Universidade do Minho, na fase de diagnóstico, verifica-se que o cenário e a tendência actual não é positiva, mas o trabalho terá continuidade, com o objectivo de encontrar soluções.

Paralelamente, a OASRN e a OASRS encontram-se a proceder a um inquérito sobre uniformização de procedimentos para adquirir dados concretos que permitam intervir politicamente.

O próprio CEN41º parte da ideia multidisciplinar, que procura contrariar a tendência do arquitecto de ser reactivo, ou seja, andar sempre atrás da tendência e não a antecipar. A abordagem multidisciplinar procura contrariar a atitude do arquitecto, muito concentrada sobre si próprio e sobre os seus problemas.

De seguida, o Arq.º Jorge Garcia Pereira lançou uma provocação ao Arq.º Nuno Lacerda, dizendo que existem empresas a trabalhar o sector da inteligência artificial, tal como o BIM, que na sua opinião irá tirar trabalho ao arquitecto.

Corroborando a intervenção anterior, o Arq.º Ricardo Vieira de Melo referiu que o tempo apresentado pelo Arq.º Nuno Lacerda Lopes parece denunciar a imagem de que a Arquitectura é instantânea, algo irreal, que parece comercializar um produto que

não é feito pelo produtor/por quem tira dividendos desse produto, como a UBER. Nesse sentido acredita na importância de discutir uma nova pedagogia que reflecta sobre o que é a Arquitectura, para onde vai, etc. A Arquitectura trabalha para as pessoas e com as pessoas, e a aparente resistência do arquitecto à tecnologia pode ser uma forma de não permitir o deslumbramento que promove a queda de dois valores essenciais: a memória, a história e, posteriormente, a invenção.

Respondendo, o Arq.º Nuno Lacerda disse que o arquitecto é um agente de mudança, que observa um terreno e transforma-o numa casa. Há uma enorme mudança na profissão de arquitecto.

Em 2004 surgiu a nível mundial o conceito BIM, permitindo trabalho a três dimensões e a realização de medições. Perante esta inovação tecnológica o Arq.º Nuno Lacerda não passou a pensar a Arquitectura de forma diferente, mas passou a ter mais uma ferramenta de trabalho, que confere maior importância ao modelo, permitindo que o projecto sirva para gerir a construção a cinquenta anos, em vez de servir unicamente para construir, como sucedia anteriormente.

Na Finlândia, analisando os projectos de Arquitectura para hospitais, verificaram que a gestão da informação do modelo BIM é mais vantajosa, mesmo que represente o dobro do pagamento ao arquitecto, por garantir a boa gestão da manutenção do edifício a cinquenta anos. A tecnologia BIM permite um nível de transparência de contas que é benéfica para a relação entre o arquitecto e o cliente.

Terminando, disse ainda que os arquitectos têm de ganhar força colectiva para marcarem posição e que a inteligência artificial não vai ser prejudicial à profissão, porque os arquitectos possuem outro valor.

Pedindo a palavra, o Arq.º Pompílio Souto referiu que o mais grave na profissão é os arquitectos não promoverem uma relação de respeito com a sociedade porque não estão interessados em resolver os problemas das pessoas, mas em ganhar prémios. Tem de haver uma política interna de relação com a sociedade, para que ela precise do arquitecto, sinta essa necessidade.

De seguida a Arq.ª Sofia Senos disse que o trabalho do arquitecto exige obras mais demoradas, especialmente no campo da reabilitação. Existe um desfasamento muito grande entre a utilidade do arquitecto e o que a sociedade precisa.

O arquitecto é relevado quando as pessoas sentem necessidade de recorrer aos seus serviços, mas deixa de o ser quando se trata de uma obrigatoriedade, porque não consegue dar resposta às necessidades das pessoas. Em suma, a obrigatoriedade prejudica o arquitecto.

A Arq.ª Ana Carolina Freitas referiu que no início da sua actividade profissional teve dificuldade de entregar um projecto a licenciamento, por não ter adquirido essas ferramentas no ensino académico.

Considera que é necessário mudar paradigmas sociais, porque um projecto de Arquitectura obriga, entre outras coisas, ao estudo da sociedade e à gestão de conflito.

Mais acrescentou que por vezes a criatividade vai sendo abandonada por falta de normalização. A mudança não estará na tecnologia mas na sociedade.

Prosseguindo, a Arq.ª Cláudia Escaleira referiu que o exercício da profissão é muito diversificado e que seria relevante que o Plano Estratégico examina-se como é possível acomodar a diversidade daquilo que é a prática profissional, quer ao nível

das condições do exercício da profissão quer daquilo que é o entendimento do exercício da profissão no terreno.

Mais acrescentou que acredita na obrigatoriedade do recurso ao BIM a breve prazo, pelo que, interessava perceber, através do Plano Estratégico, quais as garantias de que a profissão é capaz de integrar o BIM na sua actividade, prevendo as transformações que implica e como se paga o *software*.

Deixou ainda duas questões:

1. De que modo a Ordem dos Arquitectos é capaz de se posicionar perante todas as transformações em decurso? Se não o fizerem as opções serão tomadas por terceiros, como tem ocorrido com a legislação em vigor.
2. De que modo o Plano Estratégico prevê a inclusão ou contempla o posicionamento da Ordem dos Arquitectos perante todas as ameaças a que está sujeita a profissão?

A título de exemplo, referiu a importância do BIM como uma ferramenta que vai permitir fazer o registo do edificado existente, calculando os materiais existentes, percebendo quantos materiais terão de ser depositados, quantos terão de ser reutilizados e quais os custos associados, contribuindo para a Economia Circular do parque edificado.

Concordando com o Arq.º Pompílio Souto, verifica falta de humildade nos colegas de profissão e considera que o arquitecto tem de estar ao lado e não se julgar superior. O arquitecto consegue acomodar diferentes linguagens, como se verifica no projecto Habitar Porto, mas tem de ser humilde.

Ainda relativamente ao tema do debate, a Arq.^a Cláudia Escaleira afirmou que quando se evolui com base em tecnologia, uma das coisas mais importantes é não esquecer o presente e o passado, mas para tal é necessário não perder a capacidade de ter presente as lições do passado, ao nível do parque edificado, dos métodos construtivos, etc.

Concluindo, acrescentou que a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto tinha um estágio curricular no sexto ano de curso, que vigorava no tempo da Associação dos Arquitectos Portugueses. Com a fundação da Ordem dos Arquitectos passou a ser obrigatório um estágio profissional. O papel da formação em Arquitectura não é a formação profissional, esse papel compete à Ordem dos Arquitectos.

Na sequência desta abordagem, a Arq.^a Ilda Fonseca falou da pertinência de reflexão sobre os serviços do arquitecto e da Arquitectura, porque entre o arquitecto-político e o arquitecto liberal existem muitas diferenças.

Sobre o inquérito relativo à uniformização de procedimentos lamentou o facto de não ter acesso ao restante inquérito a partir do momento que não entrega projectos a licenciamento.

De seguida, o Arq.^o Alberto Montoya referiu a importância de uma sessão dirigida a alunos de Arquitectura da Universidade de Coimbra, desenvolvida pelo Arq.^o João Mendes Ribeiro, para a qual foram convidados antigos alunos que não trabalham com projecto de Arquitectura.

Mais disse que se encontra a trabalhar em Portugal há dezasseis anos e apesar de verificar que a proximidade da legislação portuguesa complica o trabalho do arquitecto, teme que a junção de toda a

legislação relativa à Arquitectura, como foi feito em Espanha no *Código Técnico de la Edificación*, seja pouco participado pelos próprios arquitectos resultando, tal como em Espanha, um documento desajustado da realidade profissional do arquitecto.

O Arq.^o Manuel Lêdo Fonseca referiu que a dignificação e sustentabilidade da profissão passa pela garantia de dignidade dos colaboradores de Arquitectura, situação que não é sustentada pelo actual mercado de Arquitectura.

Na sua opinião, o BIM é muito caro, não há mercado que garanta os encargos inerentes, e enquanto o mercado não sustentar a actividade profissional não interessa perspectivar o futuro tecnológico.

Sobre a tabela de honorários, evidenciou a sua relevância como documento fidedigno que permite o esclarecimento do cliente.

Relativamente aos concursos públicos referiu que os preços praticados não permitem tempo para a realização do trabalho.

Sobre o mercado de Arquitectura o Arq.^o Nuno Silva pronunciou-se dizendo que existe mercado para sustentar a dignificação da profissão, mas são os próprios arquitectos que permitem a baixa de preços, numa atitude de autodestruição.

No seguimento deste assunto a Arq.^a Maria João Fradinho acrescentou que tem de haver um mercado para os arquitectos e uma maior comunicação com a sociedade, nem que seja necessário os arquitectos fazerem greve à participação em concursos públicos.

Quanto à diversidade de funções desenvolvidas pelo arquitecto esclareceu que não é uma característica exclusiva da Arquitectura e que os arquitectos têm

de saber desempenhar correctamente as funções profissionais que lhe competem.

Os arquitectos têm de unir-se e serem mais proactivos, garantindo um raio de acção que permita, à semelhança do que outras profissões estão a fazer, marcar a relevância do seu trabalho de forma elucidativa e incontestável.

Concluindo disse ainda que a Ordem dos Arquitectos tem de ser mais proactiva e intervir junto do ensino da Arquitectura.

De seguida o Arq.º Joaquim Santos falou da sua experiência de trinta e sete anos de profissão, durante os quais trocou a cidade pelo espaço rural, consciente de que a Arquitectura é um direito de todo o cidadão, motivo pelo qual actualmente tem realizado diversos projectos de adaptação arquitectónica para idosos, obras que não passam pelo licenciamento camarário.

Mais acrescentou que gosta de desenvolver projectos arquitectónicos pormenorizados, em duas dimensões e revela que tem dificuldade de utilizar as plataformas tecnológicas de trabalho a três dimensões.

Nessa sequência reforçou a importância de sensibilizar as pessoas para o contexto histórico, justificando as boas práticas de intervenção arquitectónica, mesmo em edifícios de menor importância.

Seguiu-se a intervenção do Arq.º Paulo Lousinha que fez algumas considerações, resultantes da sua experiência profissional desde 1995:

1. O Plano Estratégico deveria contemplar o papel social do arquitecto.
2. Os arquitectos deveriam ter um sindicato, porque não é a Ordem que

tem de defender os trabalhadores, esse papel compete ao sindicato.

3. Existem diferentes normas nos trezentos e oito municípios portugueses, complicando consideravelmente o trabalho do arquitecto, pelo que considera que os arquitectos se deveriam unir para obrigar o Estado a alterar esta realidade.
4. A Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário (Fundiestamo), para criar uma bolsa de projectistas, revelou-se um *lobby* que permitiu a valorização dos engenheiros.
5. Relativamente à tecnologia BIM, considera que os arquitectos não se devem preocupar com ferramentas, mas sim com o bom exercício da Arquitectura.
6. No campo tecnológico da profissão importa perceber o motivo que leva a construção civil a não se industrializar.
7. Considera que a Ordem dos Arquitectos efectivamente não está preocupada com questões éticas do exercício profissional.

Em resposta às intervenções anteriores o Arq.º Alexandre Ferreira esclareceu o seguinte:

1. A Ordem dos Arquitectos tem uma grande preocupação com a dimensão ética e deontológica. Mesmo que não consiga o efeito generalizado que pretende, trabalha para garantir a salvaguarda deontológica da profissão.

2. O Plano Estratégico não se foca no modo de projectar, mas na parte de economia e gestão relativa à profissão.
3. A profissão de arquitecto é digna independentemente da dimensão da obra projectada.
4. O tema escolhido para o debate em Aveiro permite falar de uma inquietação para o futuro da profissão. Neste momento já existem municípios a receber projectos em BIM. Como já foi referido, o BIM, mais cedo ou mais tarde, vai ser imposto e os arquitectos têm de estar preparados.
5. O Centro de Estudos Norte 41º pretende trabalhar de forma a antecipar o futuro.

Desse trabalho faz parte a reflexão sobre a profissão, na qual se insere a tecnologia BIM, que efectivamente é muito cara, para uma escala de organização dos arquitectos tão diminuta.

Consequentemente importa perceber como se organizam os arquitectos e como podem atingir economias de escala. Para atingir esse patamar e adquirir dimensão será necessário proceder a uma reestruturação interna da profissão.

Antes do encerramento do debate, a Arq.^a Cláudia Costa Santos esclareceu que o trabalho da OASRN é para todos os arquitectos, referindo que o actual conselho directivo procurou sempre, em todas as suas iniciativas, recorrer a vários arquitectos sem projecção, de várias gerações e dinâmicas profissionais. Refere ainda que uma das primeiras medidas da actual direcção no primeiro mandato, em plena época de crise económica, foi acabar com todos os processos em tribunal sobre os arquitectos do norte e, iniciar a construção da nova sede da OASRN, garantindo melhores condições de apoio aos membros, para as quais pretende contribuir o Plano Estratégico.

Encerrando a sessão a Arq.^a Cláudia Costa Santos e o Arq.^o Alexandre Ferreira agradeceram o contributo de todos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, de que se lavrou a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pela Presidente do CDRN-OASRN e pela secretária do debate.

Cláudia Costa Santos

(Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos)

Sofia Vechina

(Assessora do projecto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade Sustentabilidade)

ACTA Nº 1

APRESENTAÇÃO PÚBLICA — FASE DE DIAGNÓSTICO DO “PLANO ESTRATÉGICO PARA O SECTOR DA ARQUITECTURA NO NORTE DE PORTUGAL: 2018-2038” SEDE DA OASRN (PORTO)

Aos **vinte e sete** dias do mês de **Setembro** do ano de **dois mil e dezanove**, pelas dezoito horas e trinta minutos, realizou-se na sede da OASRN, sita na Rua Álvares Cabral nº 144 – Porto, a primeira Apresentação Pública da Fase de Diagnóstico do “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, organizado pela Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte (OASRN), para o qual foram convidados os investigadores responsáveis pelo estudo Prof. Doutor **Francisco Carballo-Cruz** e Prof. Doutor **João Carlos Cerejeira**.

O debate foi presidido pelo Arq.º **Alexandre Ferreira**, Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos, tecnicamente apoiado pela Dr.ª **Ana Caridade**, Assessora do Pelouro da Comunicação da OASRN, pela Arq.ª **Susana Machado**, Assessora do Projecto Norte 41.º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade, pela Dr.ª **Leonor Figueiredo**, Assessora do Pelouro da Cultura da OASRN e secretariado pela Doutora **Sofia Vechina**, Assessora do Projecto Norte 41.º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade da OASRN.

Em assembleia estiveram presentes os Arquitectos **António Manuel Caldas Laúndes**, **Armindo Pereira de Magalhães**, **Bruno Filipe Alves Leitão**, **Cláudia Sofia da Costa Santos**, **Eduardo Paulo Queiroga da Silva**, **Eva Dias de Oliveira**, **Francisco Machado Lima Sousa Rio**,

Gonçalo Luís da Costa Louro, **Ilídio Azevedo Ramos**, **Lucinda Maria Bem-Haja Ferreira**, **Lucindo Paulo Barbosa de Barros**, **Luís Solénio de Carvalho Fontes Laranjeira**, **Maria da Conceição Teixeira de Figueiredo Melo**, **Nelson da Silva Castro**, **Paulo Alexandre Paiva Fonseca**, **Paulo Ricardo Pinheiro Borges**, **Vítor Bruno Machado Ferreira**, **Vítor Manuel Bairrada Murinho** e o Jurista Dr. **Paulo Manuel dos Santos Quelhas Vilarinho**.

Na abertura da sessão, tomou a palavra o Arq.º Alexandre Ferreira, Vice-Presidente do CDRN-OASRN e coordenador do estudo científico “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-2038”, cargo delegado pelo CDRN-OASRN ao Arq.º Alexandre Ferreira e à Arq.ª Marta Fernandes.

Dando as boas-vindas aos presentes, em nome do Conselho Directivo Regional Norte, o Arq.º Alexandre Ferreira começou por referir que o estudo científico em curso é uma necessidade, acrescida pela comemoração dos vinte anos da criação da Ordem dos Arquitectos, período no qual se verificou uma extensa transformação da classe profissional, no contexto económico, social e tecnológico. Essa conjuntura motivou a OASRN a procurar uma reflexão rigorosa para os próximos vinte anos, que possa observar quais os desafios futuros da profissão, considerando para tal questões que são transversais às várias formas de exercício profissional, tais como a concorrência desleal entre pares,

a necessidade de dignificar a profissão de arquitecto e sobretudo a pertinência de garantir a viabilidade económica do sector da arquitectura como actividade económica para o futuro. Foi neste enquadramento que a OASRN desafiou a Universidade do Minho a apresentar um “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal”, estudo científico que se divide em três fases:

1. Fase de diagnóstico, sobre a qual incide a presente sessão.
2. Plano Estratégico para os próximos vinte anos, no qual se defina um rumo para a profissão, assinalando e antecipando os desafios futuros, de modo a garantir um planeamento proactivo da profissão.
3. Modelos de organização

Segundo o Arq.º Alexandre Ferreira, o envolvimento e participação activa dos arquitectos neste estudo foi definido como uma prioridade para a OASRN, contando até ao momento com mais de 130 intervenientes, distribuídos por diversas formas de actuação:

1. Comissão de Acompanhamento, convidada pelo CDRN-OASRN, que representa as várias formas de exercício da profissão.
2. Grupos de Foco, nos quais vários arquitectos puderam falar da sua experiencia profissional.
3. Inquéritos realizados junto de alguns arquitectos.
4. Debates realizados em várias cidades da área geográfica afecta à OASRN, de modo a garantir que este estudo não seja a visão dos arquitectos que trabalham nas grandes cidades, como Porto e Lisboa, mas o reflexo

dos vários enquadramentos vividos pela profissão. Nesse âmbito ocorreram debates participativos nas seguintes cidades:

- a) Coimbra, debruçando-se sobre *A evolução dos honorários*
- b) Braga, sobre a evolução do exercício da arquitectura
- c) Viseu, com o tema *O Arquitecto e a Administração Pública*

Os próximos serão em:

- d) Vila Real, no dia 10 de Outubro, sobre *Mercados para o futuro*
- e) Aveiro, no dia 31 de Outubro, sobre *Arquitectura e Construção. Novo paradigma tecnológico*

O resultado destes debates é entregue pela OASRN à Universidade do Minho, contribuindo desta forma para o Plano Estratégico.

O Arq.º Alexandre Ferreira lembrou, uma vez mais, que a sessão em curso refere-se à fase de diagnóstico, correspondendo presumivelmente ao maior levantamento da história económica da profissão feito até ao momento, com o propósito de transmitir de forma consistente e mensurável as opções futuras necessárias à profissão.

Mais acrescentou que as duas fases subsequentes serão finalizadas em finais de Novembro, correspondendo ao Plano Estratégico. As três fases do estudo serão resumidas e compiladas num documento final, que será publico para todos os arquitectos.

Concluindo a sua intervenção, passou a palavra aos Professores Doutores Francisco

Carballo-Cruz e João Carlos Cerejeira, esclarecendo que após a apresentação, de cerca de quarenta minutos, seria aberto o debate aos presentes.

Tomando a palavra o Prof. Doutor João Cerejeira agradeceu a presença de todos e começou por afirmar que este estudo resulta de um processo que se encontra em contínuo desenvolvimento e maturação. O trabalho iniciou-se, há cerca de seis meses, com um conjunto de reuniões iniciais onde a equipa de investigação procurou estabelecer uma metodologia de análise, seguida de uma fase de busca intensiva de bases de dados e de documentação, de domínio público ou restrito, que permitisse reunir o máximo de informação relacionada com a profissão de arquitecto. Os resultados obtidos nesse processo foram apresentados e validados num conjunto de reuniões, nas quais a OASRN e a Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico foram chamando a atenção para alguns aspectos, indicadores e variáveis que deviam ser incluídas no estudo. Deste trabalho conjunto resulta a fase de diagnóstico, que concluída permite passar para a fase seguinte do estudo, correspondente à análise estratégica e apresentação de propostas estratégicas para o sector da arquitectura.

Em suma, a fase de diagnóstico contou com os seguintes momentos de trabalho:

1. Recolha documental
2. Validação em pequenos grupos, que foram sucessivamente alargando à medida que surgiam novos dados, acrescidos pelo resultado dos debates participativos públicos que iam sendo realizados

Mais acrescentou, o Prof. Doutor João Cerejeira, que esta sessão é a apresentação da fase consolidada de toda a informação

que a equipa de investigação recolheu relativamente ao sector da arquitectura em Portugal, fazendo sempre uma comparação, quando possível e quando existem dados comparáveis com outros países. Esta fase do estudo pretende servir de etapa intermédia para as fases seguintes, encontrando-se *emwork in progress*.

A apresentação divide-se em dois momentos:

1. Resumo dos grandes números e de contextualização do sector da arquitectura em Portugal _ a cargo do Prof. Doutor João Cerejeira
2. Súmula de todos os resultados e apresentação das propostas recolhidas através de grupos de foco e inquéritos, bem como alguns resultados da reflexão dos próprios investigadores. Este momento a ser apresentado pelo Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz, será também um apelo a todos os presentes para a respectiva validação, aferindo se fazem ou não sentido no contexto da prática profissional do arquitecto.

A referida validação é crucial para o estudo, pelo que todos os arquitectos presentes na sessão irão receber um inquérito de validação adicional, com o objectivo de consolidar o trabalho final, garantindo um consenso com o qual a classe profissional se identifique.

Iniciando a apresentação da fase de diagnóstico, o Prof. Doutor João Cerejeira, explicou que o trabalho foi dividido em cinco pontos:

1. O ensino da Arquitectura _ caracterização exaustiva das vagas, dos inscritos, dos diplomados. Quem é que está a diplomar? Quem é que está a entrar na profissão?

2. O sector da Arquitectura e as actividades relacionadas em Portugal _ Quantas empresas? Quem é que está na actividade? Como está o sector da construção e como tem evoluído?
3. Os arquitectos na Europa e em Portugal _ análise comparativa
4. O mercado da Arquitectura na Europa e em Portugal _ análise comparativa
5. O trabalho do arquitecto – Quem está empregado? Características das pessoas que estão empregadas, remunerações, salários, etc.

Após a leitura global destes resultados, o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz irá apresentar propostas concretas para o sector.

Após este enquadramento, o Prof. Doutor João Cerejeira, iniciou a análise sumária dos dados apresentados:

1. O ensino da Arquitectura

- a) A evolução de vagas em Arquitectura decresceu para cerca de metade na última década, onde se nota que as vagas oferecidas pelo ensino superior público se têm mantido constantes ao longo do tempo e o ajustamento do número de vagas tem sido feito pelo ensino privado.

Na última década passou-se de uma situação em que o ensino privado representaria dois terços das vagas totais, para uma situação em que o ensino público já representa um número maior de vagas.

- b) O número de vagas não corresponde ao número de diplomados, porque muitas vezes as vagas existem mas não são preenchidas, fenómeno mais evidente no ensino privado do que no público.

De facto o número de diplomados no ensino privado prevalecia relativamente ao ensino público, até ao ano lectivo de 2006/2007. A partir de então o ensino público tem diplomado mais profissionais em Arquitectura, actualmente com mestrado integrado, numa média de 700/800 diplomados.

- c) Os grandes produtores de diplomados em Arquitectura, no sector público, são a Universidade do Minho, Coimbra, Porto e Lisboa, que praticamente ocupam a globalidade da oferta nacional. No ensino privado, até ao ano lectivo de 2010/2011, havia um peso considerável de diplomados pela Universidade Lusíada de Lisboa, Porto e Vila Nova de Famalicão, representando mais da metade do número de diplomados no sector privado. Actualmente verifica-se um ajuste do número de vagas e um conseqüente decréscimo no sector privado, nomeadamente na Universidade Lusíada.
- d) Comparando o número de diplomados com os diplomados em áreas semelhantes, ou comparáveis, a nível europeu, verifica-se que Portugal é o segundo país da Europa com um número maior de diplomados, imediatamente a seguir a Espanha.

Em Portugal 4,1% do total de diplomados no ensino superior está nas áreas da Arquitectura e do Urbanismo, muito acima da média europeia em torno dos 2,5%.

2. O sector da Arquitectura e os sectores relacionados em Portugal

a) A oferta do ensino superior no sector da Arquitectura permitiu a entrada maciça de diplomados, gerando consequências do lado da procura, do ponto de vista do mercado, nomeadamente no sector da construção.

b) No número de empresas em actividades relacionadas com o sector da Arquitectura, verifica-se que tem havido um grande crescimento no campo da promoção imobiliária e das actividades imobiliárias, apesar de se encontrarem inflacionadas pelo número de promotores imobiliários que trabalham em empresas unipessoais, como empresários em nome individual.

O número de empresas na actividade de Arquitectura tem-se mantido com alguma constância, estando actualmente em torno das nove mil empresas. Em 2008 eram cerca de dez mil, decrescendo no período de crise, até 2012, e recuperando nos anos mais recentes.

A actividade da Arquitectura na última década decresceu 12,7%, correspondendo a uma evolução comparável a outras actividades associadas ao sector

da construção, até mesmo com as próprias indústrias transformadoras.

O forte crescimento das actividades imobiliárias surge na sequência da enorme expansão das actividades associadas à mediação imobiliária.

c) Observando as empresas individuais ou sociedades existentes na actividade de Arquitectura, verifica-se que esta área de actividade é essencialmente composta por empresas individuais, profissionais liberais ou em sociedade onde tem apenas um funcionário, que é o próprio arquitecto.

As sociedades que se encontram no mercado correspondem a 30% da actividade de Arquitectura.

d) Verifica-se um crescimento significativo do número de pessoas empregadas nesta área de actividade, nomeadamente no momento mais acentuado da crise económica, entre 2012 e 2014, que acompanha a tendência de recuperação de outras actividades relacionadas, como por exemplo as engenharias e técnicas afins.

e) Na última década houve na actividade de Arquitectura uma queda do número de empregados, embora menor do que em outras áreas relacionadas.

f) O volume de negócios destas empresas, em Portugal, está em torno dos 400 milhões de euros.

Nas actividades imobiliárias o volume de negócios é de sete mil milhões, correspondendo essencialmente à transacção de imóveis, por isso, são valores que devem ser observados com cuidado.

O volume de negócios das actividades de Arquitectura tem vindo a aumentar de forma expressiva, cerca de 50% desde 2012. Porém, em 2012 houve uma queda bastante acentuada face a 2008, e em 2017 o volume de negócios encontrava-se a praticamente um terço do volume de negócios que existia há dez anos atrás.

Na actualidade verifica-se a actividade das empresas que ainda não recuperou completamente face à crise, mas mantém-se uma contínua entrada de profissionais no mercado, que só tem sido ajustado pelo decréscimo do número de diplomados no ensino privado, mantendo-se no ensino público.

- g) O valor acrescentado nas empresas, ou seja, aquilo que é vendido e aquilo que é gasto em serviços e em matérias consumidas, gera em termos de PIB, nas actividades de Arquitectura, cerca de 190 milhões de euros.
- h) No que respeita à demografia das empresas nas actividades de Arquitectura, evidencia-se uma natalidade maior nas empresas de pequena dimensão, porque o investimento necessário para

iniciar actividade é menor, mas também tem uma percentagem de mortalidade maior, porque também é mais fácil sair do negócio.

Em suma, destaca-se o facto das barreiras à entrada na profissão serem poucas, por via do próprio ensino superior e do investimento necessário em termos de tecnologia para iniciar actividade não ser muito avultado. As barreiras à saída também são poucas, porque os custos são baixos. Esta realidade permite uma dinâmica muito grande de entrada e saída de empresas no mercado, que depois afecta o próprio rendimento e estabelecimentos dos preços e dos valores dos serviços que são prestados.

- i) Cerca de metade das empresas do sector da Arquitectura têm uma taxa de sobrevivência de dois anos, valor que se encontra abaixo das outras áreas de actividade relacionadas com a Arquitectura, como a construção ou as actividades imobiliárias.
- j) A partir de uma base de dados do INE, de acesso restrito, a Universidade do Minho extraiu o valor das exportações de empresas de Arquitectura, no qual se constata que entre 2012 e 2014, encontrando-se a crise num dos seus picos mais elevados, as empresas de Arquitectura reagiram procurando mercados alternativos, na sua maioria extra-União Europeia. Os mercados fora da União

Europeia serviram como forma de colmatar a escassez de mercado interna. À medida que o mercado interno se foi expandindo as exportações começaram a cair.

Esta situação merece uma maior ponderação, todavia pode ter diversas justificações:

- I. Condições exógenas: as exportações poderiam estar condicionadas a dois ou três mercados que entretanto entraram em crise, como se verificou no caso de Angola ou do Brasil;
- II. Condições endógenas: as condições de exportação poderiam não garantir rentabilidade e logo que o mercado interno começou a recuperar, as empresas optaram por regressar.

Estes dados demonstram que o sector da Arquitectura pode internacionalizar-se, porém importa que seja uma realidade constante e sólida.

Entre 2012 e 2014 verifica-se a existência de mais de nove mil empresas no mercado externo, enquanto nos anos mais recentes são cerca de quatrocentas empresas, que representa 4% dentro

Em Portugal a exportação é uma realidade para cerca de 10% das

empresas (30 mil empresas), destas 1% representa 90% do valor das exportações.

As empresas que exportam no sector da Arquitectura correspondem a 4%, valor inferior à média nacional.

- k) O estudo debruçou-se igualmente sobre os contratos feitos com entidades públicas, constatando que dos 400 milhões de euros de volume de negócio, já mencionados, 67.559 tem como cliente o Estado, nas várias formas de administração, evidenciando-se os contratos com municípios.

O número de contratos tem aumentado, mas o valor por contrato adjudicado tem vindo a descer progressivamente ao longo dos últimos anos. Este facto pode referir-se a margens de lucro que estão a ser reduzidas, a valores que são irrealistas face às condições exigidas, etc.

3. Os arquitectos na Europa e em Portugal

- a) Portugal tem cerca de 23 mil arquitectos, sendo o segundo país com maior número de arquitectos por 1000 habitantes, o dobro da média europeia.

Em suma, o mercado português no sector da Arquitectura diminuiu muito de 2008 até 2013 e tendo recuperado alguma coisa ainda não chegou aos valores de 2008. Porém existe um excesso de oferta de serviços de

Arquitectura, comparativamente à média europeia.

- b) O peso do emprego público em Portugal está sensivelmente acima da média europeia, com 24% face a 14%. Dos 24%, em Portugal, 17% correspondem ao emprego na Administração Local.
- c) No emprego privado, a percentagem com gabinete individual é relativamente inferior face à média, mas os que trabalham por conta de outrem é superior.
- d) A estrutura etária dos arquitectos em Portugal é muito mais jovem do que em outros países, com 46% dos profissionais com idade até aos 40 anos.
- e) Dada a juventude dos Arquitectos a experiência profissional também é menor relativamente a outros países.

4. O mercado da Arquitectura na Europa e em Portugal

- a) O mercado da construção em Portugal é o de menor dimensão dos países analisados, com dezassete mil milhões de euros em comparação com mercados trezentos mil milhões (Reino Unido, Alemanha) ou duzentos e setenta e sete mil milhões de euros (França).
- b) Observando as dimensões relativas do mercado português da construção dividindo pelo número de habitantes, Portugal

continua a ser o país com menor dimensão do mercado da construção *per capita*.

- c) Quando o valor do *output* da Construção é relativizado utilizando o número de profissionais de Arquitectura, a situação portuguesa é notavelmente pior. O rácio é o mais baixo da Europa, com 775 mil euros de valor de construção por arquitecto, valor dez vezes menor do que países como o Reino Unido, a Suécia ou a Suíça.

A Itália, país com maior número de arquitectos, tem um valor de construção superior por arquitecto, quase 50% superior a Portugal.

- d) Quanto á evolução dos mercados nacionais da construção, apesar da recuperação dos últimos anos, na última década, o mercado da construção registou, em termos acumulados, a segunda maior queda nos países analisados, a seguir a Espanha. A dimensão do mercado caiu praticamente para metade.
- e) Apesar da dimensão do mercado português da construção, o mercado dos serviços da Arquitectura parece ser maior em termos relativos, com 348 milhões de euros. É maior que os mercados da Finlândia e da Noruega e é algo mais de um terço do mercado francês.
- f) A dimensão do mercado de Arquitectura por profissional é a terceira menor da Europa (15 mil euros por arquitecto),

ultrapassando apenas a situação dos mercados de Espanha e Itália.

- g) Observando os principais sectores nos mercados nacionais de Arquitectura, verifica-se que o sector da reabilitação é, neste momento, o mais dinâmico, com 58% face a 42% de obra nova.
- h) No que respeita aos clientes, 91% corresponde à encomenda privada, 9% à encomenda pública.
- i) A distribuição do mercado privado por tipo de cliente não difere substancialmente da média europeia.
- j) A média de volume de negócios das microempresas de Arquitectura sobe com a dimensão da empresa (1, 2 ou de 3 a 5 trabalhadores). Todavia nas empresas de 3 a 5 trabalhadores de Arquitectura em Portugal, tendem a vender muito menos do que qualquer outra empresa em outros mercados europeus.
- k) O volume de negócios das pequenas e médias empresas de Arquitectura (de 6 a 10 ou de 11 a 30 trabalhadores), em Portugal, aproxima-se da média europeia, revelando a falta de dimensão das empresas portuguesas neste sector, reforçado pelo facto das empresas mais pequenas vendem muito pouco em relação às congéneres europeias.
- l) A participação em concursos é uma prática menos corrente em Portugal que em outros países

da Europa, com 7% face aos 12% da média europeia, em 2018.

- m) As empresas portuguesas são as que apresentam menos propostas nos Concursos de Projectos de Arquitectura publicados no Diário Oficial da União Europeia. Aproximadamente a quarta parte da média Europeia, embora a pouca distância de grandes países como a Alemanha, o Reino Unido ou a Itália.
- n) Consequentemente o número de horas dedicadas à participação em concursos é igualmente dos mais baixos.
- o) O mesmo sucede com o volume de negócios que é obtido em concursos de projectos de Arquitectura.

5. **O trabalho do arquitecto, enquanto trabalhador por conta de outrem**

- a) O ganho médio por arquitecto, a tempo inteiro, é de 12 mil euros em contraponto com 14 mil euros de Ajuste de Paridade do Poder de Compra.

O ganho médio de um arquitecto em Portugal é quase um terço da média europeia.

- b) O ganho médio de um arquitecto em Portugal é quase um terço da média europeia. A diferença é maior no sector privado, que em Portugal representa um ganho médio de 13.161 euros face aos 31.122 euros da média europeia.

A categoria profissional onde os ganhos médios, em Portugal, se aproximam mais da média europeia é a de *free-lancer*, que representa 72% da média europeia. Nos restantes anda entre os 30% e os 50%.

- c) Os honorários dos Arquitectos em Portugal são substancialmente mais baixos do que nos restantes países da amostra, com excepção dos arquitectos espanhóis e italianos, que apresentam um problema muito semelhante em termos de volume de profissionais.
- d) A percentagem de arquitectos portugueses que em 2018 trabalharam durante algum período do ano fora do país foi de 10%, um pouco acima da média Europeia.
- e) Recorrendo aos Quadros de Pessoal, constata-se que os trabalhadores por conta de outrem correspondem a 87% dos arquitectos nas empresas.
- f) Os arquitectos nas empresas são mais jovens que a média dos trabalhadores portugueses: cerca de 81% têm idade inferior a 45 anos. Para a generalidade dos trabalhadores portugueses em empresas, esta percentagem é de 58,4%.
- g) Mais de metade dos arquitectos nas empresas está empregada no sector das actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares. 26% estão empregados em empresas no

sector da construção, sector onde o peso dos arquitectos com mais de 40 anos é também maior (32% face a 22% do grupo dos arquitectos mais jovens)

- h) Quase 60% dos arquitectos em empresas estão em empresas com um número de trabalhadores inferior a 10 e 90% estão em empresas com dimensão inferior a 50. A nível nacional, o peso do emprego por conta de outrem nas empresas em empresas com dimensão inferior a 50 trabalhadores é inferior.
- i) Os arquitectos nas empresas obtêm menores ganhos salariais que os outros trabalhadores com pelo menos ensino superior. A disparidade aumenta com o escalão etário – entre os 45 e os 54 anos o ganho médio de um arquitecto é de 66% do ganho médio de um trabalhador português com ensino superior.
- j) Os dados disponíveis nos Quadros de Pessoal mostram uma redução nos ganhos salariais médios em todos os anos, com excepção do ano de 2017 (acréscimo de 4,9%) no grupo mais jovem. Entre 2010 e 2017 as perdas acumuladas foram de -11,5% para o grupo com idade inferior a 40 anos e de -15,9% para o grupo com idade superior a 40 anos. Para o conjunto de trabalhadores nas empresas com ensino superior, estas perdas foram de -11,1% e -17,3%, respectivamente.

Concluindo a sua intervenção, o Prof. Doutor João Cerejeira, passou a palavra

ao Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz, responsável pela apresentação dos “Elementos Base do Diagnóstico Estratégico”, que começou por esclarecer que os itens apresentados derivam dos grupos de foco realizados até ao momento e foram classificados em diferentes temáticas, apresentando do lado esquerdo as fontes dos problemas e do lado direito algumas propostas gerais de intervenção:

1. Problemas de procura

- a) Défice de procura por serviços de Arquitectura no mercado interno

Para alguns arquitectos não se trata de um problema de procura em termos de quantidade, mas sim em termos de valor agregado, pela aplicação de um preço relativamente baixo.

Atendendo aos dados apresentados, pelo Prof. Doutor João Cerejeira, de facto o mercado de serviços de Arquitectura tem vindo a diminuir ao longo de tempo, verificando-se uma procura de mercado minguante em contraponto com uma oferta de profissionais crescente.

A resolução poderá passar pela diversificação da actividade.

- b) Escassa orientação das firmas para os mercados externos

O volume de exportações no sector da Arquitectura é muito inferior à média da economia portuguesa, apesar da Arquitectura portuguesa ter algum prestígio internacional, pelo que a exportação poderia

funcionar como forma de internacionalização.

O processo de internacionalização é um processo custoso que implica a disponibilização de muitos recursos temporais e financeiros, sem retorno imediato. Por tanto, a exportação de serviços, quer completos, quer fraccionados, poderia ser uma forma de resolver esta lacuna.

- c) Assimetrias territoriais nas dinâmicas da procura

Os problemas de um arquitecto a exercer na cidade do Porto ou de um arquitecto a trabalhar em Castelo de Vide são completamente diferentes e provavelmente para os arquitectos que se encontram com um défice de procura de serviços de Arquitectura a solução poderia passar por trabalhar em rede, com outros profissionais.

- d) Penetração crescente de outros profissionais em serviços tradicionalmente prestados por arquitectos

Apesar de ser uma realidade, não é tão grave como era há uns anos atrás, no entanto a solução poderá passar por reforçar algumas competências estratégicas e especializadas para aumentar a competitividade.

- e) Concorrência desleal

Identificado como um problemas em muitos grupos de

foco, identificando-se o *dumping*. Segundo alguns arquitectos, a prática de preços anormalmente baixos, que não permitem cobrir custos, acontece porque muitos destes profissionais não sabem calcular exactamente quanto custo o projecto, quantas horas dedicam na sua concretização. Noutros casos este valor anormalmente baixo relaciona-se com a utilização de *software* pirata.

A resolução deste problema poderia passar por reforçar da fiscalização, aumentar as sanções, notificar as irregularidades às entidades públicas competentes e garantir a reprovação social desta prática no meio profissional.

f) Pulverização do mercado

Possivelmente relacionada com um número, presumivelmente, elevado de profissionais a trabalhar título individual, que por vezes não conseguem atender a todos os compromissos que o seu trabalho exige, nomeadamente em tarefas administrativas e diligências burocráticas.

2. Problemas de oferta

a) Excesso de profissionais

Problema comprovado através dos números absolutos ou relativos, apresentados anteriormente.

Como estes profissionais vão permanecer no sistema até à

idade da reforma, provavelmente a única forma de resolver esta questão será tentar delimitar as vagas de acesso ao ensino superior e informar melhor a sociedade sobre as dificuldades que implica este tipo de actividade.

b) Excessivo peso das empresas/empresários individuais

Este problema é constatado nos dados apresentados e a solução poderá estar na promoção da colaboração e da fusão de actividades em sociedades de arquitectos e de empresas em geral.

c) Défice de dimensão das empresas de Arquitectura

Igualmente com uma proposta de resolução que pode passar pela promoção de fusões e tentativa de usufruir das vantagens da escala.

Esta resolução poderia ainda permitir resolver a falta de tempo para cumprimento de tarefas administrativas e burocráticas.

d) Excepto nas firmas de maior dimensão, inexistência de contabilidade analítica e desconhecimento do custo real dos projectos

Muitos arquitectos não conseguem calcular um valor médio por hora de dedicação ao projecto e às actividades que estão associadas à prática da Arquitectura – inter-relação com clientes, visitas, etc..

- e) Baixa diversificação da oferta de serviços no âmbito da mesma actividade por empresa

Maior parte das empresas dedicam-se quase exclusivamente ao projecto e não oferecem serviços complementares que possam contribuir para a viabilidade do escritório, como acontece em outros países em que alguns arquitectos têm simultaneamente, por exemplo, uma imobiliária.

- f) Escassa receptividade para aumentar/conjugar a oferta de serviços de actividades relacionadas nas firmas de Arquitectura

3. Problemas de formação

- a) Excessivo número de vagas nos cursos de Arquitectura

No ensino público o Estado controla o número de vagas em função das taxas de desemprego locais. No caso do ensino privado esse ajuste não existe.

- b) Excesso de diplomados por ano

Apesar de alguns arquitectos apresentarem, em inquérito, como solução o encerramento de cursos, possivelmente a melhor resolução passaria pelo ajuste de vagas.

- c) Fragilidade das competências técnicas em alguns domínios

Situação apontada sobretudo por arquitectos que têm no seu

gabinete arquitectos mais jovens a trabalhar.

- d) Falta de oferta de matérias relacionadas com a gestão de negócios e a comercialização de serviços

Um gabinete/atelier de Arquitectura é uma empresa, por isso, é necessário adquirir algumas competências de gestão económica.

- e) Escassez de prática profissional orientada durante os últimos anos dos cursos

Carência de conteúdos sobre prática profissional, gestão de projectos, direcção de obra, etc., que poderia ser colmatada por algumas sugestões de matéria em âmbito de reforma curricular do ensino superior.

- f) Défices ao nível da orientação profissional

Este problema é transversal em quase todos os cursos universitários em Portugal.

4. Problemas de regulação

- a) Inexistência de referenciais de honorários

Tema extremamente controverso, fundamentalmente porque as autoridades de concorrência opõem-se legalmente a estes referenciais.

- b) Desregulação do acesso aos concursos públicos

A medida apresentada por diversos arquitectos para resolução deste problema refere a necessidade de criação de barreiras de acesso, com base em elementos de capacitação profissional, como por exemplo com a existência de alvarás.

Esta medida não é consensual.

- c) Fragilidade da fiscalização da prática profissional

Esta situação possivelmente ocorre por falta de meios, mas é necessário um reforço da fiscalização, aumento das sanções, notificação de irregularidades às entidades competentes e reprovação social no meio profissional.

5. Problemas de condições do mercado

- a) Importação de custos de contexto por falta de homogeneização de procedimentos de instrução de processos e de convergência dos sistemas de gestão documental das Administrações Públicas, nomeadamente das Câmaras Municipais

A solução exige a regulamentação da homogeneização de procedimentos e a promoção da convergência dos sistemas de gestão documental, provavelmente em diálogo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

- b) Nomeadamente no caso dos profissionais liberais,

dificuldade para gerir as exigências de clientes cada vez mais informados e mais assertivos em termos de escolhas

A relação com os clientes foi-se transformando ao longo dos últimos vinte anos. O cliente na actualidade é mais complexo, reforçando a necessidade de uma possível formação em técnicas de negociação, persuasão e vendas.

6. Problemas de remuneração e condições de trabalho

- a) Compressão das margens do negócio
- b) Imprevisibilidade dos rendimentos do trabalho dos arquitectos com responsabilidades de gestão (Administradores de sociedades e empresários em nome individual)
- c) Não actualização ou redução dos ordenados dos arquitectos assalariados

As medidas de intervenção nestes três pontos podem passar pela diferenciação, especialização e/ou diversificação, pela diminuição da concorrência – redução da saturação do mercado e por dignificar a profissão e o negócio.

- d) Degradação da relação com os clientes

Após a explanação, o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz referiu ainda diversas propostas avulsas, recolhidas pela Universidade do Minho, no âmbito da realização de grupos de foco e inquéritos a um número considerável de arquitectos, nomeadamente:

1. Dentro das propostas mais consensuais encontram-se as acções de valorização e credibilização da Arquitectura, de informação e promoção do trabalho do arquitecto e da sua função social, bem como acções informativas para desmontar ideias preconcebidas.
2. Iniciativas, por parte da Ordem dos Arquitectos, junto do Estado, destinadas ao reforço legal da atribuição dos actos próprios e exclusivos da profissão
3. Sensibilização dos arquitectos sobre a importância da escala para o negócio da arquitectura, de modo a obter condições de negócio de maior dimensão, para poder partilha de custos, ter economia de escala, diversificar, especializar, etc.
4. No âmbito da criação de escala económica existem ainda propostas de:
 - a) Incentivos fiscais à fusão de empresas de Arquitectura e à criação de consórcios
 - b) Criação de protocolos de trabalho em rede
 - c) Introdução de alvarás de classificação de empresas de Arquitectura, que poderia ser apenas para concursos públicos ou para obras em geral
5. Deduções fiscais no IRS para particulares que contratem determinados tipos de serviços de Arquitectura, como acontece, por exemplo, no domínio da reabilitação urbana
6. Redução da taxa do IVA aplicável aos serviços de Arquitectura relacionados com projectos de reabilitação urbana
7. Promoção de áreas de actividade alternativas para arquitectos, relacionadas com o sector, tais como: direcção de empreitadas, coordenação de obras, fiscalização de obras, desenhos de preparação, medição, orçamentação, consultoria, entre outras
8. Promoção de novas áreas de actividade para a profissão
9. Divulgação de referenciais / valores indicativos do custo-hora para a elaboração de projectos
10. Criação de um órgão, no âmbito da Ordem dos Arquitectos, que faça uma fiscalização intensiva dos actos próprios da profissão.
11. Reforço do papel da Comissão de Ética no âmbito da Ordem
12. Aumento do valor das sanções por má praxis profissional em geral
13. Mecanismos de controlo das licenças de *software*
14. Em matéria de internacionalização:
 - a) Incentivos à internacionalização, nomeadamente à exportação (apoios em forma de subsídios e desgravações fiscais).

- b) Mecanismos de apoio à internacionalização através da rede consular ou de outro tipo de entidades externas. projectos, gestão de obras, prática profissional, gestão geral e tecnologia (na óptica do utilizador).
 - c) Mecanismos de prospecção e análise de mercados, que ajudem a tomar decisões sobre mercados prioritários, rentáveis e menos arriscados.
 - d) Mecanismos de contratação de docentes convidados que estejam na prática profissional (*practicioners*).
 - d) Mecanismos de divulgação de concursos internacionais.
 - e) Formação contínua em gestão geral, direito, internacionalização, utilização de ferramentas informáticas, entre outras.
 - e) Criação de bolsas de estágios extracurriculares, que permitiriam melhorar o acesso e a introdução dos jovens no mercado de trabalho, garantindo algum controlo desta actividade.
 - f) Sessões de orientação profissional para os mais jovens
15. Quanto aos estágios:
- a) Reforço dos estágios curriculares, de modo a colmatar a falta de prática profissional dos mais jovens.
 - b) Mecanismos de controlo da remuneração dos estágios. Esta medida será de muito difícil aplicabilidade.
16. Relativamente à formação académica:
- a) Acompanhamento, por parte da Ordem dos Arquitectos, dos processos de acreditação de cursos.
 - b) Limitação dos *numerus clausus*.
 - c) Introdução de reformas curriculares, procurando oferecer competências de coordenação e gestão de
17. No âmbito dos custos de contexto:
- a) Uniformização da instrução e da submissão dos processos – Acordo de Uniformização de Procedimentos e Instrução Processual a celebrar com Associação Nacional de Municípios Portugueses e regulação via Portaria
 - b) Criação de modelos de contratos para regular a relação entre arquitectos e clientes (particulares e empresariais), de modo a evitar situações em que o cliente desiste depois do arquitecto iniciar trabalho.
18. Introdução de livros de obra digitais
19. Introdução de Manuais de Manutenção de Edifícios
- Concluindo a apresentação da primeira fase do “Plano Estratégico para o Sector da Arquitectura no Norte de Portugal: 2018-

2038”, correspondente à fase de diagnóstico, o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz apelou à assembleia para que estes dados fossem comentados, e aproveitou ainda para reforçar que em breve a Universidade do Minho irá fazer chegar a todos os presentes, por correio electrónico, uma espécie de inquérito, com o objectivo de ajudar os responsáveis pelo estudo a organizar estas propostas e a priorizá-las.

Tomando a palavra, o Arq.º Alexandre Ferreira agradeceu a apresentação feita pelos investigadores da Universidade do Minho e, antes de dar lugar ao debate, apelou à participação de todos quer no debate quer no inquérito sobre a uniformização de procedimentos de licenciamento, trabalho desenvolvido pela OASRN em conjunto com a OASRS, dirigido a arquitectos e municípios, que pretende obter dados que permitam um diálogo profícuo com as entidades competentes, para resolução de problemas da prática profissional do arquitecto junto da administração pública local.

Aberto o debate, o Arq.º Armino Pereira de Magalhães, começou por afirmar que actualmente o arquitecto vive mal, que antes de trabalhar em arquitectura trabalhou numa empresa e tinha um salário bastante superior.

De forma a sistematizar a sua intervenção apresentou três linhas temáticas:

1. Câmaras Municipais

Tem travado uma luta sistemática em relação aos procedimentos de licenciamento em câmaras municipais, porém, considera que a Ordem dos Arquitectos permite que o arquitecto se submeta às muito diversificadas exigências das câmaras municipais.

Sente que por um lado a Ordem dos Arquitectos não faz pressão

suficiente para que esta realidade se altere, e, por outro, alguns arquitectos ao serviço das autarquias têm uma atitude fascizante para com os colegas que apresentam projecto a licenciamento.

Mais acrescentou que 40% do seu trabalho é com as autarquias, tendo em conta que raramente um projecto é licenciado à primeira. Se esse trabalho não fosse necessário os custos do seu trabalho ficariam 40% mais baratos.

2. Internacionalização

Passou pela crise e tem dedicado muito tempo a concursos internacionais e nacionais.

Nos nacionais tem trabalhado com a OASRS, porque a OASRN não tem lançado concursos.

Nos concursos internacionais não tem apoio da Ordem e sente dificuldade em entender como vai entregar os elementos exigidos.

Ainda no que respeita aos concursos nacionais, considera injusto ter de comprar um programa que lhe diz o que precisa de submeter a concurso e ver os vencedores dos concursos não o adquirirem, porque não há um critério claro, resultando a ideia de que não há respeito pelos arquitectos que se submetem a concurso.

3. Concorrência

Considera que ninguém protege os arquitectos, porque apesar do arquitecto ser responsável e fazer fiscalização o dono de obra pode despedi-lo em qualquer fase da

obra. Em algumas situações se o arquitecto exigir ao dono de obra o cumprimento do projecto e das normas às quais está obrigado pelo termo de responsabilidade que assina, o dono de obra despede-o e contrata outro com menos escrúpulos.

Terminando a sua intervenção, o Arq.º Armindo Magalhães afirmou-se contra a especialização e citou uma frase do Arq.º Álvaro Siza Vieira “o arquitecto é aquele que toca tudo e não sabe nada”, para explicar que o arquitecto deve ser transversal e juntar saberes, não é um especialista, é quem deve unir todos os saberes e saber geri-los.

De seguida o Prof. Doutor Arq.º Vítor Murtinho começou por dar os parabéns à Universidade do Minho pelo trabalho apresentado, feito muito seriamente, com muita profundidade, e que certamente o resultado permitirá à Ordem desenvolver um plano estratégico para a profissão.

A partir de algumas notas soltas, o Arq.º Vítor Murtinho, fez algumas considerações:

1. Nos gráficos apresentados pela Universidade do Minho, Espanha surge como o país com mais estudantes em Arquitectura seguindo-se Portugal, todavia quando é apresentado o número de arquitectos surge em primeiro lugar Itália e em segundo Portugal.

Ficou surpreendido com a disparidade e até ao momento pensava que o maior número de estudante em Arquitectura se localizava em Itália, pelo que solicitou aos investigadores o esclarecimento destes dados.

Sobre este tema o Prof. Doutor João Cerejeira referiu que o gráfico não esclarece o número de estudantes, mas o número de diplomados.

O Arq.º Vítor Murtinho reiterou a necessidade de clarificação destes dados que parecem incongruentes.

2. Quanto à internacionalização existiram factores externos que a condicionaram, nomeadamente com a entrada em crise de alguns mercados para onde os arquitectos portugueses estavam a exportar trabalhos, designadamente África e Brasil.

Porém, este tipo de serviços é difícil de exportar na medida em que há legislação específica em cada país e regra geral quando os gabinetes portugueses vencem um concurso, estabelecem uma parceria com um gabinete residente que lhes faça a ligação com a legislação do país. Considera que a internacionalização pode não ser uma boa estratégia.

3. Relativamente às outras saídas profissionais da Arquitectura, quem não faz Arquitectura, quem não faz projecto, não precisa da certidão da Ordem e por isso não está inscrito.

Existem muitos arquitectos a trabalhar na área do Design mas não estão inscritos na Ordem, facto que possivelmente terá de ser analisado pela Ordem dos Arquitectos e repensada no sentido de ser uma instituição mais inclusiva, que permita o acesso àqueles que têm formação em Arquitectura mesmo que não façam actos próprios da profissão.

As quotas podem ser demasiado pesadas para quem não está a fazer Arquitectura ou para os jovens arquitectos que estando a exercer são mal pagos. Por outro lado, os arquitectos que têm muito trabalho poderiam pagar mais. À semelhança dos escalões de IRS valeria apenas introduzir a discussão de escalões dentro da Ordem.

4. Na sua opinião a Ordem deveria ter um papel mais activo na divulgação dos empregos e dos concursos da Arquitectura. Seria interessante ter essa informação disponível num site em permanente actualização.
5. Quanto à contratação pública e aos honorários, na relação com os organismos do Estado, o novo CCP (Código dos Contratos Públicos) introduziu novos limites para as contratações directas, dando origem a consequências na realização de contratos, pelo que seria importante que a Universidade do Minho reflectisse sobre esse indicador.

O Arq.º Vítor Murtinho deixou ainda uma sugestão à Ordem, no sentido de se tornar mais activa na divulgação da profissão. Itália, por exemplo, tem um documento denominado “Manual do Arquitecto”, que abrange áreas muito diversas e, serve de referência para quem quer ingressar no mundo da Arquitectura. Concluindo a sua reflexão, disse ainda que se Portugal investir mais na boa formação terá melhor Arquitectura e que o presente estudo, com a dimensão que apresenta, certamente representará um avanço considerável e uma melhoria significativa do trabalho que os arquitectos portugueses estão a desenvolver.

Pedindo a palavra, o Arq.º Francisco Sousa Rio deu os parabéns pelo trabalho apresentado,

acrescentando que fez parte de um dos grupos de foco realizados no âmbito deste estudo e ficou muito agradado com os resultados obtidos até ao momento.

Neste âmbito, sugeriu que de futuro, para publicação, considerassem uma revisão das cores dos gráficos e sobretudo da dimensão das legendas.

Relativamente às trinta e sete propostas avulsas, o Arq.º Francisco Sousa Rio, reforçou algumas:

1. O acompanhamento da acreditação dos cursos de Arquitectura e o controlo dos *numerus clausus* é importante para garantir que os novos profissionais têm qualidade.
2. Quanto à má *praxis*, observa que o papel fundamental da Ordem dos Arquitectos passa por controlar a *práxis* e eliminar as práticas abusivas e fraudulentas da profissão, que prejudicam a classe. Exemplificando a gravidade de algumas práticas, referiu uma situação em que um cliente solicitou uma proposta gratuita de projecto a sete arquitectos, sem que eles tivessem conhecimento da situação. Com as sete ideias recolhidas o próprio cliente fez um esboço do que pretendia, pagando posteriormente a um arquitecto que concretizou o projecto e o licenciou.
3. A orientação profissional é uma boa ideia e pode ser implementada através da realização de grupos de orientação profissional.
4. Atenta ainda à falta de um referencial de honorários, do valor à hora, e do contrato tipo, documentos fundamentais para o exercício profissional.

Seguiu-se a intervenção da Arq.^a Conceição Melo que congratulou a Universidade do Minho pelo trabalho desenvolvido de forma séria, bem fundamentada, recorrendo a dados credíveis e deixou um comentário:

1. Possivelmente, perante este estudo, os arquitectos têm muitas expectativas quanto ao futuro da profissão, mas muitos destes campos que estão fora da possibilidade de intervenção do arquitecto ou da Ordem, como por exemplo na intervenção nos cursos de Arquitectura, na criação de nova tabela de honorários ou na regulação dos preços, porque é contrário aos princípios que regem a contratação pública e os processos de fiscalização europeus.

e um *input*:

1. Era interessante dar continuidade a este trabalho, para que a avaliação da profissão fosse permanente, por exemplo, através da criação de uma base de dados que retractasse de forma evolutiva a prática profissional, de modo a ir pensando continuamente o futuro.

Pedindo a palavra, o Arq.^o António Laúndes, membro do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos e responsável pelo Pelouro da Encomenda, procedeu a alguns esclarecimentos e correcções de informação que foi apresentada pelos membros de forma errada.

Quanto ao apoio a concursos internacionais explicou que não compreende qual o apoio que a OASRN poderia dar, interrogando se seria, eventualmente, na tradução das peças a entregar em concurso, e renovando a inteira disponibilidade dos serviços da OASRN aos membros que necessitem dessa cooperação.

Em relação aos concursos nacionais, acrescentou que, as duas secções da Ordem dos Arquitectos prestam serviços de assessoria e de divulgação de concursos. Porém, a Secção Regional Norte assumiu um desafio mais complexo e difícil com as entidades adjudicantes, de modo a assegurar que são seguidos critérios de avaliação que garantam a isenção do júri e a escolha do melhor projecto, de acordo com os objectivos da entidade adjudicante.

Reforçou ainda que existem concursos em que as entidades procuram a assessoria da Ordem e existem concursos que não tendo o apoio da Ordem são divulgados aos membros, caso cumpram determinados critérios. Não cumpridos os critérios mínimos a OASRN emite um comunicado aos membros a esclarecer porque não concorda e como tal não divulga um determinado concurso.

Interrompendo o debate, o Prof. Doutor João Cerejeira desafiou a plateia a falar sobre a receptividade da classe à fundação de uma Associação Comercial do Sector da Arquitectura, esclarecendo que muitas das soluções apresentadas são atribuídas pelos arquitectos à Ordem, mas do ponto de vista de um economista são funções que competem a uma Associação Comercial, como participação em feiras que promovam a internacionalização ou eventualmente num contrato colectivo de trabalho em representação dos trabalhadores ou as entidades patronais.

Finalizou dizendo que a Ordem é a única entidade que representa os Arquitectos existindo um défice de representatividade dos vários agentes do sector da Arquitectura, que não se enquadra nas funções de uma Ordem profissional.

Respondendo ao Arq.^o António Laúndes, o Arq.^o Armindo Magalhães esclareceu o seguinte: não se referia à OASRN, mas à

Ordem dos Arquitectos; tem concorrido a vários concursos maioritariamente assessorados pela OASRS; nos concursos internacionais, por vezes, tem dificuldade de compreender como deve preencher os documentos exigidos; e reconhece o bom trabalho da OASRN nos concursos nacionais.

Pedindo novamente a palavra, o Arq.º Alexandre Ferreira fez alusão ao comentário da Arq.ª Conceição Melo de que este estudo não seja um epifenómeno, que tenha continuidade, e esclareceu que apesar de não ter feito essa referência na apresentação este estudo está enquadrado nas actividades do Centro de Estudos Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade (CEN41º), fundado este ano, com uma Comissão de Aconselhamento científico, uma Comissão de Honra e protocolos de cooperação com outros centros de estudo, em áreas como a Sociologia, a Geografia, a Arquitectura, etc.. O CEN41º pretende dar continuidade ao trabalho ora apresentado, de forma estruturada, aprofundada e vindoura, estando consciente de que este estudo é o primeiro passo para a acção, mas que esta acção depende da continuidade de projectos desta natureza.

Na conclusão da sua intervenção, o Arq.º Alexandre Ferreira fez questão de dar a sua opinião relativamente à falta de escala da profissão em Portugal, dizendo que os arquitectos estão, de modo geral, quase na dimensão do artesão, sendo necessário criar condições para o redimensionamento da profissão, através das medidas apontadas pelo estudo, para as quais deve contribuir uma reflexão autocrítica e sem preconceitos, bem como uma adequada representatividade do sector da Arquitectura. De facto a OASRN, dentro das funções que lhe são legalmente reconhecidas, garante serviços de Apoio à Prática, Encomenda, Cartão de Saúde, Protocolos, Centro de Estudos, etc., mas existem funções que não são da

sua competência. Nesse âmbito, o actual Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos tem procurado semear novas estruturas que poderão passar pela criação de uma associação profissional, sindicato, organização mutualista ou de outra estrutura, da qual resulte a união dos arquitectos em torno de um objectivo maior: a estruturação e viabilidade da classe profissional.

Na posse da palavra, o Arq.º Lucindo Paulo Barros começou por felicitar toda a equipa que contribuiu para a concretização da fase de diagnóstico do Plano Estratégico e registou o facto de 400 milhões de euros a dividir por 23 arquitectos resultar em 17 mil euros por arquitecto, valores que têm de ser alterados, considerando que não é possível diminuir o número de arquitectos.

Mais afirmou que faz parte de um gabinete que não faz concursos, não trabalha com o mercado público, mas sim com o mercado nacional e internacional privado, por considerar imoral o sistema de concursos, nos quais a principal pertinência é o preço, validado a 50%.

Concluindo, o Arq.º Lucindo Barros disponibilizou-se para ceder gratuitamente, para divulgação por parte da Ordem, toda a informação que dispõe para cálculo de honorários, algo que está bem aferido no gabinete onde trabalha.

Solicitando para intervir, o Arq.º Ilídio Ramos referiu que a questão dos concursos, dada a sua complexidade, merecia ter, neste estudo, um capítulo com algum nível de pormenor, para compreender qual a percentagem de concursos que apresentam dignidade suficiente para serem divulgados pela Ordem.

Exemplificando, falou dos concursos de Ajuste Directo, pelo preço mais baixo, aos quais concorreu e nos quais ficou surpreendido pelos baixos preços praticados.

Recordou ainda os concursos de ideias realizados há cerca de 20 anos, apoiados pela Ordem, nos quais os honorários eram estabelecidos pelos arquitectos, garantindo que esses valores compensavam trabalhar em Arquitectura.

Mais acrescentou que na actualidade só 5% da população encomenda Arquitectura e que o Estado encomenda pelo mais baixo preço, desrespeitando o trabalho do arquitecto e até dos engenheiros.

Por estes motivos considera importante analisar:

1. Quem encomenda?
2. Quem quer Arquitectura?
3. Do conjunto de arquitectos formados em Portugal que estão a trabalhar na esfera pública, verificar qual o seu comportamento e sentido de responsabilidade.
4. O que pretendem os arquitectos a trabalhar na educação – liceus, universidades, etc.?

Estas sugestões de análise, para o Arq.º Ilídio Ramos, são importantes porque parece que sempre que se analisa o sector da Arquitectura o enfoque recai quase exclusivamente sobre os arquitectos em nome individual, quando a realidade é mais diversificada.

Em resposta, o Arq.º Francisco Sousa Rio disse que não interessa, à classe profissional e ao Estado, arquitectos a trabalharem nas câmaras municipais sem prática profissional. Saber o que é a construção é fundamental para o bom exercício das suas funções. Mais acrescentou que no Porto existiram comissões de estética e de património que foram extintas e até criticadas, mas que na

sua opinião eram interessantes e a partir das quais se podia retirar um modelo de debate público para funcionamento actual.

Outra questão levantada pelo Arq.º Francisco Sousa Rio prendeu-se com os projectos de grande dimensão que em Lisboa são submetidos a aprovação em reunião de câmara e no Porto mantêm-se sujeitos à aprovação de um vereador, comprometendo uma decisão que deve ser debatida por um conselho mais alargado.

Considerando esta abordagem interessante, o Arq.º Ilídio Ramos falou da sua experiência a trabalhar no GTL (Gabinete Técnico Local) de Vila do Conde, no âmbito do qual eram concretizados alguns projectos de Arquitectura, permitindo ao arquitecto (funcionário da autarquia) alargar a sua experiência em Arquitectura e não estar condicionado unicamente à gestão de procedimentos. Na actualidade o procedimento é ligeiramente diferente, na medida em que algumas câmaras solicitam grandes projectos aos arquitectos da autarquia, mas entregam as especialidades a profissionais externos. Para o Arq.º Ilídio Ramos, esta situação parece dúbia e merecia ser considerada neste estudo.

Ainda na sequência do exposto, manifestou-se a favor da prática de projecto de Arquitectura pelos professores de Arquitectura, como forma de reconhecimento das dificuldades do arquitecto, quer seja através de centros de estudo ou de gabinetes de arquitectura próprios.

Sobre honorários, o Arq.º Lucindo Paulo Ramos lançou ainda o desafio, à Universidade do Minho, de perceber o que representou, para o sector da Arquitectura, o fim da tabela de honorários.

Antes do encerramento do debate o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz

esclareceu que a questão dos concursos não se manifesta unicamente no sector da Arquitectura, é transversal a todos os sectores, embora o sector da Arquitectura possa ser mais afectado por ser uma área onde o volume de concursos é superior comparativamente a outros sectores de actividade profissional.

Sobre as três grandes áreas referidas pelo Arq.º Ilídio Ramos, o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz assumiu que efectivamente o estudo não tem incidido muito na questão do ensino, mas nos grupos de foco houve a preocupação de convidar pessoas que trabalham em entidades privadas, em entidades públicas, em sociedades relativamente grandes, como assalariados, como proprietários de gabinetes. Houve cuidado na diversidade de profissionais afectos a este estudo, para que o trabalho desenvolvido possa representar a classe na sua totalidade.

Baseando-se na sua experiência de cerca de vinte anos de trabalho de investigação no âmbito de planos estratégicos, o Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz, referiu ainda que quando não são postos de parte e têm continuidade, estes estudos, produzem efectivamente resultados.

A sessão foi encerrada pela Arq.^a Cláudia Costa Santos, Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, que começou por pedir desculpa pela sua ausência na sessão de abertura, situação que esteve relacionada com a dedicação a outros compromissos inadiáveis,

e agradecer a presença e colaboração de todos nesta sessão.

Na sequência do transmitido pelo Prof. Doutor Francisco Carballo-Cruz, a Arq.^a Cláudia Costa Santos afirmou que tudo está relacionado desde a parte económica, à “cidadania” dos próprios arquitectos, ao que é a sua profissão e à sua relação social, chegando à vertente legal, feita pelo Estado, com o qual só é possível dialogar se existirem dados concretos e rigorosos para apresentar, motivo pelo qual a OASRN avançou com a adjudicação deste estudo.

Terminou afirmando que a Ordem nunca teve acesso a dados tão concretos como os apresentados e que sem eles não é possível desenvolver qualquer estratégia futura para o sector, facto pelo qual reiterou o seu mais sentido agradecimento a todos os intervenientes no estudo e na sessão de apresentação.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas vinte horas e vinte e cinco minutos, de que se lavrou a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelo Vice-Presidente do CDRN-OASRN e pela secretária do debate.

Alexandre Ferreira

(Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional Norte da Ordem dos Arquitectos)

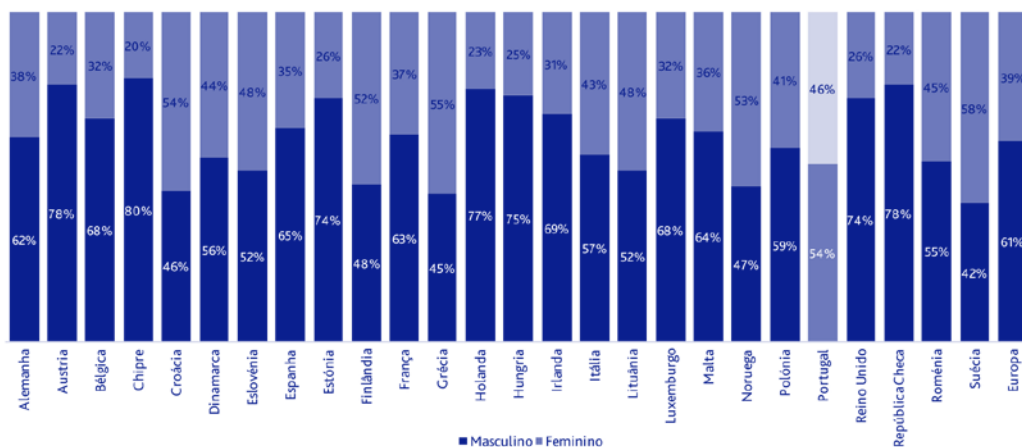
Sofia Vechina

(Assessora do projecto Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade Sustentabilidade)

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

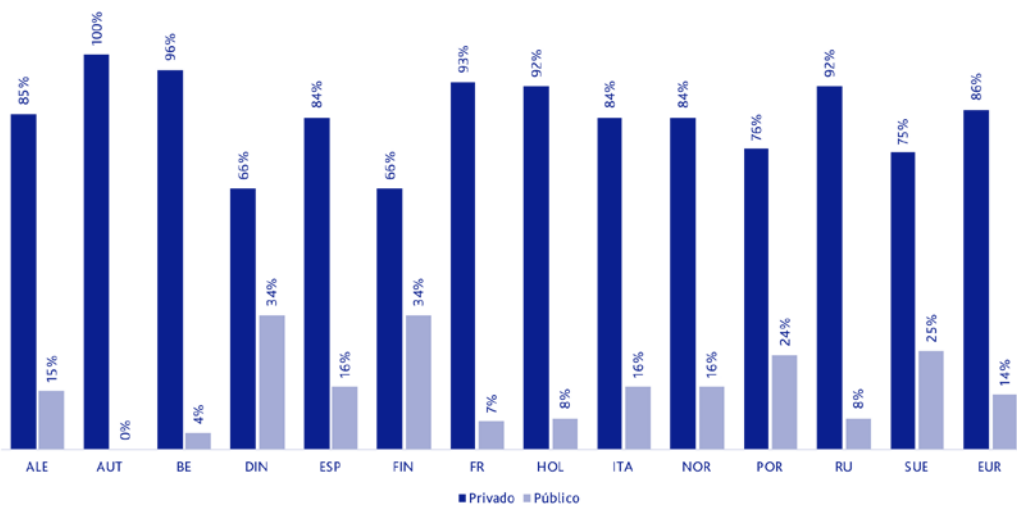
GRÁFICOS PRODUZIDOS PELA UNIVERSIDADE DO MINHO NO ÂMBITO DO PESA

Distribuição dos Arquitetos por Sexo (2018) (%)



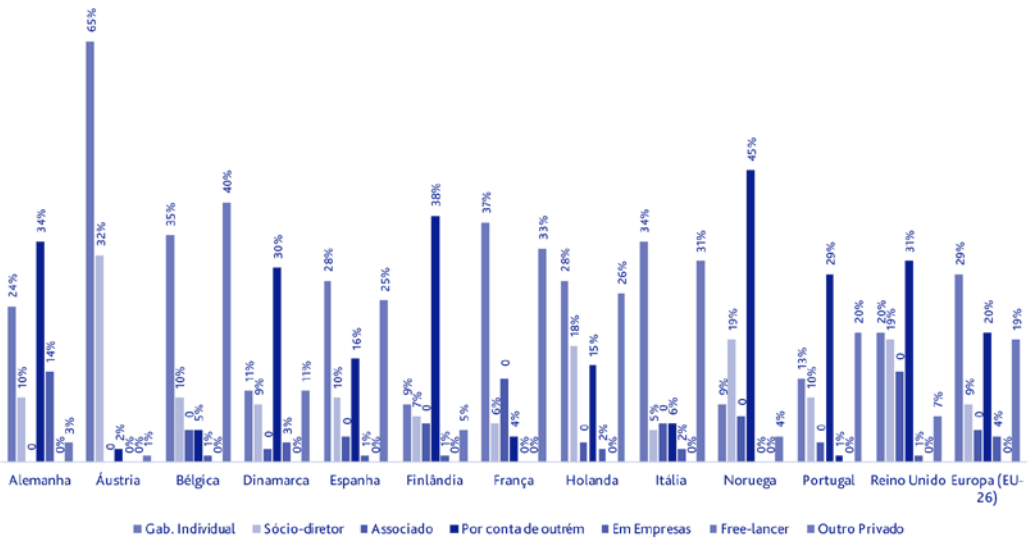
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de CAE

Emprego Público e Privado dos Arquitetos (2018)



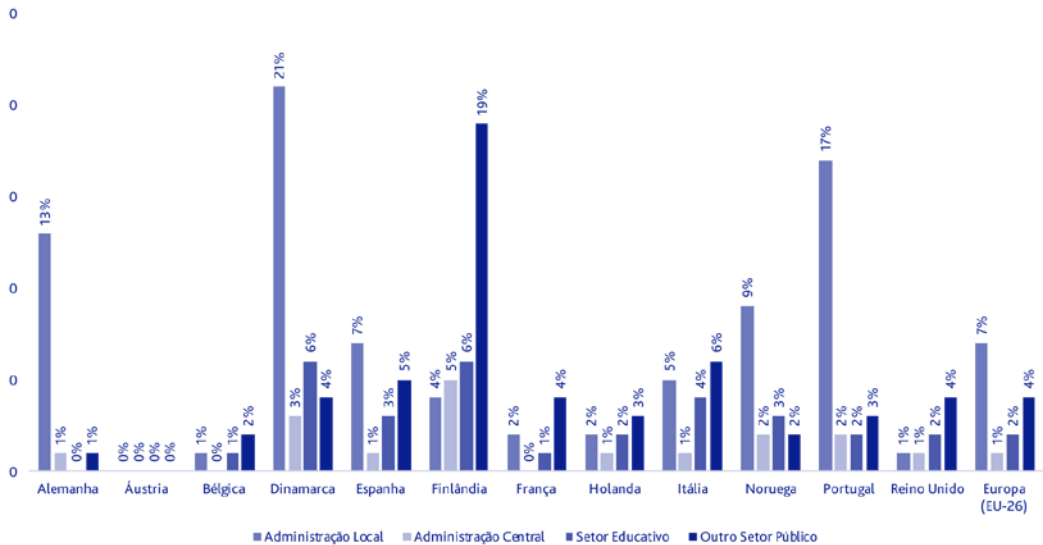
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de CAE

Emprego Privado dos Arquitetos – Distribuição (Porcentagem do Total) (2018)



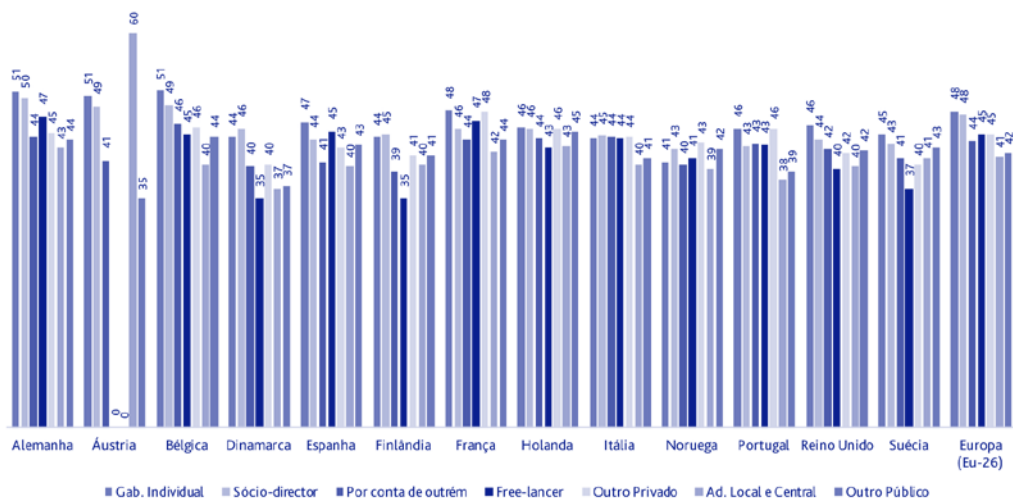
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de CAE

Emprego Público dos Arquitetos – Distribuição (Porcentagem do Total) (2018)



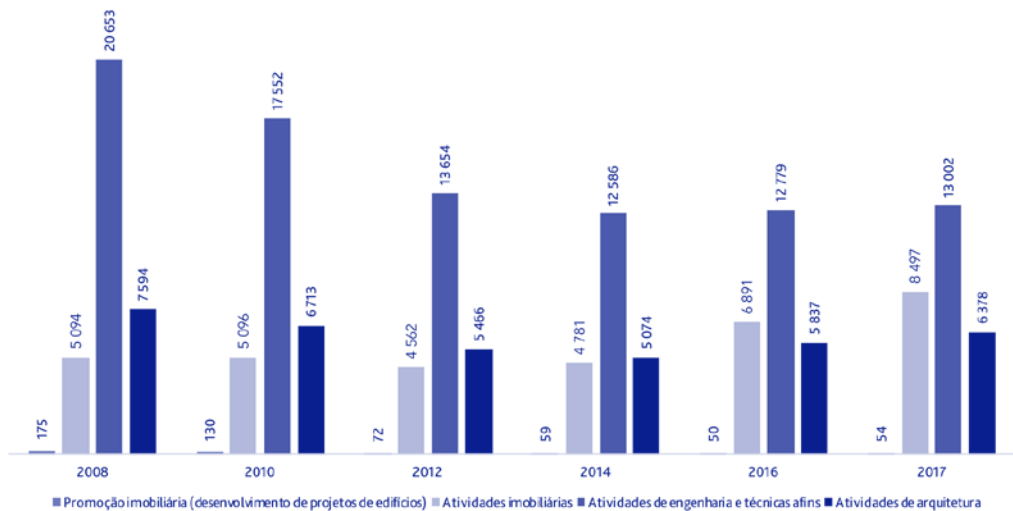
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de CAE

Trabalho semanal, por tipo de emprego – Horas trabalhadas (2018)



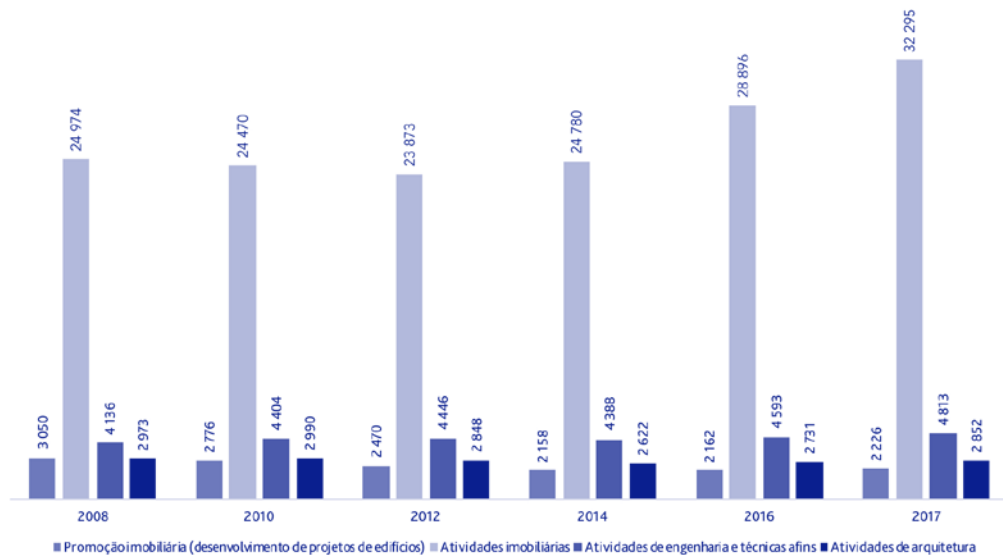
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de CAE

Número de empresas por tipologia – Empresas individuais



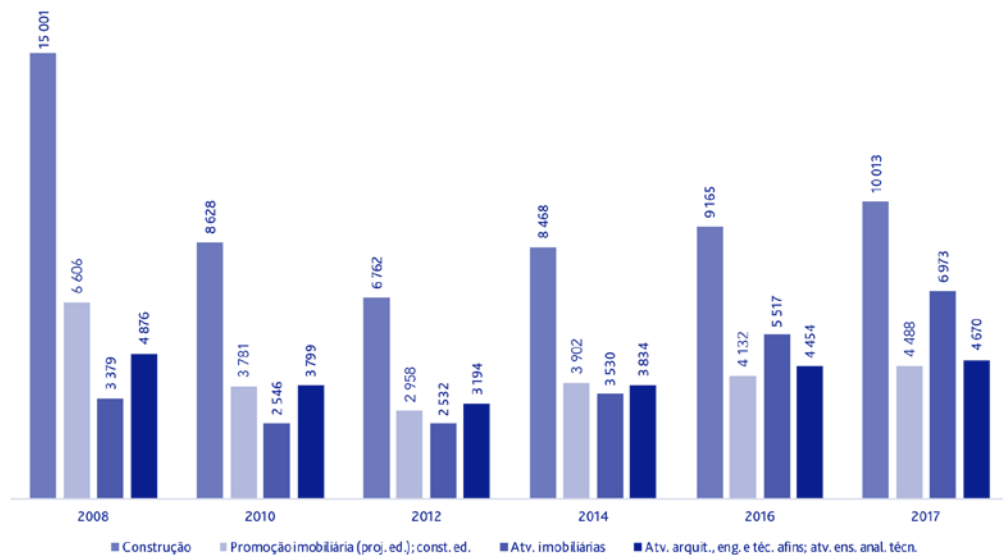
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do INE - SCIE

Número de empresas por tipologia – Sociedades



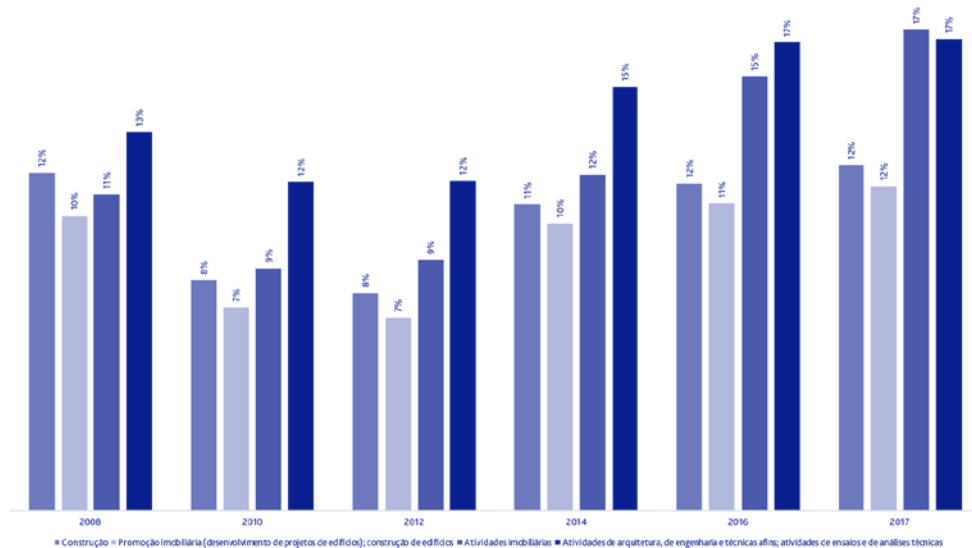
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do INE - SCIE

Nascimentos de empresas – Número



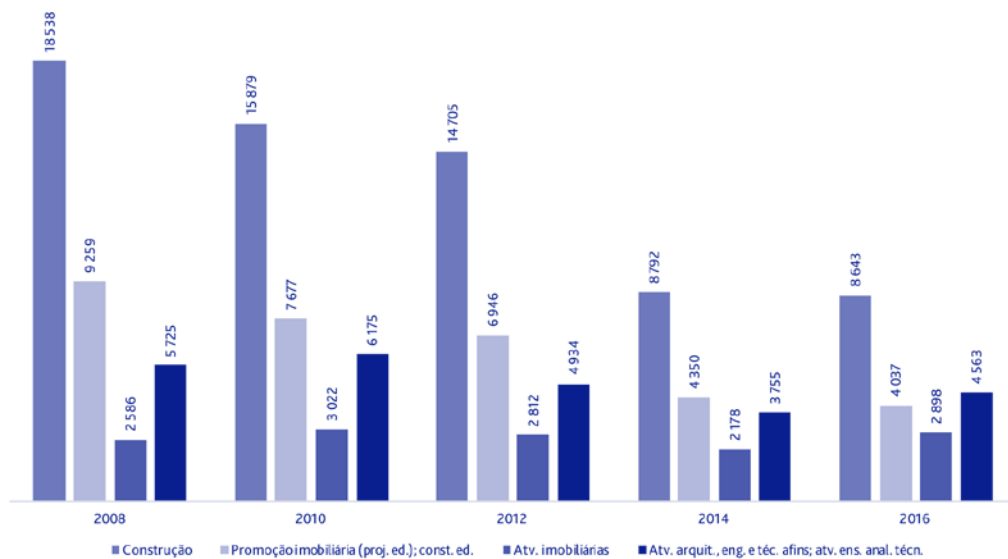
Fonte: INE, Demografia das empresas

Nascimentos de empresas – Taxa de natalidade (%)



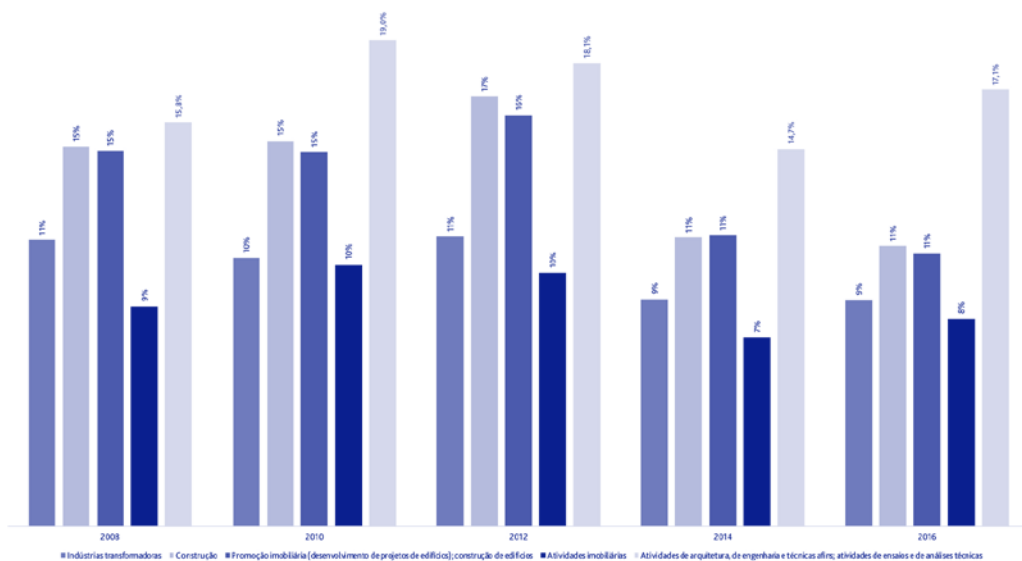
Fonte: INE, Demografia das empresas

Mortes de empresas – Número



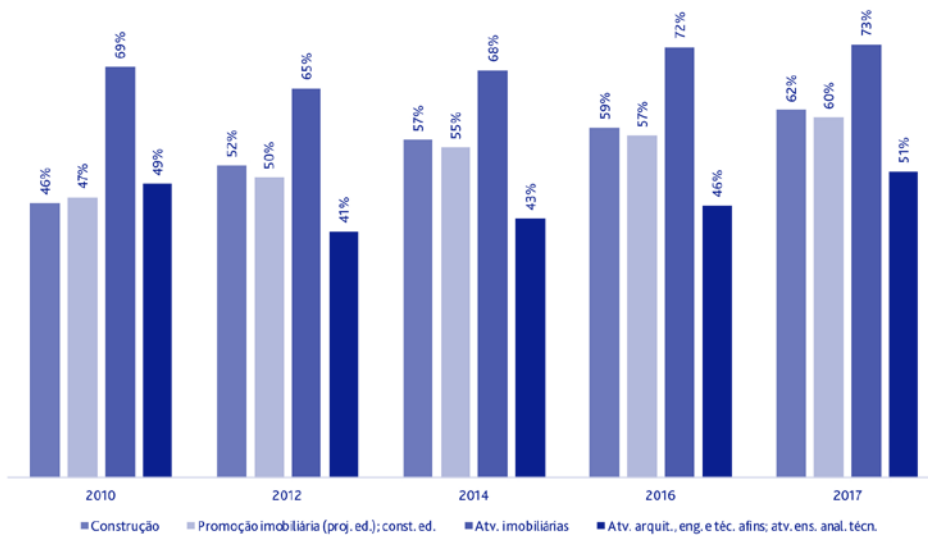
Fonte: INE, Demografia das empresas

Mortes de empresas – Taxa de mortalidade (%)



Fonte: INE, Demografia das empresas

Nascimentos e mortes de empresas – Taxa de sobrevivência (%) das empresas nascidas 2 anos antes



Fonte: INE, Demografia das empresas

